

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS**

**ABEDENINGO SEBASTIÃO MAÚSSE**

**AS ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE FACE AOS  
REGIMES DE SEGRAGAÇÃO RACIAL DA ÁFRICA AUSTRAL, 1975 / 1994:  
UMA ABORDAGEM A PARTIR DA TEORIA DOS COMPLEXOS REGIONAIS DE  
SEGURANÇA**

Maputo  
2022

**ABEDENINGO SEBASTIÃO MAÚSSE**

**AS ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE FACE AOS  
REGIMES DE SEGRAGAÇÃO RACIAL DA ÁFRICA AUSTRAL, 1975 / 1994:  
UMA ABORDAGEM A PARTIR DA TEORIA DOS COMPLEXOS REGIONAIS DE  
SEGURANÇA**

Tese a ser submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Económicas da UFRGS, como requisito parcial e final à obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais, área de concentração de Segurança Internacional

**Orientador:** Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman

Maputo  
2022

## CIP - Catalogação na Publicação

Maússe, Abedeningo Sebastião  
As Estratégias de Segurança Nacional de Moçambique  
face aos regimes de segregação racial da África  
Austral, 1975-1994: uma abordagem a partir da Teoria  
dos Complexos Regionais de Segurança / Abedeningo  
Sebastião Maússe. -- 2022.  
272 f.  
Orientador: Eduardo Munhoz Svartman.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,  
Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre,  
BR-RS, 2022.

1. Estratégias. 2. Segurança Nacional. 3.  
Segregação racial. 4. África Austral. 5. Complexos  
Regionais de Segurança. I. Svartman, Eduardo Munhoz,  
orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**ABEDENINGO SEBASTIÃO MAÚSSE**

**AS ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE FACE AOS  
REGIMES DE SEGRAGAÇÃO RACIAL DA ÁFRICA AUSTRAL, 1975 / 1994:  
UMA ABORDAGEM A PARTIR DA TEORIA DOS COMPLEXOS REGIONAIS DE  
SEGURANÇA**

Tese a ser submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Económicas da UFRGS, como requisito parcial e final à obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais, área de concentração de Segurança Internacional

Aprovado em Porto Alegre, 7 de dezembro de 2021

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

---

Prof. Dr. Érico Durate  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

---

Prof. Dr. Carlos Arturi  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

---

Prof. Dr. Emílio Jovando Zeca  
Universidade Joaquim Chissano - UJC (Moçambique)

Dedico este trabalho especialmente para o meu pai  
Sebastião Capatine Maússe (a título póstumo), minha  
maior fonte de inspiração em tudo quanto sou hoje. Que  
isso seja no mínimo uma recompensa por tudo quanto fez  
por mim.

À minha mãe Cecília Júlio Mondlane, por todo o esforço  
que fez para que eu compreendesse desde cedo o valor da  
escola.

À minha companheira de vida Hélia Armando Felisberto  
Macuácuá e aos meus filhos Edson, Jorge, Nilton e Mirela,  
pela companhia e convivência em família.

## **AGRADECIMENTOS**

As minhas primeiras palavras de agradecimento são dirigidas ao Prof. Doutor Eduardo Munhoz Svartman pelo importante papel desempenhado na qualidade de orientador, o qual se revelou fundamental para a materialização desta tese. Ao longo dos quatro anos de trabalho, o Prof. Eduardo foi para mim um excelente orientador, pois apesar da distância que nos separa, sempre esteve disponível, não apenas nas discussões académicas atinentes às distintas fases da tese, mas sobretudo pelo apoio na resolução de questões burocrático-financeiras relativas à Proficiência em Língua Estrangeira. Por isso, o meu muito obrigado.

O meu Doutoramento não teria sido possível sem o apoio financeiro da Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), instituição na qual sou docente. Por isso, quero expressar os meus especiais e profundos agradecimentos ao Reitor desta instituição, Dr José de Jesus Mateus Pedro Mandra, por ter anuído ao meu pedido de financiamento do curso.

Um agradecimento bem merecido vai para todos os que aceitaram conceder entrevista, pela sua disponibilidade em responder as questões colocadas, e que de forma muito especial contribuíram para o sucesso alcançado.

À minha família endereço o meu agradecimento pelo encorajamento e apoio aos meus estudos. À minha compaheira de vida, Hélia Armando Felisberto Macuácuá e aos meus filhos Edson, Jorge, Nilton e Mirela, vai a minha gratidão pelo encorajamento e por tudo quanto eles representam na minha vida.

Um especial agradecimento a todos os docentes e colegas da turma do Curso de Doutoramento em Estudos Estratégicos Internacionais, pelo tempo de convivência, ensinamento e aprendizagem.

## RESUMO

A presente tese foi desenvolvida com o principal objectivo de analisar as Estratégias de Segurança Nacional e de Política Externa implementadas pelo governo de Moçambique para fazer face ao ambiente de guerra imposto pela conjuntura regional e internacional. A pesquisa foi orientada na base da teoria dos CRS desenvolvida pela escola de Copenhaga por Buzan e Weaver, tendo a sua operacionalização permitido enquadrar o clima de guerra em Moçambique como resultado da confluência das dinâmicas regionais e internacionais em interacção.

Entre 1985 e 1987, o governo moçambicano adoptou uma estratégia de Segurança Nacional e de Política Externa assente na combinação entre a campanha diplomática e as operações militares para fazer face a guerra. A campanha diplomática foi complementada pela Estratégia Militar, que consistiu na construção de um exército moderno mediante aquisição de meios modernos de combate e criação de condições logísticas adequadas. As duas estratégias conferiram às FAM/FPLM uma grande capacidade combativa, facto que permitiu ao governo fazer face ao conflito interno e as agressões militares externas. O estudo permitiu concluir que o fim da guerra em Moçambique e na África Austral, foi determinado pelo colapso dos factores regionais e internacionais de conflitualidade, justificados pelo fim do *apartheid* e da Guerra Fria, respectivamente. Ao nível da África Austral constata-se, em 1994, o surgimento de um novo padrão de relacionamento da África do Sul com a região e com o mundo, pois já tinha desaparecido o sistema do *apartheid* - factor que havia colocado o país em confronto nos planos interno, regional e internacional.

**Palavras-chaves:** Estratégias, Segurança Nacional, segregação racial, África Austral, Complexos Regionais de Segurança.

## ABSTRACT

The present thesis was developed with the mainly objective of analysing the national security and foreign policy strategies implemented by the government of Mozambique to face the war environment imposed by the regional and international conjuncture. The research was guided by the theory of the RSC developed by the Copenhagen School by Buzan and Weaver, having its operationalization allowed to frame the war environment in Mozambique as a result of the confluence of regional and international dynamics in interaction. Between 1985 and 1987, the Mozambican government adopted a national security and foreign policy strategy based on the combination of the diplomatic campaign and the military operations to face the war. The diplomatic campaign was complemented by the military strategy, which consisted of building a modern army through the acquisition of modern means of combat and creation of adequate logistical conditions. The two strategies gave at the FAM/FPLM a great combative capacity, fact that allowed the government to face internal conflict and the external military aggressions. The research allowed to conclude that the end of war in Mozambique and Southern Africa was determined by the collapse of regional and international factors of conflict Justified by the end of apartheid and the cold war, respectively. At the Southern Africa level, arise in 1994, a new pattern of the South Africa relationship with region and the world because had disappeared the apartheid system - a factor which had put the country in confrontation at the domestic, regional and international levels.

**Keywords:** Strategies, National Security, racial segregation, Southern Africa, Regional Security Complex.



## RESUMEN

La presente tesis fue desarrollada con el principal objetivo de analizar las Estrategias de Seguridad Nacional y de la Política Externa implementadas por el gobierno de Mozambique para hacer frente al ambiente de guerra impuesto por la conjetura regional e internacional. La pesquisa fue orientada con base en la teoría de los CRS desarrollada en la Escuela de Copenhaga por Buzan y Weaver, donde su operacionalización permitió ubicar el ambiente de guerra en Mozambique como resultado de la confluencia de las dinámicas regionales e internacionales en interacción. Entre 1985 y 1987, el gobierno mozambicano adoptó una Estrategia de Seguridad Nacional y de la Política Externa basada en la combinación entre la campaña diplomática y las operaciones militares para hacer frente a la guerra. La campaña diplomática fue complementada por la Estrategia Militar, que consistió en la construcción de un ejército moderno mediante la adquisición de medios modernos de combate y creación de condiciones logísticas adecuadas. Las dos estrategias confirieron a las FAM/FPLM una gran capacidad combativa, hecho que permitió al gobierno hacer frente al conflicto interno y las agresiones militares externas. El estudio permitió concluir que el fin de la guerra en Mozambique y en el África Austral, fue determinado por el colapso de los factores regionales e internacionales, justificados por el fin del *apartheid* y de la Guerra Fría, respectivamente. Al nivel del África Austral, se observa el surgimiento de un nuevo padrón de relacionamiento de Sudáfrica con la región y con el mundo, ya que había desaparecido el sistema del *apartheid* - factor que había colocado el país en confrontación en los niveles interno, regional e internacional.

**Palabras-claves:** Estrategias, Seguridad Nacional, segregación racial, África Austral, Complejos Regionales de Seguridad.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Delimitação temporal e principais marcos históricos do estudo .....	23
Quadro 2 - Amostra e instrumento de recolha de dados (entrevistas semi-estruturadas).....	31
Figura 1 - Modelo metodológico de pesquisa - resumo esquemático .....	32
Figura 2 - Resumo esquemático da relação entre os diferentes factores da Estratégia e da Segurança Nacional .....	45
Quadro 3 - Resumo dos tipos de guerra segundo descrições feitas por diferentes autores .....	61
Figura 3 - Possessões coloniais portuguesas na África Austral .....	86
Mapa 1 - Moçambique como Estado independente, cuja configuração geográfico-espacial constitui o que a FRELIMO herdou da potência colonial .....	92
Quadro 4 - Implantação, desenvolvimento, crise e colapso do sistema socialista em Moçambique e adopção do liberalismo político-económico como novo modelo de desenvolvimento nacional .....	100
Quadro 5 - Ritmo Anual Médio de Recrutamentos para as Minas de Ouro, Platina e Carvão .....	117
Mapa 2 - Sistema de transporte ferro-portuário da África Austral.....	110
Figura 4 - Símbolo da aliança político-militar entre Portugal, África do Sul e Rodésia .....	128
Mapa 3 - Países que formavam a Aliança Militar ALCORA, nomeadamente, Portugal (Moçambique), África do Sul e Rodésia .....	132
Mapa 4 - Estados da Linha da Frente, uma organização formada em 1977 com o objectivo de reduzir a dependência económica em relação à África do Sul e ao resto do mundo.....	158
Mapa 5 - Países da SADCC, uma organização formada em 1980 pelos Estados da Linha da Frente em oposição à Constelação dos Estados da África Austral criada pela África do Sul	160
Mapa 6 - Países da SADC, uma organização constituída após o fim do apartheid. A África do Sul foi incorporada nesta nova organização .....	165
Mapa 7 - África Austral em processo do desmoronamento progressivo do Cordão de Segurança da África do Sul, à medida que os Estados da região conquistavam as suas independências.....	172
Figura 5 - Estrutura organizacional do exército de libertação relativa ao primeiro período de evolução das Forças Armadas de Moçambique .....	178

Figura 6 - Representação dos órgãos políticos e militares da Defesa Nacional relativa ao segundo período de evolução das Forças Armadas .....	190
Quadro 6 - Aquisições de armamentos pelo governo de Moçambique no período entre 1975 e 1986, segundo dados fornecidos pelo SIPRI .....	193

## LISTA DAS ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA	Artilharia Anti-Aérea
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
AGP	Acordo Geral de Paz
AMA	Acção Moçambicana Armada
ANC	<i>African National Congress</i>
ARMSCOR	<i>Arms Corporation of South Africa</i>
ATLC	Alto Comité ALCORA
BLS-States	<i>Botswana, Lesotho and Swaziland</i>
BOSS	<i>Bureau of State Security</i>
BRIM	Brigada de Infataria Motozizada
CAME	Conselho de Ajuda Mútua Económica
CCF	Comissão de Cessar-Fogo
CCFADM	Comissão Conjunta para Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique
CCSCA	Comissão Consultiva para a Segurança das Comunicações
CCT	Comissão de Cartografia e Telegrafia
CD	Comité de Descolonização
CDSI	Comité de Defesa e Segurança Inter-estatal
CCM	Conselho Cristão de Moçambique
CEDEAO	Comunidade Económica para o Desenvolvimento dos Estados da África Ocidental
CEEI	Centro de Estudos Estratégicos Internacionais
CEM	Conselho Episcopal de Moçambique
CIM	Contra-Inteligência Militar
CMC	Comando Militar Conjunto
CENACARTA	Centro Nacional de Cartografia e Teledatação
CIO	<i>Central Intelligence Organisation</i>
CMP	Conselho Mundial da Paz
CNDS	Conselho Nacional de Defesa e Segurança
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CNP	Comissão Nacional do Plano

CLOUA	Comité de Libertação da Organizaçāo da Unidade Africana
COMIVE	Comissāo de Verificaçāo
CONCP	Conferēncia das Organizaçōes Nacionalistas das Colōnias Portuguesas
CONSAS	<i>Constellation of Southern Africa States</i>
CORE	Comissāo de Reintegraçāo
COREMO	Comité Revolucionário de Moçambique
CRM	Constituiçāo da Repúblicā de Moçambique
CRPM	Constituiçāo da Repúblicā popular de Moçambique
CRS	Complexos Regionais de Segurança
CSC	Comissāo de Supervisāo e Controlo
CSE	Conselho de Segurança do Estado
CSNU	Conselho de Segurança das Naçōes Unidas
CSONU	Conselho de Segurança da Organizaçāo das Naçōes Unidas
DAA	Defesa Anti-Aérea
DGS	Direcçāo Geral de Segurança
DONS	<i>Department of National Security</i>
DUI	Declaraçāo Unilateral da Independēncia
ECEME	Escola de Comando do Estado-Maior do Exército
ELF	Estados da Linha da Frente
EUA	Estados Unidos da Amériā
FAM	Forças Armadas de Moçambique
FADM	Forças Armadas de Defesa de Moçambique
FDS	Forças de Defesa e Segurança
FESE	Forças Especiais de Segurança do Estado
FICO	Ficar Convivendo, Convergēncia Nacional
FNI	Frente Nacional Integracionista
FNLA	Frente Nacional para a Libertação de Angola
FREINA	Frente para a Independēncia Nacional
FRECOMO	Frente Comum de Moçambique
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
FPLM	Forças Populares de libertação de Moçambique
FUMO	Frente Unida de Moçambique
GD's	Grupos Dinamizadores

GE's	Grupos Especiais
GEP's	Grupos Especiais Paraquedistas
GUMO	Grupo Unido de Moçambique
IED	Investimentos Estrangeiros Directos
IFBW's	Intstituições Financeiras da Bretton Woods
INLD	Instituto Nacional do Livro e Disco
ISRI	Instituto Superior de Relações Internacionais
JSN	Junta de Salvação Nacional
LLA	<i>Lesotho Liberation Army</i>
MANU	<i>Mozambique National Union</i>
MCP	<i>Malawi Congress Party</i>
MFA	Movimento Forças de Abril
MK	<i>Umkhonto We Sizwe</i> (Lança da Nação) – Braço Armado do ANC
MML	Moçambique Movimento Livre
MNR	<i>Mozambique National Resistance</i>
MONAMO	Movimento Nacional de Moçambique
MONAUMO	Movimento Nacionalista Africano de União de Moçambique
MONIPOMO	Movimento Nacional para a Independência dos Povos de Moçambique
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organisation</i>
OCPDS	Órgão de Cooperação nas áreas de Política, Defesa e Segurança
OJM	Organização da Juventude Moçambicana
OMM	Organização da Mulher Moçambicana
ONP	Organização Nacional dos Professores
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUMOSZ	<i>United Nations Operation in Mozambique</i>
OSPAAL	Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina
OTM	Organização dos Trabalhadores de Moçambique
OUA	Organização da Unidade Africana
PAC	<i>Pan-African Congress</i>
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOP's	Países Africanos de língua Oficial Portuguesa

PAPO	Comissão Permanente de Planeamento ALCORA
PCN	Partido de Coligação Nacional
PDSE	Política de Defesa e Segurança do Estado
PEC	Plano Estatal Central
PIDE	Polícia Internacional de Defesa do Estado
PLAN	<i>People's Liberation of Namibia</i>
PN	Partido Nacional
PPI	Plano Prospectivo Indicativo
PPM	Polícia Popular de Moçambique
PRE	Programa de Reabilitação Económica
PRES	Programa de Reabilitação Económica e Social
PRM	Polícia da República de Moçambique
PRUMO	Progresso Unido de Moçambique
QG	Quartel General
RDA	República Democrática Alemã
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
RISDP	<i>Regional Indicative Strategic for Development Plan</i>
RSA	<i>Republic of South Africa</i>
SACU	<i>Southern African Union Customs</i>
SADCC	<i>Southern Africa Development Coordination Conference</i>
SADC	<i>Southern Africa Development Community</i>
SADF	<i>South Africa Defense Force</i>
SDD	Secretariado do Departamento de Defesa
SDN	Sociedade das Nações
SISE	Serviço de Informação e Segurança do Estado
SNASP	Serviço Nacional de Segurança Popular
SSC	<i>State Security Council</i>
SWAPO	<i>South West People's Organisation</i>
TDAA	Tropas de Defesa Anti-Aérea
TANU	<i>Tanganyika African National Union</i>
TCA	Termo do Conflito Armado
TGF	Tropas de Guarda-Fronteira
UDENAMO	União Democrática Nacional de Moçambique

UDF	<i>United Democratic Front</i>
UK	<i>United Kingdom</i>
UNAMI	União Nacional de Moçambique Independente
UNEMOA	União Económica e Monetária da África Ocidental
UNESCO	<i>United Nations for Education, Science and Cultural Organisation</i>
UNIPOMO	União Nacional para a Independência dos Povos de Moçambique
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USA	<i>United States of America</i>
WENELA	<i>Watwatersrand Native Labour Association</i>
ZANLA	<i>Zimbabwe African National Liberation Army</i>
ZANU	<i>Zimbabwe African National Union</i>



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
1.1	DELIMITAÇÃO ESPÁCIO-TEMPORAL.....	232
1.2	PROBLEMA DE PESQUISA.....	23
1.3	OBJECTIVOS.....	26
<b>1.3.1</b>	<b>Objectivo Geral.....</b>	<b>26</b>
<b>1.3.2</b>	<b>Objectivos Específicos.....</b>	<b>26</b>
1.4	HIPÓTESES.....	276
<b>1.4.1</b>	<b>Hipótese Geral.....</b>	<b>276</b>
<b>1.4.2</b>	<b>Hipóteses Específicas.....</b>	<b>27</b>
1.5	QUESTÕES DE PESQUISA.....	287
1.6	JUSTIFICATIVA.....	287
1.7	SÚMULA DOS CAPÍTULOS.....	332
<b>2</b>	<b>ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL.....</b>	<b>334</b>
2.1	COMPLEXO DE SEGURANÇA.....	343
<b>2.1.1</b>	<b>Complexo Regional de Segurança da África Austral.....</b>	<b>376</b>
<b>2.1.2</b>	<b>Enquadramento teórico da Pesquisa.....</b>	<b>387</b>
2.2	ESTRATÉGIA (DE SEGURANÇA NACIONAL).....	409
<b>2.2.1</b>	<b>Relação entre Política, Estratégia, Defesa e Segurança Nacional.....</b>	<b>421</b>
2.3	SEGURANÇA.....	465
<b>2.3.1</b>	<b>Segurança Nacional de Moçambique, 1975 - 1994.....</b>	<b>476</b>
<b>2.3.2</b>	<b>Acção Política dos Estados da Linha da Frente.....</b>	<b>488</b>
2.4	DEFESA (NACIONAL).....	499
<b>2.4.1</b>	<b>Relação entre Defesa e Segurança.....</b>	<b>51</b>
2.5	GUERRA.....	543
2.6	CONFLITO.....	621
2.7	POLÍTICAS EXTERNAS DOS REGIMES DE SEGREGAÇÃO RACIAL DA ÁFRICA AUSTRAL.....	654

<b>3</b>	<b>GUERRA PELA INDEPENDÊNCIA E INSERÇÃO DE MOÇAMBIQUE NOS CONTEXTOS REGIONAL E INTERNACIONAL .....</b>	<b>687</b>
3.1	GUERRA PELA INDEPENDÊNCIA E CONCEPÇÃO DO SISTEMA POLÍTICO	691
3.2	AS ESTRATÉGIAS MILITAR E DIPLOMÁTICA NA GUERRA ANTI-COLONIAL .....	798
3.3	INSERÇÃO DE MOÇAMBIQUE NOS CONTEXTOS REGIONAL E INTERNACIONAL.....	865
3.4	FACTORES DE OPÇÃO PELO SOCIALISMO E SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	932
3.5	A RENAMO: CONFLITO INTERNO E O PAPEL DOS AGENTES EXTERNOS	1009
3.6	AS AGRESSÕES MILITARES DA RODÉSIA E DA ÁFRICA DO SUL.....	1132
3.7	CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA.....	1188
<b>4</b>	<b>SITUAÇÃO DA SEGURANÇA NA ÁFRICA AUSTRAL.....</b>	<b>124</b>
4.1	ALIANÇA MILITAR ENTRE PORTUGAL, RODÉSIA E ÁFRICA DO SUL.....	126
4.2	CONVERGÊNCIA DAS ESTRATÉGIAS SUL-AFRICANA E NORTE-AMERICANA DE LUTA CONTRA O COMUNISMO NA ÁFRICA AUSTRAL	1342
<b>4.2.1</b>	<b>Um Breve Relance sobre o Conflito em Angola .....</b>	<b>1422</b>
4.3	CONSAS E ESTRATÉGIA TOTAL NACIONAL .....	147
4.4	OS ESTADOS DA LINHA DA FRENTE E A FRENTE COMUM ANTI- <i>APARTHEID</i> .....	155
4.5	TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS RUMO AO FIM DO <i>APARTHEID</i> .....	162
<b>5</b>	<b>ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA NACIONAL E DE POLÍTICA EXTERNA DE MOÇAMBIQUE.....</b>	<b>168</b>
5.1	ANÁLISE DO AMBIENTE GEOESTRATÉGICO REGIONAL, 1962-1975 .....	169
5.2	A FRELIMO E A FORMAÇÃO DO EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO, 1962-1975	174
5.3	ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO, 1962-1975 .	1776
5.4	TRANSFORMAÇÃO DAS FORÇAS DE GUERRILHA EM EXÉRCITO REGULAR.....	179
5.5	CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE POLÍTICO REGIONAL, 1975-1983 .....	183

<b>5.5.1</b>	<b>Construção das Forças Armadas, 1975 - 1992 .....</b>	<b>184</b>
<b>5.5.2</b>	<b>Enquadramento constitucional das Forças Armadas, 1975-1994 .....</b>	<b>187</b>
<b>5.5.3</b>	<b>Capacidade militar das Forças Armadas, 1978-1990 .....</b>	<b>1918</b>
<b>5.5.4</b>	<b>Estratégia militar das Forças Armadas, 1976-1992.....</b>	<b>205</b>
<b>5.6</b>	<b>RELACIONAMENTO COM OS ESTADOS UNIDOS E ÁFRICA DO SUL E SUA INFLUÊNCIA SOBRE SEGURANÇA EM MOÇAMBIQUE .....</b>	<b>209</b>
<b>5.7</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE GEOESTRATÉGICO REGIONAL, 1983-1994 .....</b>	<b>220</b>
<b>5.7.1</b>	<b>Política Externa e estrutura de tomada de decisões .....</b>	<b>22220</b>
<b>5.7.2</b>	<b>Mudanças políticas internas face à conjuntura geopolítica regional e internacional, 1983-1994 .....</b>	<b>22826</b>
<b>5.7.3</b>	<b>A nova configuração geopolítica regional, 1992-1994 .....</b>	<b>235</b>
<b>5.7.4</b>	<b>Formação das novas Forças Armadas .....</b>	<b>245</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>249</b>
<b>6.1</b>	<b>CONFIRMAÇÃO DA HIPÓTESE GERAL .....</b>	<b>25149</b>
<b>6.2</b>	<b>EM JEITO DE CONCLUSÃO .....</b>	<b>25350</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>255</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Com a presente pesquisa pretende-se analisar **as Estratégias da Segurança Nacional de Moçambique face aos regimes de segregação racial da África Austral, 1975/1994: Uma abordagem a partir da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança**. O tema enquadra-se na linha de pesquisa de Segurança Internacional, em especial sobre os Complexos Regionais de Segurança (CRS). A escolha do tema justifica-se pela necessidade de:

- a) analisar o surgimento de Moçambique como um novo Estado e sua inserção nos planos regional e internacional;
- b) caracterizar o CRS e os factores de confrontação político-militar entre os Estados da África Austral e os regimes de segregação da Rodésia<sup>1</sup> e da África do Sul;
- c) analisar as Estratégias de Segurança Nacional e de Política Externa assumidas pelo governo de Moçambique para fazer face ao conflito interno e às agressões militares externas levadas a cabo pela Rodésia e pela África do Sul.

O surgimento do nacionalismo em Moçambique teve lugar numa altura em que a conjuntura política e económica da região da África Austral esteve dominada pela hegemonia do regime racista da África do Sul, decorrente da institucionalização do sistema do *apartheid*. “A Declaração Unilateral da Independência (DUI) da Rodésia levada a cabo em Novembro de 1965, conferiu à região um novo figurino da aliança estratégica dos dois regimes com o colonialismo português” Barroso (2008, p. 24). Esta aliança traduziu-se numa oposição ao estabelecimento de governos de maioria negra nestes territórios, e numa hostilidade aos restantes países da região que se opunham à segregação racial e ao colonialismo.

Ao nível global, o sistema internacional encontrava-se marcado por uma bipolaridade, com o mundo dividido em dois campos ideológicos antagónicos, representados pelos Estados Unidos e pela URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). Embora as duas superpotências se mostrassem favoráveis ao fim do império colonial, cada uma se esforçava por garantir a ampliação das suas esferas de influência à medida que o domínio colonial se desmoronava (FERREIRA, 2011).

---

<sup>1</sup> A dissolução da Federação das Rodésias e Niassalândia teve lugar no dia 31 de Dezembro de 1963, sendo posteriormente concedida a independência à Rodésia do Norte que passou a designar-se Zâmbia e a Niassalândia com o nome de Malawi. A Rodésia do Sul passou a ter a simples designação de Rodésia e, embora tivesse sido concedida a independência, ficou sob controlo das Forças Militares que pertenciam à Federação (VENÂNCIO, 2008, p. 21).

Durante a luta armada de libertação nacional, a FRELIMO foi construindo o formato da orientação política e ideológica de Moçambique pós-colonial. Por este facto, sempre definiu a sua inserção orientando a sua Política Externa em função da origem dos apoios recebidos durante a guerra e da conjuntura política regional e internacional. Os ambientes políticos nos contextos regional e internacional foram determinantes para o posicionamento de Moçambique face aos desenvolvimentos políticos regionais, pois a liderança começou a perceber que a segurança e o desenvolvimento económico de Moçambique só seriam possíveis com a erradicação dos regimes de segregação racial na África Austral, o que daria espaço para uma maior cooperação regional. Foi com base nessa percepção que a FRELIMO, ao assumir o poder em 1975, comprometeu-se a incrementar o apoio da luta dos movimentos de libertação do Zimbabwe, permitindo que a ZANU se instalasse no território moçambicano e a partir daí levar a cabo a guerra de libertação nacional. O mesmo posicionamento foi assumido em relação ao Congresso Nacional Africano da África do Sul, onde o governo moçambicano permitiu que este movimento usasse o território nacional como ponta de lança para o desencadeamento de acções armadas contra o regime do *apartheid* na África do Sul (ABRAHAMSSON, 1998); (NILSSON, 2001).

O governo de Moçambique estava ciente que ao conceder apoio aos movimentos de libertação estava, em primeiro lugar, assumindo um enorme sacrifício dadas as consequências político-militares e de segurança nacional supervenientes desta decisão, traduzidas pelas agressões militares dos regimes racistas da Rodésia e da África do Sul contra Moçambique. Em segundo lugar, ao permitir que estes movimentos se instalassem no território nacional como ponta de lança para acções de guerrilha, estava dispersando os poucos recursos disponíveis que poderiam ser aplicados em projectos de reconstrução nacional. Portanto, a liderança do novo Estado assumiu esta postura porque, segundo afirma ABRAHAMSSON (1998), tinha o entendimento de que a segurança, estabilidade e desenvolvimento económico de Moçambique, passavam necessariamente pela erradicação dos regimes de segregação racial da região.

No período característico da Guerra Fria, a região da África Austral foi caracterizada pela prevalência de um ambiente de conflitualidade, posto que existia uma confrontação aberta e directa entre os regimes de segregação racial e os Estados da Linha da Frente, posteriormente, SADCC. Esse confronto era caracterizado, por um lado, por acções de desestabilização militar desses regimes contra Estados vizinhos, por outro, por operações militares dos movimentos de guerrilha apoiados por governos dos ELF (Estados da Linha da

Frente) hostis a esses regimes. No contexto da tese defendida por SILVA (2017), sobre *status quo* e ordem sistémica da África Austral, isto significa que, se por um lado os Estados da Linha da Frente apoiavam os movimentos de libertação que lutavam pela mudança do *status quo* e da ordem regional até então vigente, por outro, os regimes racistas da Rodésia e da África do Sul apoiavam grupos de dissidentes políticos através dos quais procuravam preservar essa mesma ordem e esse mesmo *status quo* regional.

No período que se seguiu à independência em 1975, Moçambique foi confrontado com uma guerra de desestabilização, numa altura em que se acentuaram as contradições nos princípios da década de 1980 entre os protagonistas da Guerra Fria (Estados Unidos e União Soviética), no contexto da luta pelo controlo das zonas de influência ideológica, onde os Estados Unidos asseguraram a sua presença na região da África Austral mediante aliança estratégica com o regime do *apartheid*. Esta aliança catalisou o conflito, não apenas entre os regimes de segregação racial e os Estados da África Austral, mas sobretudo entre o governo moçambicano e a RENAMO.

O desencadeamento das agressões militares rodesianas contra Moçambique, a partir de 1976, ocorre numa altura em que as FPLM ainda careciam, para o seu enfrentamento, de uma preparação militar adequada e de equipamentos de combate apropriados.

Apesar desta contrariedade, as FPLM encontravam-se altamente motivadas e puderam enfrentar com determinação as agressões militares rodesianas e sul-africanas, posteriormente. No entanto, as persistentes incursões armadas contra o território nacional, obrigaram o governo moçambicano a reequipar as FPLM com armamento fornecido por Portugal no âmbito dos Acordos de Lusaka e por países do bloco socialista, com destaque para a União Soviética e Alemanha Democrática.

O governo moçambicano, para fazer face ao conflito interno e às agressões militares externas, teve que implementar cinco estratégias:

- a) criação duma capacidade militar alicerçada na aquisição de equipamentos e de meios modernos de combate. Estas aquisições foram acompanhadas pela criação de escolas de formação militar, as quais permitiram a capacitação dos militares no uso desses meios;
- b) campanha diplomática levada a cabo pelo governo de Moçambique junto dos governos ocidentais. A campanha diplomática aqui referida visava atingir dois objectivos: primeiro, isolar internacionalmente a RENAMO e, segundo, convencer

esses governos no sentido de prestarem a sua ajuda ao processo de pacificação de Moçambique;

- c) criação de uma unidade de defesa dos objectivos económicos, que tinha em vista manter a economia em funcionamento;
- d) mobilização da vontade nacional para a guerra;
- e) e Estratégia da Política Externa assente em dois princípios: primeiro, fazer mais amigos e menos inimigos; segundo, mudança das alianças políticas no âmbito da Guerra Fria, onde a reorientação da Política Externa para o ocidente foi o elemento mais importante dessa mudança.

No contexto desta estratégia, Gujamo (2016, p. 121), vaticina que

Foi levada a cabo uma campanha de mobilização popular para o envolvimento activo na guerra contra a RENAMO e na defesa do país contra as agressões sul-africanas. Esta campanha estendeu-se até aos locais de trabalho e de residência, e foi no contexto dessa mobilização, que em Maio de 1985, o Presidente Samora Machel instou os jovens de todo o país a se incorporarem nas fileiras das Forças Armadas de Moçambique para a defesa do país.

Devido a grave crise económica que assolava o país desde os princípios dos anos 80, o governo moçambicano empreendeu mudanças políticas e económicas a partir de 1983, as quais culminaram com a ruptura formal com a ideologia socialista, que se consolida em 1990 com a aprovação da nova constituição que introduz o pluralismo político. O novo texto constitucional acelerou o processo de pacificação do país, pois coincidiu com o início de negociações directas com a RENAMO, formalizadas pela assinatura do Acordo Geral de Paz pelos dois protagonistas do conflito, em Outubro de 1992. Destaca-se ainda que estas transformações foram acompanhadas pelas acções de reorientação da Política Externa que, juntamente com a adopção do novo modelo de desenvolvimento baseado na economia de mercado, constituíram determinantes que contribuíram para o fracasso da ideologia socialista em Moçambique.

O fim do *apartheid* na África do Sul inicia com as transformações políticas registadas no sistema internacional em finais dos anos 80 que culminaram com o fim da Guerra Fria. Estas mudanças exerceram uma influência decisiva na Política Externa da África do Sul, pois o país começou a dar passos significativos com vista ao desmantelamento do sistema do *apartheid*. A libertação de Nelson Mandela em fevereiro de 1990 e a subsequente realização das primeiras eleições democráticas na história do país em 1994, significaram o fim formal do *apartheid*. Este facto conferiu um novo padrão de relacionamento da África do Sul com a

região e com o mundo, pois já tinha desaparecido o factor que havia colocado o país em confronto nos planos interno, regional e internacional. Depois de ter sido considerada fonte de instabilidade regional, a África do Sul passou a ser vista como um actor que procura mudar a sua imagem do passado, através da sua contribuição para o desenvolvimento económico e para a construção da paz e segurança efectiva na região.

O AGP marcou, em termos de evolução e desenvolvimento das instituições militares, um período de transição das Forças Armadas de Moçambique (FAM) para Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), partindo de uma natureza unitária e monopartidária, para forças de natureza bipartidária. Por conta dessa transição, a organização, estrutura e composição do novo Exército passou a ser bipartida, pois este ficou formado exclusivamente e de forma proporcional, por efectivos das duas partes signatárias do AGP - o governo de Moçambique e a RENAMO. A realização das primeiras eleições democráticas em Outubro de 1994, permitiram a RENAMO transitar de movimento de guerrilha para Partido Político. Esse processo ocorre após a formação das novas Forças Armadas, nos termos definidos pelo AGP. A formação das novas Forças Armadas foi precedida pela realização das primeiras eleições democráticas em Outubro de 1994, onde a RENAMO emigrou, como se disse, de movimento de guerrilha para Partido Político.

No contexto dos factores conjunturais regionais e internacionais que determinaram o fim da guerra em Moçambique e do *apartheid* na África do Sul, é importante destacar que existiu uma espécie de equilíbrio entre as concessões feitas pelos dois países, as quais mostraram-se cruciais para o fim do ambiente de conflitualidade na África Austral. A África do Sul, depois de ter percebido que o principal factor de conflitualidade, não só com Moçambique, mas com os restantes Estados da região estava no seu sistema político, decidiu enveredar por um processo de reformas políticas, a partir de 1990, que culminaram com o desmantelamento do sistema do *apartheid*. Moçambique, apercebendo-se que o principal factor de hostilidade da África do Sul para com o país estava relacionado com a via de desenvolvimento escolhida, levou a cabo, a partir de 1990, um processo de reformas políticas e económicas que conduziram ao fim do sistema socialista em Moçambique. Portanto, os dois países, aceitaram a mudança dos seus regimes porque estavam cientes de que os factores de conflitualidade entre ambos estavam nos seus sistemas políticos, pelo que decidiram estabelecer um equilíbrio mediante concessões que consistiram em remover o que os mantinham separados como inimigos.



## 1.1 DELIMITAÇÃO ESPÁCIO-TEMPORAL

No que concerne à delimitação espacial, importa referir que a pesquisa tem incidência sobre Moçambique e África Austral, pois constitui objectivo principal analisar as Estratégias de Segurança Nacional e de Política Externa adoptadas pelo governo para fazer face ao ambiente de hostilidade político-militar protagonizado pelos regimes de minoria branca da Rodésia e da África do Sul contra Moçambique.

O estudo tem um horizonte temporal que compreende o período entre 1975 e 1994. A opção por esta delimitação fundamenta-se por duas razões:

- a) porque 1975 é o ano em que Moçambique se torna independente da colonização portuguesa e o início subsequente do conflito interno desencadeado pela RENAMO e da guerra de desestabilização militar perpetrada pela Rodésia e pela África do Sul, justificada pela hostilidade destes dois regimes ao sistema político instituído em Moçambique;
- b) porque o ano de 1994 marca o fim formal da guerra em Moçambique e do sistema do *apartheid* na África do Sul, com a realização das primeiras eleições democráticas na história dos dois países.

No quadro que se segue, são apresentados os principais marcos históricos que descrevem os acontecimentos mais importantes que caracterizaram a região da África Austral ao longo do período em análise.

**Quadro 1 - Delimitação temporal e principais marcos históricos do estudo**

1975	1976	1980	1990	1992	1994
Independência e afirmação de Moçambique como um Estado de orientação socialista	Início do conflito interno e das agressões militares da Rodésia e da África do Sul	Independência do Zimbabwe e fim das agressões militares a partir deste país	Nova constituição em Moçambique e libertação de Nelson Mandela na África do Sul	Acordo Geral de Paz para Moçambique	Fim formal da guerra em Moçambique e do <i>apartheid</i> na África do Sul. Primeiras eleições democráticas na história dos dois países

Fonte: Autor da pesquisa

## 1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

O problema de pesquisa tem por objecto responder a seguinte pergunta de partida: *Que Estratégias de Segurança Nacional e de Política Externa foram tomadas pelo governo de*

*Moçambique para fazer face ao ambiente de conflitualidade derivado do conflito interno e das agressões militares dos regimes de segregação racial da África Austral?*

Diversa literatura vaticina que o ambiente de guerra que caracterizou Moçambique ao longo do período em análise, teve origem em factores exógenos conjugados com os endógenos em interacção, inerentes ao sistema político instituído pela liderança do novo Estado no período imediato à independência. “A guerra foi concebida, organizada e alimentada por fontes de fora de Moçambique, num ambiente internacional que não favorecia as opções políticas escolhidas pelo governo de Moçambique” (NILSSON, 2001, p. 155).

A análise sobre o problema da presente pesquisa proporciona uma leitura sob diferentes ângulos, dos quais importa referenciar apenas três: o interno, o regional e o internacional. **No contexto interno** refira-se que a estratégia da guerra de guerrilha desenvolvida por Mao Tsé Tung, Che Guevara e outros, foi implementada com sucesso pela FRELIMO durante a guerra de libertação nacional, e foi determinante para a vitória final contra a colonização portuguesa em Moçambique. Logo após a independência, o novo governo começou a ser confrontado por um conflito interno desencadeado pela RENAMO<sup>2</sup> e pelas agressões militares da Rodésia e da África do Sul. Porém, avaliando pela forma como o conflito foi combatido, é lícito aferir que o governo moçambicano esteve em altura de fazer frente ao conflito, pois conseguiu resistir com determinação ao ambiente de conflitualidade protagonizado pela RENAMO e pelas agressões militares externas levadas a cabo pela Rodésia e pela África do Sul.

**O contexto regional** alicerça-se na visão de Buzan e Weaver (2003), que defendem a existência de padrões duráveis de amizade e inimizade entre grupos de Estados cujas preocupações de segurança estão estreitamente interligadas e interdependentes, sendo que os problemas de segurança dos Estados integrantes do CRS, não podem ser analisados e resolvidos de maneira separada. Trazendo esta leitura para o contexto da África Austral, constata-se a existência de relações de inimizade entre os regimes de segregação racial da Rodésia e da África do Sul, e os Estados da África Austral.

Importa sublinhar que, durante o período em estudo, e segundo constata Abrahamsson (1998), a análise da situação de segurança foi sempre feita em termos da superioridade militar

---

<sup>2</sup> O contexto histórico do conflito interno em Moçambique revela que a formação da RENAMO foi obra dos serviços secretos rodesianos, denominados CIO - *Central Intelligence Organisation*. Segundo NILSSON (2001, p. 52), o falhanço da operação portuguesa “Nó Górdio” contra a FRELIMO, motivou os rodesianos a sentirem necessidade de intervenção em Moçambique. Essa intervenção visava travar as actividades do Exército Africano de Libertação Nacional do Zimbábue (ZANLA, braço armado da ZANU), que cooperava com a FRELIMO na fronteira entre Moçambique e Rodésia. Importa ainda referir que na formação do MNR, os rodesianos contaram com a colaboração dos antigos comandos do exército português e da polícia secreta.

da África do Sul e das suas agressões contra os países vizinhos. Esta leitura liga-se ao facto de que por detrás da assimetria militar, existiam duas ameaças recíprocas sendo cada uma delas baseada nos seus respectivos princípios ideológicos no quadro da Guerra Fria. A CONSAS (Constelação dos Estados da África Austral) e a Estratégia Total Nacional, constituem respostas encontradas pela África do Sul para conter o que considerava de ‘ameaças’ vindas dos Estados da região. No mesmo contexto, os restantes Estados da África Austral sentiram-se compelidos a criar a Linha da Frente - uma organização política que tinha em vista coordenar as acções de combate ao racismo e ao *apartheid* na região, e um importante ponto de partida para a construção da segurança colectiva.

**Do ponto de vista internacional**, o conflito na África Austral pode ser explicado à luz das clivagens ideológicas entre os sistemas capitalista e socialista, à frente dos quais estavam os Estados Unidos e a União Soviética, respectivamente. A independência de Moçambique em 1975 e a subsequente institucionalização do socialismo como via de desenvolvimento em 1977, serviu de elemento catalisador para a presença das duas superpotências na região, facto que favoreceu o ambiente de conflitualidade entre os regimes de segregação racial e os Estados da África Austral.

Fazendo uma leitura analítica da situação político-militar prevalecente na África Austral, é lícito considerar que o conflito entre, por um lado, os regimes de segregação racial da Rodésia e da África do Sul e por outro, os países da África Austral, articula-se de forma evidente com a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança ao enquadrar o conflito regional dentro do padrão global das superpotências. No contexto desse conflito, os Estados Unidos interpretaram a Estratégia Total sul-africana como uma resposta à crescente ameaça da expansão comunista na região. No mesmo âmbito, o governo sul-africano conseguiu que os Estados Unidos se juntassem à sua estratégia através do “Engajamento Construtivo”, fazendo com que o conflito na África Austral se apresentasse como um conflito ideológico leste-oeste. A presença da União Soviética na região articulou-se por intermédio de Angola e Moçambique, dois países que tinham optado pelo modelo socialista para a construção dos novos Estados. Os dois países contaram com o suporte da URSS e de outros Estados do bloco socialista para enfrentar as guerras de agressão levadas a cabo pelos regimes racistas apoiados pelos Estados Unidos e outros países ocidentais. Portanto, a análise sobre esses acontecimentos leva ao entendimento de que a presença das duas superpotências terá exacerbado o clima de conflitualidade na África Austral, que se traduziu na guerra de agressão contra Moçambique e outros Estados da região.

A combinação dos factores internos e externos de conflitualidade em Moçambique analisados nos parágrafos precedentes, conjugados com a própria dinâmica do conflito, permitem perceber que o governo moçambicano sempre procurou encontrar formas de fazer face ao conflito interno e às agressões militares externas, mormente da implementação das Estratégias de Segurança Nacional e de Política Externa que o permitiram enfrentar o clima de guerra. A precariedade das condições de segurança decorrente da guerra, constituiu uma séria preocupação, não apenas dos diferentes segmentos da sociedade que eram os que mais sofriam directamente dos efeitos da guerra, mas sobretudo do governo, por caber a este o dever de encontrar soluções para o fim do conflito. Apesar do clima de hostilidade prevalente, a realidade subjacente evidencia que o governo conseguiu fazer face ao conflito e manteve um ambiente relativo de segurança um pouco por todo o país. Neste contexto, a necessidade de compreender as medidas tomadas pelo governo moçambicano para combater o conflito interno e as agressões militares externas, surge a presente pesquisa que tem por objectivo analisar as Estratégias de Segurança Nacional e de Política Externa adoptadas pelo governo para combater o ambiente de guerra imposto pela RENAMO e pelos regimes racistas rodesiano e sul-africano.

### 1.3 OBJECTIVOS

Com vista à prossecução dos resultados desejados, são definidos os objectivos da pesquisa, que compreendem um geral e três específicos. Estes representam o meio através do qual é resolvido o problema de pesquisa e respondida a pergunta de partida.

#### 1.3.1 Objectivo Geral

Analisar as Estratégias de Segurança Nacional e de Política Externa assumidas pelo governo de Moçambique face aos regimes de segregação racial da África Austral, 1975/1994, no contexto de confrontação político-militar entre estes regimes e os Estados da região.

#### 1.3.2 Objectivos Específicos

- a) Descrever o surgimento de Moçambique como um novo Estado e sua inserção nos planos regional e internacional;

- b) Caracterizar o Complexo Regional de Segurança e os factores de confrontação político-militar entre os Estados da África Austral e os regimes de segregação racial da Rodésia e da África do Sul;
- c) Analisar as Estratégias de Segurança Nacional e de Política Externa assumidas pelo governo de Moçambique para fazer face ao conflito interno e às agressões militares externas movidas pelos regimes racistas da Rodésia e da África do Sul.

#### 1.4 HIPÓTESES

Para dar explicação sobre os factores conjunturais regionais e internacionais que influenciaram sobre a segurança nacional de Moçambique, são apresentadas as hipóteses que depois deverão ser testadas para confirmar a autenticidade dos resultados obtidos. Estas compreendem uma geral e três específicas.

##### 1.4.1 Hipóteses Geral

A hostilidade político-militar dos regimes de segregação racial da Rodésia e da África do Sul contra Moçambique no contexto da Guerra Fria, forçaram o governo a definir Estratégias de Segurança Nacional e de Política Externa, que tinham em vista fazer face ao conflito interno e às agressões militares externas, entre 1975 e 1994.

##### 1.4.2 Hipóteses Específicas

- a) a opção pelo sistema socialista como via de desenvolvimento nacional assumida pela liderança do novo Estado, constituiu um factor de inserção de Moçambique nos planos regional e internacional;
- b) a existência dos regimes de segregação racial na África Austral, aliada à conjuntura do sistema internacional no contexto da Guerra Fria, constituíram factores de confrontação político-militar entre estes regimes e os Estados da região;
- c) o conflito interno movido pela RENAMO e as agressões militares da Rodésia e da África do Sul, forçaram o governo moçambicano a definir Estratégias de Segurança Nacional e de Política Externa para a defesa do país.

## 1.5 QUESTÕES DE PESQUISA

- a) que factores internos e externos favoreceram a escolha do socialismo como via de desenvolvimento de Moçambique?
- b) que Estratégias de Segurança Nacional e de Política Externa foram tomadas pelo governo de Moçambique para fazer face ao conflito interno e às agressões militares da Rodésia e da África do Sul?
- c) que estratégias militares foram tomadas pelo governo moçambicano para fazer face ao clima de guerra desencadeada pela RENAMO e pelos regimes racistas rodesiano e sul-africano?

## 1.6 JUSTIFICATIVA

O estudo sobre as Estratégias de Segurança Nacional de Moçambique face aos regimes de segregação racial da África Austral, 1975 / 1994, é deveras de extrema importância. Visto que o tema se relaciona com a problemática de confrontação político-militar entre os Estados da África Austral e os regimes racistas da Rodésia e da África do Sul, resulta importante conhecer as medidas tomadas pelos Estados da Linha da Frente com vista a coordenar os mecanismos de apoio aos movimentos de libertação na região e a criação de alicerces para a segurança colectiva.

Apesar de existir diversa literatura que aborda as dinâmicas de construção do novo Estado em Moçambique e sua inserção nos planos regional e internacional, constata-se a escassez de fontes bibliográficas atinentes às Estratégias de Segurança Nacional e de Política Externa assumidas pelo governo moçambicano para fazer face ao conflito interno e aos regimes de segregação racial da África Austral, entre 1975 e 1994. Por este facto, o autor desta pesquisa entende que o estudo poderá constituir uma importante fonte de consulta para aqueles que pretenderem aprofundar estudos sobre segurança, conflito e cooperação em Moçambique e África Austral.

Considerando que o processo de construção do Complexo de Segurança da África Austral esteve inserido na óptica global de confrontação ideológica entre os sistemas capitalista e socialista pelo controlo das zonas de influência, é de estimar a necessidade de entender a lógica do conflito regional como reflexo da conjuntura do sistema internacional em

interacção, e seu impacto sobre Segurança em Moçambique, traduzido pelo conflito interno e pelas agressões militares externas.

Tendo em linha de conta que a formação do CRS encontra-se intrinsecamente associada à necessidade de consolidação do processo de integração e do desenvolvimento económico dos países membros, mostra-se pertinente conhecer os esforços desenvolvidos pelos Estados da África Austral destinados a reduzir a dependência económica em relação à África do Sul e ao resto do mundo, no contexto dos objectivos prescritos no protocolo constitutivo da SADCC.

Quanto aos procedimentos metodológicos, o estudo foi realizado com recurso ao modelo de pesquisa aplicada baseada na abordagem qualitativa, na combinação do método histórico e na utilização das pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Em termos operacionais, o estudo esteve baseado em leituras de textos científicos, legislação oficial, revistas, jornais, livros doutrinários específicos sobre o tema disponíveis em diversas bibliotecas da Cidade de Maputo, bem como em documentos disponibilizados na *internet* como livros, revistas, teses, artigos, etc. Nos parágrafos que seguem, é explicada a pertinência e a aplicabilidade de cada modelo metodológico para a pesquisa.

A pesquisa bibliográfica (GIL, 2008; FERRAZ, 2003; GRESSLER, 2003) foi aplicada como fonte imprescindível de informações relativas ao objecto de estudo e constituíram um complemento de valor acrescido aos dados recolhidos em entrevistas e na pesquisa documental. A análise incidiu sobre os materiais bibliográficos que retratam:

- a) a pesquisa exploratória que permitiu o levantamento de literatura atinente ao objecto de estudo e subsequente formulação do tema, do problema de pesquisa, dos objectivos e das hipóteses;
- b) a conjuntura política global no quadro da Guerra Fria e sua relação com os desenvolvimentos políticos na África Austral, os quais terão produzido um profundo impacto sobre a situação política vivida em Moçambique, entre 1975 e 1994;
- c) os processos de integração regional e os alicerces de uma defesa colectiva como uma medida encontrada pelos ELF para erradicar o racismo e o *apartheid* na África Austral.

A pesquisa documental, baseada em autores como Ferraz (2003, p. 132), Ludke e André (1986, p. 38), foi aplicada na colecta de dados mediante acesso às fontes pertinentes, constituídas por diversos documentos oficiais de carácter legislativo e outros relativos ao

objecto de estudo como jornais, revistas, teses, isto por um lado. Por outro, a pesquisa documental foi também usada para complementar as informações referentes ao conteúdo da pesquisa, obtidas através da pesquisa bibliográfica e das entrevistas.

A pesquisa de campo esteve assente na visão de Gil (2008) sobre metodologias de pesquisa científica e teve a sua aplicabilidade durante a fase de colecta de dados através de entrevistas. As mesmas foram direccionadas a indivíduos criteriosamente seleccionados por possuírem valiosas informações relativas aos factos que foram objecto da pesquisa.

A opção pelo método histórico cingiu-se nos postulados de Lamego (1990, p. 120/124) e esteve assente na necessidade de entender:

- a) o processo histórico de surgimento do Complexo Regional de Segurança da África Austral;
- b) os factores de conflitualidade regional e internacional prevaletentes e que produziram a guerra em Moçambique ao longo do período em análise;
- c) as razões que levaram o governo moçamicano a instituir a via de desenvolvimento socialista e as consequências decorrentes desta opção política;
- d) as Estratégias de Segurança Nacional e de Política Externa adoptadas pelo governo para enfrentar o conflito interno levado a cabo pela RENAMO e as agressões militares externas desencadeadas pelos regimes racistas rodesiano e sul-africano.

Como instrumento de colecta de dados foi usada a entrevista. Tomando como base as teses de Alberti (2004) sobre os instrumentos de colecta de dados, importa argumentar que as entrevistas foram semi-estruturadas, sendo a sua operacionalização feita a partir de determinados indivíduos criteriosamente seleccionados, tendo estes fornecido informações importantes relacionadas com o objecto de estudo. A realização das entrevistas consistiu num contacto prévio com as individualidades seleccionadas e marcação da data para a entrevista. O processo da colecta de dados foi realizado com o consentimento dos entrevistados e, em alguns casos, mostrou-se necessária a observância dos procedimentos éticos de pesquisa, como sejam, a garantia do anonimato, da confidencialidade e da privacidade dos sujeitos envolvidos.

A escolha dos entrevistados baseou-se na visão de Marconi e Lakatos (2002) sobre pesquisa científica e teve em conta o facto destes constituírem uma importante fonte de informações sobre os principais desenvolvimentos políticos em Moçambique e África Austral, e sua relação com as dinâmicas do sistema internacional decorrentes da confrontação ideológica leste-oeste no contexto da Guerra Fria. O plano de acção para as entrevistas



consistiu na selecção de dez (10) indivíduos, tendo as mesmas sido realizadas entre 2019 e 2020. Os indivíduos seleccionados integram personalidades que:

- a) exerceram cargos políticos na esfera governativa do país, entre 1975 e 1994;
- b) tomaram parte na guerra pela independência de Moçambique e;
- c) tomaram parte na guerra contra a RENAMO e contra as agressões militares rodesianas e sul-africanas (Ver MARCONI & LAKATOS 2002).

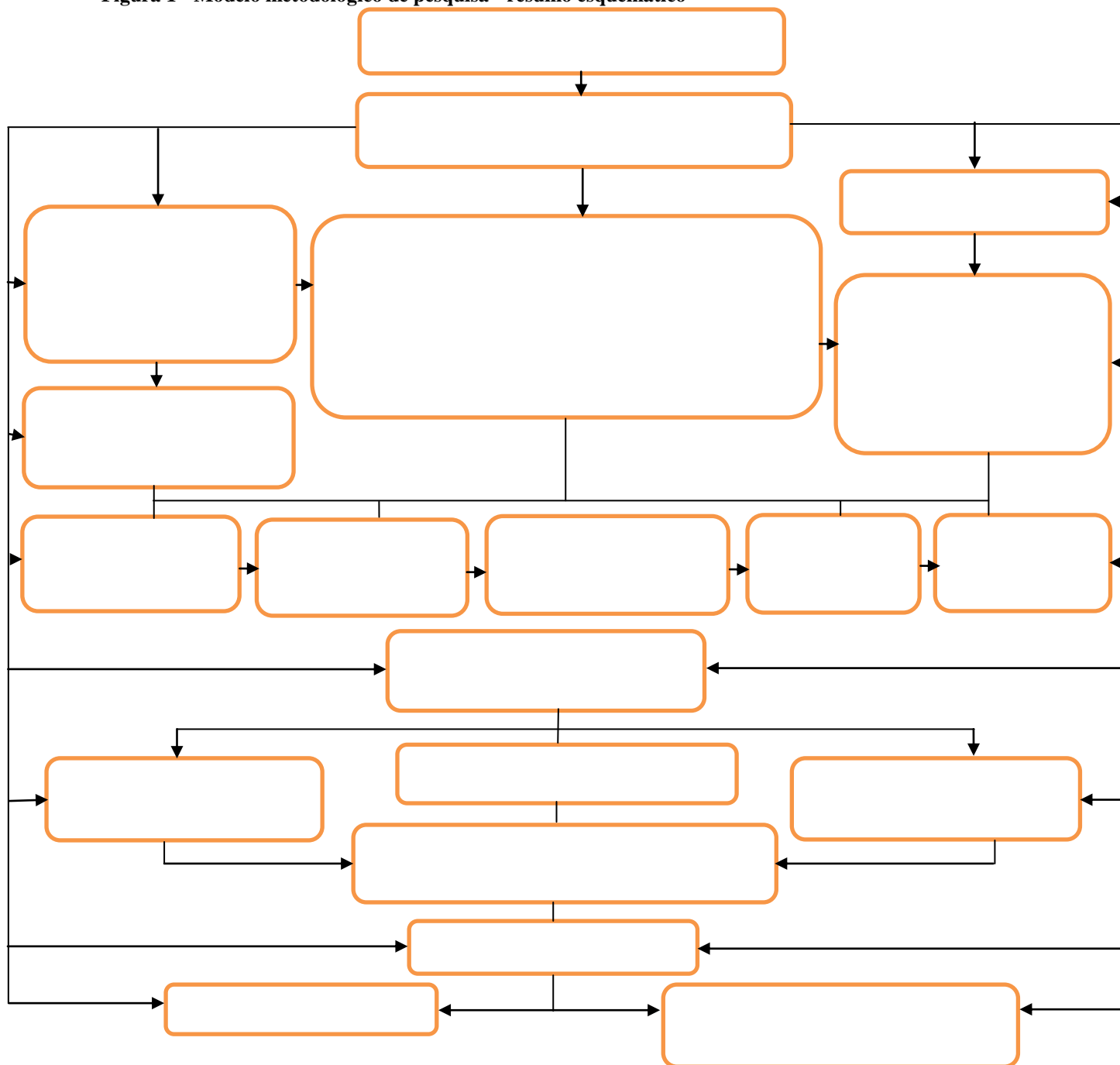
No que concerne à teoria de Amostragem<sup>3</sup>, Marconi e Lakatos (2002) apresentam diferentes opções metodológicas para a escolha da amostragem, tendo em conta a natureza dos indivíduos que devem ser envolvidos na pesquisa. Para a presente pesquisa, importa explicar que foi aplicada a Amostragem Não Probabilística Intencional e a partir desta foi efectuada a selecção de indivíduos directamente ligados às fontes de informação atinentes ao objecto de estudo. O critério observado para a selecção dessas personalidades teve em conta o domínio e experiência sobre as matérias ligadas aos desenvolvimentos políticos em Moçambique e África Austral.

**Quadro 2 - Amostra e instrumento de recolha de dados (entrevistas semi-estruturadas)**

N/O	População alvo (Categorias)	Entrevistas semi-estruturadas	
		Número de entrevistados	Total
01	Políticos - membros do governo que exerceram funções entre 1975 e 1994	03	10
02	Combatentes da guerra de libertação nacional	03	
03	Combatentes do conflito interno e das agressões militares externas	04	

Fonte: autor da pesquisa.

<sup>3</sup> Disponível em [www.ebah.com.br/content/ABAAABNXgAD/](http://www.ebah.com.br/content/ABAAABNXgAD/) Amostragem (MARCONI E LAKATOS, 2002). Acesso em: 27 de Dezembro de 2017: 20.15 horas.

**Figura 1 - Modelo metodológico de pesquisa - resumo esquemático**

Fonte: autor da pesquisa

## 1.7 SÚMULA DOS CAPÍTULOS

Quanto à estrutura, importa referir que a tese articula-se, para além da introdução, por quatro capítulos. Na introdução apresenta-se o desenho da pesquisa que inclui a apresentação do tema e sua justificativa, a delimitação espaço-temporal e o problema, os objectivos e as hipóteses, as questões de pesquisa e a metodologia aplicada.

O primeiro capítulo é relativo ao enquadramento teórico-conceptual da pesquisa e tem como destaque a teoria dos Complexos Regionais de Segurança, um suporte teórico com melhor enquadramento ao objecto de pesquisa, sobretudo quando se analisa as dinâmicas de segurança, conflito e cooperação na África Austral.

No segundo capítulo faz-se uma breve retrospectiva da emergência do nacionalismo moçambicano e da luta de libertação nacional, a qual resultou no surgimento de Moçambique como um novo Estado e que procura a sua inserção nos contextos regional e internacional. Analisa-se os factores que influenciaram a liderança da FRELIMO a optar pelo modelo socialista de desenvolvimento, incluindo as consequências políticas e económicas que resultaram desta escolha política. Por último, faz-se análise sobre a emergência do conflito interno e das agressões militares externas como corolário dos factores conjunturais internos, regionais e internacionais em interacção.

O terceiro capítulo centra a análise sobre a convergência das estratégias sul-africana e norte-americana de luta contra o comunismo na África Austral, facto que motivou a criação dos Estados da Linha da Frente - uma organização política que tinha por objectivo coordenar as acções de luta comum contra o racismo e o *apartheid*. O capítulo encerra com um olhar sobre as transformações políticas operadas na África Austral e que concorreram para o fim do sistema do *apartheid* na África do Sul.

O quarto capítulo tem como foco central as Estratégias de Segurança Nacional e de Política Externa tomadas pelo governo de Moçambique para fazer face ao conflito interno e às agressões militares externas. Analisa-se a construção das Forças Armadas e a sua capacidade militar para enfrentar o ambiente de guerra. Analisa também a estratégia militar seguida pelas Forças Armadas de Moçambique para enfrentar a guerra, e por fim, faz-se um relance sobre as mudanças políticas internas face à conjuntura geopolítica regional e internacional.

## 2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

Uma análise substantiva do presente estudo leva ao entendimento de que a natureza da pesquisa conjugada com os conceitos-chaves, permitem concluir que a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (CRS) possui um perfeito enquadramento ao objecto de estudo, dado que permite visualizar os factores que terão influenciado as lideranças dos Estados da África Austral, em particular de Moçambique, a perceber que nenhum país estaria em condições de garantir a sua Segurança Nacional de forma isolada, daí a necessidade de uma interdependência securitária dos Estados da região. Nas páginas que se seguem, são discutidos os conceitos-chaves que conformam a pesquisa e sua relação com a teoria em apreço.

### 2.1 COMPLEXO DE SEGURANÇA

O conceito de Complexo Regional de Segurança (CRS) constitui uma teoria formulada pela Escola de Copenhaga por Buzan e Weaver (2003), onde os dois autores fazem destaque à análise da problemática de Segurança Internacional no contexto de integração regional. A partir das abordagens de Buzan e Weaver, muitos autores passaram a interessar-se em aprofundar pesquisas atinentes à relação entre as dinâmicas internas e regionais de Segurança e de conflitualidade, e a relação entre as componentes regionais e internacionais desta.

Barry Buzan, na sua obra *People, States and Fear* (1991), procura caracterizar uma região e considera que esta “é um subsistema distinto e significativo das relações de Segurança existentes entre um grupo de Estados, cujo destino está determinado pela contiguidade geográfica em que estes se encontram” (BUZAN, 1991, p. 188)<sup>1</sup>. “A região refere-se a um nível onde os Estados ou outras unidades encontram-se intimamente ligados de modo que as suas seguranças não podem ser analisadas de forma separada das outras. O nível regional é onde ocorrem os extremos de interacção da Segurança Nacional e global, e onde mais acções ocorrem” (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 43)<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Original em inglês: [...] ‘region’ means that a distinct and significant subsystem of security relations exists among a set of states whose fate is that they have been locked into geographical proximity with each other.

<sup>2</sup> Original em inglês: The region [...] refers to the level where states or other units link together sufficiently closely that their securities cannot be considered separate from each other. The regional level is where the extremes of national and global security interplay, and where most of the action occurs.

Em termos conceptuais, Buzan apresenta o conceito original do Complexo de Segurança e define-o como “conjunto de Estados cujas principais percepções e preocupações referentes a Segurança, são tão interligadas que os seus problemas de Segurança Nacional não podem ser analisados ou resolvidos de maneira separada” (BUZAN et al. 1983, p. 106).

A definição de Buzan realça um aspecto importante relacionado com o facto de que os Estados que se encontram inseridos num determinado espaço geográfico, têm a percepção de que dificilmente poderão resolver os seus problemas de segurança de forma isolada, daí a necessidade de conceber políticas comuns de segurança regional.

Buzan afirma que “ao se definir Segurança Regional, o elemento fundamental que deve ser acrescido às relações de poder é o padrão das relações de amizade ou de inimizade entre Estados” (BUZAN, 1991, p. 189)<sup>3</sup>. “Os relacionamentos de amizade variam desde uma real amizade até expectativas de protecção e apoio”. “Os de inimizade são definidos por desconfiança e medo” (BUZAN & WEAVER, 2003, p. 189-190)<sup>4</sup>. Assim, para estes autores, os Subsistemas Regionais de Segurança podem ser vistos em termos dos padrões de amizade e de inimizade que são essencialmente confinados dentro de uma área geográfica específica. Para Buzan, o padrão de relacionamento existente numa dada região, irá determinar a natureza do Complexo de Segurança prevalente. A conflitualidade ou a cooperação, estão em função de aproximação ou de afastamento dos Estados inseridos numa determinada área geográfica. Assim, as rivalidades dentro do Complexo de Segurança, seriam acrescidas em função do apoio de uma grande potência, fazendo com que o Estado com o melhor acordo e força dentro do complexo, determine a dinâmica regional, para pior, ou melhor (BUZAN 1991, p. 190). Para Buzan, o outro elemento de distinção dos Complexos Regionais de Segurança é a interdependência dos actores estatais em matérias de segurança, o que configura a existência de uma dependência mútua entre eles<sup>5</sup>.

Ainda sobre o conceito de interdependência, Mbebe (2010, p. 24), constata que esta é mais notória no âmbito regional, devido à existência de três factores:

---

<sup>3</sup> Original em inglês: *In defining regional security, the principal element that must be added to power relations is the pattern of amity and enmity among states.*

<sup>4</sup> Original em ingles: *By amity [...] mean relationships ranging from among states genuine friendship to expectations for protection or support. By enmity [...] mean relationships set by suspicion and fear.*

<sup>5</sup> Importa lembrar que o próprio conceito de Complexo Regional de Segurança apresentado por Barry Buzan deixa transparecer o carácter interdependente dos Estados em matérias de segurança, quando afirma que “[...] as principais percepções e preocupações dos Estados referentes a Segurança, são tão interligadas que os seus problemas de Segurança Nacional não podem ser analisados ou resolvidos de maneira separada” (BUZAN et al. 1983, p. 106).

- a) a proximidade geográfica dado que as ameaças políticas e militares são sentidas com maior facilidade em distâncias mais próximas;
- b) a interdependência pode emergir a partir dos padrões de amizade e inimizade entre os Estados dessa região. Por sua vez, os padrões de amizade e inimizade podem emergir da disputa pelo poder regional, das disputas fronteiriças e/ou territoriais, das disputas económicas, das disputas de grupos étnicos e das disputas ideológicas;
- c) a interdependência pode advir do medo, das rivalidades e da percepção mútua de ameaça entre os Estados dessa região.

“O que liga o amplo padrão de distribuição do poder entre as potências globais para as dinâmicas dos Complexos Regionais de Segurança, é o mecanismo de penetração. A penetração ocorre quando potências extra-regionais fazem alinhamentos da segurança com Estados inseridos num Complexo Regional de Segurança” (BUZAN; WEAVER, 2003, p. 46)<sup>6</sup>.

As afirmações dos autores nos três últimos parágrafos, configuram a realidade do Complexo de Segurança que perdurou durante o período de vigência do *apartheid* na África Austral, em que o carácter agressivo dos regimes de segregação racial, determinou a prevalência de um complexo de segurança de carácter conflituoso entre estes regimes e os restantes Estados da região. Os padrões de amizade / inimizade referidos por Buzan e Weaver (2003) e Mbebe (2010), constituíram o principal padrão de relacionamento entre estes regimes e os Estados da África Austral. Por outro lado, a existência de uma formação regional conflituosa, conferiu um padrão de interdependência securitária, determinado pela ameaça de guerra e expectativas do uso da violência pelo regime do *apartheid* contra Estados vizinhos. A interdependência securitária aqui referida, esteve em evidência quando, no decurso da guerra de desestabilização contra Moçambique, os Estados da região prestaram o seu apoio diplomático-militar ao governo moçambicano para fazer face ao conflito.

No mesmo contexto, o envolvimento de potências externas na região, em particular das duas superpotências, catalisou o clima de conflitualidade regional. A presença dos Estados Unidos, através de uma aliança estratégica com o regime do *apartheid* para lutar contra o comunismo na África Austral, denominada *Engajamento Construtivo*, e da União Soviética em auxílio aos governos de Angola e de Moçambique, acirrou o conflito ideológico das duas superpotências na região, o que determinou, por conseguinte, relações de conflitualidade entre

---

<sup>6</sup> Original em inglês: *What links the overarching pattern of distribution of power among the global powers to the regional dynamics of RSCs is the mechanism of penetration. Penetration occurs when outside powers make security alignments with states within an RSC.*

o regime do *apartheid* e os restantes Estados da África Austral, integrados na Linha da Frente e na SADCC. Moçambique e Angola foram os principais palcos dessa confrontação.

Fazendo uma ligação entre a teoria dos CRS defendida por Buzan e Weaver (2003) e as transformações do *status quo* e da ordem sistémica da África Austral, segundo Silva (2017), constata-se que o clima de conflitualidade entre os regimes de segregação racial e os restantes Estados da região esteve, por lado, centrado na resistência dos primeiros em se conformar com as mudanças políticas impostas pelo surgimento de novos Estados no cenário político regional. Por outro lado, os restantes Estados da região eram por transformações políticas radicais que alterassem a sua condição de subalternidade face à hegemonia dos regimes de minoria branca da Rodésia e da África do Sul. A presença de potências externas, particularmente dos Estados Unidos e da União Soviética, exacerbou o clima de conflitualidade, pois as duas superpotências mostraram a sua parcialidade ao se posicionarem em cada um dos extremos ocupados pelos protagonistas do conflito e, segundo critérios definidos por Silva (2017), seja para manter o *status quo* e a ordem sistémica regional, seja para a sua transformação.

### **2.1.1 Complexo Regional de Segurança da África Austral**

Hans Abrahamsson considera que durante muitos anos, a análise da situação de Segurança na África Austral tem sido feita em termos da superioridade militar da África do Sul e das suas agressões contra os países vizinhos. Ao mesmo tempo, essa imagem oculta o facto de que sob assimetria militar, existe uma ameaça mais complexa, em que os Estados da Linha da Frente têm representado uma ameaça muito maior contra a Segurança da África do Sul. Do lado sul-africano, esta ameaça foi percebida como muito mais séria do que a interpretação feita pelos dirigentes da Linha da Frente sobre a ameaça dirigida aos seus países (ABRAHAMSSON, 1998, p.312-314).

As independências de Angola e Moçambique em 1975, conjugadas com o clima de agressividade dos regimes segregacionistas sul-africano e rodesiano, constituíram elementos determinantes para o início de cooperação regional em matérias de Defesa e Segurança. O clima de tensão entre estes regimes e os novos Estados que estavam surgindo com o processo de descolonização, propiciou a prevalência de um Complexo de Segurança caracterizado por conflitos entre os dois lados.

Conforme vaticinam Buzan e Weaver (2003, p. 234)<sup>7</sup>, “o principal mecanismo de relacionamento era a interferência mútua em matérias de política interna, com os governos brancos por um lado, e os Estados da Linha da Frente por outro, onde cada lado apoiava grupos armados que actuavam nos territórios de cada lado”. [...] “Em 1979, os Estados da Linha da Frente (Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe) criaram a Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC) para tentar reduzir a sua dependência económica colectiva da África do Sul e obter mais ajuda do Ocidente”.

Esta realidade deixa transparecer que, no Complexo de Segurança da África Austral, encontram-se duas ameaças, sendo cada uma delas baseada nos seus fundamentos ideológicos. Por um lado, existia o receio dos Estados da região ficarem subordinados a uma África do Sul dominada por uma política do *apartheid*. Por outro lado, a população branca da África do Sul via os países vizinhos a transformarem-se em regimes de maioria negra. Esta situação propiciou o surgimento da CONSAS do lado sul-africano, e da SADCC por parte dos Estados da Linha da Frente. O surgimento das duas estratégias traduzia o clima de tensão existente na região onde, por um lado, o regime do *apartheid* pretendia subjugar economicamente os ELF, e por outro, estes últimos tentavam reduzir a sua dependência económica em relação à África do Sul e ao resto do mundo.

Importa referenciar que a criação dos Estados da Linha da Frente foi um marco importante para a região da África Austral, pois significou o início de coordenação das políticas de segurança dos Estados da região na luta contra os regimes de segregação racial da Rodésia e da África do Sul. O outro objectivo não menos importante consistiu em coordenar esforços, recursos e estratégias de apoio aos movimentos de libertação, nomeadamente, o ANC e o PAC da África do Sul; a SWAPO da Namíbia; a ZANU e a ZAPU da Rodésia.

### **2.1.2 Enquadramento teórico da Pesquisa**

O suporte teórico da pesquisa está assente na Teoria dos Complexos Regionais de Segurança formulada, conforme foi dito no subtítulo 1.1, pela Escola de Copenhaga, mas tomando como ponto de partida o estudo desenvolvido por Buzan e Weaver sobre os

<sup>7</sup> Original em inglês: *The principal binding mechanism defining the RSC was mutual interference in each other's domestic politics, with the white-ruled states on one side and the black-ruled 'frontline' states on the other playing mutual games of destabilisation by supporting armed insurgencies in each other's territories. In 1979 the frontline states (Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Mozambique, Swaziland, Tanzania, Zambia, and Zimbabwe) set up the Southern African Development Coordination Conference (SADCC) to try to decrease their collective economic dependency on South Africa and extract more aid from the West.*



Complexos Regionais de Segurança. A análise teórica tem a sua incidência sobre três períodos importantes que marcaram a história de Moçambique e da África Austral. O primeiro vigorou entre princípios dos anos 60 e finais de 70. Merecem destaque deste período as guerras de libertação e as independências dos países da África Austral com destaque para Angola e Moçambique. Os dois países, para além de terem constituído o epicentro de conflitualidade regional, constituíram, segundo constata Silva (2017), um sério desafio ao poder de minoria branca e à ordem regional até então prevalecente, marcada pela hegemonia dos regimes de minoria branca na Rodésia e na África do Sul em aliança com o regime colonial português. A emergência do conflito interno em Moçambique e o início das agressões militares rodesianas e sul-africanas logo após a independência, constituíram o ponto crítico do ambiente de hostilidade regional e internacional a que o país esteve sujeito.

O segundo período desenvolve-se entre 1975 e 1989 e teve como principais incidências o conflito interno desencadeado pela RENAMO e as guerras de desestabilização militar e económica levadas a cabo pelos regimes rodesiano e sul-africano contra Moçambique. Este período termina com o início das transformações políticas ao nível global que culminaram com o fim da Guerra Fria em 1989.

O terceiro e último período incide sobre finais dos anos 80 e princípios de 90. Constituem marcos importantes o fim da Guerra Fria no sistema internacional, o fim do regime do *apartheid* na África do Sul, o fim da guerra em Moçambique, as eleições democráticas em Moçambique e na África do Sul, em 1994.

Estabelecendo uma articulação entre a teoria de pesquisa e a ordem sistémica regional nos termos definidos pelos respectivos autores (BUZAN, 1998; SILVA, 2017), observa-se que os três períodos aqui indicados descrevem os estágios sucessivos de transformações políticas que começam nos anos 60 com o início da guerra de libertação de Moçambique, passando pela guerra de desestabilização militar e económica até ao AGP em 1992, quando os factores conjunturais regionais e internacionais já se mostravam favoráveis ao fim do ambiente de conflitualidade. A nova ordem sistémica regional, defendida Silva (2017), que emerge a partir de 1975 com a independência, impôs um sério desafio aos regimes racistas rodesiano e sul-africano, que procuraram contrariar tais mudanças promovendo a guerra de desestabilização contra Moçambique e outros países da região. Aliado a isso, constata-se que o contexto político externo (regional e internacional), exerceu uma influência sobre o comportamento da liderança em todos os períodos aqui referidos, pois esta sempre procurou ajustar os interesses nacionais às dinâmicas do ambiente político envolvente.

Consubstanciado nas considerações teóricas apresentadas por Barry Buzan no contexto dos CRS, existem outros autores que partilham a mesma visão teórica no que concerne à interdependência entre os Estados que se encontram inseridos no mesmo espaço geográfico. Destes, merecem destaque Keohane e Nye (2001) e Rudzic (2005). Keohane e Nye, consideram que os efeitos da interdependência geram a necessidade de cooperação cada vez mais estreita entre os Estados, pelo que é por meio desta coordenação política e de segurança que a acção de cooperação se torna mutuamente mais benéfica do que uma acção unilateral.

Entretanto, por razões de conveniência e da natureza do próprio estudo, a análise sobre o enquadramento teórico dos três períodos aqui referidos será feita no início de cada capítulo e na análise descritiva desses capítulos, por forma a se conferir maior compreensão, não apenas da conexão dos factores regionais e internacionais de hostilidade contra Moçambique, mas também das medidas tomadas pelo governo moçambicano e pelos Estados da região para fazer frente ao racismo e ao *apartheid* na África Austral.

## 2.2 ESTRATÉGIA (DE SEGURANÇA NACIONAL)

O conceito de Estratégia comporta diferentes percepções em decorrência do contexto e do campo específico em que este é aplicado, sendo comum a sua utilização nos contextos empresarial, educacional, político-militar (defesa e segurança), etc. No âmbito desta pesquisa, a esfera de aplicação é ao nível político-militar, pois é de interesse primordial abordar a estratégia do ponto de vista da defesa e segurança nacional e seu enquadramento teórico ao objecto de pesquisa.

Do ponto de vista de definição, o termo “Estratégia” sofreu ao longo do tempo, várias alterações próprias de um processo evolutivo, que remonta desde o período clássico até os tempos modernos. Nisto, Clausewitz (1984, p.138), define Estratégia como “a teoria relativa à utilização dos engajamentos ao serviço da guerra” ou “a arte de ligar os combates uns aos outros.”

Hart (2014), no seu livro “*La Estrategia de la Aproximación Indirecta*” (edição electrónica), define Estratégia como arte de distribuir e aplicar os meios militares para atingir os fins da política”. E acrescenta que “a Estratégia depende, primeiro e acima de tudo, de um cálculo e coordenação coerentes de objectivos e meios”.

Embora a definição de Hart se mostre um pouco mais elaborada que a de Clausewitz, ambas pecam pela simplicidade, pois somente dão maior realce ao elemento militar na sua asserção operacional, descurando de incidir a análise sobre o elemento estratégico.

Para Gray (1999), Estratégia “é a capacidade de coordenar e articular, de orquestrar os meios e os fins, de integrar as diversas componentes que contribuem para as políticas de Segurança e Defesa, nomeadamente, a Política, a Economia e as Forças Armadas”. No mesmo contexto, Arge (2006), na sua obra “*Estrategic Teor For The 21st Century*” conceptua a Estratégia como “a arte e a ciência de desenvolver e utilizar os instrumentos de poder político, económico, psicológico e militar de acordo com as directivas políticas para criar os efeitos necessários à protecção dos interesses nacionais relativamente a outros Estados, actores ou circunstâncias.”

Das formulações de Gray e Arge, pode-se depreender que a estratégia é orientada para a definição dos objectivos de defesa e segurança, a mobilização dos recursos necessários para a prossecução dos interesses e dos objectivos nacionais definidos pelo poder político nacional. Existe também o entendimento de que a estratégia evidencia-se na análise dos problemas ligados a Segurança e dos factores que podem implicar o uso da força para atingir determinados objectivos políticos.

Luis Fernando Barroso apresenta uma hierarquização da estratégia, que reflecte os níveis diferenciados de decisão política.

No topo está a Estratégia Total, Integral ou Global, que é decidida ao nível mais alto do Estado e está directamente relacionada com as diretrizes políticas definidas. No nível intermédio estão as estratégias gerais que derivam das missões atribuídas pela Estratégia Total e, segundo os instrumentos do poder, estas podem dividir-se em económica, diplomática, militar, etc., podendo a sua formulação encontrar-se ao nível dos Ministérios. As estratégias particulares conformam as divisões das estratégias gerais que são definidas e emanadas através dos departamentos que constituem os Ministérios. A tática é o meio através do qual se processa a operacionalização dos objectivos estratégicos (BARROSO, 2008, p. 14).

No que concerne à direcção estratégica, Barroso (2008) e Valente (2014) defendem que para cada nível da estratégia deve existir um responsável, cabendo ao governo a condução da estratégia total, auxiliado por conselheiros especializados.

No âmbito desta pesquisa, a Estratégia é entendida como um instrumento de poder político-securitário aplicado pelo Estado moçambicano na concepção das Estratégias de Segurança Nacional e de Política Externa para enfrentar o clima de guerra movida pela RENAMO e pelos regimes racistas da Rodésia e da África do Sul.

A hierarquização da estratégia feita por Barroso, constitui a essência e o fundamento de organização política da estratégia, cuja concepção se realiza tendo em linha de conta, não apenas os objectivos que se pretende atingir, mas também os obstáculos que terão de ser enfrentados para que prevaleçam as metas traçadas pela esfera política do Estado. Os obstáculos aqui referidos são inerentes à dialéctica normal do funcionamento das instituições, que se funda no confronto de ideias na sua concepção e de procedimentos operacionais, tendo em consideração os instrumentos do poder do Estado disponíveis.

### **2.2.1 Relação entre Política, Estratégia, Defesa e Segurança Nacional**

Barroso (2008), Bagarei (2011) e Vicente (2014), dão enfoque à problemática da relação entre política, estratégia e tática. Nesta análise, os três autores convergem na ideia de que a Estratégia está relacionada com a Política e com a Tática, numa concepção hierárquica onde a política ocupa um lugar cimeiro. A Política comanda a Estratégia e esta orienta a Tática na implementação dos Objectivos Nacionais atinentes à Segurança e ao bem-estar da sociedade. Segundo estes autores, a política pode ser dividida em dois sectores, sendo o primeiro a Defesa Nacional, e o segundo, as actividades relacionadas com o progresso e o bem-estar social.

Para David (2001), a Política, a Estratégia e a Segurança são termos indissociáveis, mas que é preciso distingui-los, e tal distinção fundamenta-se no facto de que a Segurança inclui outras matérias que não são exclusivamente de âmbito militar, isto porque toda a Política de Segurança exige uma atenção especial à Defesa e à Estratégia. A Estratégia é o meio, um modo, um instrumento para garantir a Segurança e Defesa.

É importante notar que uma leitura substantiva sobre a relação entre os diferentes factores que conformam a Defesa e Segurança Nacional, leva ao entendimento de que o sucesso da Estratégia está determinada pelo papel assumido pela Política na liderança dos conceitos estratégicos da Defesa e Segurança. A Segurança Nacional aqui referida deve ser entendida como a condição que permite ao Estado preservar a sua identidade, soberania e integridade territorial, promover os seus interesses nacionais livre de quaisquer pressões e ameaças externas, garantindo aos seus cidadãos o exercício dos seus direitos e deveres nos marcos definidos pelos dispositivos jurídico-legais internos.

Fernandes e Duarte (1999, p. 112-116), Direccionam a sua análise na relação entre Defesa e Segurança. Nesta óptica, afirmam que a Defesa estabelece uma acção efectiva para a obtenção ou manutenção de um grau de Segurança. A Defesa funciona de forma reactiva, e

procura dissuadir ou responder ao dinamismo ameaçador ou agressivo de um outro Estado. A Defesa lida com aspectos eminentemente estratégico-militares da Política de Segurança. No mesmo contexto, a Defesa e a Segurança são conceitos dinâmicos multiformes que abarcam elementos que ultrapassam a simples lógica militar, ainda que dentro de um âmbito estratégico.

Um aspecto importante que importa realçar no estudo das dinâmicas da relação defesa/segurança, é inerente ao facto de muitos autores considerarem que a Segurança conta com todo um conjunto de instrumentos, não só de carácter militar, mas também diplomáticos, propagandísticos, económicos, sociais e outros, que reforçam o Ambiente Estratégico Nacional na implementação dos objectivos do Estado. Isto consubstancia a ideia de que existe na actualidade várias dimensões de segurança decorrentes do desmoronamento das concepções teóricas do realismo clássico que concebiam a segurança a partir de factores exógenos, circunscritos exclusivamente na protecção das fronteiras nacionais.

No entendimento de Tibola (2007, p. 42-57), a Segurança e a Defesa Nacional exigem uma Estratégia de Segurança Nacional, ou seja, uma acção em que os organismos governamentais trabalham em conjunto, agindo de forma articulada e coerente. Para este autor, o elemento importante na análise estratégica de segurança nacional, tem o seu foco no desenvolvimento de acções integradas e concertadas de defesa e segurança, facto que permite a criação de um plano estratégico que congrega instituições que lidam com matérias ligadas a Segurança Nacional.

A Escola de Comando e Estado-Maior do Exército do Brasil - ECEME (2011, p. 50-56), estabelece uma relação entre Política, Segurança e Objectivos. Para tal, postula que a Política Nacional desdobra-se em Política de Segurança Nacional e Desenvolvimento, em Política Interna e Externa. O Estado, sendo responsável pela condução dessas políticas, exerce uma política do governo. A Política Nacional está também relacionada com os Objectivos Nacionais que são concebidos pelo governo e contidos na Estratégia Nacional. No âmbito das relações internacionais, a ECEME sustenta que “a defesa externa está presente na formulação da política específica e nas acções estratégicas concernentes ao fortalecimento do poder nacional. As acções de Defesa Interna constituem respostas a ameaças específicas contra a Segurança Nacional no âmbito interno.” (ECEME, 2011, p. 54).

Conforme foi possível perceber, a relação entre Estratégia, Defesa e Segurança, guarda enfoque sobre a necessidade de estabelecer uma clara distinção do papel de cada um destes elementos na formulação dos objectivos estratégicos de Defesa e Segurança Nacional.

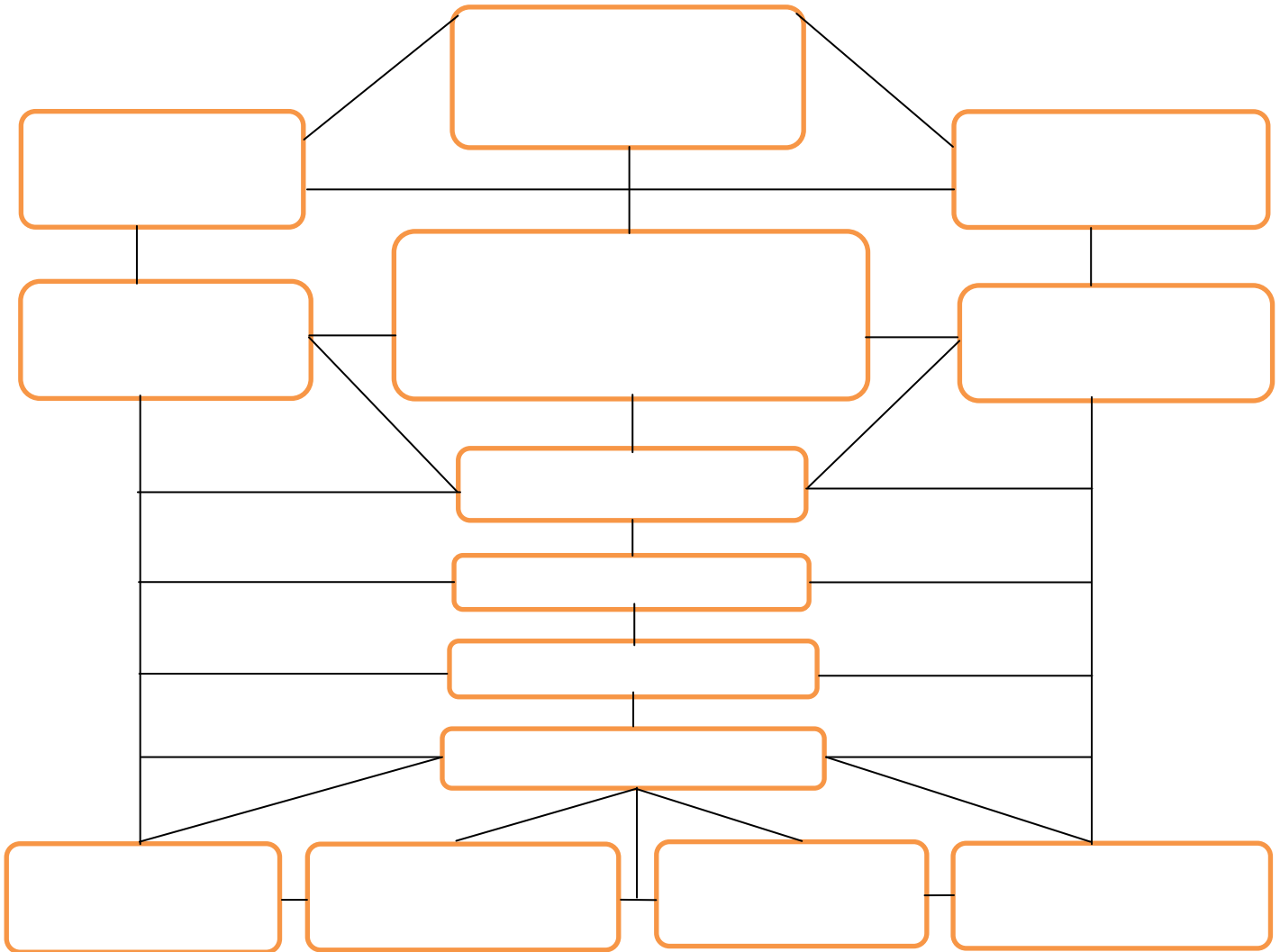
Também permite entender que a Defesa direcciona-se para a Segurança, mediante coordenação e articulação institucional de todos os factores intervenientes. Por outro lado, na análise das ameaças à Segurança Nacional, deve-se ter em consideração dois contextos: o externo e o interno. Quando têm origem em ambiente externo, significa que a Segurança Nacional será garantida mediante acções de Defesa Externa. Mas quando produzem efeitos a partir do interior do Estado, serão accionados mecanismos de defesa interna para a sua garantia e preservação.

O outro aspecto correlativo que merece especial atenção, é inerente à relação intrínseca entre defesa e segurança. A indissociabilidade dos dois conceitos permite aferir que na prossecução das Políticas de Segurança Nacional, surge a Defesa Nacional como um importante factor operacional, reunindo em torno de si todos os recursos humanos e materiais disponibilizados pelo Poder Nacional.

Por outro lado, resulta importante sublinhar que a prossecução dos Objectivos de Defesa Nacional, leva implícito o envolvimento da vontade nacional na sua concretização, de modo que todos se sintam comprometidos com os objectivos da Nação atinentes à Defesa e Segurança.

Na figura que se segue apresenta-se o resumo da relação entre os diferentes factores da Estratégia, Defesa e Segurança Nacional, abordada pelos autores citados nas páginas precedentes.

**Figura 2 - Resumo esquemático da relação entre os diferentes factores da Estratégia e da Segurança Nacional**



**Fonte:** Concebido pelo autor a partir das formulações de vários autores que abordam a relação entre os diferentes factores da Estratégia, Defesa e Segurança Nacional.

Tendo em consideração que a Política Nacional de Defesa e Segurança tem como base os Objectivos e os Interesses Nacionais do Estado, constata-se que esta sempre irá reflectir o contexto político nacional a partir do qual a liderança política da nação procurará sempre ajustá-la às diferentes dinâmicas conjunturais internas e externas, tendo em linha de conta a influência que estas exercem sobre a Segurança do Nacional. Entretanto, é importante sublinhar que, para além do pragmatismo da liderança na prossecução dos Objectivos e Interesses Nacionais, é imprescindível que a Nação disponha de recursos materiais e humanos para que o ideal de Segurança Nacional seja alcançado.

## 2.3 SEGURANÇA

Diversos autores entre os quais David (2001, p. 26-30) e Rudzit (2005, p. 304-308), apresentam diferentes definições do conceito ‘Segurança’ e muitas delas convergem na abordagem de aspectos ligados a vitalidade e proeminência do Estado no sistema global. Nas suas abordagens sobre o conceito, estes autores dão enfoque a questões como:

- a) a ausência da guerra;
- b) a prossecução dos Interesses Nacionais;
- c) a protecção dos Valores Fundamentais;
- d) a capacidade de sobrevivência;
- e) a resistência à agressão;
- f) a melhoria da qualidade de vida;
- g) o reforço do Poder do Estado;
- h) o afastamento das ameaças, entre outros.

Assim, em termos conceptuais, Mahoche (2015, p. 25), define Segurança como “ausência de ameaças militares e não militares que possam pôr em causa os valores centrais que uma pessoa ou uma comunidade querem promover, e que implicam um risco de utilização da força.”

Autores como Rudzit e Nogami (2010), defendem que o conceito de Segurança deve ser aplicado à Segurança do Estado sob dois prismas: primeiro, o território e suas instituições; segundo, a Segurança daqueles que representam a territorialidade e a institucionalidade deste. Na óptica destes autores, isto significa que uma situação de Segurança ou insegurança deve ser definida em relação às vulnerabilidades, tanto internas quanto externas, que ameaçam ou têm o potencial de derrubar ou enfraquecer as estruturas do Estado e o seu regime político.

O preceituado no parágrafo anterior infere para o entendimento de que a Segurança constitui um conceito vital para a sobrevivência da comunidade, pelo que o uso da força por essa comunidade, surge como uma medida excepcional destinada a combater os factores de insegurança. No mesmo contexto, é importante realçar que a existência de ameaças à Segurança de um determinado Estado, implica que este encontre legitimidade para uso da força como fundamento, facto que o leva a aplicar todos os meios ao seu dispor.

Fazendo uma breve retrospectiva sobre a evolução histórica do Estado, alguns autores convergem na ideia de que até finais do século XX, o conceito de Segurança não tinha conhecido grandes transformações posto que o Estado sempre manteve a prerrogativa de ser o único actor em lidar com assuntos de Segurança do território, das instituições e da sociedade.



No entanto, o fim da Guerra Fria em finais da década de 1980, ditou a necessidade de reformulação do conceito de Segurança<sup>8</sup>, dado que o Estado começou a ser confrontado com novas fontes de insegurança decorrentes dos processos de globalização, isto por um lado. Por outro lado, começaram a emergir outros actores (Organizações Internacionais, entidades da sociedade civil, instituições religiosas, etc.) que também passaram a interessar-se por assuntos de Segurança em todas as suas dimensões.

### **2.3.1 Segurança Nacional de Moçambique, 1975 - 1994**

Um olhar sobre Segurança em Moçambique permite considerar que, apesar de ainda não serem conhecidas as Estratégias de Segurança Nacional assumidas pelo governo moçambicano para fazer face ao conflito interno e as agressões militares externas, é lícito pressupor que a Política de Segurança Nacional formulada durante o período em análise, tenha tido a sua base de sustentação no realismo, pois segundo Abrahamsson (1998), o governo moçambicano analisava a Segurança Nacional somente em termos militares, descurando da necessidade de olhar para os outros factores também considerados importantes, como por exemplo, os de cariz económico, social e cultural. Na óptica deste autor, esta maneira de pensar, fez com que a liderança perdesse a possibilidade de ir ao encontro dos factores não militares nos quais se baseava a estratégia de desestabilização militar sul-africana. Assim, com o desenrolar da guerra, Moçambique perdeu a oportunidade de ir ao encontro das ameaças não militares contra a Segurança Nacional.

O exposto no parágrafo anterior, leva a concluir que a Política Externa e a Política de Segurança Nacional formuladas nesse período, não apenas se basearam nas experiências adquiridas durante a luta de libertação nacional, mas sobretudo na orientação ideológica que, partindo das circunstâncias conjunturais internas, regionais e internacionais, a FRELIMO foi construindo o futuro de Moçambique em termos da sua interacção nos contextos regional e internacional, e do formato da Segurança Nacional do período pós-independência.

Abrahamsson (1998, p. 100-107), falando da visão da liderança sobre Segurança em Moçambique e África Austral, vaticina que a direcção da FRELIMO foi marcada desde muito cedo por uma maneira de pensar em termos regionais e por esforços de cooperação dos

---

<sup>8</sup> Buzan (1991), fala da existência de 5 sectores na Segurança de um Estado: militar, societal, económico, político e ambiental. Cada sector tem a sua autonomia e ritmo próprio, não podendo muitas vezes ser controlado pelo Estado. Se um destes sectores estiver funcionando de forma deficitária, pode afectar a Segurança dos outros da mesma unidade (Estado), ou das outras unidades com as quais tenha relações de amizade, de dependência ou de cooperação.

Estados da região. No pensamento deste autor, a FRELIMO nutria a ideia de que para a África Austral se desenvolver no sentido de regimes de maioria negra, que facilitassem a cooperação regional, era necessário combater o colonialismo e o racismo na região. Com base neste pressuposto, a FRELIMO entendia que a libertação dos países vizinhos seria também uma condição necessária para a Segurança Nacional e desenvolvimento económico de Moçambique.

A análise da citação acima infere para a percepção de que a hostilidade dos regimes de segregação racial da África Austral contra Moçambique, tenha tido origem nas políticas seguidas pelo governo moçambicano logo após a independência. Uma dessas políticas está ligada à decisão do governo moçambicano de encerrar as fronteiras com a Rodésia em Março de 1976, em cumprimento das recomendações da ONU que decretara sanções económicas contra este país<sup>9</sup>. Este facto, aliado ao crescente apoio concedido a ZANU, tornou Moçambique vulnerável e alvo das agressões militares da Rodésia. Por outro lado, o papel activo assumido por Moçambique na formação dos ELF, da SADCC, e no aumento do apoio ao ANC, foram respondidos pela África do Sul que passou a implementar a Estratégia Total Nacional através da desestabilização económica e militar contra Moçambique ao longo do período em análise.

### 2.3.2 Acção Política dos Estados da Linha da Frente

Na África Austral, a existência dos regimes de segregação racial determinou, segundo afirma Schutz (2016, p. 01),

A necessidade de construção de uma identidade comum e de aproximação entre os Estados da região em torno dos problemas comuns de segurança. A criação dos ELF em 1977, representa essa percepção conjunta em torno de uma ameaça comum provinda dos regimes de segregação racial da Rodésia e da África do Sul. Os ELF surgem como um *fórum* de cooperação entre os Estados membros com o objectivo de coordenar as políticas de apoio aos movimentos de libertação nacional e reduzir a dependência económica dos países da região em relação à África do Sul.

A identidade comum referida por Schutz, encontra fundamento nas afinidades históricas, contiguidade geográfica e passado comum que caracterizam os povos da região, facto que lhes impeliu para uma maior aproximação com vista à prossecução de objectivos comuns.

Mbebe (2010, p. 37) considera que “de todos os arranjos regionais em matérias de segurança, a Linha da Frente foi efectivamente a mais importante e reconhecida estrutura que

---

<sup>9</sup> Importa referir que pela Resolução N° 253, de Maio de 1963, o Conselho de Segurança nas Nações Unidas decretou sanções económicas contra a Rodésia.

emergiu numa altura em que a luta contra o colonialismo e o racismo constituía o objectivo mais importante para a região”.

Zólua (2016), vaticina no mesmo contexto que “a Linha da Frente foi a primeira forma de Coordenação e Integração Regional formalmente reconhecida dos países da África Austral, e visava a mobilização e coordenação de esforços para fortalecer os movimentos de libertação nacional que lutavam contra o racismo e a opressão colonial”.

É importante notar que as constatações dos diferentes autores aqui citados, enaltecem a importância da Linha da Frente como um *fórum* de coordenação das estratégias de luta contra o colonialismo e o *apartheid*. Através da Linha da Frente, os Estados da região, para além de priorizarem acções de apoio aos movimentos de libertação, também deram primazia às relações de cooperação em várias vertentes, com destaque para as frentes económica, política, diplomática e securitária. Mais detalhes são fornecidos no capítulo III.

## 2.4 DEFESA (NACIONAL)

Na acepção de Cunha (2018, p. 03), a palavra *defesa* significa “acto de se defender. Aquilo que serve para defender. Acto ou forma de repelir um ataque”.

A Defesa, pela própria expressão do termo, exprime um conjunto de acções, o agir de alguém para se defender de algo que o ameaça. No contexto da Segurança do Estado, a Defesa diz respeito ao acto de se defender de qualquer ameaça, actual ou iminente, vinda de fora ou do interior do Estado e que tenha por finalidade atingir qualquer um dos elementos que o constitui: seu território, seu povo ou o poder político constituído, representado pela sua soberania, interna e externa (CUNHA, 2018).

O conceito de Defesa avançado por Cunha implica necessariamente que o Estado, para garantir a sua vitalidade como um corpo político, deve assegurar em primeira instância que a soberania do seu território e de suas instituições seja vista como a actividade primária da qual o Estado não pode abdicar ou relegar para um plano secundário. Isto significa que a defesa do território do Estado contra eventuais ameaças, terá de ser uma prioridade nacional.

Cunha assevera ainda que a percepção primária que se pode ter do termo Defesa, é de que este induz necessariamente ao

emprego das Forças Armadas em acções militares ou em esforços de guerra, com manobras ou movimentações de tropas, equipamentos, armamentos, etc., para defender o Estado de agressão actual ou iminente. Importa referir que os riscos, ameaças e agressões ao Estado podem existir e ocorrer também no âmbito interno, ou seja, dentro do seu próprio território, levadas a efeito por nacionais ou estrangeiros, por motivos e interesses variados (CUNHA 2018).

Conforme vaticinam Fernando e Duarte (1999, p. 112), “a Política de Defesa é, assim, a articulação entre os objectivos colocados pelo mais alto órgão político e os meios militares”. A ECEME (2011, p. 54) postula, por seu turno, que a Política de Defesa Nacional [...] é a “orientação do Poder Nacional no sentido de conquistar os Objectivos do Governo e mantê-los, superando ameaças e agressões de qualquer natureza que se manifestem ou possam manifestar-se contra a Segurança Nacional”.

O parágrafo acima permite perceber um aspecto importante relacionado com o papel assumido pelas Forças Armadas na concretização dos Objectivos Nacionais de Defesa definidos pelo Governo. O poder militar do Estado surge como um elemento determinante através do qual são implementadas as Políticas de Defesa Nacional contra ameaças, sobretudo de origem externa. Assim, a articulação entre as Políticas de Defesa Nacional e os meios militares a serem empregues, está em função dos Objectivos Nacionais definidos pelo Governo na esfera de Segurança Nacional.

O planeamento de defesa constitui uma etapa muito importante para a implementação da Política de Defesa, tendo em atenção os objectivos militares nacionais. Porém, é necessário que no planeamento da defesa, sejam tidas em consideração as estratégias que devem ser escolhidas para a sua operacionalização, mas tendo sempre em observância as ameaças e as prioridades estratégicas das Forças Armadas. Portanto, o sucesso das Políticas de Defesa, depende da forma como é feita a articulação entre o planeamento de defesa, estratégia e as prioridades que devem ser cumpridas pelas Forças Armadas.

A ECEME (2011, p. 50-52), fala da existência de diferentes tipos de Estratégia Nacional de Defesa, sendo de destacar os seguintes:

- a) **Estratégia da Presença** - Que preconiza a presença militar em todo o território nacional, com a finalidade de garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem, assegurar a soberania e a integração nacionais e contribuir de modo eficaz para o desenvolvimento nacional;
- b) **Estratégia da Dissuasão** - Que consiste na manutenção de forças suficientemente poderosas e aptas ao emprego imediato, capazes de se contrapor a qualquer ameaça pela capacidade de revide que representam;
- c) **Estratégia da Acção Independente** - Que é relativo ao emprego do Poder Nacional de um país, particularmente de sua expressão militar, de forma independente, por iniciativa e decisão de seu governo, quando estiverem ameaçadas

a consecução e a garantia de seus Objectivos Nacionais, com base no princípio da legítima defesa e mesmo à revelia dos organismos internacionais;

- d) **Estratégia da Aliança** - Consiste no emprego do Poder Nacional com preponderância da expressão militar, conjugada à expressão militar de um ou mais países, constituindo uma aliança ou coalizão de Estados cujos objectivos coincidam com seus interesses;
- e) **Estratégia da Ofensiva** - Preconiza a ideia de realizar as acções necessárias a enfrentar ameaças internas ou externas, por meio de acções ofensivas realizadas num quadro de conflito armado, mesmo em território estrangeiro, para facilitar operações em curso, sem qualquer intenção de anexação e com a finalidade de proteger os recursos nacionais;
- f) **Estratégia da Defensiva** - Assente na realização das acções necessárias para garantir a integridade do Território Nacional, para proteger a população e para preservar os recursos materiais do Estado;
- g) **Estratégia da Projecção do Poder** - Baseia-se na participação da expressão militar além-fronteiras, em situações que favoreçam o respaldo crescente de um país na cena internacional, seja por iniciativa própria ou por solicitação de organismos internacionais;
- h) **Estratégia da Resistência** - Consiste em desgastar, por meio de um conflito prolongado, um poder militar superior, buscando seu enfraquecimento moral pelo emprego continuado de acções não convencionais e inovadoras, como por exemplo, tácticas de guerrilha.

Importa salientar que todos os tipos de Estratégia Nacional de Defesa acima descritos, foram aplicados tanto durante a guerra de libertação nacional quanto no decurso da guerra de desestabilização militar desencadeada pela RENAMO e pelos regimes racistas da Rodésia e da África do Sul contra Moçambique. O grau de aplicabilidade de cada tipo esteve ligado a vários factores, como sejam, a situação conjuntural interna e externa, a natureza do inimigo que se estava combatendo e, sobretudo, a necessidade de preservar os interesses e os objectivos nacionais atinentes à vitalidade e sobrevivência, primeiro, da FRELIMO como um movimento de libertação que estava lutando contra o poder colonial e segundo, de Moçambique que procurava inserir-se como um novo Estado que estava emergindo nos cenários políticos regional e internacional.

### 2.4.1 Relação entre Defesa e Segurança

Rudzit e Nogami (2010), na sua abordagem sobre Defesa e Segurança do Estado, consideram que os conceitos de Defesa, Segurança, Política de Defesa, Política de Defesa Nacional, Política de Segurança Nacional, Planeamento de Defesa ou Estratégia de Defesa, são usados livremente e de forma a significarem quase a mesma coisa.

No que concerne particularmente ao *iten* em epígrafe, Cunha (2018) entende que os conceitos de “Defesa e Segurança correspondem a áreas distintas, mas apesar de realizadas em momentos e situações diferentes, são interdependentes, sendo certo que o comprometimento de qualquer deles implicará o comprometimento do outro”. O autor adianta que

Defesa e Segurança são interdependentes e abrangem as razões e políticas do Estado tanto interna como externamente. Contêm e legitimam uma das mais importantes prerrogativas da autoridade pública que é o monopólio legítimo e legal do uso da força para manter a ordem. Segurança é o dever do Estado de criar condições para que o indivíduo possa viver em comunidade livre de ameaças, em liberdade e bem-estar; é um estado em que a satisfação das necessidades e desejos está garantida pelo carácter daquilo que é firme ou daquele com quem se pode contar ou a quem se pode confiar inteiramente; a tranquilidade que dela resulta é a situação em que não há nada a temer. (CUNHA, 2018).

Das citações acima pode-se perceber que Defesa e Segurança são dois conceitos correlativos e indissociáveis, pois o primeiro constitui instrumento a partir do qual se leva a cabo a prossecução dos objectivos nacionais definidos pelo segundo. Ambos os conceitos visam os mesmos objectivos: a protecção do Estado e suas instituições e criação de um ambiente de segurança, bem-estar social e tranquilidade dos cidadãos.

Cunha (2018), acrescenta que “o conceito de Segurança está associado a um estado de protecção e o de Defesa envolve acções, atitudes e medidas”. “Defesa é o meio ou método de protecção; capacidade de resistir a ataque; equipamento ou estrutura de protecção; complexo industrial que autoriza e supervisiona a produção e aquisição de armamentos e demais recursos militares afins”. [...] “Enquanto a Defesa envolve medidas que incluem prioritariamente, a aplicação directa do instrumento militar estabelecidas com base num quadro definido de ameaças. Segurança pode estar relacionada com uma série de ameaças para as quais nem sempre se aplica resposta militar, como por exemplo, o crime organizado e a instabilidade socio-política, etc”.

As considerações de Cunha acerca da relação entre Defesa e Segurança levam ao entendimento de que a Defesa congrega os instrumentos do poder militar e as estratégias da

sua operacionalização, tendo em linha de conta a natureza das ameaças identificadas à Segurança Nacional e que possam enfraquecer ou mesmo comprometer a própria sobrevivência do Estado. A Segurança Nacional tem na Defesa Nacional um instrumento imprescindível que a permite fazer face às ameaças, sobretudo aquelas que põem em causa a soberania nacional e a integridade territorial do Estado.

No que concerne à abordagem dos diferentes factores de Defesa e Segurança Cunha (2018), entende que

A Segurança Nacional diz respeito a uma série de factores, condições, situações, enfim, ao estado que possibilita a realização dos fins e objectivos do Estado, pelo que esta exige um funcionamento sincronizado de todas as Forças de Segurança. A Defesa Nacional é entendida como o conjunto de acções do Estado, com ênfase na aplicação da expressão militar, para a protecção do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças externas.

Cunha prossegue dizendo que

O conceito estratégico estabelece as grandes orientações e prioridades que o Estado e a sociedade devem realizar para defender os interesses nacionais, salvaguardar o património material e imaterial e garantir a construção de um futuro mais próspero, mais seguro e mais justo. Ligando os fins e as acções aos meios, o conceito estratégico de defesa nacional constitui uma referência essencial para a articulação das prioridades do Estado, para o necessário e consequente alinhamento das estratégias subordinadas a este conceito (CUNHA, 2018).

Na abordagem sobre estratégia David (2001), começa por dizer que a Política, a Estratégia e a Segurança são termos indissociáveis, mas que é preciso distinguí-los, e tal distinção fundamenta-se no facto de que a Segurança inclui outras matérias que não são exclusivamente de âmbito militar, isto porque toda a Política de Segurança exige uma atenção especial à Defesa e à Estratégia. A Estratégia é o meio, um modo, um instrumento para garantir a Segurança e Defesa.

Tendo em atenção o preceituado no parágrafo anterior, é importante sublinhar que a Estratégia é entendida como um meio ou instrumento de poder político-securitário através do qual é implementada a Política Nacional de Defesa e Segurança. Portanto, os três conceitos guardam uma estreita relação na medida em que, uma vez identificada a Política Nacional de Defesa e Segurança, surge a Estratégia para a sua implementação, tendo em atenção os meios materiais e humanos disponíveis para o efeito.

## 2.5 GUERRA

Diferentes fontes consideram que a noção de guerra está relacionada com termos como combate, batalha, luta ou confronto, sendo estes conceitos sinónimos, embora cada um tenha um uso específico que se adequa melhor consoante o caso. Postulam também que a guerra pode ocorrer tanto entre países como entre facções políticas dentro do mesmo país e esta implica sempre o rompimento de um estado de paz, o que dá origem a um confronto.

De acordo com Clausewitz (1984, p. 75), “[...] a guerra é um acto de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade”. “É um meio sério para atingir um fim sério e contém características especiais como a coragem, a imaginação e o entusiasmo de cada lado.”.

Para Aron (2002, p. 448)<sup>10</sup>, “a guerra é o choque de condutas organizadas, uma prova de força entre *equipes*, cada uma das quais pretende levar a melhor sobre a outra mediante a multiplicação do vigor de cada combatente pela disciplina do conjunto”.

As definições de Clausewitz e Aron convergem ao considerar a guerra como um acto de violência organizada envolvendo no mínimo duas partes, onde cada uma, guiada pelos seus próprios interesses, procura se impor à outra pela força. Porém, ambas mostram-se pouco incisivas e demasiadamente simplistas, pois enquadram o conceito de guerra apenas no contexto de confronto entre grupos de indivíduos, mas fora do âmbito de entidades políticas organizadas e estruturadas em instituições políticas e sociais.

Bouthol<sup>11</sup>, citado por Garcia (2003, p. 05), defende que “a guerra é a violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes de poder do adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e azares”.

A definição de Bouthol, apesar de estar mais elaborada que as anteriores, carecer ainda de um complemento, se for tomado em consideração que a guerra retrata um conflito que pode ocorrer tanto entre Estados quanto entre grupos políticos pertencentes a um mesmo Estado, as chamadas guerras civis

“A Guerra é o choque violento por meio das armas entre duas ou mais nações para dirimir as suas diferenças quando a política não consegue encontrar soluções pacíficas, [...] podendo também esse confronto desencadear-se entre grupos antagónicos dentro de um mesmo Estado”.

---

<sup>11</sup> Bouthol, Gaston, *Traité de Polemologie - Sociologies des guerres*, Paris, Payot, 1991, pp. 445-461.



Em termos dos factores que originam a guerra, o Dicionário Michaelis, considera que “Guerra é uma luta armada entre nações, por motivos territoriais, económicos ou ideológicos. [...] é um conflito armado pelo controle político entre diferentes grupos dentro da mesma nação, a chamada guerra civil”.

No desenvolvimento deste conceito, Carl Von Clausewitz sustenta que

A guerra abrange tudo o que está relacionado com as forças combatentes, tudo o que está ligado à sua criação, manutenção e emprego. A criação e a manutenção são apenas meios para a sua execução, e o seu emprego constitui o fim. O combate na guerra não é uma luta entre indivíduos, senão um todo constituído de muitas partes e neste todo podem ser percebidos dois elementos: um determinado pelo *motivo* e o outro pelo *propósito*. O fim para o qual um soldado é recrutado, vestido, armado e adestrado, [...]; é dado a comer, beber e marchar, é simplesmente que ele possa lutar no lugar certo e no momento certo. A actividade combatente de cada uma das partes, constitui um elemento mais ou menos claramente definido, para além de que o próprio combate torna-se um elemento de guerra pela sua própria finalidade e pelo seu propósito (CLAUSEWITZ 1984, p. 100).

O preceituado acima, permite aferir que o conceito de guerra deve ser visto, não somente como uma actividade realizada de forma individual, mas um acto de violência que as pessoas são levadas a realizar em nome de uma entidade politicamente organizada e estruturada em instituições, cujos objectivos reflectem os motivos e os propósitos definidos por essa mesma entidade.

A Real Academia de Ciências Morais e Políticas (1962, p. 51-52), assegura que a guerra é um poderoso motor de transformações sociais e históricas, que resolve à sua maneira determinados conflitos, e que actua como um poderoso factor de desorganização social, reflectindo os conflitos, os ajustes e as mudanças nas sociedades. Ela “consiste em uma série de acontecimentos caracterizados por um certo grau de actividade militar, uma tensão política elevada, uma situação jurídica de excepção e uma integração social particularmente estreita”.

Na percepção de Raymond Aron,

A guerra somente é ganha quando o adversário submete-se à nossa vontade. Para isto, avaliam-se os meios de que ele dispõe, proporcionando-se em consequência o esforço a ser feito. Contudo, a vontade de resistência não pode ser medida. O adversário age do mesmo modo; e, como cada um aumenta a sua pressão para fazer face à vontade hostil do adversário, a competição leva a extremos ARON (2002, p. 70).

Na percepção de Clausewitz, o objectivo das operações militares é desarmar o adversário. “Ora, como queremos obrigar o adversário, por um acto de guerra, a cumprir a nossa vontade, é preciso ou desarmá-lo realmente ou então pô-lo numa situação em que ele se sinta ameaçado por esta probabilidade. [...] o adversário não é uma *massa morta* e a guerra é o choque entre duas forças vivas” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 95).

No que concerne à finalidade da guerra Clausewitz (1984, p. 94), entende que [...] “a guerra não pode ser considerada terminada enquanto não tiver sido quebrada a *determinação* do inimigo: em outras palavras, enquanto o governo inimigo e os seus aliados não forem levados a pedir a paz, ou enquanto a população não for levada a se render”.

Daqui percebe-se que a principal finalidade da guerra consiste em vencer o adversário. Mas para que tal finalidade se concretize, é necessário que os meios materiais e humanos disponíveis estejam em altura de suplantar a determinação e capacidade de resistência do adversário, de modo que este seja forçado a agir de acordo com a vontade do vencedor.

A incapacidade de continuar lutando pode ser substituída por dois motivos para fazer a paz: o primeiro é a improbabilidade da vitória; o segundo é o seu custo inaceitável. Quando os motivos e as tensões geradas pela guerra forem frágeis, podemos imaginar que a menor perspectiva de derrota pode ser suficiente para fazer com que um dos lados se renda. Quando o dispêndio de esforços ultrapassar o valor do propósito político, este deverá ser abandonado e a paz deverá ser a consequência inevitável. Se um dos lados não puder desarmar totalmente o outro, o desejo de paz aumentará e diminuirá em qualquer dos lados de acordo com a probabilidade de novos êxitos e com a quantidade de esforço que esses êxitos exigirão. Se a intensidade destes incentivos for a mesma em ambos os lados, os dois resolverão a sua disputa chegando a um meio termo (CLAUSEWITZ, 1984, p. 95-96).

No que concerne às estratégias de guerra a aplicar sobre a força inimiga, Clausewitz advoga existirem três métodos voltados directamente para aumentar o dispêndio de esforços do inimigo: O primeiro deles é a *invasão*, que consiste na tomada do território inimigo, não com o propósito de mantê-lo, mas para exigir uma contribuição financeira, ou até mesmo para devastá-lo. O segundo método é dar prioridade a operações que aumentem o sofrimento do inimigo. O terceiro método consiste em *desgastar* o inimigo, que significa utilizar a duração da guerra para provocar uma exaustão gradual da sua resistência física e moral (CLAUSEWITZ, 1984, p. 98).

O esforço necessário para destruir as forças do inimigo possui um propósito ofensivo e leva a resultados positivos, cujo intuito final é a derrocada do inimigo. A preservação das nossas forças tem um propósito defensivo, pois frustra as intenções do inimigo, isto é, significa a resistência pura, cujo intuito final só pode ser prolongar a guerra até que o inimigo esteja exaurido (CLAUSEWITZ, 1984, p. 104).

No contexto da Política Nacional de Defesa e Segurança, a estratégia de guerra joga um papel crucial, pois constitui um meio importante através do qual esta é concebida tendo em atenção os meios operacionais disponibilizados pelo Poder Nacional. Para que a estratégia de guerra tenha resultados positivos, é preciso que certos factores sejam levados em

consideração: os meios materiais e humanos disponíveis e a natureza do inimigo contra o qual deve-se lutar.

No que se refere à relação entre guerra e política, Clausewitz assinala que

a guerra é meramente a continuação da política por outros meios. A política está sempre presente na guerra, de modo a modular constantemente o emprego dos meios militares conforme as necessidades impostas pelos objectivos políticos. A guerra não é meramente um acto de política, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas realizada com outros meios. [...] O propósito político é a meta, a guerra é o meio de atingí-lo, e o meio nunca deve ser considerado isoladamente do seu propósito. A destruição da força do inimigo é um meio para chegar a um fim definido pela política. O combate é a única força eficaz na guerra, pois o seu propósito é destruir as forças do inimigo, como um meio para mais adiante atingir um fim (CLAUSEWITZ, 1984, p. 91).

“Os propósitos políticos podem ser grandemente alterados durante o transcurso da guerra e podem finalmente mudar totalmente, uma vez que são influenciados pelos acontecimentos e pelas suas prováveis consequências” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 96).

A política não pode determinar os objectivos a adoptar sem levar em conta os meios disponíveis; por outro lado, “a política não penetra profundamente nos pormenores da guerra: não se colocam sentinelas nem se enviam patrulhas por motivos políticos. Mas a sua influência é absolutamente decisiva no plano do conjunto de uma guerra, de uma campanha e às vezes mesmo de uma batalha” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 705).

“A política não comanda apenas a concepção do conjunto da guerra, senão que em certos casos, determina também uma batalha, os riscos que os chefes militares devem aceitar, os limites estratégicos impostos às iniciativas tácticas” (ARON, 2002, p. 86).

Daqui depreende-se que a Guerra e a Política são dois conceitos que não podem ser dissociados, pois o segundo serve-se do primeiro para a prossecução dos objectivos de segurança nacional, ou seja, é por meio da guerra que são operacionalizados os objectivos nacionais em matérias de segurança, definidos pelo Poder Nacional.

Clausewitz fala da relação entre estratégia e política e defende que “a guerra exige um plano estratégico, pois toda guerra deve ser compreendida antes de tudo à luz do seu carácter provável e dos seus traços dominantes, que podem ser deduzidos dos dados e das circunstâncias políticas”. Para Clausewitz, “a relação entre estratégia e política manifesta-se de duas maneiras: na primeira, a guerra deve corresponder inteiramente às intenções políticas; na segunda, a política deve adaptar-se aos meios de guerra disponíveis” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 706-708).

No mesmo contexto, Raymond Aron entende que “a escolha da estratégia depende ao mesmo tempo dos objectivos da guerra e dos meios disponíveis. Uma estratégia pode visar a

uma vitória decisiva sobre as forças armadas do inimigo, para ditar-lhe em seguida os termos da paz” (ARON, 2002, p. 80).

Na relação entre estratégia e diplomacia, Raymond Aron designa de “estratégia o comportamento relacionado com o conjunto das operações militares e de diplomacia a condução do intercâmbio com outras unidades políticas”. Tanto a estratégia quanto a diplomacia estarão subordinadas à política, isto é, à concepção que a colectividade, ou aqueles que assumem a responsabilidade pela vida colectiva fazem do interesse nacional. “Em tempo de paz, a política se utiliza de meios diplomáticos, sem excluir o recurso às armas, pelo menos a título de ameaça” (ARON, 2002, p. 72).

Segundo Aron (2002, p. 73), a diplomacia e estratégia são dois termos que denotam aspectos complementares da arte da política, isto é, a arte de dirigir o intercâmbio com os outros Estados em benefício do interesse nacional. Se a estratégia orienta as operações militares, então, os meios militares serão um dos instrumentos de que a diplomacia se serve. Inversamente, as declarações, notas, promessas, as garantias e as ameaças fazem parte do arsenal do chefe de Estado, durante a guerra, com respeito aos seus aliados, aos neutros, e talvez também com relação aos inimigos do dia, isto é, os aliados de ontem ou de amanhã.

Na prossecução dos objectivos de segurança nacional, a conjugação das estratégias militar e diplomática tem-se mostrado indispensável para o alcance desses objectivos. Quando por meios diplomáticos não for possível resolver o diferendo, surge a guerra para forçar o adversário a procurar a paz. Importante clarificar que a opção pela guerra não significa necessariamente pôr de lado os esforços diplomáticos, pois a diplomacia sempre será chamada para impor as condições de paz ao adversário.

No que concerne às causas da guerra, diferentes fontes sustentam que estas podem variar dependendo, tanto do contexto social, político, económico e cultural em que esta ocorre, bem como dos protagonistas envolvidos e suas particularidades históricas. “Geralmente, não existe uma única motivação para a existência da guerra, senão um conjunto de muitas variáveis contextuais e conjunturais, dado o facto desta assumir sempre um carácter complexo”.

Na óptica de Aron (2002, p. 70), “A causa profunda da guerra é a intenção hostil, e não o sentimento de hostilidade. A maior parte das vezes, quando há intenção hostil dos dois lados, as paixões e o ódio não tardam a animar os combatentes; contudo, em teoria pode-se conceber uma grande guerra sem ódio”.

Ainda sobre os factores que dão origem a guerras, o Dicionário Michaelis<sup>12</sup> assegura que “são vários os motivos que podem estar por trás de uma guerra, dentre eles a disputa pelo poder, motivações económicas, a imposição de ideias ou cultura, motivações ideológicas, o confronto entre causas sociais e motivos religiosos ou de etnia”.

Como se pode perceber a partir das citações nos parágrafos precedentes, as causas que têm originado guerras são várias em função dos interesses políticos e económicos dos protagonistas, das particularidades etno-políticas, do contexto sociocultural, das rivalidades de cariz religioso e outros. Estes factores resultam, na maioria dos casos, em guerras quando os meios pacíficos de resolução se mostram irreconciliáveis, sendo, portanto, a guerra a única via encontrada pelos protagonistas para a prossecução dos seus objectivos.

Sobre os tipos de guerra, muitos autores defendem que uma guerra pode ser classificada obedecendo diferentes critérios de acordo com as causas, o seu desenvolvimento, a intensidade e outros. Um aspeto importante a considerar, prende-se com facto de que uma guerra pode ter mais de um motivo, o que permite enquadrá-la e classificá-la em mais de um critério.

A este respeito, Clausewitz afirma existirem dois tipos de Guerra: a *real* e a *absoluta*. A guerra absoluta decorre de três princípios: O primeiro é o da acção e reacção, isto é,

A guerra é um acto de força e não existe qualquer limite lógico para que o emprego desta força seja limitado. Cada lado obriga, portanto, o seu oponente a fazer o mesmo que ele. O segundo princípio é de que a guerra envolve duas ou mais forças vivas e, neste sentido, enquanto eu não tiver derrotado o meu oponente, estarei fadado a temer que ele vá me derrotar. O terceiro princípio é de que a guerra absoluta pressupõe o emprego máximo da força e, desta forma, para sobrepujar o inimigo, o actor deve combinar a totalidade de meios à sua disposição e a força da sua determinação (CLAUSEWITZ 1984, 77- 78).

Bouthol (1991,<sup>13</sup> citado por Garcia, 2003, p. 05), adopta vários critérios de classificação das guerras, dos quais se destacam:

- a) *Critério Político* - Guerras Internacionais entre dois ou mais Estados soberanos e Guerras Civis entre grupos que pertencem a um mesmo Estado;
- b) *Critério Psico-político* - fundamentado na intenção psicológica atribuída aos protagonistas, sendo as guerras classificadas em ofensivas, defensivas e preventivas.

Clausewitz (1984, p. 78), classifica as guerras em:

---

<sup>13</sup> BOUTHOL, Gaston, *Traité de Polemologie - Sociologies des guerres*, Paris, Payot, 1991, pp. 445-461.

- a) *Absolutas*, que implicam o emprego máximo da força para subjugar o inimigo, combinando a totalidade dos meios à sua disposição;
- b) *Reais*, que se dividem em *Totais e Limitadas*. As primeiras consistem na mobilização de toda a sociedade para o combate entre Estados. As *Limitadas* ocorrem em contextos em que a motivação popular é mínima ou moderada, e onde a mobilização de recursos para a guerra é limitada;
- c) *Centrais*, que caracterizam-se por conflagrações generalizadas que abrangem grandes áreas geográficas;
- d) *Locais*, que compreendem a guerras confinadas geograficamente pela presença reduzida no número de Estados, ou seja, conflitos restritos a uma área geográfica limitada.

Bouthol e Clausewitz desenvolvem uma classificação das guerras em termos clássicos, que corresponde ao período de surgimento e consolidação do Estado moderno europeu, numa altura em que os conflitos armados constituíam o factor essencial para a construção desses Estados. Porém, a partir da primeira metade do século XX, ou seja, no período subsequente à Segunda Guerra Mundial, o desmoronamento dos impérios coloniais deu lugar ao desenvolvimento de novos tipos de guerras, que seguiam a lógica da configuração do sistema internacional, marcado por clivagens ideológicas.

O Dicionário Michaelis classifica as guerras em: Total, Intermitente, Global ou Mundial, Inter-regional, Civil, Fria, Revolucionária, Comercial ou Económica, Religiosa, e por fim, Guerra de Secessão.

Garcia (2003, p. 05-18), faz uma descrição das guerras de forma abrangente e exhaustiva, e postula que estas podem ser classificadas em: Internacional e Interna, Fria, Quente (Clássica ou Convencional), Nuclear (Limitada ou Ilimitada), de Guerrilha, Identitária, Revolucionária, de Secessão, Económica, Psicológica, Preventiva, Religiosa, Subversiva, Terrorismo, Diplomática, Revolta Militar, Golpe de Estado, de Informação, do Espaço, Cyberguerra, Urbana, Assimétrica, Informal, de Água, de Fluxos Migratórios, entre outros.

Aqui constata-se que a classificação desenvolvida por Garcia, incorpora alguns tipos de guerras que correspondem ao novo panorama político internacional do século XX, caracterizado por guerras de descolonização, Guerra Fria e por guerras que foram surgindo ao longo do período que se seguiu ao fim da bipolarização do sistema internacional.

Entretanto, para uma compreensão do significado de cada tipo de guerra, apresenta-se a seguir um quadro resumo de alguns dos diferentes tipos de guerras descritos por vários autores.

**Quadro 3 - Resumo dos tipos de guerra segundo descrições feitas por diferentes autores**

N/O	Tipo de Guerra	Caracterização
01	Interna (civil)	Conflito armado que envolve facções de uma mesma nação ou grupo, podendo ter como objectivo disputas económicas, religiosas, separação da pátria-mãe (secessão) ou até mesmo a tomada do poder político.
02	Fria	Ocorre quando nações se confrontam pela liderança global, através de conflitos indirectos, de corrida armamentista e tecnológica, espionagem ou subversão, guerras por procuração, guerras doutrinárias; evitando sempre o confronto militar directo, uma vez que este desencadearia uma escalada de aniquilação mútua.
03	Defensiva	Operação que se realiza sob condições adversas, particularmente a inferioridade de meios, destinada a conservar a posse de uma área ou território, ou negá-los ao inimigo, e, também, a garantir a integridade de uma unidade ou meio.
04	Ofensiva	Que se caracteriza por levar a acção bélica ao inimigo, de forma a se obter e manter a iniciativa das acções, estabelecer o ritmo das operações, determinar o curso do combate e, assim, impor sua vontade.
05	Nuclear	Envolve o emprego efectivo de armas nucleares de natureza táctica (limitada) ou sem restrições (ilimitada).
06	Global (Mundial)	Que envolve nações de diversos continentes, com confrontos em mais de uma grande região, onde geralmente está em questão a disputa pela liderança mundial.
07	Total	Conflito travado entre diferentes países europeus em várias ocasiões, envolvendo a mobilização de todos os recursos dos Estados envolvidos, com objectivos políticos e económicos.
08	Local	Restrita no tempo e no espaço, que inclui guerras entre apenas dois Estados, em uma região claramente delimitada, sem uma o envolvimento directo de terceiros actores.
09	Intermitente	Reincidente onde pode ter períodos de conflito e períodos de calma.
10	Revolucionária	Que ocorre durante uma revolução ou que se segue a uma revolução ou golpe de Estado, onde um dos lados tem a intenção de tomar o poder para modificar profundamente as estruturas políticas, económicas e/ou sociais de um país.
11	De Resistência	Conflito armado em que nacionais de um país ocupado por outro país ou coligação de países, total ou parcialmente, lutam contra o poder de ocupação para restabelecer a soberania e a independência preexistentes.
12	Diplomática	Confronto político em que prevalece a diplomacia ou o entendimento entre os povos, não havendo inspiração de ordem emocional ou moralista.
13	Económica	Emprego de medidas, em tempos de paz ou de guerra, para manter ou expandir o potencial económico de uma Nação e de seus prováveis aliados e para diminuir ou neutralizar o potencial económico do presumível inimigo e de seus aliados.
14	De Guerrilha	Envolve o uso de pequenos contingentes militares, muitas vezes não estatal, contra um exército organizado pertencente a um Estado formal.
15	De Secessão	Quando um determinado grupo pretende deixar de estar vinculado a uma determinada unidade política, e criando a sua própria unidade política.
16	Subversiva	Confronto não convencional directo no qual um dos grupos envolvidos pretende subverter a ordem estabelecida.
17	Preventiva	Acção armada empreendida com o objectivo de evitar que a outra parte ataque, embora não haja evidências de que o ataque seja iminente ou que esteja sendo planeado.
18	Por Procuração	Nações confrontam-se indirectamente, financiando os conflitos latentes ou subvertendo as massas populares, cujos resultados dizem respeito aos seus interesses.
19	Psicológica	Conjunto de processos ou meios que se destinam a influenciar crenças, sentimentos e as opiniões da população, por forma a condicionar e manipular o seu comportamento.
20	Religiosa	Quando um grupo ou uma nação age na defesa ou propagação de determinada crença religiosa a qual julga ser a única certa. É um envolve que povos em luta pela afirmação de sua identidade, definido em termos religiosos.

21	Terrorismo	Acção que consiste no emprego da violência física ou psicológica, de forma premeditada, por indivíduos ou grupos, apoiados ou não por Estados, com o intuito de coagir um governo, uma autoridade, um indivíduo, um grupo ou mesmo toda a população a adotar determinado comportamento. É motivado e organizado por razões políticas, ideológicas, económicas, ambientais, religiosas ou psicossociais.
22	Cyberguerra	Modalidade de guerra em que a conflitualidade não ocorre com armas físicas, mas por meios eletrónicos e informáticos. O termo é também usado para designar ataques, represálias ou intrusão ilícita em um computador ou rede.
23	Regional	Envolve directamente ao menos dois países, integrando contingentes militares de outros países do continente ou região em questão.
24	Identitátia	Forma de conflito que promove e sustenta políticas de identidade para delimitar e separar grupos políticos através de critérios de auto-identificação, criando distinções entre o Eu e o Outro onde antes não existia tal diferença.
25	Inter-regional	Que envolve um conflito central entre dois ou três países que formam o núcleo do confronto, mas que acabam envolvendo vários países de regiões próximas.
26	Insurreição	Conflito armado interno, sem apoio de uma ideologia, auxiliado ou não do exterior, em que parte da população empenha-se contra o governo para depô-lo ou obrigá-lo a aceitar as condições que lhe forem impostas.
27	De Informação	Conjunto de acções destinadas a obter a superioridade das informações, afectando as redes de comunicação do oponente e as informações que servem de base aos processos decisórios do adversário.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações extraídas de diferentes fontes.

A tipologia de guerras aqui analisado ajusta-se à natureza conflituosa das sociedades humanas ao longo da história, para cuja evolução esteve sempre subjacente o aparecimento de novas formas de conflitualidade inter ou intraestatal, facto que propiciou, por conseguinte, a emergência, de novos tipos de guerras.

## 2.6 CONFLITO

Conflito é uma palavra de origem Latina que significa choque, embate das pessoas que lutam; reencontro, discussão, alteração, desordem, antagonismo, oposição; conjuntura, momento crítico.

Diferentes autores encaram o conflito como um termo genérico que tanto pode significar uma contenda entre dois ou mais indivíduos, ou uma situação de guerra entre Estados. Isto significa que o conflito engloba tudo o que tem a ver com uma situação de incompatibilidade entre dois extremos opostos.

Ury e Goldberg (2009), postulam que o conflito começa quando alguém, pessoa ou entidade, manifesta uma reclamação ou exigência que a outra parte não se mostra disposta a aceitar. Essa reclamação ou exigência pode derivar do sentimento de perda, ofensa, carência ou pretensão. Pruitt e Rubin (1986) acrescentam no mesmo contexto que o conflito é uma percepção de divergência de crenças ou de interesses entre duas partes, que não podem ser satisfeitas em simultâneo.



A percepção que se pode reter da citação dos autores acima, está ligada ao facto de que o conflito remete-nos sempre para uma situação de inconformidade quando, entre duas ou mais partes, denota-se uma divergência de interesses que, dada a sua natureza incompatível, manifesta-se como um sério obstáculo para um relacionamento desejável e compatível das partes.

No que concerne à definição, Deutscher (2005) afirma que “conflito é um desentendimento, uma disputa ou incompatibilidade, um confronto de opiniões, entre duas ou mais pessoas, instituições ou países, quando se trata de conflitos internacionais”.

Outros autores como Miall (2004), definem o conflito como um intrínseco e inevitável aspecto da mudança das sociedades, uma expressão da heterogeneidade de interesses, valores e crenças que reside nos constrangimentos gerados pelas revoluções sociais.

Deutscher e Miall apresentam pontos de vista que pode-se considerar convergentes, no sentido de que as suas percepções sobre conflito aparecem associadas a uma situação onde duas ou mais partes manifestam sentimentos de oposição de vontades e de desentendimentos que resultam em posições antagónicas e incompatíveis. Os pontos de vista destes autores permitem também compreender que os conflitos ocorrem quando duas ou mais partes manifestam incompatibilidades, que por vezes podem resultar em mudanças sociais e políticas profundas, o que pressupõe que novas realidades sejam criadas para se ajustarem ao novo contexto.

Para Ursiny (2010), os conflitos surgem naturalmente, são inevitáveis e indissociáveis da evolução das sociedades. Podem mesmo ser um factor de evolução e não têm necessariamente de ser negativos, antes pelo contrário, um conflito pode ser positivo e induzir para bons resultados. Ainda segundo este autor, identificam-se formas diferentes de abordar e enfrentar os conflitos pois estes, muitas vezes provocam sentimentos de revolta, raiva, frustração e até mesmo de ódio.

Ury e Goldberg partilham o mesmo pensamento com Ursiny no que concerne à inevitabilidade dos conflitos nas sociedades humanas. Entretanto, importa realçar que Ursiny aborda um aspecto interessante quando considera que os conflitos não representam somente aspectos negativos, pelo que estes podem também trazer resultados positivos. Quanto aos conflitos positivos, é importante enaltecer que a posição deste autor encontra fundamento nas situações em que estes desaguardam em revoluções sociais e políticas, como os que ocorreram na segunda metade do século XX opondo os impérios coloniais e os movimentos de libertação durante as guerras de descolonização, sobretudo em África.

Na óptica de Ornelas (2000), o conflito pode ser visto sob duas perspectivas: a cooperativa e a competitiva. No contexto cooperativo, o conflito pode resultar em ganhos para ambas as partes. No âmbito competitivo, o conflito conduz a situações de ganho / perda, ou seja, uma das partes ganha enquanto a outra perde.

Uma leitura substantiva das duas perspectivas, com realce para a competitiva, permite referenciar que, embora não seja um facto generalizável, esta perspectiva tem sido comum em conflitos assimétricos. Neste âmbito, a parte cujo poder é inferior, estará susceptível a perder, enquanto que a detentora de maior poder, sempre terá tendência a ganhar.

Quanto à caracterização dos conflitos no sistema internacional, particularmente a partir da segunda metade do século XX, Bernardino (2004), afirma que o mundo encontrava-se neste período dividido por duas lideranças que se degladiavam, delimitando dois campos em cujas fronteiras ocorriam conflitos entre os respectivos centros políticos. O mecanismo encontrado para a regulação dos conflitos pelos dois centros de poder, esteve inserido na lógica da Guerra Fria, e contribuía para uma relativa estabilização dos conflitos interestatais ao nível global.

No mesmo contexto, Moreira (2006) entende que, apesar destes conflitos estarem subordinados à bipolaridade e ao equilíbrio estratégico, o mundo viu-se confrontado, não apenas por guerras de descolonização, mas também por conflitos intra-estatais, sobretudo em países do Terceiro Mundo. Segundo o autor, estes últimos deixaram de ser compreendidos no contexto da Guerra Fria, pois tinham a sua origem no interior dos Estados. Consta-se no mesmo contexto, o crescimento de conflitos regionais como reflexo da globalização das sociedades, onde os principais actores nem sempre eram os próprios Estados.

Relativamente às causas dos conflitos, Bernardino (2005), considera que os conflitos intra-estatais, têm a sua génese numa multiplicidade de factores interligados entre si, onde se destacam:

- a) a procura de recursos;
- b) a luta pelo poder e pela identidade (cultural, política, religiosa ou social);
- c) a manutenção de um determinado *status quo*, geralmente associado a questões de ordem social ou tradicional, ou mesmo relacionado com a preservação de valores, quer seja no âmbito das ideologias ou das religiões.

A abordagem de Bernardino leva ao entendimento de que os conflitos intra-estatais possuem causas diversas, sendo que a sua ocorrência resulta da combinação destas. Refira-se neste contexto, que os diversos conflitos registados no mundo, sobretudo nos países africanos

a partir da segunda metade do século XX, foram derivados, não apenas de factores endógenos, mas também da combinação destes com a conjuntura global caracterizada pela bipolaridade do sistema internacional. Inserido nesta lógica, nas décadas de 1970 a 1980, a África Austral foi palco dessa conjuntura global que se traduziu na confrontação político-militar entre os Estados da região e os regimes segregacionistas da Rodésia do Sul e da África do Sul.

Sobre os conflitos inter-estatais, Fisas (2004, p. 31), aponta que “[...] o cerne actual das contendas entre os principais actores preponderantes do Sistema Político Internacional, está associado à problemática de acesso aos recursos minerais estratégicos e a fontes de energia.”.

No entanto, é importante referir que durante o período da Guerra Fria, as causas dos conflitos sempre estiveram inseridas no contexto de confrontação ideológica leste-oeste. Segundo alguns autores como Fisas (2004) e Bernardino (2005) e outros, os conflitos ocorriam por “procuração” ou por “delegação”, isto porque não podendo as duas superpotências se confrontar de forma directa, ataçavam conflitos em diversas regiões do Terceiro Mundo, especialmente em África, como forma de manter a sua hegemonia e esferas de influência ideológica e geo-estratégica.

## 2.7 POLÍTICAS EXTERNAS DOS REGIMES DE SEGREGAÇÃO RACIAL DA ÁFRICA AUSTRAL

Fazendo uma breve retrospectiva da Política Externa da África do Sul, deve-se dizer primeiro que o sistema do *apartheid*, que vigorou entre 1948 e 1994, foi um modelo de desenvolvimento separado de raças em áreas geográficas determinadas segundo leis discriminatórias criadas pelo Estado sul-africano. “Este sistema, formalizado pelo Partido Nacional (PN) representado pelos *africânders*, dividiu a África do Sul em Estados independentes (batustões)<sup>14</sup>, com o argumento de que os negros deveriam ser civilizados” (BRANCO, 2003, p.121).

Importa destacar que a institucionalização do *apartheid* como doutrina oficial do Estado, afectou o relacionamento da África do Sul com o resto do mundo. Os sucessivos governos do PN advogavam como principal objectivo a protecção do regime do *apartheid* das ameaças internas e externas. O combate a ameaça comunista, sobretudo no plano externo,

<sup>14</sup> Tais Estados eram Transkei, Venda, Bophutatswana, Ciskei, Lebowa, Kangwana, Qwaqwa, Gazankulu e Kwazulu. A partir da independência, os cidadãos destes Estados, mesmo aqueles que viviam fora deles, passaram a ser considerados estrangeiros na África do Sul. Nenhum destes Estados foi reconhecido internacionalmente, uma vez que tal reconhecimento promovia o objectivo de fortalecer o *apartheid*. A ONU rejeitou o reconhecimento através da resolução 31/6 A de 20 de outubro de 1976 (BRANCO 2003, p. 163).

ditou a necessidade de maior intervenção da África do Sul na África Austral com o fito de travar a expansão comunista que, na óptica dos dirigentes sul-africanos, constituía uma séria ameaça para a sobrevivência da nação.

Branco (2003) defende ainda que a oposição interna e externa ao *apartheid*, forçou o Estado sul-africano a desenvolver esforços de reacção, sobretudo externa em defesa do sistema, criando medidas e estratégias de âmbito político e militar que agravaram de forma acentuada as relações com os Estados vizinhos e com o resto do mundo. Na África Austral, a Política Externa sul-africana foi caracterizada pela confrontação político-militar com os Estados vizinhos, facto que determinou o surgimento dos ELF em 1977. A criação desta organização política constituiu um marco importante na coordenação das acções de apoio aos movimentos de libertação não apenas na África do Sul, mas também na Rodésia e na Namíbia.

O fim do *apartheid* inicia com as transformações políticas registadas no sistema internacional em finais dos anos 80 que culminaram o fim da Guerra Fria. Estas mudanças exerceram uma influência decisiva na Política Externa da África do Sul, pois o país começou a dar passos significativos com vista ao desmantelamento do *apartheid*. A libertação de Nelson Mandela em fevereiro de 1990 e a subsequente realização das primeiras eleições democráticas na história do país em 1994, significaram o fim formal do *apartheid*. Este facto conferiu um novo padrão de relacionamento da África do Sul com a região e com o mundo, pois já tinha desaparecido o elemento que havia colocado o país em confronto nos planos interno, regional e internacional.

Relativamente à Rodésia, Meneses e Martins (2013) destacam que a Declaração Unilateral da Independência (DUI) em novembro de 1965, favoreceu uma Política Externa caracterizada por uma aliança político-militar com o poder colonial português. A existência de uma fronteira comum entre Moçambique e Rodésia, aliada à emergência de inimigos comuns (movimentos de libertação), catalisou a cooperação entre Portugal e Rodésia, que se centrou nas operações militares e nos serviços de inteligência para o combate os movimentos de guerrilha (ZANU e ZAPU na Rodésia e FRELIMO em Moçambique), que operavam ao longo da fronteira comum.

Os dois autores sublinham também que para lidar com uma enorme ameaça que se avizinhava com a possível independência de Moçambique, surgiu a necessidade do envolvimento da África do Sul, que passou a apoiar a Rodésia com forças militares, e a

Portugal de forma indirecta nas operações militares contra os guerrilheiros da FRELIMO em Moçambique.

A cooperação militar entre Portugal, Rodésia e África do Sul teve um impacto crucial sobre segurança em Moçambique no período que se seguiu a independência. Esta análise tem a sua razão de ser se for tomado em consideração o facto de que a formação e actuação da RENAMO entre 1976 e 1992, foi produto da convergência de interesses destes três regimes. O colapso do poder colonial português em Moçambique, serviu de elemento catalisador para o envolvimento directo da Rodésia e da África do Sul na formação da RENAMO para o desencadeamento do conflito interno, e na desestabilização militar destes dois regimes contra Moçambique. Para mais detalhes sobre este assunto, vide o capítulo II.

### 3 GUERRA PELA INDEPENDÊNCIA E INSERÇÃO DE MOÇAMBIQUE NOS CONTEXTOS REGIONAL E INTERNACIONAL

Uma base comum que todos tínhamos quando formamos a FRELIMO era o ódio ao colonialismo, a necessidade de destruir a estrutura colonial e impor uma nova estrutura social” (Eduardo Mondlane<sup>1</sup>, primeiro Presidente da FRELIMO, uma semana antes do seu assassinato ocorrido no dia 03 de fevereiro de 1969, em entrevista concedida a Bragança (1978, p. 200).

No estudo dos Complexos Regionais de Segurança, Buzan (1991, p. 188-192), defende que na análise da Segurança Regional, deve-se ter em conta as relações de amizade ou de inimizade existentes entre os Estados, sendo que as primeiras variam desde uma real amizade até expectativas de protecção e apoio, enquanto que as segundas estão assentes em relacionamentos caracterizados por desconfiança e medo. Aliado a isso, o padrão de relacionamento existente numa dada região, irá determinar a natureza do Complexo de Segurança prevalecente. A conflitualidade ou a cooperação estão em função de aproximação ou de afastamento dos Estados inseridos numa determinada área geográfica. Assim, as rivalidades dentro do Complexo de Segurança, seriam acrescidas em função do apoio de uma grande potência, fazendo com que o Estado com o melhor acordo e força dentro do complexo, determine a dinâmica regional, para pior, ou para melhor.

Os postulados de Buzan aqui subjacentes, retratam a realidade do CRS da África Austral que vigorou no primeiro período entre meados dos anos 60<sup>2</sup> e finais de 70. Neste período, tem início o processo de descolonização, onde as guerras de libertação e, por conseguinte, as independências dos Estados da região, particularmente de Angola e de Moçambique, vão forçar mudanças no figurino geopolítico regional, determinado pela alteração do *status quo* e da ordem regional até então vigentes<sup>3</sup>.

Durante este período, nota-se que o envolvimento de potências externas, concretamente dos Estados Unidos e da União Soviética, exacerbou o ambiente de conflitualidade regional,

---

<sup>1</sup> Eduardo Mondlane, também chamado de arquitecto da unidade nacional, foi até 1962 funcionário da ONU onde trabalhou como investigador na Secção de Territórios não Autónomos sob tutela das Nações Unidas. Veio a Moçambique de visita em 1961, tendo estabelecido contactos com todos os movimentos de libertação existentes. Ao regressar para os Estados Unidos, abandonou a ONU para se dedicar à luta de libertação nacional, e procurou emprego dando aulas na Universidade de Siracusa (História de Moçambique 1993, Vol. III).

<sup>2</sup> Deve-se recordar que as guerras de libertação nas colónias portuguesas de Angola e Moçambique, tiveram lugar nos princípios dos anos 60, tendo na primeira colónia iniciado em 1961 e na segunda em 1964. A partir de então, o império colonial e os regimes de segregação racial começaram a ser desafiados pela emergência dos movimentos de libertação que clamavam pela auto-determinação e independência dos povos da região. O ambiente de conflitualidade e insegurança vai marcar as relações entre, por um lado, os poderes coloniais e segregacionistas da região e por outro, as novas entidades políticas que estavam emergindo no cenário político regional e internacional.

<sup>3</sup> Sobre *status quo* e ordem sistémica da África Austral, ver Silva (2015, p. 100-101).

pois as duas superpotências lutavam por ampliar as suas esferas de influência ideológica, com os Estados Unidos a apoiar o regime do *apartheid* e as dissidências anti-governmentais (UNITA e FNLA<sup>4</sup> em Angola e RENAMO em Moçambique; e a União Soviética a sustentar os movimentos de libertação que lutavam contra o colonialismo e o *apartheid* (MPLA em Angola e FRELIMO em Moçambique). O padrão de relacionamento entre o regime do *apartheid* e os ELF, conforme explica Silva (2015, p. 100-101), configurou um CRS de carácter conflituoso, onde a África do Sul se esforçava por manter a ordem regional prevalecente, e os ELF pela imposição de uma nova ordem. Portanto, o clima de conflitualidade regional tinha uma configuração ideológica e foi atizado por potências externas atraídas pelas suas próprias agendas políticas acopladas aos seus interesses geoestratégicos nos preceitos da Guerra Fria.

### 3.1 GUERRA PELA INDEPENDÊNCIA E CONCEPÇÃO DO SISTEMA POLÍTICO

Diferentemente do que aconteceu em muitos países africanos, o processo da independência de Moçambique foi produto da luta armada contra o sistema colonial<sup>5</sup>. A opção pela luta armada pode ser explicada tendo em linha de conta a intransigência e a repressão do governo colonial aos movimentos associativos e grevistas dos trabalhadores ferro-portuários dos principais centros urbanos do país, com destaque para as cidades da Beira e de Lourenço Marques, que reivindicavam pela melhoria das condições de vida e de trabalho.

Porém, antes de aprofundar a análise sobre o processo da guerra de libertação, importa tecer breves considerações sobre a gênese do sentimento nacionalista em Moçambique, o qual deu origem a movimentos proto-nacionalistas que denunciavam o sistema colonial. Nguenha (1992, p. 51), considera que “o nacionalismo moderno moçambicano começou de uma maneira moderada com os emigrados e exilados nos países vizinhos, fugidos das perseguições e dos maus tratos infringidos pelas autoridades coloniais”.

No interior de Moçambique, o movimento intelectual desenvolveu uma consciência política de ódio ao sistema colonial, que se manifestou sob diversas formas, seja através da literatura, pintura, imprensa, ou pela criação de movimentos associativos. A História de

---

<sup>4</sup> UNITA (União para Independência Total de Angola); FNLA (Frente Nacional para a Libertação de Angola); MPLA (Movimento Polular para a Libertação de Angola).

<sup>5</sup> Pela Resolução 2270 de 17 de Novembro de 1967, a Assembleia Geral das Nações Unidas condena a guerra colonial conduzida por Portugal e considerava essa guerra como crime contra a humanidade e uma ameaça grave à paz e à segurança internacionais (SILVA, 1995, p. 31).

Moçambique vol. I (1988. P. 38), revela que “o NESAM (Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique), fundado em 1949 entre outros por Eduardo Mondlane, foi dos movimentos associativos mais importantes desse período”<sup>6</sup>.

Magode (2005, p. 230), Maloa (2011, p. 03) e História de Moçambique vol. I (1988, p. 40), fazem alusão a três agrupamentos proto-nacionalistas<sup>7</sup> que, influenciados pelos movimentos nacionalistas dos países vizinhos, deram origem a FRELIMO a 25 de Junho de 1962.

De acordo com Joaquim Maloa, os três agrupamentos políticos tinham influências e concepções ideológicas distintas:

(i) os membros exilados das três organizações, que já existiam há alguns anos, cujo exílio os tinha separado das realidades de Moçambique e cujas fontes principais de influência foram os movimentos nacionalistas dos países vizinhos. São os casos da UNAMI (União Nacional Africana de Moçambique Independente), criada em 1961, sob protecção do *Malawi Congress Party* - MCP (Partido malawiano); MANU (*Mozambique African National Union*), fundado em 1960, apoiado pelo *Tanganyika African National Union* - TANU (Partido Tanzaniano) e UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique), criado em 1960, sob tutela do *Zimbabwe African Peoples Union* - ZANU (Partido Zimbabweano); (ii) moçambicanos oriundos directamente do trabalho clandestino no interior de Moçambique; (iii) moçambicanos que tinham estado no exterior a estudar concretamente nos Estados Unidos, Portugal, França, Argélia, etc. (MALOA, 2011, p. 87)<sup>8</sup>.

Conforme foi referenciado no parágrafo precedente, cada uma destas três formações políticas tinha visões diferentes de luta pela independência de Moçambique. Sobre este facto, Mondlane (1995) considera que faltava nas três organizações uma visão mais ampla da dimensão do colonialismo e careciam de um plano nacional de luta pela independência. Portanto, manifestavam ainda posições proto-nacionalistas. Perante esta realidade, os nacionalistas vindos do interior de Moçambique, muitos dos quais não pertenciam a nenhuma das organizações pré-existentes, exerceram influência para a criação de uma única organização. Destes, destaca-se Eduardo Mondlane que, tendo vindo a Moçambique em visita, procura persuadir os líderes das três formações políticas para a criação de uma frente

<sup>6</sup> A mesma fonte assinala que faziam parte do NESAM Joaquim Alberto Chissano, Armando Emílio Guebuza, Mariano de Araújo Matsinhe e outros.

<sup>7</sup> Alguns autores consideram que o Proto-nacionalismo é uma manifestação embrionária do nacionalismo que teve lugar nos países africanos no período imediato à II Guerra Mundial. Segundo esses autores, os líderes proto-nacionalistas procuram reivindicar, dentro dos padrões político-jurídicos do sistema colonial, uma igualdade racial e iguais oportunidades de acesso, com a população colona, aos serviços sociais como educação, saúde e justiça. Andrade (1997, p. 63), afirma que “na essência, o proto-nacionalismo foi produtor de um discurso com uma finalidade ilusória: assumindo-se como negros cultos no molde ocidental, sujeitos da nação portuguesa, não tinham ainda atingido o grau crítico da compreensão lógica do sistema colonial”. “O ideário proto-nacionalista tinha um triplo carácter: fragmentário (no pensamento e na acção), descontínuo (na temporalidade) e ambivalente (no seu posicionamento face ao sistema colonial)”.



comum. Aliado a isso, o ambiente político externo também favoreceu a unidade destes movimentos. “A CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas) fez um apelo vigoroso para a unidade. O Presidente Julius Nyerere da Tanzânia exerceu uma influência com vista a unificação” (MONDLANE, 1995, p. 99). “O Comité de Libertação da OUA<sup>9</sup> também encorajou os três movimentos para a unidade” (MATEUS, 1999, p. 143).

Assim, a 25 de Junho de 1962 foi formalmente criada a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), tendo sido eleito Eduardo Mondlane para Presidente e Uria Simango Vice Presidente. No 1º Congresso realizado na Tanzânia em Setembro do mesmo ano, a FRELIMO define como principais objectivos “a luta pela conquista da independência completa de Moçambique, a instalação de um poder popular e a construção de uma sociedade nova” (MACHEL, 1975, p. 100).

Autores como Mateus (1999), Newitt (1995), Vines (1996) e outros, consideram que a criação da FRELIMO resultou de uma pressão, sobretudo externa e não um acto de vontade unânime da liderança dos três movimentos. Segundo estes autores, a FRELIMO denotava, logo após a sua criação, sinais de inconsistência e conflitos latentes porque:

- a) o protagonismo de unidade foi obra de intelectuais muitos dos quais vinham do interior de Moçambique e que não faziam parte de nenhuma das três organizações pré-existentes;
- b) os moçambicanos recém-chegados a Tanzânia<sup>10</sup>, tinham uma visão estratégica de luta diferente da dos líderes dos três movimentos nacionalistas, facto que, aliado à heterogeneidade etno-cultural e linguística destes grupos, iria-se tornar no epicentro de conflitos que se prolongariam até às vésperas da independência em 1975.

<sup>9</sup> De acordo com Duarte Silva, através da Resolução 2105 (XX) de 12 de Dezembro de 1965, a Assembleia Geral da ONU proclama a legitimidade da guerra que os povos sob dominação colonial travavam para exercer o seu direito a auto-determinação (SILVA, 1995, p. 30). <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223379275O6tBL0an1Az23 CC9.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2021.

Pela Resolução 2311 de 14 de Dezembro de 1967, a Assembleia Geral das Nações Unidas recomendava às organizações especializadas e às instituições internacionais que tomassem urgentemente medidas de auxílio aos povos em luta, particularmente aos povos oprimidos da Rodésia e dos territórios sob domínio português; recomendava ainda a não concessão de qualquer assistência a Portugal e a África do Sul até que renunciassem às políticas de dominação colonial e de discriminação racial (SILVA 1995, p. 31). <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223379275O6tBL0an1Az23 CC9.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2021. 16:35 horas.

Com a Resolução S/312 do CSONU (Conselho de Segurança da ONU), de 4 de Fevereiro de 1972, as Nações Unidas reafirmavam o direito a auto-determinação e independência dos territórios sob domínio português e pedia a Portugal para reconhecer esse direito aos Estados para cessarem de conceder assistência a Portugal em termos materiais, de armas e equipamentos militares (SILVA 1995, p. 41). Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223379275O6tBL0an1Az23 CC9.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2021.

<sup>10</sup> Em referência a Eduardo Mondlane, Samora Moisés Machel, Joaquim Alberto Chissano, Armando Emílio Guebuza, Marcelino dos Santos, Mariano de Araújo Matsinhe e outros.

Segundo Magode (2005), a FRELIMO, como produto da convergência política em torno do objectivo nacional - a independência, vai constituir um corpo político a partir do qual os intelectuais procuram implantar, ainda que de forma embrionária, o projecto político da construção de um novo Estado e de uma identidade nacional. Ainda no decurso da guerra pela independência<sup>11</sup>, a liderança começou a desenhar o perfil ideológico do futuro Estado, partindo da realidade objectiva do ambiente político envolvente, tanto interno quanto externo.

A afirmação de Magode infere para a percepção de que a convergência política em torno da independência nacional, parece constituir um facto. Contudo, é necessário reconhecer que, a avaliar pelas divergências iniciais surgidas no próprio acto de formação da FRELIMO, é lícito afirmar que este movimento inicia a luta armada em Setembro de 1964, numa altura em que o movimento carecia ainda de uma forte coesão política e ideológica necessária para a conquista da independência. Estas diferenças iniciais constituíram o prenúncio de conflitos internos que iriam assolar a FRELIMO durante o período da guerra de libertação nacional, cujo impacto terá resultado no radicalismo deste movimento face aos grupos de dissidentes e opositores políticos, que mais tarde iriam manifestar o seu alinhamento às forças que desencadearam a guerra contra o governo de Moçambique, entre 1976 e 1992.

Aquino de Bragança afirma que tais conflitos envolviam duas alas: a revolucionária e a reaccionária. Essas diferenças manifestavam-se em muitos assuntos, como por exemplo:

- a) na definição do inimigo contra o qual devia-se lutar;
- b) na definição da linha estratégica da luta pela independência;
- c) na administração das zonas libertadas;
- d) na gestão da produção e comercialização dos excedentes agrícolas dos camponeses, etc. “Tais divergências atingiram o ponto crítico com a morte de Mondlane em Fevereiro de 1969 e a consequente ascensão de Samora Machel à presidência da FRELIMO em 1970” (BRAGANÇA, 1978, v. 2, p. 202).

Para José Luís Cabaço, nestes conflitos opunham-se o proto-nacionalismo e a ideia de nação, e foram-se polarizando dois planos de identidade colectiva:

---

<sup>11</sup> Pela Resolução S/322 do CSONU, de 22 de Novembro de 1972, as Nações Unidas reconheciam a legitimidade das lutas travadas pelos movimentos de libertação para concretizar o seu direito a auto-determinação e independência e pedia o governo português para negociar com as partes em causa em Angola, na Guiné-Bissau e em Moçambique. Segundo a resolução, os movimentos de libertação nacional de Angola, da Guiné-Bissau e Cabo Verde e de Moçambique, eram os representantes autênticos das verdadeiras aspirações dos povos destes territórios (SILVA, 1995, p. 42).

- a) A concepção de uma independência confinada à própria região e comunidade etno-linguística; este grupo exprimia como motivações dominantes a expulsão dos portugueses do seu território, a apropriação de um património físico e organizativo e o reforço das formas tradicionais de poder e conhecimento, preservando a personalização no “chefe”.
- b) O projecto prescritivo de uma nova identidade construída em torno da pertença a um território geográfico que aceitava as fronteiras coloniais cuja identidade se deveria ir estruturando pela participação numa tarefa comum, a luta armada, e pela identificação num projecto comum: a independência. Um projecto que propunha a substituição do poder personalizado por um poder participativo, representado por entidades (o movimento de libertação como embrião do Estado (CABAÇO, 2007, p. 399)<sup>12</sup>.

A avaliar pela leitura que os autores citados acima fazem sobre as divergências no seio da FRELIMO, torna evidente que esta organização não terá apostado por soluções políticas assertivas que abrissem espaço para a acomodação das diferenças ideológicas no seu seio. As posições radicais assumidas pela organização (expulsão, marginalização e exclusão de membros da hierarquia do poder), não terá sido a melhor via para a solução dos conflitos, pois tornaram-se no principal factor para o surgimento de dissidentes e de opositores políticos que mais tarde se organizaram contra o governo de Moçambique. Entretanto, para uma melhor compreensão da natureza destes conflitos, importa analisar alguns dos mais expressivos, os quais terão produzido um impacto significativo na história de Moçambique do período que compreende o presente estudo.

De acordo com Alex Vines, o primeiro conflito surge pouco tempo depois da fundação da FRELIMO, ou seja, em Agosto de 1962 com a deserção de Mateus Mmole e Lourenço Milinga, ambos membros séniores da MANU. Esta cisão surge na sequência do seu descontentamento pelo facto de não terem sido eleitos para o Comité Central da FRELIMO. Ambos alegaram que a liderança da FRELIMO era dominada por pessoas oriundas do sul de Moçambique (VINES, 1996, p. 11).

Vines sustenta ainda que em dezembro de 1968, o Secretário de Informação e Propaganda, Leo Milas<sup>13</sup> foi afastado do cargo. Em janeiro do ano seguinte, o Secretário Geral da FRELIMO David Munguambe, o seu adjunto Paulo Gumane, o Secretário de Mobilização João Munguambe e Fanuel Malhuza<sup>14</sup>, foram expulsos do Comité Central acusados de envolvimento no afastamento de Leo Milas.

---

<sup>13</sup> “Leo Milas era uma personalidade negra norte-americana que se desfarçara de ser exilado moçambicano que ficou a liderar a FRELIMO quando Mondlane esteve nos Estados Unidos” (NEWITT, 1995, p. 452). “Investigações feitas sobre o passado de Milas concluíram tratar-se de um agente infiltrado pela CIA (*Central Intelligence Agency*), de nome Leo Clinton Aldridge” (VINES, 1996, p. 11).

<sup>14</sup> Lembre-se que todos os desertores e expulsos eram membros séniores das três organizações proto-nacionalistas pré-existentes que deram origem a FRELIMO em 1962.

Embora as diferentes fontes bibliográficas consultadas sejam exaustivas na abordagem sobre os conflitos no seio da FRELIMO, deve-se entender que o afastamento do Secretário da Informação e Propaganda parece não constituir um fundamento plausível para a expulsão de outros membros da organização. Assim, resulta importante analisar esses conflitos tendo em linha de conta a forma e o contexto histórico em que a FRELIMO foi formada. A expulsão de membros da organização, não pode ser vista e analisada de forma simplista e trivial, mas como reflexo das profundas contradições que se evidenciaram nos anos subsequentes à criação da FRELIMO.

O outro acontecimento que causou constrangimentos a FRELIMO foi a morte de Eduardo Mondlane em Fevereiro de 1969. Embora a FRELIMO acusasse na altura os serviços secretos portugueses, mais tarde admitiu que a morte de Mondlane foi devido a disputas de liderança e assim, Lázaro Kavandame e Uria Simango<sup>15</sup> foram culpados pelo assassinato. Na sequência desses acontecimentos, Aquino de Bragança afirma que

Foi formado um triunvirato conhecido como Conselho da Presidência composto por Uria Simango, Samora Machel e Marcelino dos Santos. Simango reagiu a estes eventos publicando um manifesto protestando a maneira como Samora Machel, Marcelino dos Santos e Janet Mondlane<sup>16</sup> estavam encarando a morte de Mondlane (BRAGANÇA, 1978, v. 2, p. 207-208).

“Em Fevereiro de 1970 Simango é expulso do Comité Central, Samora Machel assume a presidência e Marcelino dos Santos a Vice-presidência” (VINES, 1996, p. 13).

Estes conflitos, expulsões e deserções produziram um número considerável de movimentos rivais à FRELIMO, muitos dos quais sem inserção nas massas populares. Muitos desses grupos sobreviveram até às vésperas da independência em 1975, tendo criado distúrbios na cidade de Lourenço Marques (actual Maputo) logo após a assinatura dos Acordos de Lusaka entre a FRELIMO e o governo português, em Setembro de 1974. Porém, nenhum desses grupos chegou a representar maior ameaça à hegemonia da FRELIMO<sup>17</sup>. No

---

<sup>15</sup> Antes da fundação da FRELIMO, Lázaro Kavandame foi membro da MANU e Uria Simango da UDENAMO. Ambos foram membros fundadores da FRELIMO em 1962, e Uria Simango ocupara o cargo de Vice-presidente. Com a morte de Eduardo Mondlane em 1969, Lázaro Kavandame foi presidente interino, de Fevereiro a Abril do mesmo ano, altura em que é formado o Conselho da Presidência (triumvirato) composto por Samora Machel, Marcelino dos Santos e Uria Simango.

<sup>16</sup> Esposa de Eduardo Mondlane de origem norte-americana.

<sup>17</sup> Magode (2005, p. 513-514) e Vines (1996, p. 13-14) falam desses movimentos, e destacam: o COREMO (Comité Revolucionário de Moçambique) fundado em 1965 por Paulo Gumane e Amós Sumbane e liderado por Uria Simango a partir de 1970; a FUMO (Frente Unida de Moçambique) criada por Domingos Arouca; o GUMO (Grupo Unido de Moçambique) surgido em 1973 sob a direcção de Joana Simeão; a FREINA (Frente para a Independência Nacional) fundada pelo padre Mateus Pinto Gwenjere em 1974; a UNIPOMO (União Nacional para a Independência dos Povos de Moçambique) criada em 1974 por Lázaro Kavandame; o MONAMO (Movimento Nacional de Moçambique) criado por Máximo Dias em 1974. Meneses e Martins

mesmo contexto, Forquilha (2017), explica que os movimentos políticos alternativos a FRELIMO acabaram por ser neutralizados com a prisão e confinamento em Campos de Reeducação dos seus principais dirigentes.

Importa, primeiro, enfatizar que no seu conjunto, esses grupos reflectiam uma grande diversidade de interesses, sobretudo políticos e económicos, revelando o prenúncio de uma luta acesa pelo poder que se arrastaria até 1974, nas vésperas da independência nacional. Segundo, deve-se realçar que grande parte desses grupos integrava dissidentes e expulsos da FRELIMO, pertencentes aos três movimentos proto-nacionalistas antes referidos e que deram origem a FRELIMO. Explicando as razões do fracasso da dissidência em constituir uma alternativa política credível à FRELIMO, Barry Munslow sustenta que

foi devido à ideologia defendida por esses dissidentes que não estava em sintonia com a visão estratégica da luta concebida pela FRELIMO. A FRELIMO conseguiu gerir a crise pelo facto de, por um lado, ter imprimido uma melhor organização interna, considerada mais forte do que a força das armas; e por outro, o elevado nível de mobilização levado a cabo pelos Comissários Políticos e outros quadros do movimento (MUNSLOW, 1983, p. 129).

Analisando o ponto de vista de Munslow, pode-se acrescentar que estes nacionalistas fracassaram porque foram ultrapassados pelos acontecimentos e pela realidade histórica de Moçambique, pelo facto de não terem tido uma visão nacional do problema colonial. E face a esta realidade, a FRELIMO sobressaiu, não apenas pelo nível de organização evidenciado, ou pela qualidade de mobilização popular demonstrado, mas sobretudo porque assumia a independência como um valor de âmbito nacional e não uma prerrogativa de algumas parcelas de Moçambique.

O outro factor que terá permitido a FRELIMO ultrapassar a crise interna foi o ambiente internacional favorável ao processo de descolonização. As duas superpotências (Estados Unidos e União Soviética) eram pela autodeterminação dos povos ainda sob domínio colonial. No mesmo contexto, a ONU, a OUA e o Movimento dos Países Não Alinhados, jogaram um papel crucial no apoio aos movimentos de libertação. Aliado a isso, a FRELIMO gozava de simpatia e solidariedade das forças progressistas do mundo e dos Estados socialistas, e isso

---

(2013, p. 89-90) fazem referência, na mesma linha, de outros movimentos rivais a FRELIMO dos quais se destacam: MML (Movimento Moçambique Livre); MONAUMO (Movimento Nacionalista Africano de União de Moçambique); MONIPAMO (Movimento Nacional para a Independência dos Povos de Moçambique); FICO (Ficar Convivendo, Convergência Nacional); FNI (Frente Nacional Integracionista de Moçambique); PCN (Partido de Coligação Nacional); AMA (Acção Moçambique Armada); PRUMO (Progresso Unido de Moçambique); FRECOMO (Fente Comum de Moçambique). Os movimentos descritos por Meneses & Martins têm a particularidade de não mencionar os nomes dos membros fundadores, nem o período em que estes foram formados.

permitiu que iniciasse o processo da sua inserção no sistema internacional como um actor em emergência.

No que concerne à dimensão dos conflitos, a análise permite afirmar que foram conflitos com profundas raízes étnicas. Este posicionamento encontra fundamento quando se recua no tempo e procura-se compreender a estrutura político-ideológica e a estratégia da luta dos movimentos proto-nacionalistas que deram origem a FRELIMO. Por outro lado, as deserções e expulsões atingiram essencialmente membros séniores dos três agrupamentos políticos com enraizamento expressivo nas regiões centro e norte de Moçambique. Os que permaneceram, ou porque não tinham papel activo na nova organização, ou simplesmente porque ganharam consciência da verdadeira dimensão do colonialismo e da estratégia da luta concebida pela FRELIMO para a conquista da independência. Para consubstanciar o carácter étnico desses conflitos, Aquino de Bragança cita uma declaração da UNAR (União Nacional Africana da Rombézia) a afirmar que

O Dr. Mondlane possibilitou manhosamente à gente do sul, ocupar responsabilidades mais importantes da FRELIMO e o pessoal nortenho passou simplesmente a ser militante sem nenhuma voz na organização. O Dr Mondlane é introdutor do tribalismo na FRELIMO. A unidade que existe entre os irmãos do norte e os irmãos do sul é apenas aparente (BRAGANÇA, 1978, v. 2, p. 282).

Vines (1996, p. 11) afirma no mesmo contexto que “Mateus Mmole e Lourenço Milinga desertaram da FRELIMO em Agosto de 1962 sob alegação de que a liderança da organização era dominada por pessoas do sul”.

Uma leitura atenta sobre estes acontecimentos leva ao entendimento de que os conflitos étnicos aqui referidos, exerceram, por um lado, uma influência sobre os desenvolvimentos políticos e de Segurança Nacional de Moçambique do período em análise; e por outro, jogaram um papel importante na formação da RENAMO no período que se seguiu à independência em 1975. No entanto, resulta importante perceber que as motivações étnicas para o conflito não foram suficientemente determinantes para o despertar do sentimento étnico colectivo dos vários grupos sociais e linguísticos de Moçambique, muito embora se reconheça que as manifestações étnicas exerceram uma influência decisiva na formação da RENAMO e nos alinhamentos sociais posteriores em torno deste movimento.

Quanto à origem dos conflitos no seio da FRELIMO, Mondlane (1995, p. 108) considera que estes “foram motivados por ambições pessoais e por diferenças ideológicas”. Porém, uma análise crítica permite perceber que mais do que uma mera ambição política ou simples diferenças ideológicas, é necessário compreender essas divergências no contexto da

formação da FRELIMO e na organização da estrutura hierárquica do poder. As diferenças ideológicas permitem entender, não apenas a dinâmica das relações contraditórias entre as alas revolucionária e reaccionária, mas também a essência desses conflitos, se for tomada em consideração a natureza heterogênea da liderança. Por outro lado, a luta pelo poder não deve ser entendida como causa destes conflitos, mas uma manifestação de frustração e de descontentamento dos que se sentiram marginalizados e excluídos da estrutura hierárquica do poder.

Portanto, estes conflitos tiveram como consequência a adoção pela FRELIMO, de uma postura mais radical assente na ‘marginalização e banalização’ de todos os que se mostraram contrários aos princípios político-ideológicos por ela defendidos. Como poderá-se perceber mais adiante, o contexto político regional e internacional em que estes conflitos aconteciam, abria um espaço propício para o espectro de conflitualidade que caracterizou Moçambique, no período que se seguiu à independência.

Quanto à ligação entre os diferentes grupos de dissidentes e a liderança que participou na formação da frente anti-colonial, parece lícito considerar que, embora a informação bibliográfica sobre a matéria seja escassa, o primeiro núcleo de descontentes e dissidentes era constituído por líderes seniores dos três movimentos proto-nacionalistas que deram origem a FRELIMO em 1962.

De acordo com Vines (1996, p. 11), o descontentamento deste grupo deveu-se ao alegado facto de que a liderança da FRELIMO era dominada por pessoas oriundas do sul de Moçambique, e que não faziam parte de nenhuma formação política pré-existente. Importa esclarecer que antes da fundação da FRELIMO, Lázaro Kavandame foi membro da MANU e Urias Simango da UDENAMO. Ambos foram membros fundadores da FRELIMO em 1962, e Urias Simango ocupou o cargo de Vice-presidente. Com a morte de Eduardo Mondlane em 1969, Lázaro Kavandame foi presidente interino, de Fevereiro a Abril do mesmo ano, altura em que é formado o Conselho da Presidência (triumvirato) composto por Samora Machel, Marcelino dos Santos e Urias Simango. Com o avolumar das contradições no seio da FRELIMO, entre 1962 e 1997, estes e outros líderes desertaram ou foram expulsos da organização. Entre 1970 e 1974, muitos destes líderes criaram vários movimentos políticos alternativos à FRELIMO, que por razões já fundamentadas nas páginas precedentes, estes não puderam sobressair. Destes, destaque vai para o Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO) formado em 1970 liderado por Urias Simango, integrando ainda Paulo Gumane e Amós Sumbane; a União Nacional para a Independência dos Povos de Moçambique

(UNIPOMO) criado em 1974 sob a liderança de Lázaro Kavandame. Na nota de rodapé nº 17, são apresentados diferentes movimentos políticos rivais à FRELIMO e suas respectivas lideranças.

O segundo grupo de dissidentes e expulsos da FRELIMO foi emergindo no decurso da guerra de libertação. As contradições de carácter ideológico, acrescidas às diferenças na estratégia de luta para a conquista da independência, constituíram o cerne destes conflitos. Alguns destes dissidentes integraram os vários movimentos políticos alternativos à FRELIMO referidos no parágrafo anterior e constituíram, posteriormente, a principal fonte de recrutamento e de alinhamentos sociais para a RENAMO.

O terceiro grupo de descontentes é constituído por moçambicanos que faziam parte das tropas portuguesas. Quando o exército colonial se mostrava cada vez mais incapaz de conter o avanço dos guerrilheiros da FRELIMO para o centro de Moçambique nos anos de 1970, este optou por aglutinar muitos destes dissidentes em torno de grupos especiais para combater a FRELIMO. Após a independência em 1975, estes grupos não foram integrados no novo contexto político nacional, facto que propiciou o seu aproveitamento pelas forças externas hostis ao novo governo liderado pela FRELIMO.

O estudo mostra que as lideranças dos diferentes grupos acima descritos, conseguiram aglutinar em sua volta vários elementos sociais contra o governo de Moçambique no período imediato à independência. Estes desenvolvimentos tiveram implicações bastante negativas para o novo Estado, pois como será visto mais adiante, muitos destes expulsos e dissidentes constituíram-se em grupos de opositores políticos, tendo posteriormente servido, como se disse anteriormente, de fontes de recrutamento para alimentar o conflito interno, entre 1976 e 1992.

É importante sublinhar que o clima de conflitos internos descrito nas páginas anteriores, esteve inserido no contexto de confrontação ideológica leste-oeste na esteira da Guerra Fria. Como foi referido alhures nesta tese, ainda no decurso da guerra pela independência a FRELIMO foi construindo o formato do sistema político que iria instituir no Moçambique pós-colonial, e este foi determinado pelos apoios recebidos durante a guerra que eram todos de origem socialista. O ambiente de hostilidade regional e internacional contra Moçambique começou logo em finais dos anos 60 e princípios de 70 com o início do envolvimento de potências externas na região, particularmente dos países ocidentais (Estados Unidos) a apoiarem Portugal na luta contra a descolonização, e os países do bloco de leste (União Soviética) a apoiarem a FRELIMO na guerra de libertação nacional. Portanto, é neste período



que começa a se afirmar, segundo consideram Buzan e Weaver (2003) e Silva (2017), o carácter conflituoso do Complexo Regional de Segurança da África Austral, quando os regimes minoritários rodesiano e sul-africano procuram inviabilizar o processo de mudanças que se estava operando com as independências dos países da região.

Apesar desse ambiente turbulento de dissidências e de conflitos internos que acompanharam o processo de luta, a FRELIMO conseguiu alcançar a vitória militar contra a potência colonizadora, formalizada pelos Acordos de Lusaka celebrados a 7 Setembro de 1974, entre a FRELIMO e o governo português.

Os termos dos Acordos de Lusaka permitiram ao Comité Central da FRELIMO aprovar a primeira Constituição de Moçambique independente, em Junho de 1975. Portanto, esta Constituição constituía um acto jurídico fundador de um novo Estado soberano e independente - a República Popular de Moçambique. E como será exaustivamente abordado nos próximos capítulos, Moçambique surge num contexto político regional e internacional bastante conturbado e hostil à sua inserção. O clima de guerra que o país conheceu no período imediato à independência, constituiu uma clara evidência desta realidade.

### 3.2 AS ESTRATÉGIAS MILITAR E DIPLOMÁTICA NA GUERRA ANTI-COLONIAL

O principal factor que forçou a FRELIMO a optar pela luta armada para a libertação de Moçambique, encontra justificativa na intransigência do regime colonial português em aceitar o diálogo para a autodeterminação do povo moçambicano. Todavia, esta via viria a ser complementada pela luta diplomática para, entre outros objectivos, esclarecer a opinião pública mundial sobre os reais objectivos da luta e a natureza do inimigo. A frente diplomática visava, segundo argumenta Gaspar (2014, p. 89-90), angariar apoio multiforme no seio do movimento de solidariedade internacional. Foi na sequência deste facto que no 1º Congresso realizado na Tanzânia em Junho de 1962, a FRELIMO decidiu eliminar a dominação portuguesa do território nacional, tendo a luta armada sido a via encontrada para a conquista da independência de Moçambique.

O 1º Congresso foi tido como histórico na medida em que tomou decisões importantes sobre a política externa e a estratégia de luta para a independência nacional. Após ter identificado a estratégia de luta contra a dominação colonial, adoptou um conjunto de resoluções que deviam ser implementadas para assegurar as acções da luta armada. O colonialismo português e o imperialismo foram definidos como inimigos a abater para

garantir uma independência total, mediante eliminação de todas as reminiscências de carácter colonial e imperialista.

No contexto de preparação para a luta armada, a direcção da FRELIMO liderada por Eduardo Mondlane, desencadeou um amplo trabalho diplomático que culminou com o envio dos primeiros guerrilheiros ao exterior para receber treino militar. Segundo António Gaspar, “os primeiros grupos de guerrilheiros foram enviados à Argélia e ao Egipto. Os programas de treinamento variavam de três a seis meses. Em meados de 1963, os primeiros guerrilheiros começaram a regressar passando para a preparação político-militar em Komgwa na Tanzânia” (GASPAR, 2014, p. 141).

Para BRITO (2019, p. 51), “o ano de 1963 foi marcado por uma intensa actividade diplomática por parte da liderança da FRELIMO, particularmente de Mondlane, do vice-presidente Simango e de Marcelino dos Santos, para dar a conhecer a causa da independência de Moçambique”. Ao mesmo tempo, os três líderes procuraram estabelecer contactos com os países mais comprometidos, no plano internacional, com a luta anti-colonial e, portanto, susceptíveis não só de fornecer apoio político-diplomático, mas também de apoiar a iniciativa da luta armada contribuindo para a formação de quadros militares e com o fornecimento de material de guerra. Brito sustenta ainda que os primeiros contactos com a China, com a URSS e com outros países da Europa Oriental foram feitos nessa altura. No entanto, “foi na Argélia que os primeiros combatentes da FRELIMO fizeram o seu treino militar. Foi também deste país e de Marrocos que vieram as primeiras armas para iniciar a guerra de libertação de Moçambique”. A FRELIMO contava também com o apoio vital da Tanzânia, primeiro porque permitiu ao movimento estabelecer o seu quartel-general em Dar-es-Salaam, prestando todo o apoio político, diplomático e material de forma incondicional. Aliado a isso, as autoridades tanzanianas permitiram a instalação de campos de treino militar no seu território.

O início da luta anti-colonial desencadeada pela FRELIMO a partir de Setembro de 1964, coincidiu, conforme foi anteriormente destacado, com uma conjuntura política internacional favorável ao processo de descolonização, consubstanciada na Carta das Nações Unidas que consigna o respeito pelo princípio de igualdade de direitos e de auto-determinação dos povos. A luta armada acontecia em paralelo com o desenvolvimento da actividade diplomática levada a cabo pela FRELIMO, onde os Representantes Permanentes no exterior e os enviados Especiais desempenharam um papel activo neste processo, negociando, informando e representando a organização junto de países amigos e movimentos de solidariedade internacional. Também participavam em eventos internacionais onde

divulgavam as actividades de luta desencadeada pela FRELIMO. A Tanzânia foi, segundo afirma GASPAR (2014, p. 156), a retaguarda principal da acção armada e diplomática, enquanto a Argélia constituiu o ponto mais importante para a difusão dos objectivos da luta armada e para a angariação da solidariedade africana. Ao longo do período entre 1962 e 1974, a base de apoio da FRELIMO sempre esteve centrada na Tanzânia, a partir da qual a direcção do movimento fazia a redistribuição dos recursos necessários no campo de batalha. De igual modo, a Zâmbia tal como a Tanzânia, albergaram escritórios da FRELIMO a partir dos quais foi possível desenvolver actividades da luta de libertação nacional, com destaque para as actividades diplomáticas.

Aliado ao papel desempenhado pelos países acima destacados, importa explicar que a FRELIMO estabeleceu nestes países, escritórios equiparados a Representações Diplomáticas que eram denominadas Representações Permanentes da FRELIMO. Em alguns casos, aos representantes da FRELIMO eram atribuídos, pelo país anfitrião, um respeito e tratamento quase igual aos atribuídos às Embaixadas. Essa prática aconteceu na Argélia, Tanzânia, Egipto e Zâmbia.

No âmbito da campanha diplomática acima referida, Gaspar (2014), afirma que Eduardo Mondlane visitou os países nórdicos (Suécia, Noruega, Dinamarca, Holanda e Finlândia), tendo o primeiro país constituído a maior fonte de apoio à FRELIMO, particularmente depois da interrupção do apoio da Fundação *Ford* ao Instituto Moçambicano na Tanzânia, na sequência de protestos apresentados à administração americana pelo governo português.

De acordo com Massangaie (2017, p. 112), as relações pessoais que Mondlane mantinha com Olof Palme, então Ministro sem Pasta e que veio a ser o Primeiro-Ministro da Suécia, bem como o posicionamento do governo e do parlamento suecos, contribuíram para o sucesso da campanha diplomática de Mondlane junto dos países nórdicos. Nos países nórdicos, destino frequente de Mondlane, ele proferiu palestras em universidades e outras instituições de ensino suecas, não obstante os protestos de Portugal junto do governo daquele país e, em geral, junto de todos os países visitados por Mondlane. Neste contexto, participou, em abril de 1966, como observador, na Décima Reunião da Internacional Socialista realizada na Suécia e nas diversas reuniões e manifestações que a rodearam, tendo concedido entrevistas inéditas. Nessa ocasião, “Mondlane teve a oportunidade de interagir com importantes personalidades políticas da época, entre os quais o Primeiro-ministro Sueco, Tage Erlander, Harold Wilson, da Grã-Bretanha, Willy Brandt da República Federal da Alemanha,

Henri Spaak da Bélgica, Gui Molet da França, Bruno Kreisky da Áustria, Golda Meier e outros”.

Na óptica de Gaspar (2014, p. 109), dentre os actores não estatais que proporcionaram apoio às pretensões de Mondlane figuravam “[...] a ONU, a *American Committee for Africa*, a *Ford Foundation*, as igrejas americanas e suíças, particularmente a Metodista, as ONG’s escandinavas, holandesas, alemãs, a larga camada da imprensa religiosa alemã, a própria internacional Socialista”.

Paralelamente às actividades diplomáticas desenvolvidas junto dos países escandinavos, Mondlane (1995) sustenta que a FRELIMO desencadeou uma acção diplomática junto dos países ocidentais, a qual foi possível através dos respectivos povos organizados em associações ou comités de solidariedade que nutriam simpatia com a causa de emancipação política dos povos do Terceiro Mundo. A aceitação da FRELIMO e de outros movimentos de libertação no seio dessas organizações ocidentais, foi uma força motriz que encorajou o movimento para empreender todos os esforços possíveis para estabelecer contactos e cooperação com eles. Como consequência dessa interacção, Mondlane afirma que os apoios vieram tanto da América como da Europa Ocidental através de organizações interessadas pelos problemas do Terceiro Mundo e de organizações religiosas, especialmente nos programas de educação e saúde.

No entanto, é importante deixar claro que a maior parte dos governos ocidentais, salvo algumas excepções, não era receptiva em prestar qualquer tipo de assistência directa e aberta à luta de libertação nacional. Porém, entre os governos ocidentais, as excepções vinham dos governos escandinavos que deram um grande contributo desde o princípio, particularmente no campo da educação.

Na essência, o principal objectivo das visitas de Mondlane ao exterior era angariar o necessário apoio para o desenvolvimento da guerra pela independência. Portanto, a combinação das actividades diplomáticas e militares mostrou-se determinante para a sustentação da guerra, onde o apoio das populações constituiu uma das importantes estratégias adoptadas. A adopção destas estratégias garantiu resultados positivos, tendo em conta que se estava perante um conflito assimétrico em que as partes eram totalmente díspares em termos de meios bélicos utilizados. Todavia, no teatro de operações foi possível reduzir o impacto deste cenário através da adopção das estratégias acima referidas e tácticas assentes numa guerra de guerrilha.

A acção diplomática da FRELIMO surge na sequência da mesma gozar do estatuto de Sujeito Especial de Direito Internacional<sup>18</sup>, cuja Personalidade Jurídica se enquadra na categoria de Nações e Povos em luta pela auto-determinação e independência. Este facto contribuiu para que a FRELIMO granjeasse simpatias e apoios dos povos amigos e de Organizações Internacionais que se identificavam com os objectivos pelos quais lutava. Importa enaltecer que relativamente à Personalidade Jurídica, Tunking (1986, p. 92-93) argumenta que esta “não é determinada por qualquer vontade a eles alheia”. Assim, as Nações e Povos em luta pela respectiva independência ou pela realização do direito à auto-determinação são independentes nas relações internacionais. A sua Personalidade Jurídica Internacional, pela sua natureza jurídica, está próxima da dos Estados, pelo que também não depende da vontade e do arbítrio de outros Estados, para o seu reconhecimento. Tunking prossegue dizendo que no processo da luta pela independência, a Nação ou Povo pode entrar nas relações jurídicas com diversos sujeitos do Direito Internacional. Por exemplo, os movimentos nacionalistas podem interagir com o Estado colonizador, negociando a sua emancipação política ou ainda com outros Estados para se beneficiar de apoio multifacetado.

A tese de Tunking sobre a Personalidade Jurídica e relações Jurídicas das Nações e Povos, permite aferir que a FRELIMO, gozando destas qualidades jurídicas conferidas pelo Direito Internacional, desenvolveu actividades de cooperação com países e organizações que partilhavam as aspirações de Moçambique à independência. Este facto justifica o sucesso da luta diplomática empreendida pela liderança da FRELIMO no período que se seguiu à criação desta organização em 1962. No mesmo contexto, a resolução 1514 (XV) da ONU reafirmava o direito de recurso a acção militar combinada com o trabalho político-diplomático para a conquista da independência. Por este facto, conclui-se que a FRELIMO tinha toda a legitimidade de se beneficiar da ajuda indispensável dos Estados e Organizações Internacionais, o que foi crucial para garantir a realização dos objectivos da guerra pela independência. O outro elemento de destaque concernente à categoria de Sujeitos do Direito Internacional, está ligado ao problema de Reconhecimento dos movimentos de libertação, que deriva da sua Personalidade Jurídica Internacional. De acordo com Tunking (1986, p. 102), o

---

<sup>18</sup> Na óptica de Tunking, os sujeitos do Direito Internacional são Estados Soberanos, assim como Nações e Povos que lutam contra a opressão colonial. No âmbito de classe dos sujeitos, encontramos como titulares detentores da personalidade jurídica internacional os Estados, Nações e Povos que lutam pela independência, e formação de Estados independentes, Organizações Inter-governamentais internacionais, entre outras entidades. Os sujeitos soberanos também designados por sujeitos principais, abarcaram os Estados e as Nações e Povos que lutam pela independência. Estes sujeitos principais gozam de qualidade política e jurídica, ou seja, da sua soberania estatal ou nacional (TUNKING, 1986, p. 93).

Reconhecimento dos movimentos nacionalistas ocorre na qualidade de Sujeitos de Direito Internacional, particularmente no quadro da Declaração da Auto-determinação dos Povos. Assim, o acto de Reconhecimento “não é mais do que a constatação de Personalidade Jurídica Internacional das Nações ou Povos em luta pela independência”. O Reconhecimento Internacional dos vários movimentos nacionalistas, entre os quais a Frente de Libertação de Moçambique, contribuiu para o reforço do seu estatuto internacional, sobretudo durante a guerra pela independência.

O 2º Congresso da FRELIMO realizado na Província do Niassa, em Julho de 1968, contribuiu, de alguma maneira, para aclarar a estratégia de luta contra o regime colonial. Este evento teve o mérito de identificar as linhas de acção, especialmente, a determinação da continuação da luta por tempo indeterminado (Guerra Popular Prolongada), facto que exigia a angariação de maior assistência externa. No que concerne à Política Externa, o 2º Congresso reafirmava que a luta desenvolvida pela FRELIMO se enquadrava no movimento mundial pela emancipação dos povos, que tinha em vista “a total liquidação do colonialismo e do imperialismo, e construção duma sociedade livre de exploração do homem pelo homem” (MONDLANE, 1995, p. 241-242). Por esta e outras razões, a FRELIMO criou e desenvolveu a solidariedade e relações amigáveis com Povos, Organizações e Governos que estavam empenhados na realização destes objectivos.

Com a morte do Presidente Eduardo Mondlane em Fevereiro de 1969, a acção diplomática esteve, até 1974, sob responsabilidade do Presidente Samora Machel que, usando o seu saber e pragmatismo, soube aproveitar o ambiente interno e externo para dinamizar a luta armada. Na perspectiva de Samora Machel, a Política Externa da FRELIMO assentava na continuação da linha de orientação do Presidente Eduardo Mondlane, definida durante o 1º e 2º Congressos da FRELIMO. Para o Presidente Samora Machel, a Política Externa da FRELIMO devia ser o reflexo da realidade interna do país e das acções em curso no campo de batalha. Para o efeito, era necessário intensificar a actividade diplomática através de contactos regulares e sistemáticos com Representantes de Missões Diplomáticas acreditados em Dar-es-Salam e efectuando visitas a países estrangeiros.

Segundo Gaspar (2014, p. 151-152), as acções diplomáticas do Presidente Samora junto dos países do Leste ganharam maior expressão no início de 1971. Na sequência dessas acções, “os primeiros encontros que a FRELIMO realiza ao mais alto nível ocorreram em 1971, com os Secretários-Gerais dos Partidos Comunistas da Bulgária, da Roménia, do Partido do Trabalho da Coreia, e no mesmo período, teve encontros de trabalho com os Primeiros

Ministros da China e do Vietname”. Em todos os encontros, a tónica era centrada no apoio à luta armada de libertação nacional.

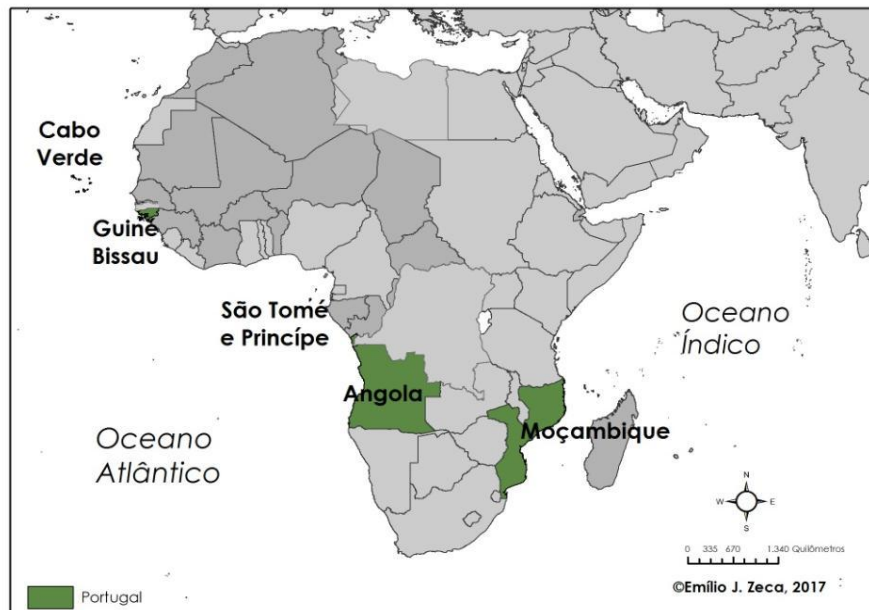
Importa destacar que a acção diplomática referenciada no parágrafo anterior, concentrava-se essencialmente ao nível multilateral, tendo como plataformas favoráveis o Comité de Libertação da OUA e o Comité das Nações Unidas para a Descolonização. Assim, o Dispositivo do Direito Internacional sobre o Direito dos Povos à Auto-determinação e Independência sustentava a acção diplomática da FRELIMO. A solidariedade internacional constituiu um dos factores cruciais que contribuíram para o sucesso da luta dos movimentos nacionalistas. A FRELIMO e outros movimentos de libertação beneficiaram de apoios significativos provenientes do movimento anti-colonial de África, Ásia e Europa. O apoio multifacetado recebido pela FRELIMO ilustra a eficácia da sua acção diplomática junto da opinião pública nos principais centros de decisão mundial.

É também importante reconhecer que, tendo em conta a conjuntura política regional, a luta diplomática na África Austral conheceu sérias dificuldades devido a forte aliança prevalecente entre Portugal e os regimes racistas rodesiano e sul-africano. A Declaração Unilateral da Independência (DUI) pela Frente Rodesiana em Novembro de 1965, dava lugar ao surgimento de mais um regime de segregação racial na África Austral. A aliança entre África do Sul, Rodésia e Portugal, passou a ganhar maior consistência na luta contra os movimentos de libertação. No pensamento da liderança da FRELIMO, a DUI, trouxe dificuldades acrescidas para os movimentos de libertação na região. O Presidente Mondlane denuncia as alianças de Portugal com os países da NATO e com a África do Sul destacando a assistência militar que Portugal sempre recebia desta organização militar para enfrentar as guerras independentistas em curso em Moçambique, Angola e Guiné-Bissau<sup>19</sup>. No entanto, e de acordo com Mondlane (1995, p. 177), a ONU condenava a política portuguesa e criticava a NATO e outros países ocidentais por lhe darem apoio, muito embora uma parte significativa da opinião pública dos países da NATO se opusesse ao sistema colonial.

---

<sup>19</sup> Vide mais detalhes no Capítulo 3.

**Figura 3 - Possessões coloniais portuguesas na África Austral**



Fonte: Massangaie (2017, p. 43).

Portanto, daqui se depreende que a luta diplomática desencadeada pela FRELIMO, constituía um dos pilares fundamentais que asseguraram, desde cedo, o sucesso da acção armada. As actividades destas duas frentes (armada e diplomática) estavam intimamente ligadas, complementando-se e consolidando-se mutuamente. Aliado a isso, a formação dos combatentes e o material bélico usado durante a guerra (1964-1974), foram conseguidos graças à acção diplomática da FRELIMO junto de países e povos amigos. A acção diplomática junto do mundo progressista permitiu que o movimento global de solidariedade entendesse melhor as causas, necessidades e avanços da luta de libertação nacional levada a cabo pela FRELIMO.

### 3.3 INSERÇÃO DE MOÇAMBIQUE NOS CONTEXTOS REGIONAL E INTERNACIONAL

As manifestações do nacionalismo moçambicano a partir de finais do século passado, aconteceram num contexto em que o ambiente político e económico da África Austral era dominado pela hegemonia do regime minoritário da África do Sul, decorrente da institucionalização da teoria de desenvolvimento por separado de raças assente no *apartheid*. A secessão da Rodésia através da Declaração Unilateral da Independência (DUI), em Novembro de 1965, conferiu à região um novo figurino da aliança estratégica dos dois regimes com o colonialismo português. Esta aliança traduziu-se numa oposição ao



estabelecimento de governos de maioria negra nestes territórios, e numa hostilidade aos restantes países da região que se opunham à segregação racial e ao colonialismo.

Importa referir que a declaração da DUI pela minoria branca rodesiana, não foi reconhecida por muitos países do mundo, facto que resultou na aplicação de sanções económicas pelas Nações Unidas. Moçambique respondeu ao embargo decretado pela ONU encerrando as fronteiras com a Rodésia em Março de 1976, que significou o encerramento da mais importante via de acesso ao mar para as exportações e importações rodesianas. Associado a isso, Moçambique decidiu incrementar o seu apoio à ZANU em luta pela independência do Zimbabwe. A postura solidária do governo moçambicano foi respondida por agressões militares directas protagonizadas pelo regime rodesiano, que somente cessaram com a ascensão do Zimbabwe à independência, em Abril de 1980.

Porém, para aferir maior compreensão sobre a natureza da DUI e suas implicações, resulta necessário realçar que os antecedentes históricos revelam que, de acordo com Ferreira (2011, p. 20), “[...] em agosto de 1953, o governo britânico aprovou um decreto que previa o estabelecimento das Rodésias e Niassalândia, que integrava a Rodésia do Norte, Rodésia do Sul e Niassalândia”. No entanto, deve-se destacar que a federação durou muito pouco tempo, pois em Dezembro de 1963 produziu-se a secessão que concorreu para o surgimento de três Estados: Rodésia do Norte com o nome de Zâmbia; Niassalândia que ficou com a designação de Malawi e a Rodésia do Sul apenas com o nome de Rodésia.

Assim, a Rodésia acabou mesmo por proclamar a independência a 11 de novembro de 1965, da qual resultou uma série de embargos por parte da Inglaterra e das Nações Unidas. Segundo Barroso (2008, p. 63), os embargos abrangiam a “importação de petróleo e à exportação de um vasto leque de bens de produção rodesianos, como tabaco, carne, açúcar e minerais.”

Ao nível global, o sistema internacional encontrava-se marcado por uma bipolaridade, com os Estados Unidos e a União Soviética a protagonizarem um conflito ideológico nos marcos Guerra Fria. Embora as duas superpotências se mostrassem favoráveis ao fim do império colonial, cada uma se esforçava por garantir a ampliação das suas zonas de influência à medida que o domínio colonial se desmoronava.

É dentro desta conjuntura política regional e internacional que a FRELIMO procura definir a sua política de interacção com outros actores, sobretudo aqueles que se identificavam com os princípios e valores pelos quais lutava. De acordo com Eduardo Mondlane, as resoluções sobre Política Externa saídas do 1º Congresso realizado em setembro de 1962 na

Tanzânia, estabelecem que a FRELIMO irá promover a cooperação com organizações nacionalistas das outras colónias portuguesas, com os países africanos, com os países progressistas do Terceiro Mundo e com as Organizações Internacionais. “Estabelecem também o desenvolvimento de acções políticas junto dessas entidades para a obtenção da ajuda diplomática, moral e material necessárias para o desencadeamento da luta de libertação nacional” (MONDLANE 1995, p. 102).

A definição dessas linhas de interacção permitiu a FRELIMO fazer os preparativos para o início da guerra pela independência, estabelecendo contactos com países e organizações dentro e fora do continente africano. Assim, quando a FRELIMO iniciou a luta armada em Setembro de 1964, já gozava de apoio e simpatia de muitos países e Organizações Internacionais. Eduardo Mondlane assinala ainda que

A FRELIMO estabeleceu relações com os países socialistas e tornou-se membro de várias Organizações Internacionais, como a CONCP, o Comité de Libertação da OUA, a OSPAL (Organização de Solidariedade dos Povos de África, Ásia e América Latina), o CMP (Conselho Mundial da Paz), e participava nas sessões da OUA e da ONU na qualidade de observador (MONDLANE, 1995, p. 160).

Tomando como base, tanto as linhas de interacção definidas, quanto ao tipo de entidades com que a FRELIMO começou a interagir logo após a sua fundação, já poderia-se idealizar a natureza do sistema político que seria instituído no Moçambique independente. Este facto ficou demonstrado com a ascensão de Moçambique à independência em 1975, pois a via de desenvolvimento escolhida pela liderança foi o sistema socialista, consubstanciado pela transformação da organização em Partido de vanguarda marxista-leninista, no decurso da realização do 3º Congresso em 1977.

Ao nível bilateral, a FRELIMO estabeleceu relações de cooperação com a Coreia do Norte, Vietname do Norte e Cuba, países que partilhavam os problemas do Terceiro Mundo. Nas resoluções do 2º Congresso realizado em 1968 no interior de Moçambique, “a FRELIMO afirma integrar o movimento mundial de emancipação dos povos que lutam pela liquidação do colonialismo e do imperialismo” (MONDLANE, 1995, P. 160).

Como se pode depreender, durante a luta armada, a FRELIMO foi construindo o formato da orientação política e ideológica de Moçambique pós-colonial. Por este facto, sempre definiu a sua inserção orientando a sua Política Externa em função:

- a) da origem dos apoios recebidos durante a guerra;
- b) da conjuntura política da região da África Austral; e
- c) da estrutura do sistema internacional.

Desenvolveu relações com países e organizações que eram favoráveis à afirmação do direito de Moçambique à autodeterminação e independência. Esta dupla contextura (regional e internacional), aliada aos desenvolvimentos internos nos anos subsequentes à formação da FRELIMO favoreceram, por um lado, o reconhecimento de Moçambique como um futuro Estado que estava emergindo no cenário político regional e internacional. Por outro lado, contribuiu para o alinhamento ideológico de Moçambique para o sistema socialista.

Os contextos políticos regional e internacional foram determinantes para o posicionamento de Moçambique face aos principais desenvolvimentos políticos regionais, pois a liderança começou a perceber que a segurança e desenvolvimento económico de Moçambique só seriam possíveis com a erradicação dos regimes de segregação racial na África Austral, o que daria espaço para uma maior cooperação regional. Para fundamentar o preceituado no parágrafo acima, cita-se Hans Abrahamsson quando afirma que

A direcção da FRELIMO foi marcada desde muito cedo por uma maneira de pensar em termos regionais e por esforços de cooperação dos Estados da região. Para que a África Austral se desenvolvesse no sentido de regimes de maioria negra, que facilitassem a cooperação regional, era necessário combater tanto o capitalismo como o racismo na região. A libertação dos países vizinhos era considerada também como uma condição prévia para o desenvolvimento económico futuro de Moçambique (ABRAHAMSSON, 1998, p. 101).

Foi com base nessa percepção que a FRELIMO, ao assumir o poder em 1975, comprometeu-se a incrementar o apoio a ZANU do Zimbabwe, permitindo que esta organização se instalasse no território moçambicano e a partir daí levar a cabo acções de guerrilha. Aliado a isso, o governo de Moçambique decidiu pelo encerramento das fronteiras com a Rodésia, em cumprimento das sanções decretadas pelas Nações Unidas contra o regime de minoria branca no poder<sup>20</sup>. O mesmo posicionamento foi assumido em relação ao ANC da África do Sul, onde o governo moçambicano permitiu que este movimento usasse o território nacional como ponta de lança para o desencadeamento de acções armadas contra o governo sul-africano.

Importa recordar que as relações de cooperação entre a FRELIMO e os movimentos de libertação da região remonta desde o período da guerra de libertação de Moçambique. Alguns autores, dentre os quais Abrahamsson (1998) e Nilsson (2001), vaticinam que o fracasso da estratégia portuguesa Nó Górdio<sup>21</sup> contra os guerrilheiros da FRELIMO nos anos

---

<sup>21</sup> Pela Resolução 2707 (XXV) de 14 de Dezembro de 1970, a Assembleia Geral das Nações Unidas pedia a Portugal para não utilizar meios de guerra química e biológica contra as populações africanas (SILVA, 1995, p. 36). Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223379275O6tBL0an1Az23CC9.pdf>.

de 1970, fez com que o exército rodesiano sentisse cada vez maior necessidade de intervenção dentro do território moçambicano de modo a travar a actividade crescente do *Zimbabwe African National Liberation Army* (ZANLA), o qual cooperava com a FRELIMO em áreas fronteiriças entre Moçambique e Rodésia.

“Refugiados civis, bem como guerrilheiros, podiam ser tratados em clínicas da FRELIMO nas zonas libertadas, as quais serviam também de retaguarda, tanto para as unidades da ZANLA que operavam na Rodésia, como as integradas nas unidades da FRELIMO” (NILSSON, 2001, p. 53).

Uma leitura atenta sobre esta interacção entre os dois movimentos de libertação, permite compreender que para além de ter constituído uma ajuda para a ZANLA, serviu de pretexto para o exército rodesiano entrar em Moçambique sob alegação de perseguição aos guerrilheiros da ZANLA e da população civil que fugia da guerra<sup>22</sup>. Quando Moçambique ascende a independência em 1975, a liderança do novo Estado decide pelo incremento do apoio aos movimentos independentistas da região, com especial realce para ZANU do Zimbabwe e ANC da África do Sul. Por conta disso, o governo moçambicano permitiu que estes movimentos se servissem do território nacional como retaguarda para a realização de operações de guerrilha para a libertação dos seus respectivos países dos regimes de segregação racial.

No que concerne ao sistema político a ser instituído em Moçambique, a liderança da FRELIMO define o socialismo como modelo de desenvolvimento nacional. Para consubstanciar este facto, Aquino de Bragança cita Eduardo Mondlane<sup>23</sup> numa entrevista a dizer que

<sup>22</sup> Com a Resolução 3103 de 12 de Dezembro de 1973, a Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou os princípios de base jurídica respeitantes ao Estatuto Jurídico do Combatente contra a dominação colonial e estrangeira, e os regimes racistas (SILVA, 1995, p. 42). Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/122337927506tBL0an1Az23 CC9.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2021.

<sup>23</sup> Gaspar (2014, p. 129-131), falando da visão política de Mondlane sobre África em geral e África Austral em particular, afirma que este entendia que a libertação de Moçambique apenas faria sentido, se os restantes povos africanos oprimidos fossem livres da dominação colonial. Por isso, a realização do 1º Congresso no solo tanzaniano, era uma demonstração inequívoca de uma visão internacionalista de grande alcance mundial. As decisões que iriam ser tomadas visavam a liquidação da dominação estrangeira do continente africano, como viria acontecer com a independência do último bastião colonial da África Austral, a Namíbia, em 1990. Na década de 1950 Eduardo Mondlane colaborou em várias circunstâncias e eventos com personalidades que marcaram as relações internacionais pós-II Guerra Mundial tais como Hans Morgenthau, Lord Hadley, entre outros. No entanto, a sua intelectualidade ganhou uma nova dimensão prática devido ao contacto directo que teve com os actores do sistema internacional e da prática diplomática nas Nações Unidas. Mondlane conheceu e interagiu, na sede da ONU em Nova Iorque, com personalidades como Julius Nyerere da Tanzânia e Adriano Moreira de Portugal, os quais seriam cruciais na acção diplomática para a luta do povo moçambicano e para a FRELIMO. Importa esclarecer que o seu relacionamento e amizade com Adriano Moreira na ONU, criou condições para ele apresentar iniciativas conducentes à resolução da problemática da transferência do poder ao povo moçambicano através do diálogo com a potência colonizadora, Portugal. (GASPAR, 2014, p. 106).

Há uma evolução de pensamento que me leva a concluir que a FRELIMO é agora socialista, revolucionária e progressista do que nunca, e a tendência agora é mais em direcção ao socialismo do tipo marxista, isto porque o tipo do inimigo que nós temos não admite qualquer outra alternativa.<sup>24</sup>

Esta linha ideológica esteve subjacente no pensamento político de outros dirigentes da FRELIMO, e este facto permitiu que, mesmo depois da morte de Mondlane em Fevereiro de 1969, o projecto socialista continuasse até depois da independência. Esta percepção encontra argumento quando Aquino de Bragança cita Samora Machel a afirmar que “defendemos o socialismo como via de desenvolvimento, que conduz o homem à dignidade. Mas não acreditamos que o desenvolvimento do país, a independência e o socialismo possam ser copiados de outros países, senão que terão de ser adaptados às condições locais” Bragança (1978, v. 2, p. 175).

Após dez anos da guerra de libertação, a FRELIMO proclama, a 25 de Junho de 1975, a independência de Moçambique - um território cuja configuração geográfico-espacial fora produto do que Portugal tinha conseguido na Conferência de Berlim como prolongamento do seu território, mas dentro do estrito respeito pela Carta da OUA sobre as fronteiras coloniais. Assim, Moçambique surge dentro deste espaço como um novo Estado sobre o qual a liderança institui um sistema político assente na democracia popular, com plenos poderes para a manutenção da ordem e segurança internas, e da execução de compromissos internacionais.

De acordo com Carlos Serra, o novo governo edifica-se sobre um conjunto integrado de instituições político-administrativas herdadas do Estado colonial. Neste contexto, Moçambique surge como um actor que busca o seu próprio espaço no concerto das nações. A efectividade de controlo político e administrativo sobre o território, favoreceu o reconhecimento internacional do governo e do Estado. É na sequência deste reconhecimento que “pela Resolução 3365 (XXX) de 16 de Setembro de 1975, Moçambique é aceite como membro de pleno direito da ONU, ao abrigo do art. 4º da Carta das Nações Unidas” (SERRA, 1998, p. 23).

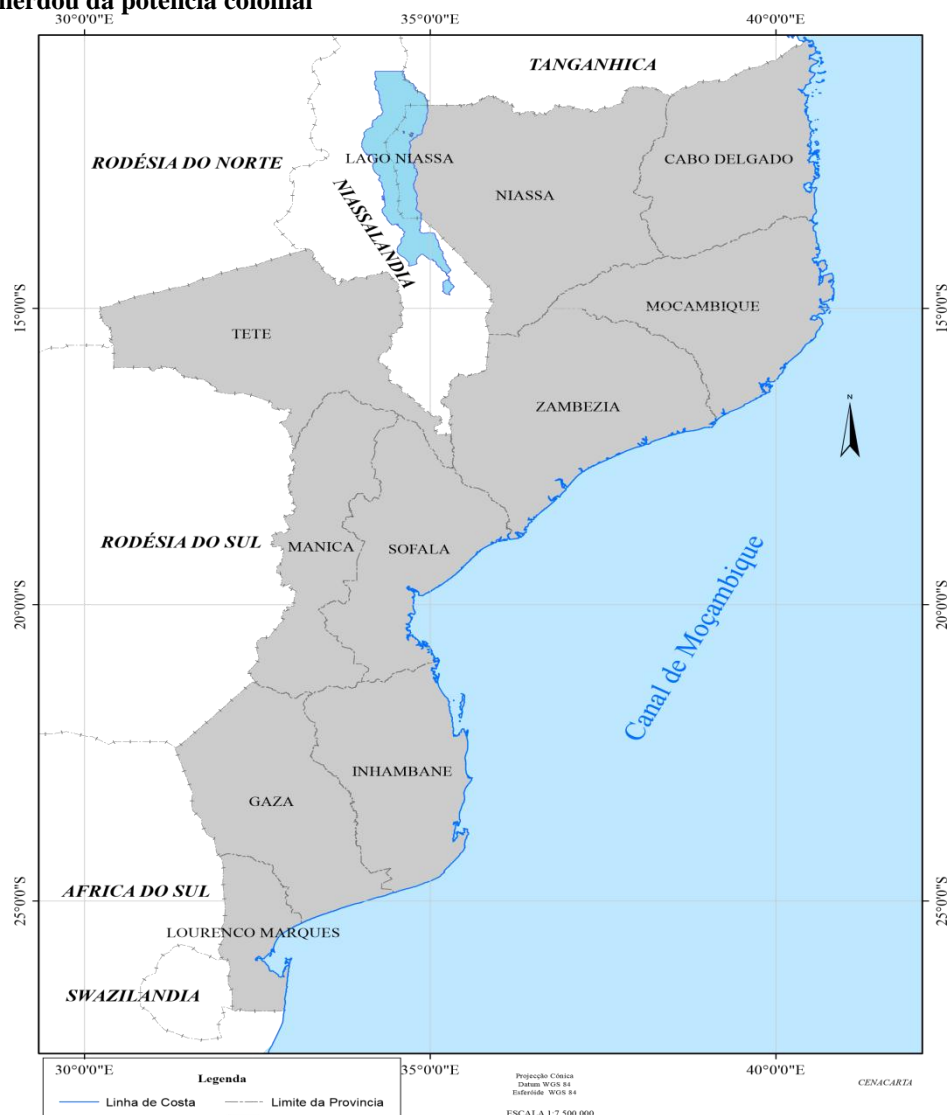
O reconhecimento do governo e do Estado favoreceu<sup>25</sup> a FRELIMO pôr em prática o projecto de construção do Estado a partir de valores ideológicos que Serra (1998, p. 25)

<sup>24</sup> Entrevista a Eduardo Mondlane feita por Aquino de Bragança (1978, p. 437- Vol. II em 1968, logo após o 2º Congresso da FRELIMO).

<sup>25</sup> Tunking (1986, P. 104), considera que no Direito Internacional distinguem-se duas formas fundamentais de reconhecimento: *de jure e facto*. O reconhecimento *de jure* é o reconhecimento oficial completo. O *de facto* é também oficial, mas incompleto. A diferença entre eles está no volume das consequências jurídicas. Depois de reconhecimento *de jure*, que tem um carácter definitivo, começa todo um conjunto de consequências jurídicas; mas quando o reconhecimento é *de facto*, normalmente temporário, como que transitório, o volume das consequências jurídicas é bastante mais restrito. O reconhecimento *de jure* abre caminho ao estabelecimento de

chama de exógenos, isto em referência ao modelo político escolhido como via de desenvolvimento que, pelo seu conteúdo, não se ajustava às especificidades socio-culturais de Moçambique. Como prova disso, o autor aponta a desestruturação social nas zonas rurais com a institucionalização das aldeias comunais, a estigmatização do sistema de valores tradicionais como a poligamia, o lobolo, os ritos de iniciação, etc., considerados adversos aos valores da nova sociedade. A seguir apresenta-se o mapa de Moçambique, cuja configuração geográfico-espacial foi o que Portugal tinha conseguido na Conferência de Berlin.

**Mapa 1 - Moçambique como Estado independente, cuja configuração geográfico-espacial constitui o que a FRELIMO herdou da potência colonial**



Fonte: CENACARTA

Relações Diplomáticas, à assinatura de acordos bilaterais, incluindo acordos de carácter político. O reconhecimento *de facto* raramente conduz ao estabelecimento de relações consulares, mais frequentemente ao estabelecimento de ligações comerciais entre o reconhecedor e o reconhecido, à celebração de acordos de carácter económico e administrativo. O reconhecimento *de facto*, contrariamente ao reconhecimento *de jure*, pode ser anulado ou tornar-se uma etapa para o reconhecimento *de jure*.

O projecto de construção do Estado relativo ao período que corresponde a ideologia Marxista (1975-1989), que Serra (1998, p. 22) chama de *Primeira República*, a direcção da FRELIMO concebe-o como uma entidade política homogénea, que emerge da convergência social em torno do ideal nacional do Estado e da Nação, que se pretende una, integrada e coesa. Segundo Magode (1996), no idealizado Estado-nação já não há brancos, negros, mestiços ou indianos; já não há changanas, ndaus ou macuas, só há moçambicanos. Portanto, é uma entidade que se constrói, segundo Magode, com base na subalternização das particularidades etno-culturais e socio-identitárias de Moçambique. Todavia, factores ligados a convulsões internas no seio da FRELIMO e a dinâmicas dos sistemas regional e internacional, que culminaram com a guerra de desestabilização, imprimiram mudanças políticas que tiveram como consequência a introdução do liberalismo político a partir de 1990 com a aprovação da nova constituição.

Tendo em linha de conta o formato do sistema político em perspectiva, a liderança do novo Estado procurou implementar uma Política Externa inspirada no radicalismo face ao colonialismo, ao racismo e ao *apartheid*, facto que permitiu que direccionasse o seu foco de interacção para os países do bloco socialista e no apoio aos movimentos de libertação da África Austral. Essa postura favoreceu, como será visto mais adiante, um clima de hostilidade dos regimes sul-africano e rodesiano contra o Estado moçambicano, no período entre 1975 e 1992. A guerra de desestabilização que Moçambique viveu no período aqui indicado, esteve inserida nessa conflitualidade e a mesma tinha em vista eliminar as fontes de apoio a esses movimentos.

### 3.4 FACTORES DE OPÇÃO PELO SOCIALISMO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Quando Moçambique ascende a independência em 1975, a FRELIMO era a única força política que emergia no novo cenário político nacional, regional e internacional, com personalidade e capacidade jurídicas para liderar os destinos do novo Moçambique. O formato político do novo Estado esteve assente num suporte ideológico que, tendo como pano de fundo os desenvolvimentos políticos internos e externos, foi sendo edificado durante o período da luta de libertação nacional. As razões dessa opção política encontram justificativa em dois contextos correlativos: o interno e o externo. Os dois contextos actuaram de forma combinada e cimentaram o que muitos autores designam de alicerces do alinhamento político-ideológico da FRELIMO no decurso da guerra pela independência nacional, tendo no período pós-independência influenciado na escolha do socialismo como via para a construção do novo

Estado. O **contexto interno** está associado a atitude inflexível e intransigente do governo colonial português que sempre respondeu as reivindicações dos movimentos nacionalistas com repressão, perseguições e massacres<sup>26</sup>. A intransigência das autoridades coloniais fez com que a FRELIMO compreendesse que o melhor caminho para a conquista da independência seria pela via da luta armada. No mesmo contexto, aponta-se a questão da proveniência dos apoios recebidos durante a guerra que eram essencialmente de origem socialista e dos países progressistas que se identificavam com o direito de Moçambique a auto-determinação e independência. Para sustentar este facto, pode-se citar o primeiro Presidente da FRELIMO Eduardo Mondlane<sup>27</sup> quando afirma que “os países socialistas são aliados firmes dos movimentos de libertação, a FRELIMO mantém relações cordiais com a maioria deles e tem recebido considerável auxílio militar”. O autor acrescenta que “é impossível criar-se um Moçambique capitalista, seria ridículo o povo lutar para destruir a estrutura económica do inimigo e reconstruí-la a favor do inimigo” (MONDLANE, 1995, p. 239).

A avaliar pelas afirmações de Mondlane e, tendo em atenção a estrutura sistémica internacional, pode-se concluir que os países socialistas desempenharam um papel preponderante na orientação ideológica dos movimentos de libertação das colónias portuguesas, com destaque para Moçambique, Angola e Guiné-Bissau. No caso específico de Moçambique, a escolha do socialismo como via de desenvolvimento nacional, guarda excelentes antecedentes históricos que remontam desde o período da guerra de libertação nacional, onde as zonas libertadas constituíam o epicentro da institucionalização embrionária das estruturas políticas de cariz socialista e de exercício do poder popular.

<sup>26</sup> Refira-se como exemplo o massacre de Mueda na Província de Cabo Delgado, ocorrido em Junho de 1960. Nessa acção bárbara das autoridades coloniais, foram mortos mais de 600 camponeses que reivindicavam pela melhoria das condições de vida. Durante a guerra de libertação, foram também perpetrados massacres pela tropa colonial contra populações indefesas. Analistas consideram que tais massacres ocorriam em retaliação ao apoio que as populações concediam aos guerrilheiros da FRELIMO. Merecem destaque o massacre de Wiriamu na Província de Tete, ocorrido em Dezembro de 1972. Estima-se que nesta acção tenham perdido a vida cerca de 385 pessoas. O massacre de Inhaminga na Província de Sofala, ocorreu entre finais de 1973 e princípios de 1974. Diversas fontes calculam em mais de 3000 pessoas mortas nas diversas incursões desencadeadas pelo exército e pelos serviços de inteligência (PIDE/DGS) portugueses contra diversos povoados das proximidades da vila de Inhaminga. O massacre de Mucumbura na Província de Tete ocorreu de 27 de Abril a 4 de Novembro de 1971. As fontes não são precisas quanto ao número exacto de pessoas assassinadas, no entanto, calcula-se que mais de 400 pessoas indefesas tenham sido assassinadas pelo exército colonial.

Aliado a isso, a Assembleia Geral das Nações Unidas recomendou, através da Resolução 3114 de 12 de Dezembro de 1973, a constituição de uma Comissão de Inquérito para a investigação dos massacres em Moçambique e sua responsabilização. A Comissão aqui referida era composta por representantes da Alemanha Democrática, Nepal, Honduras, Madagáscar e Noruega. SILVA (1995, p. 45). Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/122337927506tBL0an1Az23 CC9.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2021.

<sup>27</sup> Em entrevista concedida a Aquino de Bragança em 1968, logo após o 2º Congresso da FRELIMO (1978, v. 2, p. 200).



**Ao nível externo** aponta-se outro factor que favoreceu a escolha do socialismo como via de desenvolvimento de Moçambique. Embora a conjuntura política internacional fosse favorável a auto-determinação dos povos colonizados, muitos governos ocidentais ajudaram Portugal, através da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a montar a sua máquina de guerra contra o processo da descolonização. Este duplo posicionamento dos países ocidentais encontra consistência na afirmação de Mateus (1999, p. 151), quando vaticina que “a posição pro-colonial da quase generalidade dos países ocidentais e o apoio amplo da comunidade socialista, acabaram por determinar os alinhamentos e as orientações ideológicas dos dirigentes independentistas de Angola, da Guiné-Bissau e de Moçambique”.

A afirmação de Mateus permite compreender que a opção pelo socialismo assumida pelos movimentos de libertação das colónias portuguesas não foi um mero acaso, ou resultado de uma livre escolha das lideranças desses movimentos, mas uma consequência directa da situação conjuntural internacional que não favoreceu escolhas políticas diferentes. Em consonância com as opções ideológicas, as lideranças políticas destes países foram implantando as bases para a construção de uma sociedade assente em valores da modernidade socialista. É importante realçar que em cada um destes Estados, a construção do socialismo foi adquirindo as suas próprias particularidades, tendo em linha de conta a conjuntura interna e externa, e as especificidades de cada país, conjugadas com os meios operacionais disponíveis.

No caso específico de Moçambique, constata-se que a situação política tanto interna quanto externa, favoreceu a liderança assumir o socialismo como via de desenvolvimento nacional. Esta postura permitiu a FRELIMO constituir um governo com um poder político centralizado, baseado no sistema monopartidário. A implantação do sistema socialista respondia com plenitude a visão da liderança fundada durante a guerra de libertação nacional de, segundo Machel (1975, p. 100), “instalar um poder popular e construir uma nova sociedade sem exploração”. Para a construção da sociedade socialista, o art. 3º da Constituição de 1975, estabelece que “a FRELIMO é a força dirigente do Estado e da sociedade”. Este papel foi reforçado com a transformação deste movimento em Partido de vanguarda Marxista-leninista, uma decisão assumida no decurso dos trabalhos do 3º Congresso da FRELIMO que teve lugar em Fevereiro de 1977<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> O 3º Congresso definiu a FRELIMO como um Partido de vanguarda da aliança operário-camponesa, um Partido que se guia pela síntese das experiências revolucionárias do povo moçambicano com os princípios universais do marxismo-leninismo, nomeadamente, no que respeita aos seus princípios, organização e métodos de trabalho. Um partido cujo objectivo é a destruição do sistema capitalista e a edificação de uma sociedade

Assim, tomando como base o perfil ideológico seguido pela FRELIMO como fundamento do sistema político instituído, pode-se depreender que a Política Externa e a Política de Segurança Nacional formuladas pela direcção do novo Estado no período que se seguiu à independência, não só se basearam nas experiências internas construídas e consolidadas durante a guerra de libertação, mas sobretudo das circunstâncias conjunturais regionais e internacionais em interacção. Aliado a isso, a FRELIMO, baseada na sua experiência de movimento de libertação e, depois como partido de vanguarda marxista-leninista, procurou moldar de maneira significativa a forma como iria implementar a sua visão de construir um Moçambique moderno e unido num contexto interno marcado pela diversidade multiétnica e cultural, e num ambiente externo adverso e hostil ao modelo de desenvolvimento escolhido.

Uma breve caracterização da linha ideológica seguida por Moçambique nos âmbitos político e económico, constata-se que, como foi destacado nas páginas anteriores, o projecto de desenvolvimento socialista foi definido no 3º Congresso da FRELIMO em 1977, quando a organização deixou de ser um movimento de libertação para assumir o papel de Partido Político de carácter Marxista.

É importante sublinhar que, sabendo a liderança do novo Estado que não podia contar com o apoio do ocidente para a reconstrução do país, decidiu pela transformação da FRELIMO em Partido marxista como forma de atrair apoios dos países socialistas com vista à implementação dos projectos de desenvolvimento de Moçambique.

No contexto desta visão, Moçambique começou a desenhar projectos de desenvolvimento socio-económico estreitando laços de cooperação com a comunidade socialista, em especial com a União Soviética. A aproximação de Moçambique do campo socialista tinha em vista assegurar a angariação de apoios financeiros necessários para a operacionalização das estratégias de desenvolvimento nacional.

Em termos da estrutura do poder, deve-se referir que, partindo das concepções político-administrativas do poder popular instituído nas zonas libertadas, verifica-se que a base social do poder esteve assente no centralismo democrático inspirado no modelo socialista que realça a necessidade da aliança operário-camponesa como condição para se alcançar a estabilidade política e desenvolvimento económico. Partindo desta opção política, os países socialistas eram considerados ‘aliados naturais’ e com base nesta concepção,

---

onde não haja exploração do homem pelo homem (in Relatório do Comité Central da FRELIMO para o 3º Congresso, 1977, p. 91).

Moçambique celebrou vários acordos de cooperação nos âmbitos político e económico com a maioria desses países.

No que concerne às consequências da escolha do socialismo como modelo de desenvolvimento de Moçambique, a análise permite perceber que do ponto de vista interno, estas favoreceram o surgimento de dissidentes e opositores políticos, cuja visão estratégica da luta era divergente com a linha ideológica definida pela FRELIMO, no período que se seguiu à sua criação em 1962. Esses grupos, que emergiram ainda durante a guerra de libertação, sentiram-se marginalizados e excluídos de assumir posições de destaque na estrutura hierárquica do poder, o que favoreceu o seu alinhamento para as fileiras da RENAMO durante o conflito interno. Na mesma linha de pensamento, parece lícito considerar que a estratégia de desenvolvimento socialista seguida pela FRELIMO, fez também surgir novos grupos de descontentes. Nestes, maior destaque vai para os que, tendo feito parte do aparelho do Estado colonial (autoridades tradicionais), sentiram-se marginalizados e excluídos do processo político nacional. Para além deste grupo, refira-se, por outro lado, aos portugueses que abandonaram Moçambique nas vésperas e após a independência. Este grupo inclui moçambicanos que estiveram ao serviço do exército colonial, agentes dos serviços secretos como a PIDE/DGS e as Forças Especiais (Flechas).<sup>29</sup> A maior parte destes emigrou para a Rodésia e constituíram um campo fértil para acções de vingança e de retaliação contra o governo de Moçambique.

No âmbito externo, as consequências da opção pelo socialismo traduziram-se na prevalência de um ambiente de conflitualidade em Moçambique como produto da convergência dos interesses geo-estratégicos regionais e internacionais, no âmbito da luta contra a expansão comunista na África Austral. Essa convergência ideológica encontrou um ambiente favorável ao nível interno, pois já estavam criadas condições propícias para a sua transformação e operacionalização em conflito interno. A desestabilização militar desencadeada pela Rodésia e pela África do Sul, constituiu uma consequência directa desta opção política e a mesma esteve inserida na lógica global do conflito ideológico no contexto da Guerra Fria. Portanto, daqui deduz-se que as consequências internas e externas da opção pelo socialismo, produziram um impacto profundo em todas as vertentes da vida do país, com especial realce para a área de segurança nacional. Esta situação, ditou a necessidade de o governo moçambicano introduzir profundas reformas políticas e económicas que culminaram

---

<sup>29</sup> PIDE significa Polícia Internacional de Defesa do Estado, e DGS – Direcção Geral de Segurança. Flechas é uma designação atribuída ao grupo de soldados negros moçambicanos ao serviço do exército colonial, formados com a missão específica de combater os guerrilheiros da FRELIMO.

com a introdução do pluralismo político baseado na democracia liberal e na economia de mercado.

Um aspecto importante que merece realce, está ligado ao facto de que as mudanças no cenário político internacional que determinaram o fim do socialismo, levou Moçambique a reorientar a sua Política Externa, mudando as suas alianças com os países do bloco socialista para o ocidente em busca de soluções para o fim da guerra e para sair da crise económica que assolava o país desde 1983. No entanto, a condição era a adopção de uma série de medidas que permitissem a introdução de reformas políticas e económicas que conduzissem à assimilação do liberalismo como novo modelo de desenvolvimento de Moçambique.

Sobre o exposto no parágrafo anterior, o governo de Moçambique tinha uma dimensão clara dos constrangimentos internos e externos que se interpunham no projecto de construção do novo Estado. Esta evidência tem a sua fundamentação no Relatório do Comité Central ao 3º Congresso da FRELIMO (1977, p. 90), ao reconhecer que que “a instalação da nova ordem popular democrática conduziu a uma agudização da luta de classes ao nível nacional e provocou a intensificação da agressão imperialista contra Moçambique”.

A citação acima, constitui mais uma evidência da existência de uma convergência dos ambientes interno e externo na desestabilização militar e económica de Moçambique. O surgimento de dissidentes políticos no seio da FRELIMO, coincidiu com a emergência das estratégias regionais e internacionais de luta contra a expansão comunista na região da África Austral que, por conseguinte, resultaram na criação da RENAMO como instrumento da desestabilização, acrescido às agressões militares da Rodésia e da África do Sul contra o país.

A estrutura económica que Moçambique herdou do sistema colonial, caracteriza-se essencialmente por ser uma economia de serviços desenhada de modo a responder os interesses geoestratégicos do capital económico regional. A posição geoestratégica de Moçambique como via de acesso ao mar dos países do *interland*, aliada aos interesses do subsistema económico regional, determinaram o formato da estrutura económica do território no período de ocupação portuguesa. Este facto esteve também associado à fraqueza do poder económico da potência colonizadora que, carecendo de capital suficiente para investir, subordinou a exploração económica de Moçambique às companhias concessionárias estrangeiras, sobretudo inglesas e francesas. O resultado disso foi, segundo Abrahamsson (1998, p. 24), que a economia de Moçambique emerge assente numa estrutura frágil e em dois alicerces principais:

O primeiro refere-se à função de prestação de serviços que Moçambique sempre proporcionou aos países vizinhos, quer através do fornecimento da mão-de-obra para a mineração e para as plantações na África do Sul e na Rodésia, respectivamente, quer pela utilização das instalações ferro-portuárias moçambicanas pelos países da região.

O segundo relaciona-se com a exportação da matéria-prima composta essencialmente por produtos agrícolas tais como algodão, açúcar, chá, copra, castanha de caju e produtos de madeira. Sobre este alicerce, nota-se o predomínio da agricultura de subsistência da grande maioria da população camponesa. Além disso, existia uma indústria ligeira local cuja produção se destinava a satisfazer as necessidades de consumo urbano (ABRAHAMSSON, 1998, p. 24).

Segundo Abrahamsson (1998) e Matsinhe (2011), a guerra de desestabilização tinha como alvos preferenciais as infraestruturas económicas e sociais como estradas, pontes, linhas férreas, fábricas, escolas e hospitais. Com a seca que assolou o país em 1983, o índice de produção de alimentos baixou ao mesmo tempo que a guerra bloqueava as vias de escoamento dos produtos agrícolas do campo para as cidades e vice-versa, provocando a escassez de alimentos em ambos os sentidos.

Assim, a emergência da crise económica a partir de 1983, aliada a outros factores da conjuntura global, trouxe consigo um conjunto de circunstâncias e acontecimentos políticos que forçaram o governo moçambicano a enveredar por mudanças estruturais, sobretudo na esfera económica. Para fazer face a crise, Moçambique aderiu às Instituições Financeiras da *Bretton Woods* (IFBW's) em 1984, e em 1987 introduziu o Programa de Reabilitação Económica (PRE), mais tarde PRES (Programa de Reabilitação Económica e Social<sup>30</sup>). A adesão a estas duas instituições foi sustentada pela aprovação do Decreto-Lei nº 6/84 de 19 de Setembro, que autoriza a celebração do acordo entre Moçambique e estas duas instituições financeiras internacionais.

As transformações políticas e económicas acima referidas, conduziram para uma ruptura formal com a ideologia socialista que se consolida em 1990 com a aprovação da nova constituição que introduz o pluralismo político. O novo texto constitucional acelerou o processo de pacificação do país, pois coincidiu com o início de negociações directas com a

---

<sup>30</sup> De acordo com Macie (2019, p. 215), pela Resolução nº 15/87, de 22 set. 1987, foi aprovado o Relatório do Governo sobre o Programa de Reabilitação Económica e Programa de Emergência, cujo objectivo era de liberalizar a economia e sucessivamente deixá-la orientar-se para o mercado, passando o Estado a desempenhar o papel de regulador do mercado. No mesmo ano, foi estabelecido o acordo com as Instituições Financeiras da Bretton Woods sobre a implementação do PRE. In Boletim da República, I Série, nº 37, 4º Suplemento, de 22 set. 1987.

RENAMO, formalizadas pela assinatura do Acordo Geral da Paz pelos dois protagonistas do conflito, em Outubro de 1992. Destaca-se ainda que estas transformações foram acompanhadas pelas acções de reorientação da Política Externa que, juntamente com a adopção do novo modelo de desenvolvimento baseado na economia de mercado, constituíram determinantes que contribuíram para o fracasso da ideologia socialista em Moçambique. Por outro lado, deve-se acrescentar que estes acontecimentos estiveram ligados à dinâmica do sistema internacional que enquadrava a guerra em Moçambique no padrão do conflito global leste-oeste. O quadro que se segue, ilustra os momentos cruciais que caracterizaram o processo de implantação, desenvolvimento, crise e queda do sistema socialista.

**Quadro 4 - Implantação, desenvolvimento, crise e colapso do sistema socialista em Moçambique e adopção do liberalismo político-económico como novo modelo de desenvolvimento nacional**

1975 - 1981 Nacionalização das unidades económicas e sociais - Implantação do Socialismo	1982 - 1983 Crise económica - Causas	1984 - 1989 Mudanças económicas e sociais	1990 - 1994 Nova constituição - mudanças políticas
1. Economia Centralmente Planificada a) Plano Estatal Central (PEC) b) Plano Prospectivo Indicativo (PPI) c) Comissão Nacional do Plano (CNP) <b>- Crescimento Económico</b>	1. Seca 2. Guerra promovida: a) Pela Rodésia b) Pela África do Sul c) Pela RENAMO <b>- Colapso Económico</b>	1. Adesão ao FMI e ao Banco Mundial a) Programa de Reabilitação Económica (PRE) b) Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES) <b>- Economia de Mercado</b>	1. Pluralismo Político 2. Acordo Geral de Paz (AGP) 3. Eleições Gerais 4. Fim da guerra <b>- Fim do Sistema Socialista</b>

Fonte: Autor da pesquisa

O quadro aqui ilustrado retrata a real dimensão dos problemas económicos e de segurança a que Moçambique esteve sujeito ao longo do período entre 1975 e 1994. O fraco apoio dos países socialistas, aliado à intensificação da guerra de desestabilização militar e económica levada a cabo pela RENAMO e pelas SADF, forçaram a liderança do Estado moçambicano a virar as suas atenções para os países ocidentais.

### 3.5 A RENAMO: CONFLITO INTERNO E O PAPEL DOS AGENTES EXTERNOS

Importa realçar que no contexto da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, o início do conflito interno e das agressões militares externas, constituiu o *climax* do ambiente de hostilidade regional e internacional contra Moçambique, facto que encontra enquadramento na estratégia sul-africana e norte-americana de luta contra a expansão comunista na região. O envolvimento de potências externas, particularmente dos Estados Unidos e da União Soviética, veio acirrar o que Buzan chama de padrão de inimizade regional entre, por um lado, os regimes de segregação racial da Rodésia e da África do Sul, e por outro, os Estados da África Austral. A criação da Linha da Frente e da SADCC pelos Estados

da África Austral surge como resposta a CONSAS e à Estratégia Total - duas estratégias criadas pela África do Sul para perpetuar o seu domínio militar e económico sobre os países da região.

No contexto do sistema internacional, deve-se explicar que a guerra de desestabilização contra Moçambique foi iniciada numa altura em que se acentuaram as contradições nos princípios da década de 1980 entre os protagonistas da Guerra Fria (Estados Unidos e União Soviética), no contexto da luta pelo controlo das zonas de influência ideológica, onde os Estados Unidos asseguraram a sua presença na África Austral mediante aliança estratégica com o regime do *apartheid*. Esta aliança catalisou o conflito, não apenas entre os regimes de segregação racial e os Estados da África Austral, mas sobretudo entre o governo moçambicano e a RENAMO. O fim da guerra em Moçambique só foi possível quando as transformações políticas regionais e internacionais se mostraram desfavoráveis à sua continuação, pois os factores conjunturais que tinham contribuído para a sua ocorrência, já haviam desaparecido com o fim da Guerra Fria e do sistema do *apartheid*.

De acordo com Abrahamsson (1998, p. 158), “na África Austral a luta global dos Estados Unidos contra a influência comunista, coincidiu com a necessidade da África do Sul defender o sistema do *apartheid*. Assim, a linha limite entre amigos e inimigos ao nível global coincidiu com a definição que a África do Sul tinha de amigos e inimigos na região<sup>31</sup>”.

“Os reveses económicos que afectaram a estratégia de desenvolvimento de Moçambique, têm a sua principal explicação na desestabilização económica e militar a que o país foi sujeito alguns anos após a independência” (ABRAHAMSSON, 1998, p. 158)<sup>32</sup>.

Das constatações de Abrahamsson, fica a ideia de que a coincidência dos interesses geoestratégicos regionais e internacionais expressa pela luta contra a expansão comunista na África Austral, significou para Moçambique a prevalência de um ambiente de hostilidade traduzido pelo conflito interno e pelas agressões militares rodesianas e sul-africanas. O

---

<sup>31</sup> Resulta importante explicar que tanto a África do Sul quanto os Estados Unidos sentiam uma ameaça pela emergência de governos de orientação marxista na África Austral (Angola e Moçambique), daí a convergência das estratégias de luta contra a expansão comunista na região.

<sup>32</sup> É importa explicar que a estagnação económica aqui referida resultante da desestabilização militar, forçou o governo moçambicano a equacionar a possibilidade de introduzir reformas políticas e económicas conducentes à inversão do cenário que já se mostrava bastante penoso para o país. A adesão de Moçambique às Instituições Financeiras da Breton (IFW's) em 1984, seguida da introdução do PRE (Programa de Reabilitação Económica) em 1987, foi a medida económica mais importante até então tomada pelo Governo. No plano político, merece destaque a aprovação de um novo texto constitucional em 1990, que permitiu a introdução do sistema político multipartidário em Moçambique. Estes dois desenvolvimentos marcam o início de mudanças que levariam Moçambique a abdicar do socialismo para o liberalismo democrático como um novo modelo de desenvolvimento.

surgimento da RENAMO como instrumento de desestabilização, enquadra-se nesse jogo de interesses cuja dinâmica terá exacerbado o conflito no âmbito da Guerra Fria.

No que concerne ao surgimento da RENAMO, autores como Abrahamsson (1998), Nilsson (2001), Meneses e Martins (2013), Silva (2017) e outros, partilham a tese de que esta nasce de um conjunto de factores, sentimentos, circunstâncias e conjunturas que podem ser sustentadas com base em três vertentes intrínsecas e mutuamente correlativas: a interna, a regional e a internacional.

**No âmbito interno**, os autores em alusão apontam vários factores que descrevem de forma circunstanciada o aparecimento da RENAMO como instrumento de desestabilização de Moçambique ao serviço dos interesses geo-estratégicos regionais e internacionais em interacção. Destes, merecem destaque os seguintes:

- a) nas páginas anteriores, foi feito destaque sobre os conflitos internos que assolaram a FRELIMO durante a guerra de libertação nacional, entre 1962 e 1974. Estes conflitos produziram um número considerável de dissidentes, muitos dos quais procuraram sem sucesso, criar movimentos políticos alternativos à FRELIMO. Com a proclamação da independência, esses grupos não encontraram espaço para a sua inserção no novo contexto político nacional, o que favoreceu o seu alinhamento às forças de oposição contra o governo de Moçambique;
- b) as perseguições e marginalização dos antigos soldados moçambicanos ao serviço do exército português, especialmente os Flechas<sup>33</sup>, os GE's e GEP's. Muitos desses grupos sentiram-se forçados a emigrar para Rodésia, África do Sul, Quênia e Portugal. Quando Moçambique ascendeu a independência em 1975, o novo governo liderado pela FRELIMO mostrou-se hostil a esses grupos sob pretexto de terem sido um instrumento de opressão ao serviço do Estado colonial. Por via disso, esses sentiram-se excluídos dos processos de desenvolvimento nacional, facto que facilitou o seu aproveitamento pelas forças externas para a desestabilização do país;
- c) um número considerável de portugueses proprietários de fábricas, empresas e prédios de rendimento, abandonaram Moçambique um pouco antes e depois da independência, e muitos desses emigraram, como se disse no parágrafo anterior, para os países acima referidos. Um número significativo desses antigos proprietários alimentou o desejo de

---

<sup>33</sup> Segundo Magode (2005, p. 303), O Termo “Flechas” Foi Uma Designação Atribuída Ao Grupo De Soldados Negros Moçambicanos Ao Serviço do exército colonial, formados com a missão específica de combater os guerrilheiros da FRELIMO. Na óptica de Magode, a criação das Forças Especiais foi obra de Jorge Jardim (homem confidente de António de Oliveira Salazar e do general Kaulza de Arriaga). Para além dos Flechas, as Forças Especiais incluíam os Grupos Especiais e os Grupos Especiais Paraquedistas.



reaver as propriedades perdidas, daí o desejo de vingança e de retaliação contra o governo moçambicano. As suas acções traduziram-se, por um lado, no financiamento e apoio a RENAMO durante o conflito contra o governo, e por outro, no fornecimento de elementos para a formação da componente externa da liderança política da RENAMO, formada principalmente pelos antigos colonos portugueses saídos de Moçambique nas vésperas e após a independência;<sup>34</sup>

d) o descontentamento de certos segmentos da sociedade moçambicana, derivado das políticas de cariz socialista implementadas pelo governo logo após a independência. Autores como Serra (1998), Magode (1996) e Munslow (1986), explicam que tais políticas tiveram como fundamento:

- a exclusão das autoridades tradicionais dos centros de decisão política e sua substituição pelos GD's (Grupos Dinamizadores). As razões da sua exclusão fundam-se na tese de que foram colaboradores das autoridades coloniais portuguesas, pelo que já não tinham espaço no novo contexto político nacional,
- a estigmatização dos valores e práticas socio-culturais tradicionais, como sejam, a crença no poder dos antepassados sobre a vida, o lobolo, os ritos de iniciação, a poligamia, a medicina tradicional, etc. O argumento para a banalização destas práticas esteve assente na necessidade de assumir novos valores sociais da modernidade socialista, conducentes à criação de uma nova mentalidade social, baseada no homem novo,
- a institucionalização dos modos de vida colectiva (aldeias comunais) que significaram o abandono das pessoas dos seus locais de origem para novas formas de socialização. O argumento avançado pelo governo foi de que o Estado poderia providenciar melhores condições de segurança às populações que estivessem organizadas em moldes colectivos do que aquelas que continuassem a viver isoladas em locais dispersos. Esta justificativa parece fazer sentido se for considerado o facto de que o governo moçambicano encontrava-se em conflito com a RENAMO. No entanto, é necessário reconhecer que esta decisão não terá

---

<sup>34</sup> Nestes, destaque vai para Orlando Cristina (antigo agente da Polícia Secreta Portuguesa - PIDE e Primeiro Secretário Geral da RENAMO com residência na África do Sul, assassinado em 1984); Evo Fernandes (Secretário Geral da RENAMO assassinado em 1989, que substituíra Orlando Cristina); Manuel Bulhosa; Paulo Oliveira (representante oficial da RENAMO em Lisboa); Jorge Jardim; João Rajabo da Costa (representante da RENAMO na Alemanha); Artur Vilanculos (representante da RENAMO nos Estados Unidos). *In Cronologia Política de Moçambique (2), 1976-2001*. Disponível em <http://ideiasdemocambique.blogspot.com/2006/11/cronologia-politica-de-moambique-2-desde.html>.

merecido consenso por parte de determinados segmentos sociais, sobretudo das populações que viviam nas zonas rurais, pois grande parte destas viu-se forçada a abandonar as suas propriedades e actividades agrícolas para assimilar novos valores do Estado socialista, o que fez agravar a situação de fome que assolou o país, entre 1983 e 1987,

- a criação dos Campos de Reeducação para os opositores políticos, Testemunhas de Jehová, suspeitos de ligação com o sistema colonial, trabalhadoras do sexo (prostitutas), autoridades tradicionais (régulos e curandeiros) e outros indivíduos que demonstravam comportamentos não compatíveis com os valores da sociedade socialista. A criação desses campos justificava-se pela necessidade de formar uma nova mentalidade social baseada em valores da modernidade socialista,
- na introdução da Operação Produção, que consistiu na transferência compulsiva dos desempregados, marginais e trabalhadoras do sexo dos grandes centros urbanos (Maputo e Beira) para a Província do Niassa, no norte do país. O argumento encontrado foi de que esses indivíduos deviam produzir no campo e aprender valores da sociedade socialista,
- na introdução da pena de morte e da lei de chicotada. O Jornal Notícias de 2 de Abril de 1983, revela que após a aprovação desta lei teriam sido executados vários indivíduos condenados pela prática de crimes diversos, incluindo o contrabando e especulação de produtos alimentares. Relativamente as penas de chicotadas, a lei previa que fossem realizadas em local público com uma leitura prévia da respectiva sentença, podendo ser aplicadas cumulativamente com outras penas fixadas pela lei penal. A justificativa da aprovação desta lei surgiu da constatação de que os castigos até então aplicados nomeadamente, a prisão em campos de reeducação, se tinham mostrado ineficientes para conter a onda de actos considerados criminosos que assolavam os grandes centros urbanos do país.

Uma leitura atenta sobre os factores internos do surgimento da RENAMO acima referidos, permite constatar que as opções da FRELIMO pelo sistema socialista, produziram, tanto durante a guerra pela independência, quanto no período de construção do novo Estado, diferentes grupos de dissidentes e opositores políticos representando diferentes interesses internos e externos. A combinação deste conjunto de factores jogou um papel crucial no

surgimento da RENAMO, pois quando os elementos regionais e internacionais evidenciaram a sua hostilidade contra o Estado moçambicano encontraram, ao nível interno, um ambiente político favorável. Portanto, estes factores foram determinantes no fornecimento de impulsos para o conflito, dado que constituíram o epicentro das motivações políticas e de alinhamentos sociais para a RENAMO.

**No contexto regional**, a RENAMO nasce da nova conjuntura geopolítica regional extremamente conturbada, marcada pela presença hegemónica dos regimes de segregação racial hostis ao governo de Moçambique. Aliado a isso, constata-se que a África Austral esteve também marcada por um clima de hostilidade político-militar entre os regimes de segregação racial e os restantes Estados da região. A confrontação aqui referida esteve inserida, não apenas em preceitos ideológicos no contexto da Guerra Fria, mas também no âmbito da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, pois estão aqui patentes as rivalidades entre os regimes racistas e os Estados da África Austral.

Anders Nilsson entende que o surgimento da RENAMO foi obra dos serviços secretos rodesianos que, movidos pela necessidade de travar a acção dos guerrilheiros da ZANLA/ZAPU em luta contra o regime rodesiano, decidiram criar uma unidade especial adstrita às suas forças armadas, encarregue de contrapor as operações militares destes dentro do território moçambicano. Nilsson apresenta alguns factores conjunturais regionais, que na sua óptica terão contribuído para o surgimento da RENAMO. Esses factores são anteriores à independência de Moçambique e são relativos à cooperação político-militar entre as autoridades coloniais portuguesas e o regime racista da Rodésia. Assim, Anders Nilsson sustenta que

O falhanço da operação portuguesa *Nó Górdio*<sup>35</sup> contra a FRELIMO, motivou os rodesianos a sentirem necessidade de intervenção em Moçambique. Esta necessidade visava travar a actividade do ZANLA (Exército Africano de Libertação Nacional do Zimbabwe), que cooperava com a FRELIMO nas áreas fronteiriças entre Moçambique e Rodésia. O fracasso da Operação *Nó Górdio* permitiu também aos guerrilheiros da FRELIMO progredir em direcção ao centro de Moçambique a partir de 1972. Esse avanço provocou uma reacção das forças de segurança portuguesas, que também se viram na contingência de criar Grupos Especiais (Flechas) para conter o avanço da FRELIMO (NILSSON, 2001, p. 52).

Importa realçar que de forma similar à actuação das forças de segurança portuguesas, as tropas rodesianas criaram também grupos especiais com o objectivo de combater os guerrilheiros zimbabweanos em território moçambicano. Estes dois desenvolvimentos - a

---

<sup>35</sup> A ‘Operação Nó Górdio’ foi um plano militar português comandado pelo General Kaúlza de Arriaga em 1970 e tinha como objectivo eliminar a FRELIMO durante a guerra pela independência de Moçambique.

criação de grupos especiais na Rodésia e o aparecimento de versões similares destas unidades no exército português contra os combatentes da FRELIMO - convergiram no período que se seguiu à independência. Quando Moçambique se torna independente, muitos membros das antigas unidades especiais e da polícia secreta portuguesa refugiaram-se na Rodésia onde passaram a constituir uma importante base de recrutamento para a RENAMO. Recorde-se que faziam parte deste grupo de dissidentes os antigos membros da FRELIMO que por razões anteriormente explicadas, abandonaram a organização.

Nilsson (2001, p. 54), argumenta por seu turno que após a independência de Moçambique, os serviços secretos rodesianos<sup>36</sup> deram-se a tarefa de desenvolver as suas unidades especiais e transformá-las numa unidade maior, a que deram o nome de *Mozambique National Resistance* (MNR)<sup>37</sup>. Por razões históricas e geográficas, os moçambicanos que faziam parte desses grupos foram recrutados, em grande número, no centro de Moçambique.

Uma análise exaustiva destes acontecimentos deixa transparecer uma convergência entre dois interesses diferentes, mas intrinsecamente interligados: a necessidade, por um lado, do regime rodesiano fazer face a guerra de guerrilha levada a cabo pela ZANLA-ZANU, e por outro, o sentimento de vingança dos antigos colonos portugueses, movidos pelo desejo de recuperar o que haviam perdido com a independência de Moçambique. Quando o Zimbabwe ascende a independência em Abril de 1980, os serviços de inteligência militar da África do Sul mostraram interesse em se responsabilizar pela RENAMO, tendo empreendido um esforço colossal de transferência de homens e equipamentos militares para África do Sul, numa região fronteiriça com Moçambique. “Grande parte de homens e do equipamento militar da RENAMO foi transferido para a África do Sul, tendo sido instalados em bases militares perto da fronteira com Moçambique.” (ABRAHAMSSON, 1998, p. 101).

Fazendo uma leitura substantiva sobre as circunstâncias do surgimento e apoios externos à RENAMO e as atrocidades cometidas por este movimento contra populações indefesas e infra-estruturas económicas e sociais, constata-se que estes actos colocaram este movimento ao serviço dos regimes de segregação racial da região para a desestabilização de

---

<sup>36</sup> Estes tinham a designação de CIO (*Central Intelligence Organisation*) e o seu director chamava-se Ken Flowers (NILSSON, 2001, p. 54).

<sup>37</sup> Autores como Hans Abrahamsson, Maria Paula Meneses e Anders Nilsson, consideram que a RENAMO surge em Outubro de 1976 na Rodésia em Salisbúria (actual Harare) sob a organização de Ken Flowers, Chefe dos Serviços Secretos sul-rodesianos. No acto da sua criação tomaram papel activo André Matsangaissa, antigo membro da FRELIMO que depois de ter ficado preso, é libertado do Campo de Reeducação, foi transferido para a Rodésia do Sul onde recebeu treino militar para liderar o MNR; e Orlando Cristina, antigo membro da PIDE-DGS - a Polícia Secreta portuguesa e Secretário-geral da RENAMO (ABRAHAMSSON, 1998, p.163-168; MENESES; MARTINS, 2013, p. 165-177; NILSSON, 2001, p. 52-60).

Moçambique. É justamente por este facto que a liderança do partido e do Estado sempre afirmava de forma recorrente que a RENAMO era um grupo de ‘bandidos armados’ desprovido de um projecto político, pelo que a guerra que movia contra o governo não era mais que uma guerra de desestabilização ao serviço de interesses externos.

Consubstanciando este facto, pode-se citar o Presidente Samora Machel a afirmar num discurso perante Membros da Comissão Permanente da Assembleia Popular em Maputo, que os ‘bandidos armados’ eram agentes sem pátria que assassinavam, mutilavam e raptavam cidadãos nacionais e estrangeiros, queimavam e destruíam infraestruturas, roubavam bens das populações, entre outros crimes (MACHEL, 1984, p. 13-15). Esta rotulagem da RENAMO permaneceu por muito tempo até que uma nova forma de pensar se mostrou necessária quando o diálogo começou a ser encarado como o único caminho para o fim do conflito<sup>38</sup>.

Diante desta concepção sobre a imagem da RENAMO, resulta importante considerar que, pese embora o conflito tivesse aumentado em termos de extensão territorial e de intensidade, até a primeira metade da década 80 a posição do governo moçambicano sempre foi de defender a tese de que não havia espaço para conversações com o que chamava de ‘bandidos bandidos’. Porém, com o tempo e principalmente após a morte do Presidente Samora Machel em 1986, este discurso foi mudando de tom, pois a inserção da RENAMO no meio social rural, aliada ao maior envolvimento de agentes externos, contribuíram para uma nova visão e um novo entendimento sobre a real dimensão do conflito, facto que permitiu que o governo abrisse espaço para o diálogo a partir de 1990.

Para justificar essa mudança de pensamento do governo moçambicano no que concerne ao tratamento da RENAMO, Pinto (2008, p. 239), afirma que “[...] os bandidos armados, os marginais, os terroristas, que até aí foram tratados como um caso de polícia, são reconhecidos como opositores políticos armados, gente com quem se passa a falar de igual para igual”.

Por outro lado, é pertinente considerar que a posição do governo moçambicano, em particular do Presidente Samora Machel, tem a sua razão de ser se for considerado que:

- a) a RENAMO foi criada e apoiada pelos serviços secretos rodesianos como MNR ou *Mozambique National Resistance* (onde o próprio nome era, nessa fase, em inglês);
- b) que a RENAMO tinha sido criada a partir de vários dissidentes e outros descontentes que por razões já apontadas anteriormente, mostraram-se hostis ao projecto socialista concebido pela FRELIMO;

---

<sup>38</sup> Em termos concretos, a mudança de mentalidade do governo sobre a RENAMO inicia em 1990 quando as autoridades moçambicanas perceberam que o diálogo com este movimento seria o único caminho para se alcançar a paz em Moçambique. A partir de então, têm lugar as conversações directas entre os dois protagonistas do conflito, as quais concorreram para o fim da guerra em Moçambique.

- c) depois da independência do Zimbabwe, o papel de apoio e direcção da RENAMO foi assumido pela África do Sul;
- d) a natureza de violência protagonizada contra populações indefesas, aliada ao nível de destruição de infra-estruturas económicas e sociais, constituíram uma razão de fundo para a conotação da RENAMO como um grupo de ‘bandidos armados’.

**Na vertente internacional**, o surgimento da RENAMO encontra-se ligado ao ambiente da Guerra Fria que se traduziu, ao nível da África Austral, na convergência das estratégias sul-africana e norte-americana (Estratégia Total Nacional e Engajamento Construtivo), respectivamente, de luta contra a expansão comunista. (BUZAN; WEAVER, 2003) falam, na sua teoria sobre os Complexos Regionais de Segurança, da ligação entre os actores regionais e potências externas, onde o actor regional com maior poder irá determinar o carácter do relacionamento com os outros actores regionais. No caso em apreço, constata-se ao nível da África Austral uma ligação das estratégias sul-africana e norte-americana de luta contra a expansão comunista, facto que catalisou o ambiente de conflitualidade e determinou a prevelância de um Complexo de Segurança de carácter conflituoso.

A convergência das duas estratégias encontra sustentação no facto de que a África do Sul era considerada baluarte dos valores ocidentais na África Austral, pelo que a ameaça do expansionismo soviético serviu para aproximar este país dos Estados Ocidentais, especialmente dos Estados Unidos. Assim, “os conflitos na África Austral seguiam a lógica local ditada pelas suas demandas específicas, mas tinham a sua inserção na Guerra Fria como uma necessidade de sustentação material e ideológica” Jamine (2009, p. 38).

A análise da citação acima, leva ao entendimento de que a relação entre o aparecimento da RENAMO e o contexto internacional da Guerra Fria, encontra justificativa nos desenvolvimentos políticos da África Austral do período anterior a 1975. A intensificação da guerra de libertação desencadeada pela FRELIMO nos anos de 1970, catalisou a aliança político-militar entre Portugal e os regimes de segregação racial rodesiano e sul-africano. A criação de grupos especiais na colónia de Moçambique e na Rodésia para combater a FRELIMO e os movimentos de libertação Zimbabwuanos, respectivamente, estava inserida nesta lógica global de confrontação ideológica Leste-Oeste.

No que concerne ao papel dos agentes externos no conflito moçambicano, foi exposto ao longo deste subcapítulo que o surgimento da RENAMO como ponta de lança para a desestabilização militar e económica de Moçambique, esteve intrinsecamente ligado aos interesses geoestratégicos regionais e internacionais em interacção. Foi também afirmado que

a existência de elementos descontentes no seio da FRELIMO, aliada aos processos da guerra de libertação de Moçambique, produziram impulsos para o conflito. Nisto, as forças externas puderam sobressair porque encontraram ao nível interno, um ambiente favorável, facto que facilitou o recrutamento desses elementos para as fileiras da RENAMO, cuja manipulação terá facilitado o desencadeamento da guerra contra o governo moçambicano.

Por outro lado, constata-se que da acção desses factores do conflito, existiu uma ligação intrínseca entre a Guerra Fria e o conflito em Moçambique. Sobre essa relação, Jafar (2014), faz destaque dos factores que constituíram uma ponte desta ligação e que contribuíram de forma decisiva para a eclosão do conflito. Estes factores compreendem às dimensões interna e externa, e estão historicamente ligados a três países, nomeadamente: Moçambique, Rodésia e África do Sul. A conjugação dos factores interno e regional, está relacionada aos conflitos no seio da FRELIMO que teriam facilitado a aliança de dissidentes moçambicanos com a polícia secreta portuguesa, e com os regimes racistas da Rodésia e da África do Sul.

Argumentando ainda sobre os factores do conflito moçambicano, Jafar (2014), considera que os dois regimes actuaram contra Moçambique por duas razões: primeiro, pelo facto de Moçambique ter optado pelo socialismo como via de desenvolvimento, segundo, pela ajuda que este país deu aos movimentos de guerrilha zimbabweano e sul-africano. Relativamente aos agentes da desestabilização militar e económica de Moçambique, Castelo Branco afirma que

Os ataques militares ao território moçambicano foram levados a cabo directamente através da SADF (*South Africa Defense Force*), ou indirectamente através da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). Simultaneamente, medidas na área económica, nomeadamente, acções que atingiram moçambicanos a trabalhar nas minas sul-africanas, foram aplicadas para pressionarem ainda mais o governo de Moçambique (BRANCO, 2003, p. 126).

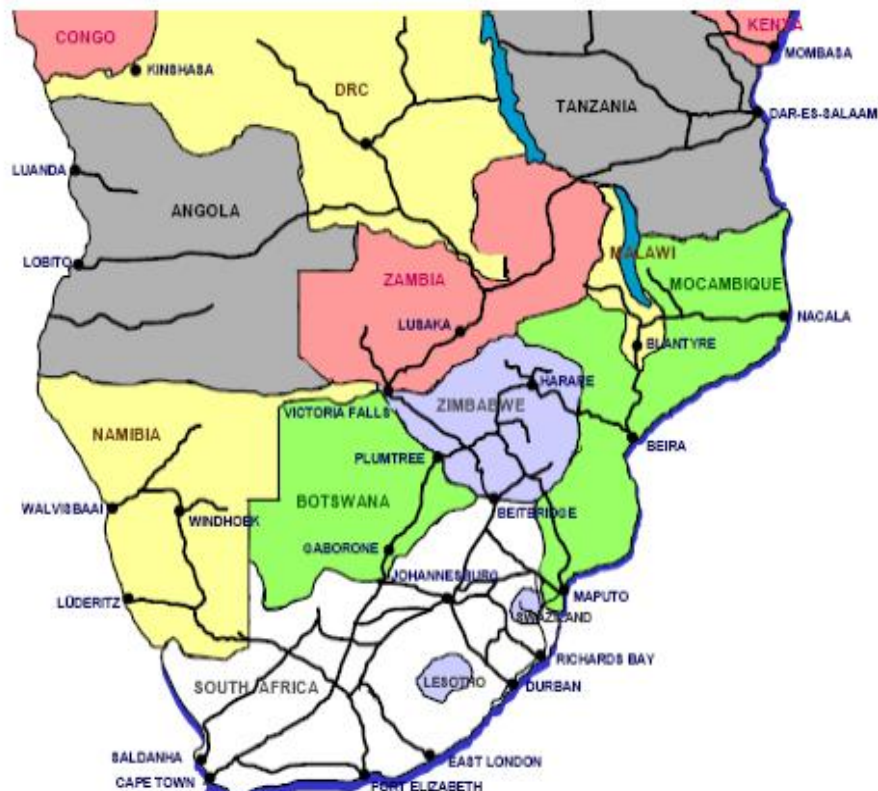
Castelo Branco acrescenta no mesmo contexto que

A desestabilização deveu-se, principalmente porque Moçambique era um território estratégico para a SADCC, uma vez que possuía três corredores dos cinco corredores regionais, essenciais para quebrar a dependência económica face à África do Sul. A inviabilização dos corredores moçambicanos comprometeria, em grande medida, os objectivos que a SADCC se tinha proposto alcançar em matéria de transportes (BRANCO, 2003, p. 26).

O ponto de vista de Castelo Branco, relativo sobretudo à posição geoestratégica de Moçambique como um dos factores do conflito, pode ser justificado pela natureza dos alvos que visava a desestabilização militar e económica levada a cabo pela África do Sul.

O mapa que abaixo se indica, ilustra o sistema de transporte ferroviário da África Austral. Moçambique possui um sistema de transporte ferro-portuário composto por 3 corredores de desenvolvimento, nomeadamente: os corredores de Nacala no norte, da Beira no centro e do Limpopo no sul, e todos dispõem-se no sentido este-oeste, ou seja, do mar para o *interland* beneficiando os países vizinhos.

**Mapa 2 - Sistema de transporte ferro-portuário da África Austral**



Fonte: Jamine (2009, p. 78).

No que concerne aos factores externos, Jafar (2014), afirma que estes estão relacionados com a lógica bipolar da Guerra Fria que influenciou decisivamente sobre os contornos do conflito em Moçambique. Jafar vaticina também que a FRELIMO recebeu, logo após a sua formação, apoios dos países do bloco socialista, direccionando por conseguinte, a sua ideologia política para o apoio aos povos em luta contra o colonialismo, o racismo, o *apartheid* e a exploração. No entendimento deste autor, a formação da RENAMO teve uma estreita ligação com os regimes de segregação da Rodésia e da África do Sul, operacionalizada mediante concessão de apoios financeiros e materiais para a desestabilização de Moçambique.

Tendo em linha de conta as constatações de Jafar sobre os factores externos de desestabilização, é importante observar que a ligação entre os interesses regionais e as



dinâmicas do sistema internacional, favoreceu uma convergência ideológica entre os dois contextos geoestratégicos que se concretizou através do maior intervencionismo dos agentes externos em apoio às forças de oposição.

Em termos das acções de desestabilização militar da RENAMO, é necessário tomar como ponto de partida o contexto histórico que determinou a implantação do socialismo como via de desenvolvimento de Moçambique. A análise sobre as dinâmicas do conflito na África Austral, leva ao entendimento de que a construção da ideologia marxista, ocorre num ambiente regional e internacional bastante conturbado e adverso para Moçambique, cujas consequências constituíram um enorme obstáculo que o governo viu-se compelido a enfrentar ao longo do período em estudo. Seguindo esta linha de raciocínio, é importante notar que o grande constrangimento enfrentado pelo governo moçambicano que se tornou no elemento crucial de insegurança nacional, está ligado ao surgimento da RENAMO. Conforme foi referido, o papel da Rodésia foi determinante nessa empreitada, pois conseguiu aglutinar as forças hostis ao governo moçambicano em torno do MNR, uma organização que na sua fase inicial mostrou ser um agente ao serviço de interesses externos, antes de se tornar numa força política ‘credível’ no contexto político nacional e com certa ‘legitimidade’.

Após a sua formação pelo CIO, a RENAMO tinha a missão explícita de combater os guerrilheiros zimbabwianos baseados em Moçambique ao longo da faixa fronteiriça adjacente ao Corredor da Beira.

Importa também argumentar que a fixação do quartel-general da RENAMO na região centro de Moçambique, cumpria dois preceitos lógicos: o geográfico e o estratégico. O primeiro diz respeito à própria localização geográfica da Rodésia, que se encontra projectada sobre a região centro de Moçambique. É uma região que dista a poucos quilómetros da fronteira entre os dois países, pelo que a fixação do quartel-general nesta região, facilitava a movimentação de homens e de equipamentos militares. O preceito estratégico está ligado à configuração geográfica do terreno que se mostra propício para a edificação de bases militares. É uma região montanhosa com áreas fechadas e de difícil acesso, pelo que do ponto de vista táctico-operacional, essas áreas oferecem óptimas condições para a instalação de bases militares.

Após a independência do Zimbabwe, os serviços de inteligência militar da *South African Defence Force* passaram a tomar conta da RENAMO, tendo transferido grande parte de homens e de equipamentos militares para o território sul-africano. Desde então, a RENAMO evidenciou-se como a principal força de desestabilização militar e económica de

Moçambique ao serviço do regime do *apartheid*. Por outro lado, a RENAMO começou a organizar as suas incursões armadas usando o território sul-africano como ponta de lança e como retaguarda, o que a permitiu intensificar a guerra na região sul do país. O envolvimento sul-africano no financiamento e no apoio logístico fazia-se de forma directa, isto porque as SADF passaram a protagonizar ataques militares directos contra Moçambique a partir de 1981, sob pretexto de perseguição aos guerrilheiros do *African National Congress*.

Em Abril de 1981, a base de Nhamagodoa em Sofala foi destruída pelas FPLM. Novos elementos do processo de organização da desestabilização de Moçambique são revelados: aparecem os primeiros indícios de que a RENAMO não só tinha apoio da África do Sul, mas também do Quénia e de um país signatário da SADCC, o Malawi (NHABINDE, 1997, p. 13).

A guerra intensifica-se e internacionaliza-se com a intervenção de alguns países da África Austral ao lado das tropas governamentais moçambicanas. Destes, merecem destaque o Zimbabwe - 1982 (que envia as suas tropas para proteger os Corredores da Beira, de Limpopo e de Tete); da Tanzania - 1986 (para apoiar as operações de combate das tropas moçambicanas na Província da Zambézia) e do Malawi - também em 1986 (onde as suas tropas actuaram na protecção do Corredor de Nacala, uma via de vital importância para o acesso deste país ao mar) (COELHO, 2009).

O apoio militar prestado por estes países ao governo moçambicano, pode ser enquadrado, por um lado, no âmbito da coordenação das acções de luta contra o *apartheid* na região. Por outro, o acto estava inserido nas acções de solidariedade ideológica fundamentada nos factores conjunturais que determinaram a formação dos ELF e da SADCC, onde os Estados membros comprometem-se a desenvolver esforços conjuntos com vista à erradicação do colonialismo, do racismo e do *apartheid* na África Austral. A internacionalização do conflito contribuiu para aquilo que Vines (1996) chama de maior autonomia política e ‘maturidade’ da RENAMO.

Um aspecto importante que merece realce é o facto de que quando a RENAMO desencadeou a guerra contra o governo de Moçambique em 1976, pareceu à priori uma agressão militar externa. No entanto, a dinâmica do conflito fez dissipar essa percepção, quando a partir dos anos de 1980 se registam fortes alinhamentos sociais para este movimento.

Esta constatação encontra justificativa quando, numa retrospectiva histórica sobre o surgimento da RENAMO, procura-se entender os factores dos conflitos no seio da FRELIMO, cujas consequências podem-se resumir no aproveitamento dos elementos

descontentes por forças externas hostis ao governo de Moçambique. Seguindo essa lógica, pode-se afirmar também que os alinhamentos sociais para a RENAMO resultaram, conforme foi explicado nas páginas precedentes, do aproveitamento desses elementos pelas forças que se opunham ao protagonismo político da FRELIMO em assuntos da região. Ao longo do tempo, foi-se constatando que a dinâmica do conflito estava ganhando uma dimensão étnica, facto que pode ser explicado pelo excesso de destruição e de violência protagonizada pela RENAMO em algumas regiões do país (massacres de Homoine, de Manjacaze, de Maluana no Sul).

### 3.6 AS AGRESSÕES MILITARES DA RODÉSIA E DA ÁFRICA DO SUL

A desestabilização militar e económica de Moçambique levada a cabo pela Rodésia e pela África do Sul, não foi realizada somente como uma defesa aos dois regimes de minoria branca, mas uma estratégia que também tinha em vista forçar mudanças políticas que respondessem ao desejo das respectivas lideranças de manter afastadas das suas fronteiras, as fontes de sustentação aos movimentos de libertação que operavam nestes dois países.

Analisando o conflito na África Austral, Luís (2005, p. 14), considera que a desestabilização é um método político que tem por objectivo obrigar mudanças no comportamento de um governo, sem necessariamente ter que o derrubar. Luís acrescenta que o principal objectivo do desestabilizador é essencialmente político, pois ele deseja promover ou forçar mudanças políticas no Estado alvo. Pode ou não incluir mudanças estruturais, ou seja, afastar o governo do poder, mas mudanças estruturais fundamentais ou uma reorientação na política do Estado alvo.

Tomando como ponto de partida o pensamento do autor citado no parágrafo acima, resulta importante sublinhar que os actos de desestabilização militar desencadeados pelos regimes de segregação racial da África Austral contra Moçambique, visavam essencialmente um objectivo muito bem definido: o sistema político vigente. O surgimento da RENAMO como instrumento de desestabilização, tinha como fim último combater o comunismo, tanto mais que este movimento afirmava ser o principal objectivo da sua luta a implantação do sistema político democrático em Moçambique.

De acordo com Abrahamsson (1998), a luta global dos Estados Unidos contra a influência comunista na África Austral, coincidiu com a necessidade da África do Sul e da Rodésia defenderem o predomínio da hegemonia branca na região. O autor acrescenta ainda que o aparecimento da RENAMO como instrumento da desestabilização contra Moçambique,

esteve inserido no confronto ideológico entre dois projectos opostos, mas ambos expansionistas - os Estados Unidos e a União Soviética. As duas superpotências analisavam a região da África Austral na medida em que esta era importante para o alargamento das suas respectivas esferas de influência ideológica.

No que se refere à actuação de potências externas, “[...] as potências externas não actuaram de forma autónoma, mas sim por intermédio de alguns Estados da região. [...] “As elites locais souberam utilizar dos meios materiais e simbólicos disponíveis em prol dos seus interesses políticos” (SILVA, 2015, p. 108).

O posicionamento de Silva, realça a tese de que as duas superpotências cumpriram as suas agendas geoestratégicas na região servindo-se daqueles Estados que se encontravam atrelados às suas respectivas ideologias políticas. Os Estados Unidos tinham a África do Sul como principal aliada e a ligação entre os dois países esteve baseada na convergência ideológica e na partilha das estratégias de luta contra a expansão comunista na África Austral. A presença da União Soviética articulou-se por intermédio de Angola e de Moçambique, e a sua ligação com os dois países esteve também baseada em preceitos ideológicos de combate ao colonialismo, ao racismo e ao imperialismo. Por via disso, as elites locais em cada uma das alianças souberam, conforme defende Silva, colher benefícios nos marcos das disputas ideológicas.

Resulta necessário explicar que, diferentemente do que aconteceu em Angola, a actuação da União Soviética em Moçambique limitou-se basicamente no envio de acessórios militares e no fornecimento de material bélico para a modernização das Forças Armadas.

Inserido ainda nos factores da desestabilização, Abrahamsson (1998) considera que Moçambique ao fechar as suas fronteiras com a Rodésia em 1976 e ao começar a apoiar activamente a luta de libertação da ZANU, passou a ser alvo de represálias consideráveis por parte dos militares rodesianos. Essas represálias implicavam não apenas ataques militares directos que originaram imenso sofrimento humano e destruição de infra-estruturas económicas e sociais, mas acima de tudo, de combater a ZANU dentro do território moçambicano.

Aliado a isso, Christie (1996), vaticina que em Agosto de 1975, Moçambique começou a ser alvo de ataques militares rodesianos, que somente cessaram com a queda do regime de Ian Smith em Abril de 1980. Porém, Moçambique continuou a enfrentar a guerra levada a cabo pela RENAMO e pela África do Sul. A guerra afectou todas as províncias do país causando, como se disse anteriormente, um enorme prejuízo económico e humano. Importa

também salientar que as acções militares rodesianas e sul-africanas não somente foram desencadeadas depois da independência de Moçambique, mas ainda durante a luta de libertação nacional, conforme adianta o Presidente Samora Machel nos seus discursos onde denuncia essa colaboração entre as autoridades coloniais portuguesas e os regimes de segregação racial da África Austral.

Dois países enviaram já as suas tropas para Moçambique: a África do Sul e a Rodésia. Ainda em abril deste ano, o próprio governo rodesiano anunciou a morte dos seus soldados, e a destruição de suas viaturas, quando se encontravam em operações em Moçambique. Os aviões e helicópteros destes dois países participam em inúmeras operações contra as nossas forças (MACHEL, 1977, p. 80).

Em 1973, na Frente de Tete, vimo-nos confrontados com forças regulares rodesianas, que actuavam contra o nosso povo, ao lado do exército colonial e com o reforço de unidades sul-africanas. O regime ilegal rodesiano, que lutar a ao lado do exército colonial contra o povo moçambicano, assume, após a independência, o papel de instrumento principal de agressão e desestabilização do nosso país (MACHEL, 1984, p. 8).

Explica-se que a actuação das forças regulares rodesianas e sul-africanas ao lado do exército colonial português contra os guerrilheiros da FRELIMO, esteve inserido na aliança político-militar que ligava os três países, nomeadamente, Portugal, Rodésia e África do Sul. A ligação entre os três regimes teve como justificativa a existência de um inimigo comum contra o qual devia-se combater: o comunismo e o nacionalismo africano representado pelos movimentos de libertação que actuavam nestes territórios.

É também importante notar, por um lado, que a ligação entre Portugal e os dois regimes racistas tinha um significado especial, pois garantia ao primeiro país, uma importante fonte de apoio para a luta contra as guerras de descolonização em Angola e Moçambique. Por outro lado, para os regimes rodesiano e sul-africano, a ligação com Portugal visava um objectivo bem maior: afastar para longe das suas fronteiras as bases de apoio aos movimentos de guerrilha que poderiam surgir com a independência de Moçambique. No entanto, mais detalhes sobre o assunto poderão ser encontrados no capítulo III.

Conforme argumenta Branco (2003, p. 128), Angola e Moçambique, para além do apoio prestado ao ANC e a SWAPO, constituíam um desafio ao regime sul-africano. Paralelamente, a viabilização dos projectos marxistas nestes dois países, também poderia significar a viabilização da SADCC. Assim, a desestabilização destes dois países assumia especial importância para a África do Sul.

Deve-se explicar que a política de desestabilização militar sul-africana refrida por Branco, esteve inserida na estratégia de luta contra a expansão comunista na África Austral. No caso específico de Moçambique, a desestabilização teve um peso enorme do ponto de

vista económico, pois esta visou essencialmente infraestruturas económicas inseridas nos projectos de desenvolvimento da SADCC.

No contexto da desestabilização militar sul-africana, José (2005 p. 17-18)<sup>39</sup>, assegura, no mesmo contexto, que em 1980 a Câmara de Minas da África do Sul reduziu para cerca de 30% o recrutamento da mão-de-obra moçambicana para as minas. Por outro lado, revogou o acordo de 1928 segundo o qual Moçambique podia usar 60% dos salários dos mineiros para comprar ouro a um preço preferencial<sup>40</sup>.

Branco (2003, p. 128), afirma por seu turno que “Moçambique também sofreu um aumento das actividades militares sul-africanas, quer contra alvos económicos como o Porto da Beira, quer contra alvos do ANC. Paralelamente, a RENAMO levou a cabo uma campanha militar destinada a eliminar a presença do governo moçambicano do interior do país”.

Resulta importante sublinhar que os dois autores acima referidos, abordam um aspecto crucial relativo à dimensão dos alvos sobre os quais incidia a guerra de desestabilização conduzida pelo governo sul-africano. Isso torna claro que a desestabilização contra Moçambique não somente se circunscrevia a exercer pressões de âmbito político, mas visava sobretudo alvos económicos de dimensão regional no contexto da SADCC.

Entretanto, antes de fazer uma análise crítica sobre os dados apresentados por Brito, importa referir que, de acordo com Moyana (1976, p. 101), até 1975, os níveis de recrutamento da mão-de-obra para as minas sul-africanas eram bastante altos, conforme pode-se constatar na tabela abaixo. Para o caso específico de Moçambique, os dados da tabela revelam que o número dos recrutamentos anuais ao longo do período em referência, estava calculado em cem mil trabalhadores<sup>41</sup>. Entretanto, dado o ambiente de hostilidade existente

---

<sup>40</sup> Brito (2019, p. 19), explica a este respeito que a Convenção de 1928 foi um acordo entre Portugal e África do Sul, o qual assegurava a criação de uma fonte permanente de divisas para a economia colonial. Nos termos do acordo, uma parte do salário dos mineiros deveria ser remetida para as autoridades coloniais, que por sua vez pagavam em moeda local aos trabalhadores no momento do seu regresso a Moçambique, no final do contrato. Este esquema foi projectado para garantir a obtenção de divisas, mas igualmente para que uma parcela dos salários alimentasse o consumo no mercado interno. Para além disso, em 1964, foi acrescentada ao acordo, uma cláusula prevendo que o montante do pagamento diferido seria feito pela África do Sul em ouro, sendo a conversão do rand em ouro baseada numa taxa de câmbio fixa. Em contrapartida da autorização de recrutamento no território moçambicano, o governo sul-africano comprometeu-se a usar o caminho-de-ferro e o porto de Lourenço Marques (Maputo) para o trânsito de cerca de 50% das mercadorias, em proveniência ou com destino à região do Transvaal. O Estado Português, através da ligação entre a migração de trabalhadores e a utilização do porto de Maputo, queria aproveitar a vantagem oferecida pela localização geográfica deste último, que era naquela época a rota mais directa e fácil de acesso ao mar para a região do Transvaal.

<sup>41</sup> Nas palavras de Brito (2019, p. 16-17), Moçambique foi um dos países da região mais integrados no novo sistema económico sul-africano, com centenas de milhares de trabalhadores recrutados todos os anos. O seu número excedia os 150.000 no final da primeira década do século XX, tendo atingido os 400.000 na década de 1960. Deve-se enfatizar, no entanto, que dadas as características do sistema, ou seja, a duração curta dos contratos de trabalho e a rotação daí resultante, o número de pessoas realmente envolvidas ao longo do tempo

entre Moçambique e África do Sul, estes níveis foram conhecendo uma acentuada redução ao longo do tempo, para atingirem uma cifra abaixo de setenta mil recrutamentos anuais.

**Quadro 5 - Ritmo Anual Médio de Recrutamentos para as Minas de Ouro, Platina e Carvão**

Estados	Número de trabalhadores
Swazilândia	7.000
Botswana	20.000
<b>Moçambique</b>	<b>100.000</b>
Malawi	120.000
Lesotho	100.000
África do Sul (Batustões)	100.000

Fonte: Moyana (1976, p. 101)

Ainda no âmbito dos trabalhadores mineiros, Jamine (2009, p. 103), fala da redução dos níveis de recrutamento da mão-de-obra dos países vizinhos para as minas da África do Sul. No caso específico de Moçambique, essa redução revela claramente que os efeitos da desestabilização económica sul-africana contra Moçambique, teve um impacto nefasto, não apenas sobre as infraestruturas económicas e sociais, mas também sobre as receitas em divisas, se for considerado o princípio lógico de que quanto maior for o número de trabalhadores nas minas sul-africanas, maiores seriam as receitas colectadas para o Estado moçambicano.

Como foi anteriormente referido, a desestabilização económica sul-africana afectou também o sector dos transportes no âmbito dos projectos da SADCC, pois as infraestruturas ferro-portuárias ao serviço dos países do *interland*, passaram a ser os principais alvos das acções militares directas e indirectas da África do Sul. Os corredores da Beira, de Nacala e do Limpopo foram alvos de ataques sistemáticos, facto que contribuiu de forma decisiva para a inviabilização dos projectos de desenvolvimento de Moçambique e da SADCC<sup>42</sup>.

---

foi muito mais elevado. Portanto, Moçambique ocupou, desde o início, um lugar privilegiado no sistema de recrutamento da WENELA (*Witwatersrand Native Labour Association*), com destaque para a região sul (Gaza, Inhambane e Maputo). Inicialmente, o recrutamento era feito em todo o território moçambicano, mas a grande maioria dos trabalhadores já era naquela época oriunda das regiões do sul, que estavam sob a administração directa do Estado colonial. A WENELA viria depois (1904) a ser proibida de recrutar nas zonas a norte do paralelo 22°, isto é, na área de influência das grandes Companhias Majestáticas. A razão para tal medida era proteger estas últimas da concorrência das minas sul-africanas no recrutamento de trabalhadores. Brito acrescenta que em 1904, os trabalhadores moçambicanos nas minas da África do Sul correspondiam a quase 90% do total dos trabalhadores estrangeiros. Esta percentagem caiu para cerca de 50% no final da década de 1950 e para cerca de 30% nas vésperas da independência de Moçambique (1975). Mas, independentemente da sua importância em termos de trabalhadores estrangeiros, os moçambicanos constituíam mais de metade da mão-de-obra total das minas até ao final da década de 1920 e, apesar da tendência decrescente posteriormente, eles ainda representavam um quarto do total nos anos imediatamente anteriores à independência.

<sup>42</sup> Moçambique constituía uma saída natural para o mar de outros países vizinhos do interior (Swazilândia, Zimbabwe e Malawi), o que resultou no desenvolvimento do sector de serviços (caminhos de ferro e portos) e na formação de uma economia altamente extrovertida. A construção de linhas férreas para ligar os portos moçambicanos com os países do interior começou no final do século XIX. A ligação ferroviária entre Maputo e a região do Transvaal iniciou as suas operações em 1895 e, dois anos mais tarde, a linha Beira-Zimbabwe foi

Ainda sobre os fundamentos da desestabilização, resulta importante realçar que o papel activo assumido por Moçambique na formação dos ELF e da SADCC, e a sua responsabilidade pelas acções necessárias no sector dos transportes para o isolamento do regime do *apartheid*, acrescido ao apoio concedido aos movimentos de libertação sul-africanos (ANC e PAC), foram punidos pelo regime do *apartheid* que utilizou a Estratégia Total, dando início à desestabilização económica e militar de Moçambique, entre 1981 e 1992.

De acordo com o Presidente Samora Machel, após a independência do Zimbabwe,

A África do Sul passa a assumir o papel central e directo na guerra não declarada contra toda a região, especialmente contra Moçambique. A partir de Janeiro de 1981, a guerra não declarada assume a sua dimensão mais ampla: a subversão política, o terrorismo e sabotagem, as sanções e o bloqueio económico. (MACHEL, 1984, p. 12).

Resulta necessário reiterar que a agressão militar e económica sul-africana contra Moçambique, colocou o país perante uma situação económica e de segurança bastante crítica, pois de forma simultânea, o governo moçambicano teve que enfrentar as acções de desestabilização militar protagonizadas pela RENAMO, cujo impacto terá desarticulado, na óptica de Abrahamsson (1998), a estrutura social e económica da sociedade moçambicana, sobretudo nas zonas rurais.

### 3.7 CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA

A institucionalização do socialismo como ideologia do Estado moçambicano, surge numa altura em que o ambiente político regional e internacional não se mostrava favorável à implantação de regimes de orientação marxista na África Austral. A implantação do sistema socialista em Moçambique pode ser explicada como corolário da divergência ideológica entre as bases político-ideológicas que sustentaram a guerra de libertação desencadeada pela FRELIMO e as forças globais e regionais de luta contra a expansão do comunismo.

Como justifica Manjate (2011, p. 32), “[...] entre os anos de 1977 e 1989, constata-se o fracasso do projecto de transformar Moçambique num Estado socialista, facto derivado pelo papel combinado dos factores internos e externos que se interpuseram ao projecto político de construção do novo Estado”.

---

por sua vez aberta ao tráfego. A construção da linha Beira-Malawi começou em 1888, mas só entrou em funcionamento em 1922. Nos anos 50 e 60, a rede ferroviária internacional foi expandida com a abertura de duas novas linhas: a de Nacala, servindo o Malawi e uma outra ligando Maputo ao Zimbabwe (BRITO, 2019, p. 19).



Conforme foi exaustivamente referido neste capítulo, esteve em peso para este fracasso o suporte sul-africano a RENAMO na guerra de desestabilização. Este factor veio associar-se a outros como a crise ecológica<sup>43</sup> que afectou a África Austral na década 80 e o crescente desinteresse do leste, manifestado pela recusa da adesão de Moçambique ao bloco económico dos países socialistas - o Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME), nos anos 80.

Por conta destas contrariedades, Moçambique vivia uma grave crise económica a partir de princípios da década 80. Alguns autores como Conceição (2015, p. 137-138) apontam como principais factores da crise: “a guerra de desestabilização militar e económica, a instabilidade político-militar na região e sua relação com a Guerra Fria, as calamidades naturais, as políticas económicas que foram implementadas no período pós-independência e que não tiveram a devida resposta em termos de apoios por parte dos parceiros de desenvolvimento oriundos do bloco socialista”. Os factores aqui referidos, “[...] quando associados entre si fizeram com que a crise se tornasse muito mais séria do que uma mera incapacidade de Moçambique satisfazer as suas necessidades alimentares imediatas e o pagamento do seu serviço da dívida externa.” (CONCEIÇÃO, 2015, p. 138).

Ainda sobre os factores da guerra, o Relatório do PNUD sobre o desenvolvimento humano, considera que

O comportamento da economia moçambicana nas décadas 80 e 90 caracterizou-se por uma sucessão de crises profundas e radicais, as quais conduziram a que Moçambique fosse considerado, por organizações internacionais como o Banco Mundial e as Nações Unidas, como um dos países mais pobre do mundo (PNUD, 1998, p. 52).

O Relatório em referência relata ainda que “a guerra foi inegavelmente um dos factores importantes da deterioração da situação económica e humana no país durante este período”. Para além dos factores externos e da guerra, o relatório aponta outros dois factores como “a opção pela economia centralmente planificada, e medidas de política inadequadas às condições económicas e sociais do País” (PNUD, 1998, p. 52).

As fontes acima citadas convergem em muitos aspectos quanto aos factores que terão levado Moçambique a experimentar a sua maior e mais profunda crise económica e social, a partir dos princípios da década de 1980, facto que forçou o governo a ensaiar soluções para o fim da crise. As reformas económico-jurídicas levadas a cabo a partir de meados da década

---

<sup>43</sup> Recorde-se que a África Austral foi afectada por uma seca severa nos princípios dos anos 80. Em Moçambique, este fenómeno, aliado a guerra acentuou, segundo afirma Abrahamsson (1998, p. 280-281), a situação de fome sobretudo nas zonas rurais, pois as populações passaram a depender da ajuda de emergência para sobreviver.

80, constituem os principais pontos de mudança através dos quais o governo moçambicano abraçou o pluralismo político e a economia de mercado.

Os factores de insegurança descritos nas páginas precedentes, tornaram Moçambique vulnerável aos efeitos externos perversos em termos económicos, militares e sociais, o que obrigou a liderança do país a reconsiderar as estratégias de desenvolvimento e de governação adoptadas em 1977. Face a esta situação conjuntural adversa, Moçambique virou, a partir de 1983, as suas atenções para o Ocidente com o objectivo de obter apoio dos países ocidentais e para pressionar o governo sul-africano a cessar com a sua política agressiva, bem como para assegurar ajuda económica que havia sido negada pela União Soviética. Assim, Moçambique passou, segundo Manjate (2011, p. 32), “[...] da confrontação à acomodação com a África do Sul, do independentismo à interdependência simbolizados pela assinatura do Acordo de Nkomati entre Moçambique e África do Sul em 1984, e a adesão do país às Instituições Financeiras da Bretton Woods em 1984.”.

A partir da segunda metade da década de 1980 a situação de emergência no país agravou-se, pois se em 1984 o número de refugiados moçambicanos nos países vizinhos era de 44.000 e o número de deslocados internos estimado em 400.000, em 1989 o número de refugiados moçambicanos nos países vizinhos subiu de forma dramática para cerca de 1.700.000 e de deslocados internos era de cerca de 1.700.000. A tendência crescente do número de refugiados e de deslocados internos colocava o país numa situação de emergência permanente cuja sustentabilidade tornava-se difícil ou impossível mesmo com a ajuda internacional. A ajuda de emergência por parte da comunidade internacional podia mitigar a crise humanitária instalada no país, porém, não podia resolvê-la. Ademais, a ajuda humanitária disponibilizada pela comunidade internacional chegava com muitas dificuldades às populações necessitadas sobretudo no meio rural devido à crescente insegurança causada pela guerra no país. Aliás, como resultado do conflito, as populações não podiam produzir, expondo-se assim à fome que se agravou em resultado da seca, tornando-se assim, endémica, perante o olhar impotente das autoridades moçambicanas (GUJAMO, 2016, p. 126).

No mesmo contexto, Cristiane da Silva afirma que

[...] mais de 100.000 pessoas morreram de fome neste período. Entre 1980 e 1988 a UNICEF estimou que 494.000 crianças com menos de cinco anos morreram devido a causas relacionadas com a guerra, tanto mortes directas como relacionadas com o impacto da guerra ao provocar fome e doenças. Em 1982, quase 500 escolas e 400 cantinas foram destruídas. O comércio foi abalado, tal como a produção e a exportação. Os projectos de investimento de longo prazo [...] foram interrompidos antes da construção ter chegado ao fim, deixando o Estado com uma crescente dívida, sem perspectivas de retorno mesmo a médio prazo (SILVA, 2017, p. 151).

A Edição da Revista Tempo N° 994 (1990, 29 de out. p. 20-22), cita o Relatório da Comissão Económica para África da ONU, de 12 de Março de 1989, a dizer que a política de desestabilização sul-africana na África Austral, causou prejuízos no valor de 60 biliões de

dólares aos Estados da Linha da Frente, e mais de 1.5 milhões de mortos. No caso específico de Moçambique, o Relatório sublinha ainda que, devido a maior importância de Moçambique para os Estados do *interland*, o país foi duramente atingido com a desestabilização. Os actos de desestabilização directa e indirecta da África do Sul, entre 1980 e 1989, causaram a Moçambique um prejuízo calculado em 15 biliões de dólares e mais de 900 mil vidas humanas. Sublinha ainda que mais de cinco milhões de pessoas abandonaram os seus lares procurando refúgio e segurança dentro e fora de Moçambique. Nas zonas rurais, a guerra desarticulou a estrutura social e destruiu a economia de sobrevivência dos camponeses. O Relatório abarca o período entre 1980 e 1989. Abrahamsson (1998, p. 176), cita o mesmo relatório com os mesmos dados, mas com ênfase especial ao impacto das agressões militares sul-africanas sobre as crianças, onde estima que dos 900 mil mortos, 494 mil são crianças.

Portanto, tomando em linha de conta o grau dos prejuízos causados pela guerra, constata-se que apesar destes não serem coincidentes em termos numéricos, retratam uma situação dramática em que Moçambique e a região se encontravam devido a guerra de desestabilização militar e económica movida pelo regime do *apartheid*. No caso de Moçambique, nota-se que a continuação da guerra, aliada às dificuldades do exército governamental em garantir a segurança, colocava em causa a sobrevivência das populações e, por conseguinte, a legitimidade do governo moçambicano. Para inverter este cenário tão preocupante, mostrava-se necessário a busca urgente de uma solução para o fim do conflito, visto que a via militar estava-se mostrando ineficaz e insustentável.

Segundo Hermele (1990, p. 6-8), a guerra de desestabilização resultou na destruição de várias infra-estruturas económicas e sociais, com destaque para as redes escolar, sanitária e comercial, estradas, pontes, etc.

Uma das consequências da guerra apontada por Hermele, refere-se à redução do número de trabalhadores moçambicanos nas minas da África do Sul e dos rendimentos advindos da prestação de serviços relativos concretamente à utilização do Porto de Maputo pelo país vizinho, no período entre 1975 e 1987. Estes dados revelam de forma implícita que a África do Sul estava efectivamente apostada em cortar uma das principais fontes de receitas de que Moçambique dispunha, facto que forçou o governo a procurar fontes alternativas introduzindo reformas políticas e económicas com vista a estancar a crise.

Ainda sobre a crise económica, Hermele (1990, p. 12) afirma que a produção industrial representava apenas 35% e a agrícola 25%. Esta situação agravou o desequilíbrio da balança de pagamentos, pois de acordo com este autor, a diferença entre as exportações e as

importações indicava um valor negativo de 123%, ou seja, 34% das exportações contra 157% das importações. Assim, os níveis de consumo (públicos e privados) eram superiores à produção, o que resultou em défice alimentar e de bens de capital e de investimentos.

Os dados apresentados pelo autor acima citado, revelam uma situação bastante difícil e dramática que Moçambique teve de enfrentar entre 1980 e 1989, derivada da guerra de desestabilização como reflexo da hostilidade combinada das forças internas, regionais e globais em interacção. Perante este cenário de eminente colapso económico, o governo decide apostar em soluções que mudariam a orientação ideológica do Estado moçambicano. Tais soluções consistiram no estreitamento de relações com os países ocidentais, isto porque a liderança já tinha percebido que para o país sair da crise, era necessário introduzir transformações na estrutura económica como condição prévia para obter créditos do ocidente. Para mais detalhes vide o subtítulo 2.3.

Até princípios da década de 1990, tinha ficado claro tanto para o governo quanto para a RENAMO que a guerra não teria nenhum desfecho militar, facto que determinou que os dois protagonistas decidissem pelo início de negociações para o fim do conflito. Essa compreensão estava em consonância com as profundas mudanças que se estavam operando, não apenas ao nível regional mas também global.

Do ponto de vista regional, as mudanças políticas estavam relacionadas com o início do processo de desmantelamento do sistema do *apartheid* na África do Sul, onde a libertação de Nelson Mandela em 1990, tornou-se no acontecimento mais importante deste processo. Ao nível global, realça-se o fim da Guerra Fria com a queda do Muro de Berlim, sendo o desmembramento da URSS o evento mais significativo do processo. Em Moçambique, as transformações regionais e internacionais influenciaram decisivamente na assinatura do AGP entre os protagonistas do conflito, o que culminou com uma transição política para o multipartidarismo, sustentado pela nova constituição aprovada em finais de 1990.

Importa destacar que do ponto de vista de coesão político-social, a desestabilização afectou a legitimidade do Estado dado que este começou a enfrentar dificuldades em providenciar as condições adequadas de bem-estar social e de segurança aos cidadãos. A explicação que serve de argumento para estes percalços funcionais do Estado, está ligada ao facto de o governo moçambicano ter priorizado canalizar os poucos recursos disponíveis para suportar os encargos da guerra ao invés da providência social.

Todavia, a consequência mais marcante que irá perdurar por muito tempo, seja talvez o que Nguenha (1992, p. 24) chama de “desestruturação social”, que se resume na degradação

dos valores morais da sociedade moçambicana, na desagregação político-ideológica do Estado e na dispersão política da sociedade pelas diferentes forças políticas emergentes, sustentadas pelo pluralismo político prescrito na nova constituição aprovada em 1990.

No mesmo contexto, importa realçar que as consequências da guerra referidas pelos autores acima, permitem concluir que, para além de terem colocado Moçambique à beira do colapso económico significaram, acima de tudo, o fim do projecto socialista em Moçambique. A adopção da economia de mercado, resultou da necessidade que a liderança encontrou de ajustar a economia de Moçambique aos novos desenvolvimentos da conjuntura política regional e internacional em interacção.

Tendo em atenção que a segurança de Moçambique, entre 1975 e 1994, esteve sempre ligada às dinâmicas da conjuntura regional e internacional, a pesquisa priorizou, no III Capítulo, uma análise sobre a situação de segurança na África Austral, com especial realce para a cooperação político-militar entre Portugal e os regimes de segregação racial rodesiano e sul-africano. A influência da Guerra Fria sobre a situação política regional, inferiu de forma decisiva para uma análise sobre as estratégias sul-africana e norte-americana de combate contra o comunismo na África Austral e suas implicações para a segurança regional, mas com especial realce para a segurança nacional de Moçambique, 1975-1994.

A estratégia de orientação socialista foi um processo de continuação histórica caracterizado, por um lado, pela época colonial e por outro, pelas formas da guerra de libertação que pelas suas características, influenciaram a liderança do novo Estado para esta opção política. A Política Externa foi orientada em função dos desenvolvimentos políticos internos e externos e tinha em vista responder aos desafios impostos pela situação política prevalente nos planos regional e internacional. O conflito armado foi produto dessa conjuntura e teve lugar num momento em que o ambiente político regional e internacional não favorecia as opções políticas levadas a cabo pelo governo moçambicano. O seu surgimento esteve inserido em dois contextos correlativos: o regional e o internacional. O primeiro esteve marcado pela prevalência do regime do *apartheid* e o segundo pela existência da Guerra Fria. A manipulação feita pela inteligência militar rodesiana e sul-africana numa fase posterior, constituiu a força motivacional para o seu desenvolvimento, cujo fim consubstanciou implicitamente, a transição do sistema socialista para o capitalista.

#### 4 SITUAÇÃO DA SEGURANÇA NA ÁFRICA AUSTRAL

Durante muitos anos, a análise da situação de segurança na África Austral tem sido feita em termos da superioridade militar da África do Sul e das suas agressões contra os países vizinhos. Ao mesmo tempo, essa imagem oculta o facto de que sob a assimetria militar, existe uma ameaça mais complexa, em que os ELF têm representado uma ameaça muito maior contra a segurança da África do Sul. Do lado sul-africano, esta ameaça foi percebida como muito mais séria do que a interpretação feita pelos dirigentes da Linha da Frente sobre a ameaça dirigida aos seus países (ABRAHAMSSON 1998, p.312-314).

Mbebe (2010, p. 24), na sua análise sobre a segurança regional, afirma que um dos elementos de distinção dos Complexos Regionais de Segurança é a interdependência dos actores estatais em matérias de segurança, e esta configura a existência de uma dependência mútua entre eles<sup>1</sup>. Segundo explica, esta interdependência é mais notória no âmbito regional, devido à existência de três factores:

- a) a proximidade geográfica, dado que as ameaças políticas e militares são sentidas com maior facilidade em distâncias mais próximas;
- b) a interdependência pode emergir a partir dos padrões de amizade e inimizade entre os Estados dessa região. Os padrões de amizade e inimizade podem emergir da disputa pelo poder regional, das disputas fronteiriças e/ou territoriais, das disputas económicas, das disputas por grupos étnicos e das disputas ideológicas, e
- c) a interdependência pode advir do medo, da rivalidade e da percepção mútua de ameaça entre os Estados dessa região.

Ainda sobre a análise do conceito de segurança regional Schutz (2014, p. 29), faz uma distinção entre dois tipos de Complexos Regionais de Segurança: “[...] o *Standard* e o *centrado*. O *Standard*, mais próximo do modelo Westfaliano, no qual existe um ou mais poderes regionais e uma agenda de segurança predominante e comum.”. Neste tipo de CRS, a polaridade é totalmente definida pela potência regional. Em termos de amizade e inimizade, os CRS *Standard* podem ser formações conflituosas, regimes de segurança ou comunidades de segurança onde a região é definida por um padrão de rivalidades, equilíbrio de poder, alianças e/ou clubes de amizade (SCHUTZ, 2014). Por fim, Schutz (2014) afirma que “no CRS *Centrado*, o poder regional ou global domina a agenda de segurança”.

<sup>1</sup> Importa lembrar que o próprio conceito de Complexo Regional de Segurança apresentado por Barry Buzan deixa transparecer o carácter interdependente dos Estados em matérias de segurança, quando afirma que “[...] as principais percepções e preocupações dos Estados referentes a Segurança, são tão interligadas que os seus problemas de Segurança Nacional não podem ser analisados ou resolvidos de maneira separada” (BUZAN, 1991, p. 190).

As afirmações dos dois autores patentes nos dois parágrafos, relacionam-se com o segundo período da história de Moçambique e da África Austral, que se estendeu entre 1975 e 1989, e retratam a realidade do Complexo de Segurança que perdurou na África Austral, em que o carácter agressivo dos regimes de segregação racial da África Austral, determinou a prevalência de um Complexo de Segurança de natureza conflituosa entre estes regimes e os restantes Estados da região. Por outro lado, pairava um clima de permanente ameaça traduzido pelas agressões militares da África do Sul contra Estados vizinhos, onde a proximidade geográfica acentuava cada vez mais o sentimento de medo desses Estados.

No mesmo contexto, a preponderância do Complexo de Segurança de tipo *Standard* referido por Buzan e Weaver, enquadra-se no contexto da África Austral, pois este prescreve, segundo considera Schutz (2014), a existência de um ou mais poderes regionais e uma agenda de segurança predominante e comum. Por conta deste facto, constata-se na África Austral a existência de dois polos de poder bastante assimétricos e expressamente contraditórios: por um lado, a África do Sul como um poder regional que, através do seu comportamento agressivo, procurou exercer domínio sobre os Estados da região. Segundo constata Silva (2015), na ostentação desse poder, surge a CONSAS como uma estratégia através da qual o regime do *apartheid* procurou manter o *status quo* e a ordem regional, mediante exercício do domínio sobre os países da região nos planos político, económico e militar. Por outro lado, estão os restantes Estados da África Austral integrantes da Linha da Frente e da SADCC, que procuram impôr uma nova ordem regional através de transformações políticas, económicas e de segurança.

A existência destes dois polos de poder determinou a prevalência de uma formação regional conflituosa, o que conferiu, segundo considera Schutz (2014, p. 29) “[...] um padrão de interdependência securitária desses Estados, determinado pela ameaça de guerra e expectativas do uso da violência pelo regime do *apartheid* contra Estados vizinhos”. O persistente clima de insegurança concorreu para a concepção de uma agenda comum de segurança, que se traduziu na criação dos ELF com o objectivo de coordenar o apoio aos movimentos de libertação da região e aos Estados membros que eram vítimas das agressões rodesianas e sul-africanas. No contexto dessa agenda comum securitária, Moçambique beneficiou de um amplo apoio político e militar dos ELF durante a guerra, que se traduziu na entrada em Moçambique dos exércitos zimbabweano e tanzaniano em auxílio ao governo moçambicano.

O envolvimento de potências externas na região, em particular dos Estados Unidos, através de uma aliança estratégica com o regime do *apartheid* denominada *Engajamento Construtivo*, acirrou a agressividade do regime do *apartheid*, contra Estados vizinhos, facto que determinou relações de conflitualidade entre este regime e os restantes Estados da África Austral. Moçambique e Angola foram os principais palcos dessa confrontação.

#### 4.1 ALIANÇA MILITAR ENTRE PORTUGAL, RODÉSIA E ÁFRICA DO SUL

Muitos autores partilham a tese segundo a qual a existência de uma extensa fronteira comum entre a colónia portuguesa de Moçambique, Rodésia e África do Sul, aliada à emergência das guerras de guerrilha nestes territórios, catalisou uma estreita cooperação que se alicerçou numa aliança militar entre os três países. A aliança aqui referida tinha em vista fazer face às guerras de guerrilha, facto que iria permitir perpetuar a hegemonia dos regimes de minoria branca na região. Consubstanciando este facto, Meneses (2013, p. 41), considera que

Em outubro de 1970 três países distintos - África do Sul, Rodésia e Portugal -, partilhando um mesmo interesse, a luta contra o comunismo e o seu braço armado, o nacionalismo africano, assinaram um acordo que permaneceu secreto e esquecido durante longos anos. Este acordo estabelecia as condições de cooperação entre estes três territórios.

A situação acima descrita permite perceber que os três regimes de minoria branca, movidos por um interesse comum de perpetuar o seu domínio na África Austral, apostam por uma aliança político-militar que pelo seu impacto e dimensão, irá determinar o rumo de história da região a partir da segunda metade do século passado. Porém, antes de aprofundar a análise sobre os contornos dessa aliança, resulta necessário tecer breves considerações sobre os antecedentes e o contexto do seu surgimento, tendo em linha de conta as conjunturas regional e internacional no quadro da Guerra Fria. Fazendo uma leitura retrospectiva sobre a sua gênese, Tiago dos Santos Ferreira começa por fazer referência aos primeiros contactos entre as autoridades portuguesas e o governo sul-africano, cuja ênfase incidia sobre as ameaças que representavam as guerras de libertação que já tinham iniciado nas colónias portuguesas de Angola e Moçambique. No contexto desses contactos, o autor aqui citado sublinha que a aliança entre os dois países começou a aprofundar-se em agosto de 1963, quando Salazar escreve a H. Verwoerd, Primeiro-ministro da África do Sul, afirmando que Portugal e África do Sul estavam quase sós em África. Salazar alerta a Verwoerd que a guerra ainda estava muito longe da fronteira sul-africana, mas que rapidamente lá poderia chegar se Portugal não pudesse resistir. Ainda



nessa correspondência [...] Salazar apela para todas as formas de cooperação que pudessem ser dadas a Portugal nos territórios de Angola e Moçambique, realçando a utilidade desta quer para a causa portuguesa, quer para a própria defesa sul-africana (FERREIRA 2011, p. 17).

Tomando como base a citação acima, pode-se compreender que a cooperação militar entre Portugal e África do Sul, foi de extrema importância para os dois países: para a África do Sul, colaborar na estabilidade das colónias portuguesas de Moçambique e Angola, constituía uma estratégia que permitia manter a guerra de guerrilha bem longe das suas fronteiras assegurando, por conseguinte, a sua tranquilidade interna; para Portugal, esta cooperação era imprescindível na medida em que conseguia dispor de armamento moderno, que poderia adquirir através da África do Sul com certa facilidade e a preços acessíveis, tendo em atenção que Portugal sofria do embargo de armas decretado pelas Nações Unidas.

Segundo afirma Ferreira (2011, p. 32-33), a preocupação portuguesa de defesa comum para a região, foi bem acolhida pelas autoridades sul-africanas quando em Março de 1970, delegações dos dois países reuniram-se em Pretória para estudar o ponto de situação da cooperação, tendo a análise incidido sobre os territórios de Angola e Moçambique”. A delegação sul-africana propôs a Portugal um plano conjunto de defesa para a África Austral que incluía os três países de governo branco ainda vigentes na região: Portugal, Rodésia e África do Sul<sup>2</sup>. Portanto, assim nascia uma aliança militar que ficou conhecida com a designação de *ALCORA*<sup>3</sup>, que iria definir até ao pormenor, a cooperação entre os dois países, a que mais tarde se juntaria a Rodésia.

O encontro de Pretória fez com que o governo sul-africano ficasse sensibilizado com a real situação prevalecente na região, o que realçou a relevância de um plano conjunto de defesa para África Austral. Como será visto mais adiante, o plano conjunto de defesa aqui referido, teve um impacto decisivo no fornecimento de impulsos para a hostilização ideológica dos novos Estados que estavam emergindo com a descolonização, especialmente Angola e Moçambique, países que se identificavam com o sistema socialista.

---

<sup>2</sup> Conforme vaticina Afonso (2013, p. 115), entre a África do Sul, Rodésia e Portugal foi estabelecida uma aliança que seguia o modelo de outras organizações internacionais e era dos pactos políticos e militares como o então Pacto de Varsóvia ou a Organização do Tratado do Atlântico Norte.

<sup>3</sup> Segundo Afonso (2013 p. 115), a 14 de outubro de 1970, delegações militares de Portugal e da África do Sul assinaram em Pretória as bases de um acordo a que foi dado o nome de código *EXERCÍCIO ALCORA*. Era objectivo deste acordo investigar os processos e meios de conseguir um esforço coordenado tripartido entre Portugal, África do Sul e Rodésia, tendo em vista fazer face a ameaça mútua contra os seus territórios na África Austral.

Segundo observa Meneses (2013, p. 41-42), os três países encontravam-se unidos por um interesse comum: a manutenção da soberania dos seus territórios. Tanto para a África do Sul quanto para a Rodésia, a aliança permitia a sobrevivência dos seus regimes na África Austral. “Já Portugal manteria uma total inflexibilidade quanto à possibilidade de Moçambique ou Angola ascenderem a independência, na sequência dos ventos de mudança que assolavam o continente africano”.

*Juntos venceremos* era o *slogan* que incentivara a formação desta aliança entre os últimos representantes do poder branco na região da África Austral, conforme pode-se observar na figura que a seguir se apresenta.

**Figura 4 - Símbolo da aliança politico-militar entre Portugal, África do Sul e Rodésia**



Fonte: Meneses e Martins, (2013, p. 18).

Souto (2013, p. 160), descreve de forma circunstanciada a essência e dimensão da aliança tripartida, onde “foram elaborados, nos anos que se seguiram, diversos documentos definidores da doutrina em diversos campos e clarificados os conceitos estratégicos utilizados”. [...] “Foi aprovado o *Conceito Estratégico Militar dos Países ALCORA*<sup>4</sup>, que

<sup>4</sup> De acordo com Souto (2013, p. 160), nos anos seguintes foram elaborados diversos documentos definidores da sua doutrina em diversos campos e clarificados os conceitos utilizados. [...] O documento sobre *DOCTRINA* de cooperação Inter-forças Armadas ALCORA [...] começava por considerar o termo *ÁFRICA AUSTRAL* como definindo a região sul do continente africano, compreendendo os territórios com governos brancos (África do Sul e Rodésia); ultramarinos portugueses (Angola e Moçambique); territórios com influência na segurança dos territórios anteriormente referidos (Botswana, Lesotho e Malawi). E como o termo *ÁFRICA AUSTRAL* tinha um carácter eminentemente político, [...] os países com fronteiras comuns com os territórios da África Austral, eram referidos como países vizinhos: estes incluíam a Tanzânia, Zâmbia, o então Zaire, Congo e Madagáscar. [...] Se usava a designação de *PAÍSES ALCORA* para referir conjuntamente a África, Rodésia e Portugal. Já a expressão *TERRITÓRIOS ALCORA* era usada para referir conjuntamente a África do

definia as linhas básicas do conceito estratégico global para a África Austral e a política militar”. No espírito dessa estratégia, Brandão (2014, p. 231) considera, por seu turno, que os três países se propunham “organizar uma força estratégica, constituída por meios aéreos de ataque e forças terrestres altamente móveis, que sirvam de dissuasor convincente, contra uma ameaça externa, e que assegurem uma intervenção oportuna e eficiente”.

Souto e Brandão realçam, nas suas constatações, o plano estratégico e operacional das forças, que se traduziu na realização de operações militares conjuntas envolvendo as Forças Armadas dos países signatários. O Presidente Samora Machel já denunciava nos seus discursos o colaboracionismo militar dos três regimes contra os guerrilheiros da FRELIMO, no decurso da guerra pela independência de Moçambique. A citação que se segue, torna evidente essa realidade.

Em 1973, na frente de Tete, vimo-nos confrontados com forças regulares rodesianas, que actuavam contra o nosso povo, ao lado do exército colonial e com o reforço de unidades sul-africanas. [...]. O regime ilegal rodesiano, que lutara ao lado do exército colonial contra o povo moçambicano, assume, após a independência, o papel de instrumento principal da agressão e desestabilização do nosso país (MACHEL, 1984, p. 9).

Relativamente ao objectivo que terá determinado a formação do Exercício ALCORA entre os três países, Tiago dos Santos Ferreira afirma que este consistia em

Actuando mutuamente, investigar os processos e meios de conseguir um esforço coordenado tripartido entre Portugal, Rodésia e República da África do Sul, tendo em vista fazer face à ameaça mútua contra os seus territórios na África Austral. Torna-se implícito que isto implicará também uma ajuda eventual a outros Estados da África Austral (FERREIRA, 2011, p. 34) .

Na formulação do objectivo da *Aliança ALCORA*, Brandão e Ferreira convergem num aspecto muito importante: a existência de um sentimento comum de ameaça contra os seus territórios, que surge com a emergência dos movimentos nacionalistas africanos que clamavam pela autodeterminação e independência. Este facto serviu de elemento catalisador para os três países desenharem um projecto conjunto de defesa mútua, articulando esforços bélicos apropriados para fazer face aos ventos de mudança que já se faziam sentir na África Austral com o início do desmoronamento do império colonial português nos anos de 1960.

---

Sul, Rodésia, Angola e Moçambique. Para clarificar militarmente este conceito, considera-se que a ameaça aos *PAÍSES ALCORA* residia no comunismo e no nacionalismo africano [...]. Dvido ao confronto Leste-Oeste [...] a posição dos *TERRITÓRIOS ALCORA* devia ser considerada no âmbito da balança mundial dos poderes, onde a imporância residia em serem zonas de crescente imporância estratégica mundial (SOUTO, 2013, p. 158-159).

Em termos de acções militares concretas realizadas em Moçambique no âmbito do *Acordo ALCORA*, Brandão (2014, p. 248), defende que [...] “esta colaboração era traduzida em aspectos tão variados como a participação de pilotos rodesianos, mediante a utilização de aeronaves sul-africanas, em manobras ofensivas do exército português; no estreitar do relacionamento entre a PIDE/DGS e o sul-africano BOSS; e na intensificação de visitas a Moçambique por parte de altos responsáveis militares da Rodésia e da África do Sul”.

Importa salientar que os planos conjuntos para a defesa da África Austral estavam, como se pode perceber, inseridos na lógica global da Guerra Fria e na necessidade de preservar, não apenas o poder político dos três países envolvidos, mas também na necessidade de sobrevivência dos próprios regimes. Conforme constatam Meneses, Rosa e Martins, o *Acordo ALCORA* tinha para cada um dos três países um significado especial alicerçado nas suas convicções ideológicas, crenças e interesses nacionais, sendo o acordo tripartido um mecanismo encontrado para a sua prossecução.

Para Portugal, o acordo simbolizava um enorme apoio na luta pelo controlo das Províncias Ultramarinas de Angola e Moçambique; no caso rodesiano, a participação no acordo assegurava um reforço de luta contra os movimentos nacionalistas [...]; para a África do Sul, avalizava a perservação da sua estrutura política, económica e cultural através da construção do cordão defensivo pelos territórios de Angola, Rodésia e Moçambique (MENESES; ROSA; MARINS, 2013, p. 172).

É importante notar que, para além de partilharem objectivos e interesses comuns no contexto da estratégia regional e global de luta contra o comunismo e o nacionalismo, a África do Sul e a Rodésia alimentavam um enorme receio baseado nas suas convicções ideológicas, efectivado com as independências de Angola e Moçambique, onde o equilíbrio do poder passou a pender a favor das novas entidades políticas emergentes.

Para África do Sul, a independência de Moçambique oferecia vários perigos:

- a) tornava a fronteira sul-africana vulnerável à infiltração dos guerrilheiros do ANC, que já tinham iniciado acções armadas contra o regime do *apartheid*;
- b) ameaçava o vital acesso ao mar, tendo em conta que, apesar da África do Sul ser um país costeiro, servia-se especialmente do porto moçambicano de Maputo para realizar o seu comércio externo;
- c) punha em causa o sistema de segregação racial baseado no *apartheid* e, por conseguinte, a supremacia da população branca sul-africana.

Relativamente a Rodésia, a independência de Moçambique significava:

- a) o alargamento da fronteira rodesiana para acções de guerrilha da ZANU;

b) a ameaça ao vital acesso aos portos moçambicanos da Beira ou de Maputo, através dos quais realizava o seu comércio externo.

Deve-se acrescentar que o apoio do governo moçambicano aos guerrilheiros da ZANU, conjugado com as sanções da ONU contra o regime racista rodesiano, resultaram no corte de relações comerciais com este país, concretizado através do encerramento das fronteiras em 1976, o que deu lugar as agressões militares rodesianas contra Moçambique.

Para Portugal, a maior ameaça que inquietava os três regimes estava nas Nações Unidas e na Organização de Unidade Africana. Perante este cenário, Portugal defendia uma estreita cooperação e unidade entre os três países para evitar a mudança daquilo que SILVA (2017) designa de *satus quo* regional, que poderia acontecer caso estes (países) não conseguissem resistir ao que Portugal chamava de *complot* dos países africanos apoiados pela comunidade internacional.

No que se refere às lutas de libertação, merece destaque o facto de que

A colaboração entre os movimentos que lutavam pela independência da região Austral de África, reforçar-se-ia para além das fronteiras definidas pela relação colonial. Forças sul-africanas, namibianas, angolanas, moçambicanas e zimbabwianas, partilhavam espaços de luta pela liberdade, democracia e justiça social, consolidando a frente de luta contra um opressor comum: o projecto de hegemonia branca para a África Austral (MENESES, 2013, p. 48).

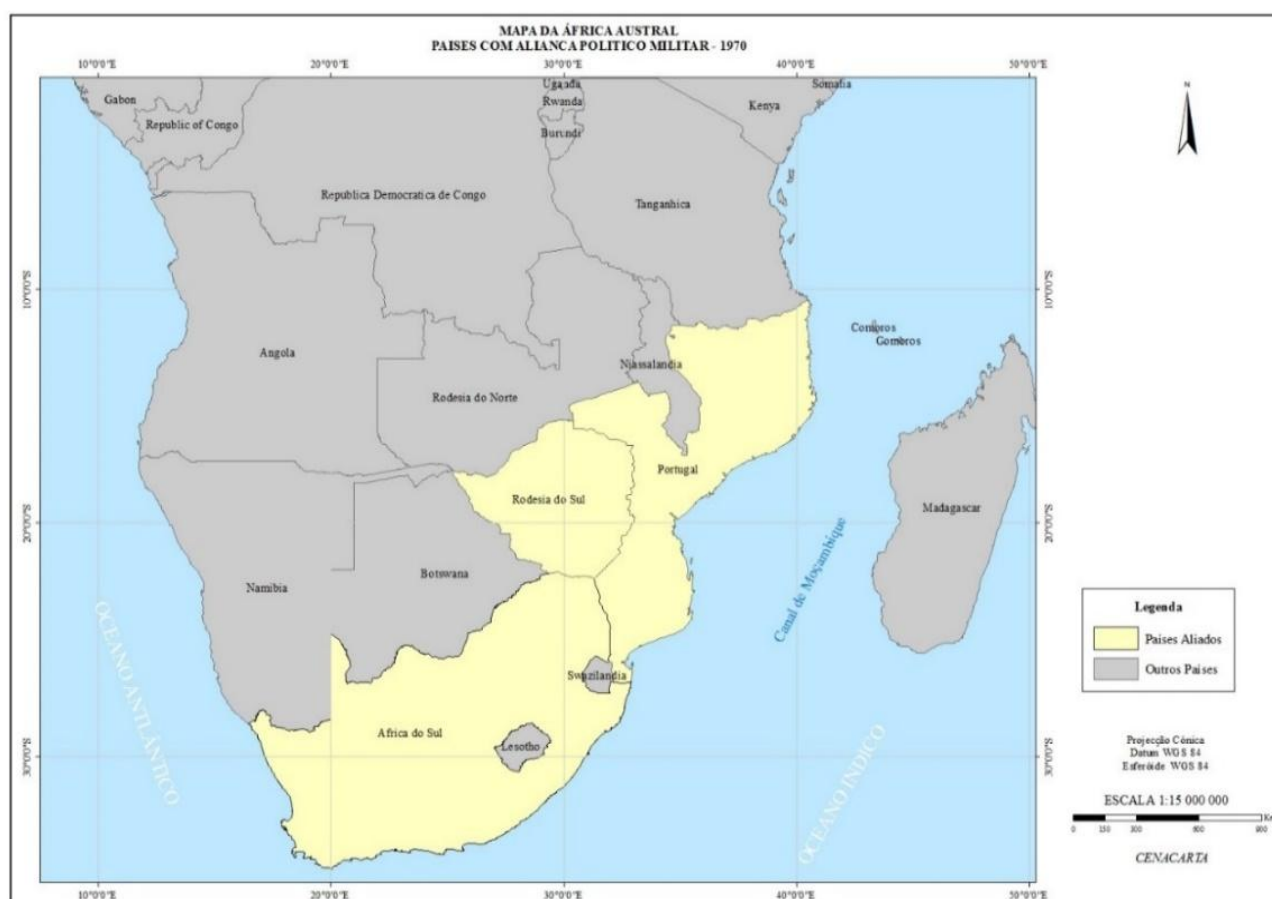
Conforme foi destacado no capítulo II, no âmbito da cooperação militar entre Portugal, África do Sul e Rodésia, os militares e os serviços secretos deste último país começaram a actuar dentro do território moçambicano sob pretexto de perseguição aos guerrilheiros da ZANU. Essas operações eram desencadeadas com a conivência das autoridades coloniais portuguesas, pois os dois regimes encontravam-se ligados pelo *Acordo ALCORA*. Segundo afirma Souto (2013, p. 169), “[...] o acordo teve um impacto na condução da guerra em Moçambique ao permitir, não apenas a participação do exército e força aérea rodesianos dentro do território moçambicano, como também pelo apoio material que garantiu ao exército português.”.

Na esteira do exposto no parágrafo anterior, importa considerar, por um lado, que Moçambique viveu momentos bastante críticos derivados da guerra como produto de factores conjunturais, pois constituiu palco de confrontação dos interesses geoestratégicos das grandes potências. Como foi circunstancialmente explicado no capítulo precedente, o alinhamento ideológico do governo moçambicano para o campo socialista, serviu de justificativa para o

desencadeamento da guerra de agressão e de desestabilização económica e militar contra Moçambique, sob pretexto de se combater a ideologia comunista na África Austral.

Por outro lado, quando as mudanças na então situação colonial estava-se consolidando com as independências de Angola e Moçambique, os dois protagonistas da Guerra Fria evidenciaram a sua presença em aliança estratégica com as respectivas elites locais, seja para manter a hegemonia dos regimes segregacionistas na região, seja para ajudar na estabilidade político-militar das novas entidades políticas emergentes no âmbito do confronto ideológico leste-oeste. O Mapa que a seguir se apresenta, ilustra os territórios integrantes do *Exercício ALCORA*<sup>5</sup>.

**Mapa 3 - Países que formavam a Aliança Militar ALCORA, nomeadamente, Portugal (Moçambique), África do Sul e Rodésia**



Em termos dos fundamentos de cooperação entre os protagonistas de conflitualidade regional, Silva (2015) argumenta que, se por um lado, os movimentos de libertação estreitavam a sua cooperação com vista à erradicação do colonialismo, do racismo e do

<sup>5</sup> Importa explicar que o seu significado tinha uma nomenclatura equivalente a *Exercícios Militares* (BRANDÃO, 2014, p. 220).

*apartheid*, e assim introduzir mudanças radicais na então situação colonial e racial, a cooperação entre Portugal e os regimes segregacionistas da África Austral, visava essencialmente, perpetuar a hegemonia destes regimes através da contenção de alastramento dos movimentos de libertação que operavam nestes países.

O golpe militar em Portugal que ditou o colapso do império colonial, precipitou o abandono português do *Exercício ALCORA*. A África do Sul e a Rodésia - os dois regimes remanescentes do Projecto - permaneceram ligados pelo acordo, o que favoreceu a concepção de novas estratégias destinadas a fazer face às mudanças conjunturais que se estavam operando com as independências de Angola e Moçambique.

Autores como Brandão (2014) e Forquilha (2017), asseguram que o colapso do império colonial não significou necessariamente o fim do conflito na África Austral, pois os dois regimes acima referidos continuaram ligados pela aliança político-militar, tendo-se tornado no epicentro de conflitualidade regional ao longo do período em análise.

Alinhando com os autores acima, torna lícito concluir que o *Exercício ALCORA* foi uma aliança que veio comprovar, ainda no período da Guerra Fria, que dois projectos políticos se encontravam em confronto na África Austral: o primeiro está inserido na aliança dos três regimes que lutavam pela sobrevivência através da manutenção dos seus sistemas políticos; o segundo é constituído pelos movimentos de libertação que clamavam pela auto-determinação e independência dos povos africanos. Como foi possível perceber, grande parte das forças envolvidas no *Exercício ALCORA*, quer lutando pela libertação nacional, quer pelo reforço do controlo minoritário branco, viriam mais tarde a ser transferidas para outros conflitos na região. Com a independência de Moçambique, essas forças foram integradas no conflito interno para a desestabilização militar e económica do país, entre 1975 e 1992, altura em que o conflito chegava ao fim quando os factores conjunturais que haviam determinado a sua eclosão já estavam-se desmoronando.

Entretanto, para compreender a dinâmica de conflitualidade na África Austral e suas nuances, o autor propõe-se a desenvolver no subcapítulo que se segue, tanto as clivagens ideológicas das superpotências como factor de insegurança regional, quanto a confluência das estratégias sul-africana e norte-americana de combate contra a expansão comunista na África Austral. O envolvimento destes actores trouxe para a região, profundas transformações que determinaram o percurso político e securitário, não só de Angola e Moçambique como principais palcos dessas clivagens, mas de toda a região da África Austral.

## 4.2 CONVERGÊNCIA DAS ESTRATÉGIAS SUL-AFRICANA E NORTE-AMERICANA DE LUTA CONTRA O COMUNISMO NA ÁFRICA AUSTRAL

Na análise sobre a convergência dos interesses geoestratégicos regionais e internacionais na África Austral, Rocha (2013, p. 5), entende que a Guerra Fria distinguiu-se de outros confrontos armados de dimensão mundial, isto porque embora os Estados Unidos e a União Soviética nunca tenham-se confrontado de forma directa, marcaram presença em várias regiões do globo onde ocorriam conflitos, por forma a expandir as suas esferas de influência ideológica, proporcionando apoio a governos e movimentos armados próximos à sua respectiva ideologia.

No subcapítulo anterior foi visto que a África do Sul, Portugal e Rodésia partilhavam o controlo da África Austral, e os três países estavam unidos por uma aliança político-militar denominada *Exercício ALCORA*. O envolvimento dos países ocidentais com interesses na África Austral, deu-se através da NATO no contexto da Guerra Fria, onde o fornecimento de armas e de equipamentos militares aos três regimes constituiu fundamento desse envolvimento. No caso particular dos Estados Unidos, os princípios dos anos 70 foram marcados por tentativas de estabelecer uma política construtiva na região. Na essência, essa política alicerçou-se no apoio aos países aliados, com especial realce a Portugal e África do Sul, países que estavam enfrentando acções da guerrilha. No entanto, foi somente com a ascensão de Angola e Moçambique a independência que o envolvimento norte-americano vai-se tornar mais notório, sobretudo quando os dois países optaram pelo socialismo como ideologia política para a construção dos novos Estados.

Porém, para uma melhor compreensão da gênese e confluência das estratégias sul-africana e norte-americana de luta contra o comunismo, resulta importante fazer uma leitura retrospectiva dessa ligação, cujos desenvolvimentos produziram mudanças políticas significativas na região, especialmente em Moçambique, pois forçaram, como se disse no capítulo anterior, o governo a introduzir alterações políticas que culminaram com a adopção do liberalismo político como novo modelo de desenvolvimento do país.

Como ponto de partida, cita-se Branco (2003, p. 114) quando afirma que

A subida de Pieter W. Botha ao poder como Primeiro-Ministro da África do Sul, foi marcada por grandes alterações políticas no país. Estas alterações eram vistas como necessárias para combater o *Total Onslaught (Assalto Total)* supostamente protagonizado pela União Soviética.



Os estrategas militares argumentavam também que “o *Assalto Total* era conduzido pela União Soviética com o objectivo de derrubar o regime político sul-africano e substituí-lo por um Governo de maioria negra totalmente controlado por Moscovo”.

Ainda sobre o aludido *complot* comunista contra o Estado sul-africano (JAMINE, 2009, p. 53), afirma que para justificar esses argumentos, os círculos políticos e militares afirmavam que o país encontrava-se sob ameaça de um *Assalto Total Comunista*, que se traduzia numa ameaça militar externa, onde a insurgência interna, a propaganda anti-*apartheid* e as pressões económicas internacionais, constituíam claras manifestações duma guerra aberta comandada pela União Soviética contra o Estado sul-africano. Segundo este autor, o pensamento estratégico sul-africano era de que, como a ameaça era total, uma resposta similar também o deveria ser. Ou seja, “o *Assalto Total Comunista* teria que ser combatido com uma *Estratégia Total Nacional*, tanto dentro quanto fora da África do Sul. A *Estratégia Total* previa a mobilização de todos os recursos nacionais para a defesa do país”, [...] contra o que a liderança considerava de *complot* comunista (JAMINE, 2009, p. 54).

Portanto, é neste conjunto de factos que nasce a *Estratégia Total*, um plano de acção que foi concebido e articulado pela elite militar sul-africana com o objectivo de garantir a sobrevivência do regime. No entanto, como foi possível constatar, o fim do império colonial português na África Austral, acelerou o processo do envolvimento de potências externas, com destaque para os Estados Unidos e a União Soviética, ambos apostados em manter a sua esfera de influência ideológica na região.

Alguns autores como Branco (2003), Jaime (2009), Rocha (2013) e Vilalva (2016), consideram que o *Engajamento Construtivo* teve a sua gênese quando Ronald Reagan assume a presidência em novembro de 1980. Na óptica da Administração norte-americana, Angola e Moçambique eram inimigos de perigosidade estratégica na África Austral, pelo que deviam ser empreendidos esforços apropriados para evitar a expansão da ideologia comunista na região. Nisto, sendo a África do Sul a guardiã da civilização ocidental na África Austral, os Estados Unidos decidiram potenciar a cooperação com este país através duma aliança estratégica denominada *Engajamento Construtivo* para fazer face à ameaça comunista.

De acordo com Vilalva (2016, p. 135),

O *Engajamento Construtivo*, como veio a ser cunhada a política de Washington para a África Austral, embora revestido de um véu de imparcialidade, não escondia as suas simpatias pela África do Sul, nem mesmo pelos movimentos de dissidência regionais identificados com uma linha política pró-ocidental.

O ponto de vista de Vilalva constitui, por um lado, uma evidente indicação do valor estratégico que o Governo norte-americano conferia à África do Sul como defensora dos valores ocidentais na região. Por outro lado, os Estados Unidos consideravam a África do Sul um parceiro estratégico na luta contra a ideologia comunista na África Austral, facto que demandava uma forte simpatia por este país.

Minter (1998), entende que o envolvimento dos Estados Unidos em assuntos da África Austral, torna-se evidente quando o Presidente Ronald Reagan, procurou favorecer um entendimento entre os Estados da região ao propor, através do seu Sub-Secretário de Estado para os Assuntos Políticos, uma doutrina de segurança regional, apresentada em junho de 1988<sup>6</sup>.

O posicionamento de Minter realçava a preocupação do governo norte-americano em encontrar uma solução para o conflito da África Austral, potenciando uma aproximação com o regime do *apartheid*. O governo sul-africano, procurando preservar o sistema do *apartheid* e a supremacia da população branca, concebeu estratégias ao nível interno e aproximação às potências externas como um mecanismo que a permitisse viabilizar os seus objectivos políticos na região.

Porém, para uma melhor compreensão da gênese da convergência dos interesses geo-estratégicos norte-americanos e sul-africanos na África Austral, resulta importante fazer uma breve caracterização do papel deste último país na região. Silva (2015, p. 100-101), considera que durante muito tempo, a região da África Austral foi caracterizada pelo predomínio da África do Sul regida por um regime segregacionista baseado no *apartheid*. Segundo constata Silva (2017), o poderio económico e militar colocou o Estado sul-africano numa posição de centralidade em assuntos regionais e tal facto, determinou a existência de relações de hostilidade com os países vizinhos. A ordem sistémica regional esteve também centrada neste país, e esta ordem reflectia a sua estrutura político-militar, económica e social, cujo objectivo era a construção de um poder regional hegemónico baseado na supremacia militar e

---

<sup>6</sup> Sobre o papel do *Cosntructive Engagement* na pacificação da África Austral, o Jornal Notícias de 24 de Julho de 1986, p. 1, em artigo intitulado “Reagan contra o *apartheid* e também contra as sanções”, afirma que o Presidente norte-americano Ronaldo Reagan pediu ao Governo sul-africano que estabeleça um calendário para a eliminação do *apartheid* e a libertação de todos os presos políticos. Ao mesmo tempo, Reagan incitou o Congresso dos Estados Unidos e os Governos dos países ocidentais a ‘resistir’ a este clamor emocional em prol de sanções punitivas contra a África do Sul. Ainda no mesmo contexto, outra publicação do mesmo jornal, de 12 de Janeiro de 1987, p. 5, em artigo intitulado “Proposta dos Estados Unidos para eliminar o *apartheid*”, cita o Secretário de Estado George Schultz a propor ao Governo sul-africano três medidas específicas que, no seu entender, poderiam contribuir para o desmantelamento do *apartheid*: (a) legalização dos partidos políticos proibidos; (b) libertação do líder nacionalista Nelson Mandela; (c) início das negociações abertas sobre um novo sistema, no qual participam todos os sul-africanos.

económica sobre os restantes Estados da região. Ainda de acordo com Castellano da Silva, até 1975, o *status quo* regional demandava, portanto, esta centralidade.

Entretanto, regista-se a partir de 1975, uma alteração do *status quo* regional com as independências de Angola e Moçambique, o que permitiu a emergência de uma nova ordem favorável ao novo contexto político regional. A mudança do *status quo* regional e o surgimento de uma nova ordem que estava sendo edificada, desafiava, não apenas a configuração sistémica regional, mas sobretudo o equilíbrio do poder ao nível global no contexto da Guerra Fria (SILVA, 2017).

Quanto à convergência das estratégias sul-africana e norte-americana, ou seja, a *Estratégia Total Nacional* e o *Engajamento Construtivo*, importa realçar que esta ligação tem lugar a partir de 1975, quando os dois países consideraram existir uma ameaça comunista na África Austral, que surgiu quando Moçambique e Angola decidiram construir os novos Estados em moldes socialistas. O choque dos interesses geo-estratégicos das duas superpotências na região, ditou a necessidade de os Estados Unidos e a África do Sul unirem seus esforços de combate contra a expansão da ideologia comunista na África Austral, pois os dois países partilhavam as mesmas convicções e crenças ideológicas, daí a convergência das suas estratégias.

Na África Austral, especialmente desde os anos 70, as duas superpotências marcaram a sua presença nas respectivas alianças ideológicas com os Estados da região, onde:

- a) os Estados Unidos desenvolveram uma aliança geoestratégica com a África do Sul, governada pelo sistema do *apartheid*. Os dois países encontravam-se unidos por um interesse comum de luta contra a expansão comunista na África Austral;
- b) a União Soviética teve uma forte ligação com Moçambique e Angola, dois países recém-independentes da colonização portuguesa que tinham optado pelo socialismo como modelo de desenvolvimento dos respectivos países.

Moçambique, logo após a independência, começou, como se disse anteriormente, a ser confrontado por agressões militares rodesianas e posteriormente sul-africanas, e por acções armadas desencadeadas pela RENAMO. O protagonismo das superpotências esteve patente neste conflito, pois a União Soviética e outros países do bloco socialista estiveram ao lado do Governo moçambicano na guerra contra a RENAMO e contra as agressões militares externas. Os Estados Unidos juntaram-se à contra-parte sul-africana através do *Engajamento Construtivo* no combate contra o comunismo em Moçambique, dando apoio financeiro, logístico e equipamento militar a RENAMO.

Autores como Abrahamsson (1998), Branco (2003) e Jaime (2009), comungam a ideia segundo a qual a coincidência dos interesses geoestratégicos regionais e internacionais, levou os Estados Unidos a interpretarem a *Estratégia Total* sul-africana como uma resposta natural à crescente ameaça da União Soviética na África Austral. Aliado a isso, o Governo sul-africano conseguiu também que tanto a população branca da África do Sul quanto o governo norte-americano se juntassem à doutrina sul-africana através do *Engajamento Construtivo*, fazendo com que o conflito na África Austral se apresentasse como um conflito leste-oeste. Com estes desenvolvimentos, a África do Sul consolidou a sua posição de defensora da civilização ocidental contra a expansão comunista na África Austral.

O exposto no parágrafo anterior leva ao entendimento de que a consequência imediata do envolvimento norte-americano, foi que a África Austral conheceu um período crucial de insegurança quase generalizada, com guerras a dilacerarem a estrutura económica e o tecido social dos países envolvidos. Moçambique e Angola são dois países onde os conflitos internos e as agressões militares externas tiveram uma forte incidência, sobretudo por questões político-ideológicas.

Deve-se acrescentar também que a convergência das estratégias norte-americana e sul-africana exacerbou o ambiente de conflitualidade na África Austral, particularmente em Angola e Moçambique, onde os governos dos dois países tiveram que enfrentar conflitos internos, cujo término só foi possível quando os factores conjunturais regionais e internacionais já eram pela resolução pacífica dos conflitos periféricos. Por outro lado, o envolvimento norte-americano com o regime do *apartheid*, contribuiu para o agravamento das relações com os países vizinhos nas vertentes política, económica e militar, facto que exacerbou os níveis de insegurança regional.

Importa referir que, de acordo com Jamine (2009, p. 107), “[...] o processo de desestabilização empreendido pela África do Sul correspondia a implementação da *Estratégia Total Nacional*”. Esta inicia, segundo o autor aqui indicado, “[...] com uma desestabilização generalizada em meados de 1980 até finais de 1981 e segue para a desestabilização selectiva que tem início em 1982. No período compreendido entre 1984 a 1988, a desestabilização segue de forma mais intensiva”.

Jamine (2009, p. 107) defende ainda que

O período entre 1989-1992 corresponde ao fracasso da estratégia militar sul-africana e abertura de um clima político-diplomático que conduziu à independência da Namíbia, ao Processo de Paz de Moçambique e ao fim do *apartheid* na África do Sul, que criaram condições para a transformação da SADCC em SADC, em 1992.

Resulta importante enfatizar que as transformações que estavam ocorrendo ao nível da África Austral, estavam em conformidade com as mudanças que estavam acontecendo no Sistema Internacional. Estas transformações resultaram, ao nível global, no fim da Guerra Fria em finais da década de 1980 e no desaparecimento dos factores de confrontação político-militar no contexto regional.

A combinação da política de coerção sul-africana com a persuasão da diplomacia norte-americana, formava assim, um conjunto de razões que acabou por esgotar a capacidade de resistência dos países da região, sobretudo os directamente envolvidos no conflito (Angola e Moçambique). Os dois países estavam agonizados com os conflitos internos e sem fim a vista, pelo que aceitaram as propostas de negociação impostas pelo governo sul-africano e apoiadas pelos Estados Unidos. “O Acordo de Lusaca, de 16 de fevereiro de 1984, e o Acordo de Nkomati, de 16 março de 1984, reverteram o ambiente de pessimismo e criaram, aos olhos de muitos, novas expectativas quanto aos propósitos sul-africanos” (VILALVA, 2016, p. 137). Jamine (2009, p. 114), considera por seu turno que “o Acordo de Lusaka foi violado por ambas as partes, e, em junho de 1984, as tropas sul-africanas estavam de volta ao território angolano”. Minter (1998, p. 176), entende que “tanto o acordo de Nkomati quanto o de Lusaka, ambos fracassaram, pois as expectativas sul-africanas de obter o reconhecimento internacional não foram correspondidas com os dois acordos”.

Relativamente a Moçambique, os acontecimentos subsequentes evidenciaram que as relações entre os dois países não tinham melhorado, pois o número crescente de violações sistemáticas por parte da África do Sul, aliado às suspeitas do envolvimento deste país na morte trágica do Presidente Samora Machel, provocaram a suspensão da Comissão Conjunta de Defesa e Segurança, facto que reduziu o Acordo de Nkomati a uma mera via de acusações e de recriminações mútuas.

Nos anos que se seguiram, a África do Sul voltou a evidenciar abertamente o seu apoio a RENAMO, facto que gorou todas as expectativas que se tinham criado, sobretudo em Moçambique, quanto às possibilidades do melhoramento das relações entre os dois Estados vizinhos. Alguns analistas consideram que Nkomati trouxe mais benefícios a África do Sul do que a Moçambique, pois este último país cumpriu as cláusulas do acordo expulsando os membros do ANC radicados no território nacional, seja como refugiados ou como guerrilheiros. Quanto ao contributo do *Engajamento Construtivo* para o fim do ambiente de conflitualidade na África Austral, importa considerar que este assumiu um papel determinante para a pacificação da região. Isso acontece quando ao nível do sistema global, o ambiente

político prevalecente até finais da segunda metade dos anos 80, demandava profundas transformações políticas que culminariam com o fim da Guerra Fria e, por conseguinte, o fim da bipolaridade no sistema internacional. Comentando sobre o significado do engajamento estratégico dos Estados Unidos na África Austral, Mário Vilava defende que

O novo enfoque de Washington na África Austral veio ao encontro das preocupações sul-africanas com a segurança. Na questão da Namíbia, essa convergência ficaria evidente na medida em que também interessava ao governo norte-americano tanto a desmoralização das forças internacionalistas de Cuba quanto a protecção dos seus interesses na região. A criação do conceito *linkage*, que vinculava o plano de independência do território à retirada das forças estrangeiras da região, promovia o adiamento da implementação da Resolução 435/78 do CSNU e concedia a Pretória a possibilidade de forjar, na região, um complexo esquema de condicionantes ao serviço dos seus interesses (VILALVA, 2016, p. 136).

O período que se seguiu ao processo de pacificação e de melhoramento das relações regionais foi a solução do conflito moçambicano, um conflito que havia envolvido directamente a África do Sul. Em outubro de 1992 foi assinado o Acordo Geral de Paz (AGP) entre o governo e a RENAMO, um acordo que punha fim a 16 anos de guerra extremamente violenta que tinha destruído a estrutura económica e desarticulado o tecido social das comunidades rurais do país. Em outubro de 1994, foram realizadas as primeiras eleições democráticas na história do país, as quais marcaram o fim formal da guerra e o início de uma nova página rumo à reconstrução de Moçambique.

No que concerne aos factores que contribuíram para o fim da hostilidade regional, Dopcke (1998, p. 134), defende que existem três razões interligadas que explicam este processo de pacificação das relações regionais na África Austral, nomeadamente:

- a) o fim da Guerra Fria;
- b) o fim da política de desestabilização militar e económica da África do Sul;
- c) a derrota militar sul-africana no em Angola.

No mesmo contexto, Branco (2003, p. 184-185), apresenta de forma substantiva os factores do colapso do *apartheid*, e advoga que estes podem ser vistos sob dois ângulos: o interno e o externo. No interno, o autor aponta:

- a) o fim do *apartheid*, expresso pela resistência dos diversos segmentos sociais às políticas do governo;
- b) o maior prestígio interno e externo de alguns líderes da oposição como Nelson Mandela, o Arcebispo Desmond Tutu, o líder da UDF (Frente Democrática Unida) Allan Boesak, o que lhes conferiu uma capacidade de actuação cada vez maior;

- c) as crescentes dificuldades económicas que agravaram as condições de vida, não só das populações negras, como também das brancas;
- d) o conceito de Assalto Total Comunista como instrumento mobilizador e justificador das políticas raciais do governo, perdeu credibilidade com o fim da Guerra Fria;
- e) a sociedade civil sul-africana, ao contrário do que sucedia na maior parte dos países africanos, tinha maior capacidade de pressão sobre o governo (BRANCO, 2003, p. 184).

Do ponto de vista externo, Branco considera:

- a) a crescente campanha internacional contra as políticas segregacionistas da África do Sul;
- b) o fim da Guerra Fria que aproximou os Estados Unidos e a União Soviética, o que fez com que as duas superpotências comesçassem a ter uma visão conjunta para a resolução dos problemas da África Austral;
- c) após a independência da Namíbia, toda a atenção e pressão da Sociedade Internacional na região centrou-se no problema sul-africano;
- d) o fracasso do envolvimento militar sul-africano em Angola;
- e) o crescente isolamento internacional que tinha provocado o desinvestimento internacional na África do Sul;
- f) o colapso do bloco socialista que significou o fim do apoio ao ANC, o que levou este movimento a moderar o seu discurso e, por conseguinte, a favorecer uma aproximação com o governo (BRANCO, 2003, p. 185).

Tendo em análise as razões do fim do conflito na África Austral referidas pelos dois autores acima, torna lícito aferir que esses factores produziram um impacto significativo na vida dos povos da região, sendo de destacar:

- a) a mudança do *status quo* e de configuração da ordem sistémica regional, conforme vaticina Silva (2017). Deve-se recordar que Angola e Moçambique tinham-se tornado no centro do conflito ideológico entre as duas superpotências pelo controlo das esferas de influência geoestratégica na África Austral;
- b) com o fim do *apartheid*, tinham também desaparecido os factores de insegurança na África Austral. Conforme foi anteriormente referido, o desengajamento das duas superpotências na região trouxe um valioso contributo ao processo de pacificação, facto que conferiu à África Austral um novo relacionamento assente na cooperação

e no desenvolvimento dos Estados que outrora se encontravam separados por linhas ideológicas antagónicas.

Daqui pode-se concluir, por um lado, que o Engajamento Construtivo demonstrou duas posturas diametralmente opostas em relação à África do Sul:

- a) desenvolveu iniciativas de diálogo construtivo com o regime de segregação racial, para além de ter criado incentivos para abertura política e mudanças democráticas na África do Sul;
- b) articulou, ao mesmo tempo, uma postura passiva em relação ao *apartheid* por ter-se mostrado condescendente com a política agressiva sul-africana contra Estados vizinhos.

Por outro lado, o Engajamento Construtivo actuou atrelado a duas estratégias contraditórias quanto ao seu carácter, mas convergentes nos objectivos: a Estratégia Total Nacional e a *Constellations of Southern Africa States* (CONSAS). No subtítulo que se segue, é apresentado um estudo circunstanciado destas duas estratégias, as quais tinham em vista perpetuar o domínio militar e económico da África do Sul sobre os países da região. Mas porque os Estados da África Austral eram pela alteração da ordem regional vigente, vão criar organizações (ELF e SADCC) que iriam servir de alicerce para aprofundar a cooperação e a coordenação das acções de combate ao *apartheid* e o domínio económico da África do Sul sobre os países da região.

#### **4.2.1 Um Breve Relance sobre o Conflito em Angola**

Relativamente ao conflito angolano, Rocha (2013), afirma que o país ascende a independência em novembro de 1975 com um governo liderado pelo MPLA, um movimento de inspiração Marxista apoiado pelo bloco soviético e Cuba, numa altura em que se acentuaram os conflitos internos opondo, por um lado, o MPLA e por outro, a UNITA e a FNLA, sendo estes dois últimos movimentos sustentados pelos países ocidentais, particularmente pelos Estados Unidos e pela África do Sul.

Diferentemente do que aconteceu em Moçambique, a desestabilização militar da África do Sul em Angola iniciou em 1975, pouco antes da independência do país e esta consistiu na ocupação, pela SADF, de parcelas do território angolano. O que existiu de comum nos dois conflitos, relaciona-se com o facto de que tanto em Moçambique quanto em Angola o



envolvimento das duas superpotências deu-se de forma indirecta através do fornecimento de equipamentos militares aos protagonistas do conflito.

Na óptica de Marcelo Leal, as dinâmicas da Guerra Fria estiveram directamente alinhadas com os três movimentos de libertação angolanos (MPLA, UNITA e FNLA), isto porque as conveniências políticas destes movimentos se conciliaram com os interesses ideológicos e geoestratégicos das superpotências. Assim, o MPLA tinha o apoio da URSS e Cuba, enquanto a UNITA e a FNLA se beneficiaram do apoio dos Estados Unidos e da África do Sul (LEAL, 2011, p. 45).

A escolha do sistema socialista como modelo de construção do novo Estado, não foi de bom agrado dos Estados Unidos, pois de acordo com a Administração norte-americana, “o regime angolano representava um inimigo de perigosidade estratégica na África Austral, tendo em conta as suas ligações marxistas” [...]. Este facto justificava a postura anti-comunista dos Estados Unidos, sendo por isso necessário maior envolvimento em assuntos da região através do Engajamento Construtivo, “uma estratégia baseada na cooperação com a África do Sul no sentido de conter a ameaça representada pela expansão comunista” (ROCHA, 2013, p. 54).

Na mesma lógica, Marcelo Leal argumenta que a intervenção dos Estados Unidos em Angola estava relacionada com a política anticomunista norte-americana e a liderança deste país entendia que os sul-africanos seriam a solução perfeita para Angola, posto que os dois países partilhavam uma aversão ao comunismo (LEAL, 2011, p. 48).

Uma análise sobre os pontos de vista dos dois autores, permite aferir que o mesmo posicionamento foi assumido pela África do Sul que encarava o surgimento de novos Estados nas colónias portuguesas de Angola e Moçambique como uma ameaça à sobrevivência do regime e à hegemonia da minoria branca sul-africana.

A invasão sul-africana do território angolano em Outubro de 1975, marca o início da ingerência externa efectiva no confronto bélico entre, por um lado, o MPLA e por outro, a UNITA e a FNLA. [...] “o colapso do império colonial português na região, significava um verdadeiro desastre, uma vez que o fim do poder colonial em Angola e Moçambique poderia servir como bases de sustentação e de treino militar dos movimentos de libertação da Namíbia e da África do Sul”. A intervenção militar sul-africana vai motivar a presença de tropas Cubanas em Angola em auxílio ao governo do MPLA, cuja cooperação começou no período da luta armada contra a colonização portuguesa. “A invasão das tropas sul-africanas a Angola

vai catalisar a presença das duas superpotências no conflito, onde cada uma procura auxiliar o lado que mais se identifica com a sua linha ideológica” (ROCHA, 2013, p. 37).

Segundo constata Dopcke (1998, p. 138), a intervenção sul-africana, ao lado da FNLA e da UNITA [...] se baseou na percepção, principalmente por parte da inteligência militar, de que um governo angolano do MPLA ameaçaria os interesses de segurança da África do Sul na Namíbia, porque certamente apoiaria o movimento de libertação daquele país, a SWAPO. Nesta invasão, “[...] a África do Sul não utilizou o seu inteiro potencial militar, obviamente em função de suposições equivocadas sobre a fragilidade do MPLA, e o poderio da FNLA e da UNITA. Além disto, a África do Sul [...] subestimou a determinação por parte da União Soviética e de Cuba de ajudar o MPLA”.

No mesmo contexto, algumas fontes consideram que a intervenção de Cuba em Angola, mostrou-se indispensável para conter as contínuas agressões militares sul-fricanas que têm início em 1975 nas vésperas da independência, e mais tarde em 1987, conferindo esta última intervenção o redesenho geopolítico regional (independência da Namíbia e fim do *apartheid* na África do Sul)<sup>7</sup>.

Os Estados Unidos, [...], mostram-se especialmente tensos após o colapso do império português e do governo Rodesiano de Smith e conseqüente desaparecimento da *zona tampão branca* pró-ocidental, tendo plena consciência do caminho aberto na região Austral do continente africano para a difusão do comunismo/marxismo com guerrilheiros e movimentos ansiosos pelo avanço dos ventos revolucionários trazidos pela URSS, Cuba e outros semelhantes a nível ideológico [...] (ROCHA, 2013, p. 39).

O posicionamento de Rocha constitui mais que um argumento para justificar o intervencionismo dos Estados Unidos e da União Soviética na África Austral, onde as clivagens ideológicas vão constituir um factor catalisador do conflito, com os protagonistas a procurarem tirar maior proveito das oportunidades oferecidas pelas duas superpotências.

Apesar das hesitações iniciais, “o governo americano vai em frente no seu auxílio às forças invasoras sul-africanas [...], vistas como guardiãs do cone sul de África contra as hordes cubanas e soviéticas no Atlântico Sul, preservadoras da manutenção do panorama geopolítico regional” (ROCHA, 2013, p. 39).

Perante os factos evidenciados com o surgimento de Angola como um novo Estado, [...] os Estados Unidos lançam-se, conforme observa Rocha, “[...] no auxílio efectivo à invasão sul-africana em apoio a FNLA/UNITA, desempenhando os serviços secretos americanos um papel fulcral, através do treino e armamento disponibilizado àqueles dois

---

movimentos angolanos, tal como outros países ocidentais de forma indirecta [...]” (ROCHA, 2013, p. 40).

Deve-se explicar que com este gesto dos Estados Unidos, constata-se uma convergência de entendimento entre a liderança deste país e a elite político-militar sul-africana, quanto à ameaça que representavam Angola e Moçambique na região, facto que vai também justificar a convergência das estratégias de enfrentamento dessa ameaça, ou seja, a Estratégia Total Nacional e o Engajamento Construtivo.

De acordo com Rocha (2013, p. 48-61),

A URSS põe de lado as reticências em relação ao apoio ao MPLA e toma um papel activo, seguindo a postura cubana que já se encontrava no terreno em auxílio ao governo angolano. O envolvimento soviético consistiu no treinamento do exército angolano, no envio de armamento, para além do envio de especialistas militares dias depois da Proclamação da Independência.

[...] A par do auxílio em equipamento militar, os soviéticos mostram interesse em participar mais activamente nas operações de comando das forças do MPLA nas demais investidas, tendo em conta o desejo de Moscovo de se tornar mais interventivo na senda da onda negociativa personificada no Compromisso Construtivo.

O intervencionismo tanto dos Estados Unidos quanto da União Soviética no conflito angolano, esteve directamente ligado aos interesses geoestratégicos das duas superpotências na África Austral. Os alinhamentos ideológicos seguidos pelas forças internas, estiveram sempre relacionados à luta pelo acesso aos recursos do poder, onde as lideranças viam no apoio externo como um mecanismo para o alcance dos seus objectivos.

O ponto mais alto do conflito angolano foi a batalha de Cuito Cuanavale, considerada como o maior confronto militar da Guerra Civil angolana, ocorrido entre 1987 e 1988, onde se confrontaram os exércitos de Angola e Cuba contra a UNITA e a SADF da África do Sul. Alguns analistas comungam a tese de que a batalha de Cuito Cuanavale marcou um importante ponto de viragem por ter permitido um acordo entre África do Sul e Cuba para a retirada das tropas destes dois países de Angola. Também abriu espaço para a implementação da resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas que levou à independência da Namíbia e ao fim do sistema do *apartheid* na África do Sul (LEAL, 2011).

Sobre o processo de pacificação angolano, Rocha (2013, p. 72-73), descreve que em Maio de 1991, são assinados em Portugal os Acordos de Bicesse entre os dois movimentos, sob os auspícios da ONU, dos Estados Unidos, da União Soviética e da OUA, prevendo este entendimento não só um cessar-fogo como o desarmamento das forças armadas de ambos os partidos, o fim de auxílio bélico externo às duas partes em confronto, a formação de um novo

exército nacional com integrantes do MPLA e da UNITA, e a realização de eleições multipartidárias legislativas e presidenciais sob a égide das Nações Unidas, no ano seguinte.

Em paralelo ao processo de pacificação, em novembro de 1993, o governo dos Estados Unidos dá uma completa reviravolta impensável ao reconhecer oficialmente o governo angolano, seguindo uma linha demarcada pela comunidade internacional representada pelas Nações Unidas que legitima e reconhece o regime angolano e declara a UNITA como sendo uma ameaça a todos os níveis, condenando veementemente os seus actos e *modus operandi* militar, vendo-se o movimento guerrilheiro de Savimbi completamente desacreditado e isolado (ROCHA, 2013, p. 74-75).

Relativamente ao acordo de Bicesse, é de referir que o mesmo foi visto intrínsecamente como uma vitória para os interesses americanos e sobretudo ocidentais, bastante motivados por terem ‘forçado’ o MPLA a fazer concessões a UNITA e estavam convictos de que a mesma sairia vencedora das eleições de 1992 derrotando o partido do governo no poder à semelhança do que tinha vindo a acontecer durante o início dos anos de 1990 em que todos os movimentos políticos de inspiração socialista espalhados pelo mundo estavam a ser sumariamente rejeitados pelos seus povos, esperando-se que Angola seguisse o mesmo caminho (ROCHA, 2013, p. 73).

A 29 e 30 de setembro de 1992, dá-se o acto eleitoral, que viria a ser o catalisador para uma nova onda de violência, que se intensificaria nos dias seguintes, ao declarar o MPLA vencedor das eleições legislativas com 53.74% dos votos contra 34.10% da UNITA e José Eduardo dos Santos vencedor das eleições presidenciais com 49.57% ao passo que Savimbi conquista 40.07%. Não aceitando a UNITA a derrota, retirou os seus generais e principais elementos militares do exército nacional integrado, [...] e nem mesmo os apelos internacionais e movimentações diplomáticas impediram a nova escalada do conflito (ROCHA, 2013, p. 74).

A postura da liderança da UNITA de não reconhecer os resultados do escrutínio, constitui uma evidência de que a ascensão ao poder constituía objectivo principal da guerra que durante décadas estava destruindo o país. O retorno a guerra no período que se seguiu ao processo eleitoral, vai comprometer todos os esforços de pacificação levados a cabo pela comunidade internacional, particularmente da ONU, que tudo fez para que os protagonistas primassem pela solução pacífica do conflito.

Sobre o reinício do conflito, Rocha (2013), argumenta que a UNITA chegou a controlar uma grande parte do território angolano, mas foi perdendo paulatinamente a iniciativa militar,

quando perdeu a maior parte do seu apoio externo, concretamente a partir da África do Sul e do Zaire, com o colapso do sistema do *apartheid* em 1994 e do regime de Mobutu em 1997, respectivamente.

Segundo Rocha (2013, p. 75), [...] as eleições de 1992 personificaram o aparente falhanço de todas as tentativas de resolução do conflito angolano entre o governo do MPLA e a UNITA e consequente prossecução do confronto armado com pesados custos a todos os níveis para o país, representando sem dúvida das mais pesadas e negativas heranças da Guerra Fria em África, onde a demanda pelo poder e domínio político-ideológico entre as superpotências e respectivos blocos por meio dos vários movimentos libertários, levou [...] a um continuado despique bélico interno que só chegaria a um fim efectivo em Fevereiro de 2002 com a morte de Jonas Savimbi pelas forças governamentais, acção que cessava assim mais de 25 anos de guerra civil decisivamente instigada pela conjuntura internacional de disputa protagonizada pelos Estados Unidos e pela União Soviética durante quase toda a segunda metade do século XX.

#### 4.3 CONSAS E ESTRATÉGIA TOTAL NACIONAL

Castellano da Silva, na sua análise sobre a situação política, económica, securitária e social da África Austral, vaticina que a construção do Estado sul-africano esteve directamente vinculada à construção da África Austral e ao estabelecimento de um ordenamento que reflectia a sua estrutura política, económica e militar. A ordem sistémica regional também foi sendo centrada neste país, articulada com base nos seus interesses nacionais ligados a valores, normas e instituições políticas, económicas, sociais e securitárias (SILVA, 2017, p. 81)<sup>8</sup>.

Este facto corrobora com a tese defendida por Abrahamsson (1998) segundo a qual a análise dos problemas de segurança da África Austral, em especial de Moçambique, tinha que ser feita tendo em conta o comportamento do Estado sul-africano em relação aos países vizinhos. As políticas agressivas deste regime contra os países da região, especialmente contra

---

<sup>8</sup> De acordo com Igor Castellano da Silva, a África do Sul desenvolveu um projecto que priorizava a defesa da sua soberania pelos próprios meios (militares) e a manutenção do *status quo* colonial territorial dentro de um sistema de governação centralizado (baseado nos interesses dos Estados mais fortes), o que conferiu a este país o estatuto de potência regional. Na esfera económica, a ordem regional era caracterizada pela centralidade da economia sul-africana e de políticas que favoreciam a sua industrialização, tendo com isso desenvolvido iniciativas que garantiram o fluxo do comércio com os países da região. Na esfera social, o acesso aos direitos estava limitado à elite branca ou a grupos sociais aliados ao poder político sul-africano. No âmbito da segurança, predominava o princípio da segurança nacional (dos regimes), assente sob preceitos do realismo clássico, onde a prioridade era dada à defesa do regime político e do *status quo* regional, mediante uso de todos os meios disponíveis para a sua prossecução (SILVA, 2017, p. 101).

Angola e Moçambique, influenciaram de forma decisiva para a prevelência de um o padrão de relacionamento de carácter conflituoso.

Conforme foi referido nas páginas precedentes e, citando as palavras de Branco (2003, p. 114), a ascensão de Pieter W. Botha ao poder como Primeiro-Ministro da África do Sul em 1978, foi marcada por grandes alterações políticas no país e na região, entre 1975 e 1994. Estas alterações produziram dois impactos significativos:

- a) a influência dos militares sobre o processo decisório na política externa sul-africana;
- b) a reestruturação dos Serviços de Segurança do Estado, que transitaram de *Bureau of State Security* (BOSS), para *Department of National Security* (DONS), os quais estiveram sob controlo do Primeiro Ministro.

Por conta dessas alterações, o Primeiro-Ministro procurou estabelecer boas relações com o poder económico, com o objectivo de obter o apoio do mundo empresarial na criação de uma forte aliança nacional.

As alterações políticas e securitárias referidas no parágrafo anterior, resultavam da percepção da elite política e militar sul-africana, do aludido Assalto Total Comunista engendrado por Moscovo, facto que levou o governo deste país a adoptar o princípio da Estratégia Total Nacional. Segundo este princípio, “a segurança do Estado dependia de uma estrutura de governo coesa, do envolvimento do aparato defensivo militar em todas as esferas da vida civil e da condução de reformas políticas voltadas para o fortalecimento do sistema político nacional” (VILALVA, 2016, p. 128).

Esta percepção alicerçava-se na ideia de que “os movimentos de libertação sul-africanos, ANC e PAC, eram instrumentos ao serviço da União Soviética” (BRANCO, 2003, p. 115). Nesta lógica, Branco prossegue dizendo que os estrategas militares sul-africanos argumentavam que o interesse soviético visava o domínio da rota do Cabo, passando assim a controlar o abastecimento de petróleo à Europa e o controlo das riquezas minerais sul-africanas. Tudo isso faria com que a Europa Ocidental ficasse na dependência soviética, obrigando-a a afastar os Estados Unidos.

O entendimento que se tem dos ‘temores’ que a África do Sul tinha do presumível Assalto Total Comunista, constituiu um argumento encontrado pelo governo para a militarização do Estado sul-africano, que se reflectiu na hostilização dos países vizinhos. A Estratégia Total Nacional foi, segundo a visão da liderança do Estado, o caminho encontrado para ponteciar a segurança nacional face às ameaças da ideologia comunista. Apesar do

embargo de armas decretado pelas Nações Unidas, a África do Sul conseguiu dispor de um poder militar e económico regional, facto que a tornou numa fonte de insegurança devido às suas políticas de agressão contra Estados vizinhos. Sobre a situação militar da África do Sul, Mendonça (2000, p. 31), argumenta que “entre 1960 e 1970 constata-se um intenso rearmamento, tanto em termos de quantidade como em qualidade. [...] A indústria de armamento desenvolve-se com a constituição em 1977, ano do embargo de armas, a *Arms Corporation of South Africa (ARMSCOR)*”.

É importante sublinhar que, apesar do embargo de armas decretado pelas Nações Unidas, a África do Sul conseguiu dispor de um poder militar regional, graças ao colaboracionismo dos países ocidentais com o regime do *apartheid*. A África do Sul, valendo-se das clivagens ideológicas entre os sistemas socialista e capitalista, aliado à sua determinação de combater a expansão comunista na África Austral, despertou a simpatia das potências ocidentais, particularmente dos Estados Unidos. Por conta destes factos, alguns países ocidentais mostraram resistência em respeitar o embargo de armas, tanto mais que ajudaram este país a construir a sua própria indústria militar. Isso tornou a África do Sul um país militarmente poderoso e muito agressivo contra Estados vizinhos.

Uma das grandes consequências da visão estratégica sul-africana foi, de acordo com Dopcke, 1998, p. 142), “[...] a elevação da *South Africa Defense Force* da condição de instrumento de implementação de decisões estratégicas para a de participante activo no processo de formulação destas”.

Para Jamine (2009, p. 54). “[...] um dos beneficiários desta transposição política, foi o SSC (*State Security Council*), sobre o qual os militares tinham um total controle”. Ainda de acordo com Jamine, os estrategas militares sul-africanos apresentaram em 1977, o *White Paper on Defense* (Livro Branco de Defesa), o qual enfatizava a necessidade de se manter um equilíbrio militar relativamente aos Estados da África Austral, e recomendava para uma acção económica, particularmente na vertente dos transportes, serviços e telecomunicações, de modo a promover uma colaboração económica e política com esses Estados.

Do exposto acima, fica a ideia de que, para a região, o governo da África do Sul concebia duas estratégias contraditórias, mas ao mesmo tempo corelativas:

- a) manter uma supremacia militar relativamente aos países vizinhos;
- b) o estabelecimento de relações de amizade e cooperação económica com esses mesmos Estados.

O argumento encontrado pelos estrategas militares face a esta dualidade de critérios, estava baseado no pressuposto de que, “como a ameaça era total, a resposta também deveria ser similar, ou seja, a Ameaça Total teria que ser combatida com uma Estratégia Total, dentro e fora da África do Sul. Para tal combate, deveriam ser aplicados todos os meios disponíveis, que incluíam os âmbitos político, económico e militar” (BRANCO, 2003, p. 115).

Segundo realça Branco (2003, p. 116), a Estratégia Total era um plano de acção composto por 12 pontos onde estavam definidas as estratégias do que deveria a ser o futuro comportamento do Estado sul-africano, quer ao nível interno, quer externo. Branco considera ainda que do ponto de vista de actuação, “a Estratégia Total atribuiu prioridade à esfera externa, como meio de garantir a estabilidade e a continuidade do regime. Dentro da Política Externa, a prioridade era dada à África Austral, uma vez que era necessário controlar esta região para garantir a segurança do regime sul-africano” (BRANCO, 2003, p. 116).

Dos 12 pontos acima referidos, importa fazer destaque a apenas três, especialmente os pontos 8, 9 e 11, pois abordam aspectos importantes de actuação interna e externa do governo sul-africano no contexto dos novos desenvolvimentos políticos que se estavam operando na África Austral, a partir da segunda metade da década 70.

Ponto 8: *Implementação pacífica da CONSAS, com respeito pelas culturas, tradições e ideias de cada uma das partes* (BRANCO, 2003, p. 118). Uma análise crítica deste ponto permite entender que o governo sul-africano tencionava com isso fortalecer os laços económicos com os países vizinhos, mas numa situação que o permitisse perpetuar a sua dependência económica, transformando-os em satélites económicos da África do Sul.

Ponto 9: *Determinação firme por parte da África do Sul de se defender por todos os meios, das interferências externas* (BRANCO, 2003). Aqui entende-se que na sequência das ameaças dos movimentos de libertação, a África do Sul achava-se com direito de defesa, aplicando todos os meios disponíveis contra o que entendia ser *ameaça externa*, facto que contribuiu para a militarização da sociedade sul-africana. Este posicionamento deixava transparecer as pretensões do regime de agir militar e economicamente contra os países vizinhos que manifestassem o seu apoio aos movimentos de libertação, em especial ao ANC e ao PAC.

Ponto 11: *Manutenção do elevado nível de eficácia dos centros de decisão do Estado, que se apoiará nas Forças Armadas como garantia de um bom e eficiente governo* (BRANCO, 2003). Este ponto tinha por objectivo legitimar o fortalecimento do aparelho militar do Estado sul-africano, o que contribuiu de forma decisiva na militarização da



sociedade, onde os militares passaram a ter influência determinante em todos os processos decisórios do governo.

Analisando criticamente os três pontos, conclui-se que o governo sul-africano encarou o conceito de *Estratégia Total* como ponto de partida para a prossecução dos seus objectivos estratégicos de fazer face ao chamado *Assalto Total Comunista*, tendo por conta disso, desenvolvido um esforço colossal para manter a superioridade militar e económica sobre os países vizinhos. “Com as independências de Moçambique e Angola em 1975, o governo sul-africano transformou este conceito na peça fundamental na formulação da sua Política Externa para a região da África Austral” Jamine (2009, p. 53). Assim, a tomada do poder pela FRELIMO e pelo MPLA, em Moçambique e Angola, respectivamente, serviu de elemento catalisador e fundamento para o endurecimento das relações com os países vizinhos, particularmente com estes dois países supracitados, devido ao seu alinhamento ideológico para o campo socialista.

Um aspecto importante que deve ser enfatizado, está ligado ao facto de que a *Estratégia Total* surge como uma orientação política do governo sul-africano onde a centralização das decisões políticas e estratégicas encontrava-se nas mãos de uma pequena elite política e militar. O maior protagonismo dos militares na esfera política, contribuiu, por um lado, para a concepção duma política externa que tinha em vista realçar o poder hegemónico da África do Sul na região. Por outro lado, na adopção de um comportamento agressivo do Estado sul-africano contra Estados vizinhos.

A África do Sul promove a formação da CONSAS em 1979, e alguns autores defendem que o regime segregacionista pretendia, com esta estratégia, perpetuar a sua hegemonia subjugando economicamente os Estados vizinhos, mediante a sua incorporação nesse projecto. Segundo Schutz (2014, p. 71), o objectivo era manter estes países ainda mais próximos, aumentando a sua dependência económica e tentando criar com estes, Pactos de Não-Agressão e Boa Vizinhança. Para esses autores, a criação da CONSAS visava atingir dois objectivos: o interno (fortalecimento do regime) e o regional (reconhecimento do *apartheid*).

Conforme aponta Mendonça (2000, p. 34), “[...] a CONSAS foi um projecto regional hegemónico visualizado pela África do Sul que se alicerçava numa cooperação funcional em um contexto de supremacia económica e securitária contra o medo da infiltração comunista por parte de governos moderados dos países vizinhos”.

[...] o projecto de Constelação de Estados só seria obviamente possível se os Estados da região aceitassem aderir. À partida, os países vizinhos dividiam-se em dois grupos. Por um lado, tínhamos um grupo constituído pelo Botswana, Lesoto, Malawi, Swazilândia e Zâmbia que, devido à sua extrema dependência económica face a RSA, não lhes restava outra hipótese que não fosse aderir. Um segundo grupo, constituído por Angola, Moçambique e Tanzânia, devido a uma maior capacidade de resistência, opunham-se às pretensões sul-africanas Branco (2003, p. 121).

Daqui conclui-se que a Constelação dos Estados da África Austral foi uma componente importante da Estratégia Total Nacional engendrada pelo governo da África do Sul, para fazer face às transformações políticas que estavam ocorrendo na região. Com esta estratégia, a liderança política sul-africana pretendia acentuar a dependência económica dos países vizinhos, o que certamente iria aliviar, não apenas o isolamento internacional da África do Sul devido as suas políticas de segregação racial, mas também a hostilidade política destes países face ao regime do *apartheid*. Por outro lado, os Estados vizinhos da África do Sul, politicamente ficariam muito limitados, pois não teriam poder de decisão sobre os assuntos políticos e de segurança da região. A África do Sul seria o centro gravitacional onde teria sob o seu controle todos os processos políticos e de desenvolvimento da região.

É importante notar que, segundo constata Jamine (2009, p. 53), a CONSAS estabeleceu, do ponto de vista económico, relações particulares entre a África do Sul e os Estados vizinhos, de modo a torná-los *satélites económicos e políticos*, pois controlando economicamente esses Estados, conseguiria retirar apoios ao ANC e ao PAC, obtendo simultaneamente, uma diminuição das críticas ao sistema do *apartheid*. Em termos de segurança, a África do Sul pretendia, através da CONSAS, reconstruir o cordão de segurança que a tinha protegido até 1975. Para além da própria segurança interna, a África do Sul considerava útil a constelação, pois seria um meio a partir do qual poderia impedir o crescimento dos movimentos comunistas na região e legitimar o regime do *apartheid* e suas políticas.

Como se pode depreender, o Estado sul-africano procurou por todos os meios ao seu dispor travar o processo de mudanças na região que pela sua natureza e força, já se mostravam irreversíveis. As reformas políticas internas, em especial nas áreas de Segurança e de Política Externa, vão conferir uma nova dinâmica na actuação do governo e esta teve enormes repercussões ao nível de toda a região da África Austral, nos âmbitos económico e militar. A intensificação das agressões militares contra os Estados vizinhos, com particular incidência sobre Angola e Moçambique, constitui o ponto fulcral destas transformações.

No decurso desse período de inviabilização dos processos das transformações políticas na região, o Estado sul-africano traz o conceito *outward-looking policy* na esfera da sua Política Externa, cujo objectivo visava essencialmente enfrentar o isolamento do regime nos planos regional e internacional. De acordo com Jamine (2009, p. 33), esta política desenhava uma aproximação económica e política mais flexível com os Estados vizinhos, manifestando inclusive a possibilidade de reformas do regime. Esta estratégia era entendida como discurso para o exterior, mas, em termos práticos, o *apartheid* era intensificado em nome da segurança regional para combater o avanço comunista e influenciar os movimentos independentistas.

Sobre o *outward-looking policy*, Vilalva (2016, p. 86-90) faz uma caracterização muito detalhada da Política Externa sul-africana, a qual tinha por objectivo estabelecer maior aproximação aos países da região e não só, por forma a exercer controle sobre as políticas de cooperação, actuando no âmbito económico através de assistência a esses países. Segundo este autor, o governo sul-africano dividiu os países da região em três níveis:

O primeiro nível era composto pelos bantustões (*homelands*), os *BLS-States* (Botswana, Lesotho e Swazilândia), independentes com governos moderados. Estes países formaram a SACU juntamente com a África do Sul. Destes, seriam reconhecidas e respeitadas as respectivas autonomias ou independências políticas em troca de estreita colaboração no campo da segurança e da cooperação económica, que teria no Acordo de União Aduaneira o seu principal ponto de apoio. A esse grupo se juntava o Sudoeste Africano (Namíbia) que, embora viesse a ter o seu mandato anulado pelas Nações Unidas<sup>9</sup> e a sua segurança ameaçada pelo início das incursões armadas dos guerrilheiros da SWAPO, continuava a ser tratado como território sul-africano (VILALVA, 2016, p. 87).

O segundo nível integrava as colónias portuguesas de Angola e Moçambique, e pela Rodésia e Malawi, país com que a África do Sul estabeleceu relações diplomáticas em 1967. Também fazia parte deste grupo a Zâmbia. As relações neste grupo se sustentavam no intenso fluxo migratório da mão de obra mineira; na extensa rede de transportes ferroviários responsável pela interligação da sub-região aos portos sul-africanos; no crescente comércio intra-regional; na ajuda económica directa; e nos grandes investimentos conjuntos, dos quais constituem exemplos, a hidroeléctrica de Calueque no rio Cunene, na fronteira entre Angola e

---

<sup>9</sup> A Resolução 2.145 (XXI) da ONU, de 27 de outubro de 1966, cassou o mandato conferido a África do Sul para administrar o Sudoeste Africano. Pela Resolução 2.248 (S-V), de 19 de maio de 1967, a Assembleia Geral da ONU criou o Conselho para o Sudoeste Africano, transformado em Conselho para a Namíbia, pela Resolução 2.372 (XXII), de 12 jun. 1968, com a incumbência de administrar o território até a sua independência. Em 20 de de 1969, o Conselho de Segurança da ONU, pela Resolução 264, considerou ilegal a presença da África do Sul na Namíbia, decisão confirmada pela Corte Internacional de Justiça, em 21 jun. 1971. A África do Sul não acatou as decisões da ONU e da Corte Internacional de Justiça (VILALVA, 2016, p. 87).

Namíbia, e a hidreléctrica de Cabora Bassa, no rio Zambeze em Moçambique, ambas em associação com Portugal (VILALVA, 2016, p. 88).

O terceiro nível estendia-se para além do cordão de segurança da África do Sul e englobava os países que estivessem dispostos a aceitar a generosidade da ajuda financeira sul-africana, como Ghana, Madagáscar, Ilhas Seychelles, e Gabão; ou países que se colocassem ao alcance do diálogo alavancado por uma geração de líderes africanos mais moderados, preocupados com a instabilidade política do continente, como Quénia, Senegal e Costa do Marfim. O relacionamento nesse nível desenvolveu-se a partir de inúmeros contactos secretos (VILALVA 2016, p. 89).

Como se pode perceber, com a *outward-looking policy* o governo sul-africano pretendia, do ponto de vista político, promover o reconhecimento do regime do *apartheid* no seio dos Estados africanos, pois na óptica da liderança sul-africana, o reconhecimento destes países significava também o reconhecimento internacional do regime. Contudo, é importante reconhecer que os resultados conseguidos com esta política não foram os esperados, pois os países da África Austral, apercebendo-se das pretensões do governo sul-africano, fortaleceram as suas acções de luta contra o *apartheid*, alicerçadas no aumento do apoio aos movimentos de libertação sul-africanos, com especial referência ao ANC.

Neste subcapítulo foi visto, segundo Jamine (2009, p. 60), que a CONSAS só poderia tornar possível se os Estados da região aderissem ao projecto. A criação da SADCC juntamente com a independência do Zimbabwe, determinaram o fracasso deste projecto, isto por um lado. Por outro lado, os dois eventos contribuíram para o maior isolamento diplomático da África do Sul, pelo que a CONSAS foi apenas um projecto já que o governo sul-africano não conseguiu a adesão dos outros Estados. O fracasso da CONSAS fez com que a África do Sul mudasse a sua estratégia relativamente aos países vizinhos. Alguns autores vaticinam que os anos de 1980 e 1981 foram marcados por uma nova fase da política de desestabilização, a qual foi caracterizada pela intensificação das acções militares contra Estados vizinhos, com destaque para Angola e Moçambique. Estas acções tinham como principais alvos os movimentos de guerrilha sul-africanos (MENDONÇA, 2000).

Também foi possível perceber, que a Estratégia Total Nacional e a CONSAS, foram uma clara manifestação do governo sul-africano de travar a alteração do que Silva (2017) designa de *status quo* e ordem regional, desafiados pela onda das independências dos países da região. Estas duas estratégias estavam fundamentadas por princípios diametralmente opostos, mas mutuamente correlativos: por um lado, a violência militar contra Estados

vizinhos e por outro a cooperação económica com esses mesmos Estados. Com a Estratégia Total, o governo sul-africano pretendeu fazer face aos países que se mostravam hostis ao *apartheid*. As acções de desestabilização militar e económica, tinham por finalidade afastar para longe das fronteiras sul-africanas as fontes de sustentação dos movimentos de libertação que actuavam na África do Sul e na Namíbia. Com a CONSAS, a África do Sul procurou aproximação aos países vizinhos e atraí-los para uma maior cooperação económica. A visão da liderança política sul-africana era de que quanto maiores fossem os laços económicos com os países da região, menores seriam as possibilidades desses mesmos países se oporem às políticas do *apartheid*.

#### 4.4 OS ESTADOS DA LINHA DA FRENTE E A FRENTE COMUM ANTI-APARTHEID

No período característico da Guerra Fria, sobretudo entre 1975 e 1992, a região da África Austral foi caracterizada pela prevalência de um ambiente de conflitualidade, posto que existia uma confrontação aberta e directa entre os regimes de segregação racial e os Estados da Linha da Frente, posteriormente, SADCC. Esse confronto era caracterizado, por um lado, por acções de desestabilização militar desses regimes contra Estados vizinhos, por outro, por operações militares dos movimentos de guerrilha apoiados por governos dos ELF hostis a esses regimes.

De acordo com Silva (2017), isto significa que, se por um lado os ELF apoiavam as guerras de guerrilha que clamavam pela alteração do *satus quo* e da ordem regional vigente, por outro, os regimes racistas segregacionistas rodesiano e sul-africano apoiavam grupos de dissidentes políticos através dos quais procuravam preservar essa mesma ordem e esse mesmo *status quo* regional.

No mesmo contexto, a Guerra Fria determinou o carácter de relacionamento regional e catalisou o panorama de cooperação política na SADCC, dado que o envolvimento do ocidente com o regime do *apartheid* mostrou-se determinante, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 70, quando Angola e Moçambique se tornaram Estados independentes. No entanto, e de acordo com Zacarias (1991), foi apenas desde o ano de 1981 que se desenvolvem esforços - particularmente por parte dos Estados Unidos - para modificar a abordagem dos problemas da África Austral, e esforços para conhecer a realidade da África Austral. O *Engajamento Construtivo*, apesar de ter-se mostrado condescendente com o regime do *apartheid*, forneceu impulsos para a aproximação dos protagonistas do conflito, facto que

permitiu o estabelecimento de uma base mais efectiva para a pacificação e, por conseguinte, o fim do ambiente de conflitualidade regional.

Debruçando-se sobre a situação política e de segurança da África Austral, Castellano da Silva considera que

A construção da ordem pela potência regional [...] fundamentou-se nos princípios de organização das relações sistêmicas que garantiriam sua posição de centralidade no sistema e os interesses das elites dominantes. Ao se descolonizarem os Estados recém-independentes, se posicionaram de acordo com seus interesses e benefícios vislumbrados na ordem estabelecida. O centro de conflito regional situou-se justamente onde Estados procuravam maior transformação da ordem sistêmica frente ao Estado garantidor desta ordem (SILVA 2017, p. 318).

Em consonância com o ponto de vista de Castellano da Silva, constata-se que o impacto do desmoronamento do império colonial, conduziu a conflitos imediatos com os regimes segregacionistas sul-africano e rodesiano, devido à resistência destes em se conformarem com a nova configuração geopolítica da nova ordem regional que estava emergindo. Por conta disso, as relações conflituosas regionais predominaram, o que propiciou o surgimento de iniciativas de cooperação no contexto dos ELF e da SADCC. Apesar da alteração da ordem regional até então vigente surgida com o desmoronamento do império colonial<sup>10</sup>, constata-se que os novos Estados ainda não se encontravam suficientemente organizados para se oporem de forma coordenada aos regimes segregacionistas da região, pese embora apoiassem, ainda que de forma tímida as guerras de guerrilha. Assim, e de acordo com Jamine (2009), a falta de coordenação no apoio prestado a esses movimentos, fez com que a OUA estabelecesse um Comité *ad hoc* para a libertação dos países da África Austral, com sede na Tanzânia e liderado por este país.

Como foi anteriormente referido, e em consonância com os postulados de Silva (2017) sobre ordem sistêmica, a emergência de uma nova ordem regional serviu de elemento catalisador para a agressividade do regime do *apartheid* contra Estados vizinhos. Portanto, a hostilidade deste regime compeliu os países da região a traçarem estratégias de cooperação político-militar e económica, facto que lhes conferiu maior capacidade de coordenação das acções de enfrentamento ao regime do *apartheid*. A Linha da Frente foi a primeira dessas estratégias. O surgimento da SADCC em 1980, veio redimensionar o combate à hegemonia sul-africana para a esfera económica, pois através desta os países membros da nova organização pretendiam reduzir a sua dependência económica em relação a este país.

Uma leitura retrospectiva dos acontecimentos políticos da África Austral, revela que o surgimento dos Estados da Linha da Frente (ELF) regista-se em 1976, quando a OUA decidiu

---

<sup>10</sup> A alteração da ordem regional até então vigente, é operada nos termos descritos pelo autor aqui citado.

criar um Comité para a libertação dos países da África Austral. Branco (2003, p. 111), assinala que foi no âmbito desse Comité que países como [...] “Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia, decidiram criar os ELF<sup>11</sup>. O objectivo fundamental era o de coordenar esforços, recursos e estratégias de apoio aos movimentos de libertação que actuavam na região, o ANC e o PAC na África do Sul; a SWAPO na Namíbia e a ZANU e ZAPU na Rodésia”.

Para Schutz (2014, p. 67), os ELF definiram como prioridade a segurança colectiva e o apoio aos movimentos de libertação nacional ameaçados pelo poder económico e militar da África do Sul. Entretanto, é importante enfatizar que para estes Estados tal apoio seria operacionalizado através da coordenação de estratégias assentes em acções concretas e consentâneas desencadeadas pelos Estados membros.

Na óptica de Jamine (2009, p. 50),

A criação dos ELF foi um marco importante para a região, pois significou o início da coordenação dos Estados da região na sua oposição aos regimes de minoria branca. Devido à força do regime sul-africano, as primeiras acções dos ELF visavam o regime rodesiano e a questão namibiana, como a vertente política da região no combate aos regimes segregacionistas.

No caso da Rodésia, Jamine (2009), destaca que após o colapso das negociações com o regime rodesiano em 1975, os ELF apoiaram o recrudescimento da acção de guerrilha, onde a ZANU operou abertamente a partir de Moçambique e a ZAPU a partir da Zâmbia e através do Botswana, enquanto a SWAPO fazia as suas incursões a partir de Angola. O autor acrescenta que em resposta, as forças rodesianas atacaram bases da guerrilha, refugiados e infraestruturas de transporte na Zâmbia, Botswana e sobretudo em Moçambique.

Para fazer face a estas investidas rodesianas, os ELF decidiram criar o Comité de Defesa e Segurança Inter-estatal (CDSI), “com o objectivo de coordenar as políticas de defesa e segurança dos países membros, tanto nos aspectos individuais quanto nas questões colectivas, e no apoio aos movimentos de libertação nacional” (SCHUTZ, 2014, p.77). Este facto, demonstrava um maior cometimento dos Estados membros com as questões de segurança colectiva, o que constituía um passo importante rumo à construção de uma Comunidade de Segurança.

Segundo constata Schuz (2014, p. 77),

---

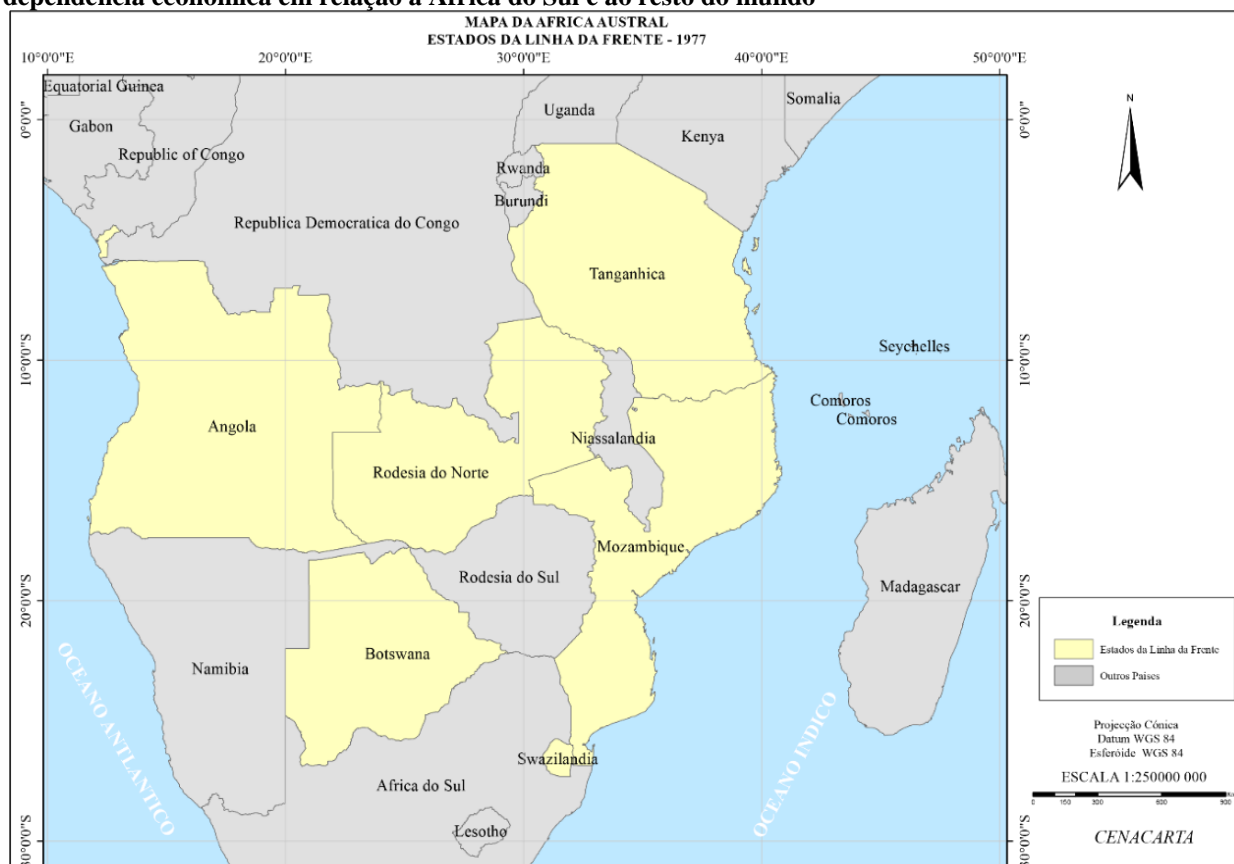
<sup>11</sup> O Malawi, o Lesoto e a Swazilândia não foram incluídos nos ELF devido a sua maior vulnerabilidade, traduzida pela sua extrema dependência económica em relação à África do Sul.

Em 1976 a OUA reconhece formalmente os ELF. [...] a organização afirma que um ataque da África do Sul a um Estado membro da Linha da Frente, seria considerado um ataque a toda África independente e que todos os Estados da OUA tinham obrigação moral de fornecer auxílio militar aos movimentos de libertação, desde que os ELF se mostrassem favoráveis.

Como se pode perceber, a história e o contexto do surgimento dos ELF, constitui uma demonstração clara de que estes foram um factor político e securitário que motivou a aproximação entre esses países, tanto mais que de forma progressiva, estes passaram a ser considerados como a vertente política da África Austral no combate ao sistema do *apartheid*. No mesmo contexto, existe o entendimento de que os sentimentos de paz e de cooperação entre os ELF, complementaram sentimentos de hostilidade contra o regime do *apartheid*, tendo tal facto motivado os Estados membros a se unirem em torno de uma frente comum anti-*apartheid*.

O mapa que a seguir se apresenta, ilustra os ELF<sup>12</sup>, os quais desempenharam um papel importante no apoio aos movimentos de libertação e no coombate ao sistema do *apartheid*.

**Mapa 4 - Estados da Linha da Frente, uma organização formada em 1977 com o objectivo de reduzir a dependência económica em relação à África do Sul e ao resto do mundo**



Fonte: CENACARTA.

<sup>12</sup> Importa explicar que a Swazilândia não fazia parte dos Estados da Linha da Frente.



No que concerne as causas do fim dos ELF, alguns autores vaticinam que estão os factores que determinaram a sua criação. Sobre este facto Schutz (2014, p. 67), entende que “com a independência do Zimbabwe em 1980, a organização perde uma das motivações importantes que determinaram o seu surgimento”, embora continuasse desempenhando um papel importante no apoio aos movimentos de libertação nacional da Namíbia (SWAPO) e da África do Sul (ANC e PAC).

Um olhar sobre a gênese da SADCC, infere para o entendimento de que com as mudanças políticas regionais favoráveis ao novo contexto político que estava emergindo com o processo da descolonização, a liderança dos ELF considerou oportuno analisar, não apenas os assuntos de âmbito político e militar, mas também as questões económicas regionais, como resposta ao projecto CONSAS criado pela África do Sul. Foi nesse entendimento que, de acordo com Jamine (2009, p. 63-64), o então Presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, convocou uma reunião consultiva em Arusha, Tanzânia, em 1979, para discutir a ideia de uma aliança económica entre os ELF. A reunião contou com a participação dos ELF, bem como dos líderes dos movimentos de libertação dos países que ainda não tinha alcançado a independência. Após um intenso debate sobre a visão do Presidente tanzaniano, foi decidida a criação de um mecanismo regional que coordenasse as questões de cooperação económica dos Estados da região, incluindo o apoio aos movimentos de libertação. Esse mecanismo foi a SADCC. Assim, e de acordo com Jamine (2009), a SADCC surge oficialmente em Abril de 1980 na capital zambiana, Lusaka, na reunião dos Chefes de Estado e de Governo dos ELF, na qual se juntaram o Lesotho, a Swazilândia e o Malawi, e o recém-independente Zimbabwe.

Nas palavras de Murapa (2002, p. 158), a Declaração de Lusaka definiu quatro objectivos estratégicos que fundamentaram a criação da SADCC:

- a) a redução da dependência externa, em especial da África do Sul;
- b) a criação de uma autoconfiança colectiva dos Estados membros.

Schutz (2014, p. 71), aponta por sua vez dois objectivos:

- a) a promoção e a coordenação da cooperação económica através de uma abordagem sectorial;
- b) a promoção de uma acção conjunta que garantisse tanto o reconhecimento quanto o apoio internacional para a estratégia da SADCC.

Como se pode depreender, com a SADCC surge a necessidade de cooperação económica para fazer face ao domínio económico sul-africano sobre os países da região, onde os objectivos foram vistos como uma arma integrada na estratégia da luta contra o *apartheid*.

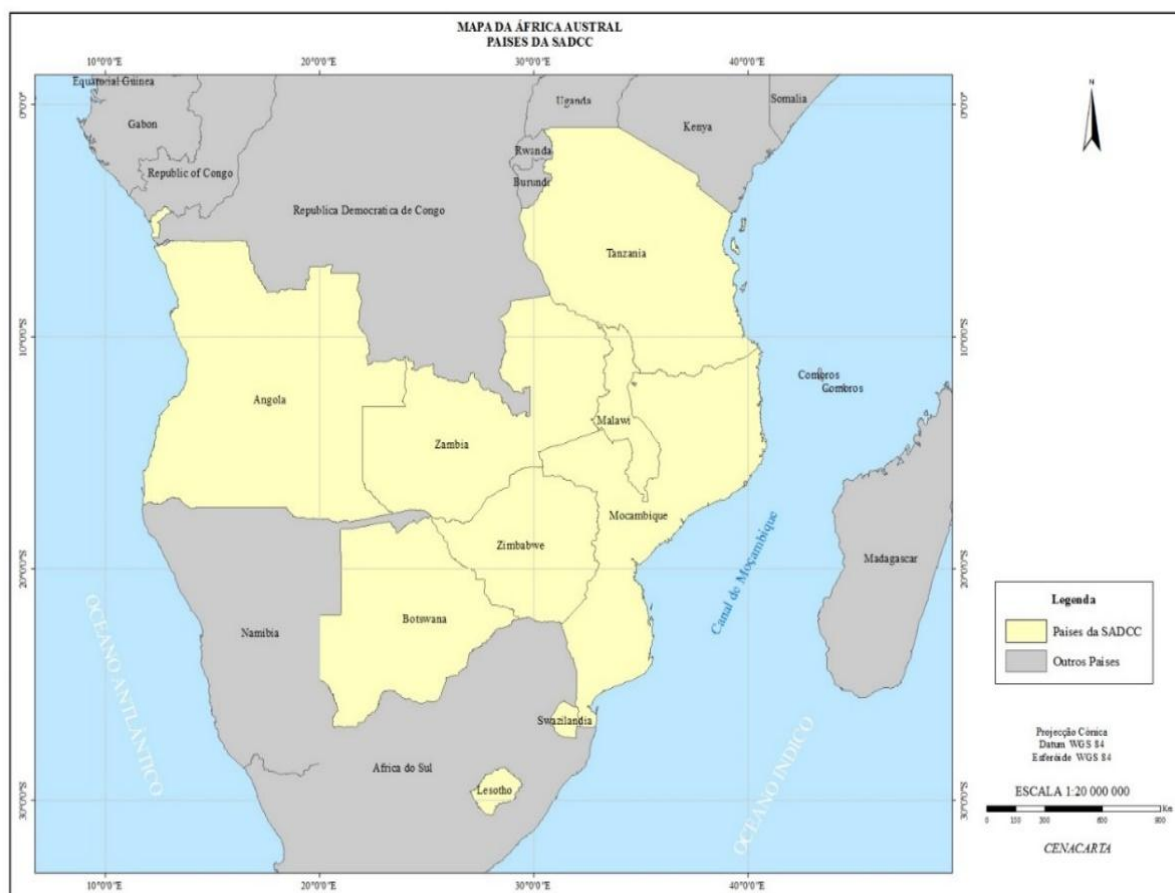
Na esteira destes objectivos, foram desenhados e implementados diversos projectos de desenvolvimento regional, tendo merecido especial atenção o sector dos transportes e comunicações. Porém, e como já foi anteriormente referenciado, esses projectos passaram a ser alvos preferenciais dos actos de desestabilização militar desencadeados pela África do Sul. Na óptica do governo sul-africano, a inviabilização dos programas económicos da SADCC, significava perpetuar a dependência económica desses países.

Diante destes factos decorrentes de criação da SADCC, Castelo Branco entende que

A reacção sul-africana foi de clara oposição à nova organização, a qual se traduziu numa campanha de agressão militar e desestabilização dos Estados da região. Se até agora a África do Sul tinha privilegiado o vector de cooperação no relacionamento com os Estados da região, a partir da criação da SADCC, a África do Sul passou a privilegiar as acções de desestabilização económica e militar (BRANCO, 2003, p. 125).

O mapa que a seguir se apresenta, ilustra os países membros da SADCC, uma organização de âmbito económico que precede os Estados da Linha Frente.

**Mapa 5 - Países da SADCC, uma organização formada em 1980 pelos Estados da Linha da Frente em oposição à Constelação dos Estados da África Austral criada pela África do Sul**



Fonte: CENACARTA.

Autores como Jamine (2009, p. 63), defendem que paralelamente à formação da SADCC, os Estados da região entendiam que não era possível continuar a oposição política à África do Sul apenas por via dos ELF, ao mesmo tempo que se colaborava economicamente com este regime. Nesta óptica, a oposição ao *apartheid* tinha que ser feita em todos os domínios de interacção. Deste modo, se os ELF constituíam uma vertente política de combate ao regime do *apartheid*, a SADCC surgia como a vertente económica desse combate.

Face a este dilema enfrentado pelos Estados membros da Linha da Frente (SADCC) no seu relacionamento com a África do Sul, Jamine (2009) argumenta que para um eficaz combate ao sistema do *apartheid*, os países da região deveriam também considerar as opções de carácter económico, se for tomado em consideração o facto de que a arma económica é uma das principais estratégias usadas pela África do Sul para subjugar os países vizinhos.

Muitos autores partilham também a ideia de que o surgimento da SADCC assumiu o papel de contrariar o projecto CONSAS da África do Sul. Segundo esses autores, a contraposição resultou na intensificação das acções de desestabilização militar, inseridas no contexto da Estratégia Total Nacional sul-africana. Isto significa por outras palavras que a relutância em aderir ao projecto por parte daqueles países que tinham uma forte dependência económica com a África do Sul, como Botswana, Lesotho e Swazilândia, aliada ao estabelecimento da SADCC pelos ELF, inviabilizaram as pretensões sul-africanas de construir um regionalismo por si dominado.

No que concerne à estratégia regional no contexto dos objectivos que nortearam a criação da SADCC, Edvalda dos Santos assegura que

[...] a diminuição da dependência, tanto de países terceiros a África como da própria dependência da África do Sul, enquanto durou a SADCC este objectivo nunca foi alcançado. Em realidade, o fracasso no alcance deste objectivo tinha como causa a acentuada dependência destes países do apoio ou doações de terceiros para a execução de suas estratégias (SANTOS, 2014, p. 49).

Tecendo algumas considerações sobre este facto, resulta importante considerar que, para além da acentuada dependência do apoio externo na execução dos diversos projectos de desenvolvimento, os países da região sofriam também das acções de desestabilização militar e económica levadas a cabo pelo governo sul-africano. Estes dois factores conduziram de maneira combinada para o fracasso no alcance deste objectivo. Porém, o fim do *apartheid* e das acções de desestabilização económica e militar, conjugado com a transição da SADCC para SADC e a subsequente admissão da África do Sul, conferiram uma nova dinâmica na

organização, assente na vontade comum de caminhar rumo ao desenvolvimento económico integrado e partilhado.

Sobre as causas que determinaram o fim da SADCC e sua transformação em SADC, Dopcke (1998, p. 144-145), defende que merecem destaque factores conjunturais do sistema internacional, os quais exerceram uma influência determinante sobre os desenvolvimentos políticos e securitários da África Austral. As transformações políticas ao nível do sistema global que culminaram com o fim da Guerra Fria em finais dos anos 80, exerceram uma influência directa sobre o fim do sistema do *apartheid* e, por conseguinte, o fim do ambiente de conflitualidade na África Austral. Depois de ter sido considerada fonte de instabilidade regional, aliado à transformação da SADCC em SADC, em Agosto de 1992, a África do Sul passou a ser vista como um actor que procura mudar a sua imagem do passado, através da sua contribuição para o desenvolvimento económico e para a construção da paz e segurança efectiva na região.

No subtítulo que se segue, o estudo procura fazer uma análise substantiva sobre as transformações políticas regionais e internacionais no contexto da Guerra Fria, cujo impacto determinou um novo figurino sobre o futuro relacionamento dos Estados da África Austral no *pós-apartheid*.

#### 4.5 TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS RUMO AO FIM DO *APARTHEID*

Após um longo período de conflitos inter e intraestatais que iniciaram no período imediato a 1975 quando Angola e Moçambique se tornam Estados independentes do domínio português, a região Austral de África inicia, a partir dos anos 80, um processo de transformações políticas e económicas que tinham em vista conferir uma nova dinâmica às relações entre os actores regionais de conflitualidade, que outrora se encontravam posicionados em extremos opostos, atrelados nas suas convicções ideológicas. Castellano da Silva faz uma descrição exaustiva das dinâmicas dos conflitos que caracterizaram a região da África Austral, mas com enfoque para as alianças que constituíram o epicentro de conflitualidade.

Entre 1975 e 1994, disputas interestatais regionais fundamentaram uma configuração de alianças claramente dividida. De um lado, estavam os países que compunham os Países da Linha de Frente (PLF) e a SADCC (esta última formalmente composta por Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábwe). O outro bloco era composto pela África do Sul, por aliados (Rodésia do Sul, até 1980) e por países que eventualmente se vinculavam a ela por serem economicamente dependentes (Malawi, Botswana, Swazilândia e Lesotho, em algumas ocasiões) (SILVA, 2017, p. 82).

Importa sublinhar que o processo de transformações políticas na África Austral, iniciado com o fim do império colonial português, constituiu uma séria ameaça aos regimes de minoria branca na região, pois com o surgimento dos ELF e posteriormente da SADCC, os países da região envidam estratégias e esforços comuns de luta contra o sistema do *apartheid*.

Na análise da situação de segurança da África Austral, Silva (2017, p. 83), faz alusão ao padrão cooperação-conflito regional, onde faz uma descrição circunstanciada do que apelida de três mudanças significativas no sistema da África Austral desde o século XIX, altura em que a Europa consolidou o processo de formação dos seus impérios coloniais.

Na óptica do autor, “a primeira mudança foi a modificação de um sistema de altos níveis de conflitos, que envolviam a formação dos Estados na região da África Austral para um ambiente marcado pela cooperação e formação de dinâmicas regionais que consolidaram as fronteiras do sistema. Esta cooperação era baseada numa relação amistosa dos Estados coloniais portugueses (África Oriental Portuguesa - Moçambique e África Ocidental Portuguesa - Angola) e britânicos (Rodésias do Norte e do Sul e Niassalândia) e a União Sul-Africana, independente desde 1910” (SILVA, 2017, p. 83).

De acordo com o autor em citação,

A segunda mudança transformou este ambiente cooperativo em um sistema marcado por conflitos políticos, económicos e militares, embora com importantes iniciativas de cooperação entre países aliados. No período característico da Guerra Fria, havia um enfrentamento aberto entre África do Sul e os PLF e, posteriormente, a SADCC. Esse conflito era caracterizado por ataques directos, operações encobertas e guerras proxy de lado a lado, com grupos irregulares sendo apoiados por Estados contra países rivais. Contudo, a partir do final da década de 1980, houve uma aproximação crescente entre os mesmos países.

[...] este terceiro movimento de mudança envolveu o distanciamento do padrão conflituoso para um ambiente marcadamente cooperativo, que tem visto o fortalecimento das instituições regionais e conexões cooperativas políticas, económicas, sociais e de segurança. O processo de distensão se concretizou com o ingresso da África do Sul pós-*apartheid* na agora reformulada SADC e com a transformação [...] da ordem regional (SILVA, 2017, p. 83).

É importante sublinhar que as três mudanças referidas por Silva, retratam o processo de formação do Complexo de Segurança da África Austral, que começa com a implantação dos poderes coloniais, num processo em que o seu relacionamento demandava maior cooperação. No entanto, e segundo Silva (2017), entre meados dos anos 70 e finais de 80 o ambiente cooperativo transformou-se em um sistema marcado por conflitos políticos, económicos e

militares, embora com importantes iniciativas de cooperação entre os países aliados<sup>13</sup>. Este processo de mudanças teve um impacto significativo na segurança regional, pois o ambiente de confrontação prevalecente forneceu impulsos para uma maior cooperação desses países em torno da Linha da Frente e da SADCC, com o objectivo de coordenar as estratégias de combate contra o sistema do *apartheid* e o domínio económico sul-africano.

A partir de finais da década de 1980, concretamente a partir de 1988, verifica-se uma crescente aproximação entre a África do Sul e os países da África Austral integrados na Linha da Frente e na SADCC. Este movimento teve como marco importante a resolução dos conflitos regionais que inicia com a independência da Namíbia em março de 1990. O AGP firmado em outubro de 1992 entre o governo moçambicano e a RENAMO, constituiu uma fase importante deste processo de transformação pacífica da regional. Aliado a isso, verifica-se o colapso do sistema do *apartheid* no início dos anos 90 e a consequente transformação da SADCC em SADC, o que significou para a região o início de uma nova fase caracterizada por uma estreita cooperação entre os países que outrora se encontravam entricheirados em campos ideológicos opostos, num conflito que deixou marcas profundas sobre os países directamente envolvidos.

Também deve-se destacar que o ano de 1994 reveste-se de importância especial para a região, pois Moçambique e África do Sul realizaram as primeiras eleições democráticas na história dos dois países, as quais marcaram o fim formal da guerra e do sistema do *apartheid*, em Moçambique e na África do Sul, respetivamente. A partir de então, constata-se que as políticas externas desses países passaram a estar alinhadas na mesma visão e princípios, partilhando os mesmos objectivos e valores.

A Conferência transformou-se em Comunidade. Reconhecendo a existência das afinidades históricas, culturais, sociais, problemas comuns, Jamine (2009), considera que o Tratado Constitutivo da nova organização, preconiza um processo de integração económica da SADC baseado em cinco princípios fundamentais, nomeadamente:

- a) igualdade soberana de todos Estados membros;

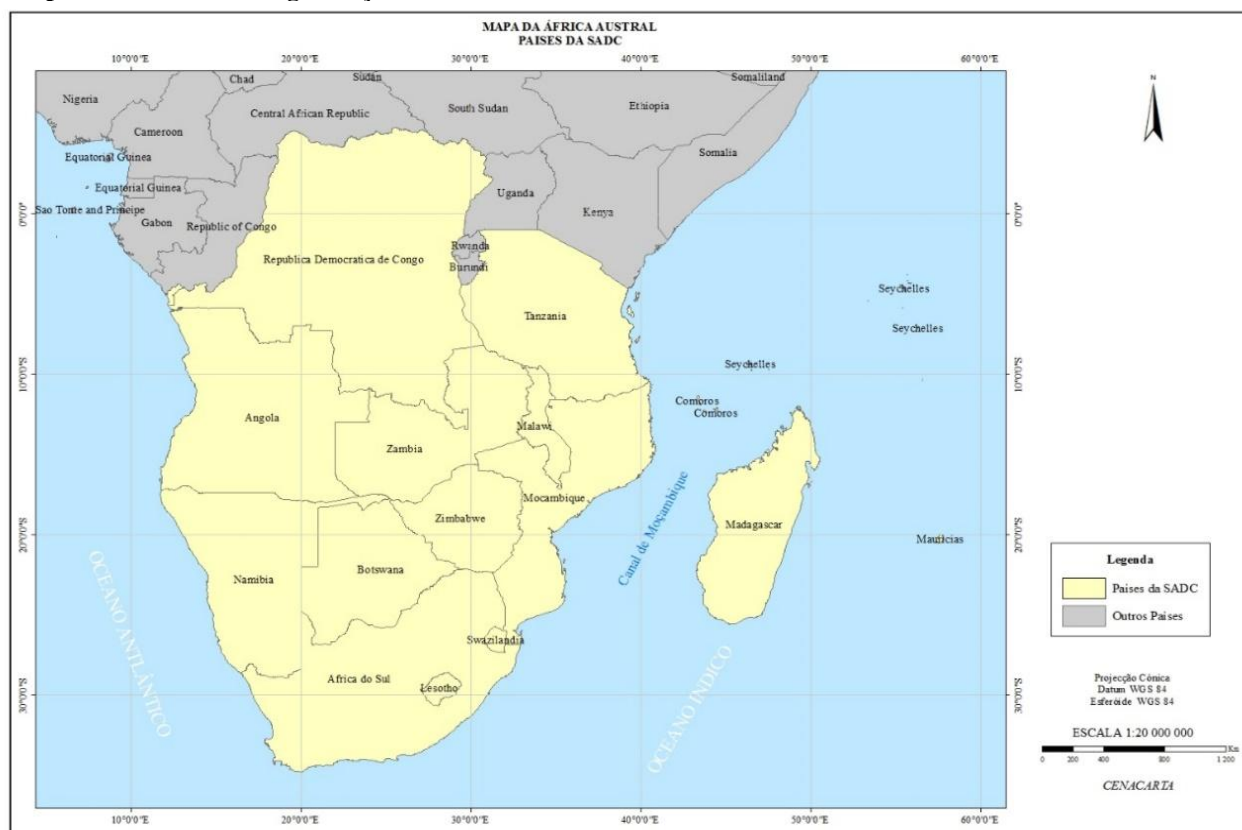
---

<sup>13</sup> Os países aliados aqui referidos são, por um lado, a RSA e a Rodésia, dois países governados por regimes de segregação racial. Outrora, estes dois regimes juntamente com Portugal, encontravam-se unidos por um acordo de cooperação militar denominado *Exercício ALCORA*, que perdurou oficialmente até 1974, altura em que Portugal retirou-se da aliança quando jovens oficiais derrubaram o regime fascista de Marcelo Caetano. Por outro lado, estavam os ELF, uma organização política formada por Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia. Estes dois grupos de países estiveram envolvidos em conflito, onde o primeiro pugnava pela preservação do que Silva (2017) chama de *status quo* e ordem regional, e o segundo, pela mudança da configuração sistémica regional. Com o desmoronamento do sistema colonial, a aliança *Exercício ALCORA* foi sucumbindo até restar apenas a África do Sul em 1980, quando a Rodésia se tornou independente com o nome de Zimbabwe.

- b) solidariedade, paz e segurança;
- c) direitos humanos, democracia e Estado de direito;
- d) equidade, equilíbrio e benefício mútuo; e
- e) resolução pacífica das disputas.

A Declaração que precede o Tratado da SADC, contém um breve panorama e análise de novas oportunidades e demandas originadas pelas mudanças políticas na África Austral e no ambiente político internacional e que serviram de motivação para uma cooperação mais estreita com propósitos de construir uma comunidade económica.

**Mapa 6 - Países da SADC, uma organização constituída após o fim do apartheid. A África do Sul foi incorporada nesta nova organização**



Fonte: CENACARTA.

É necessário enaltecer que neste processo de mudanças na África Austral, os Países da Linha da Frente constituíram uma verdadeira alavanca, um ponto de partida, primeiro, contra o poder colonial, e segundo, como um mecanismo necessário para a irradicação do racismo. A formação da SADCC em 1980, aparece como uma estratégia que tinha em vista consolidar este processo de mudanças, sobretudo quando os países da região se aperceberam que o combate ao sistema do *apartheid* tinha que ser feito não apenas no âmbito político, mas

também no económico, pois a África do Sul sempre usou o seu poder económico como arma para subjugar os países vizinhos.

Relativamente aos factores que causaram a transformação da política regional da África do Sul, alguns autores afirmam que no centro das explicações encontra-se:

- a) o fim da Guerra Fria que conduziu ao desaparecimento dos factores de pretexto para as agressões sul-africanas - o anticomunismo;
- b) o envolvimento directo das superpotências sobre os actores regionais no sentido de resolverem os conflitos de forma pacífica;
- c) o descalabro militar sul-africano em Angola.

Estes factores exerceram uma influência decisiva sobre a liderança política sul-africana no sentido de empreender reformas que pusessem em marcha o processo de mudanças.

Até aqui resulta lícito concluir que o fim da Guerra Fria em finais dos anos 80, contribuiu de forma decisiva para o abandono da política de desestabilização militar e económica levada a cabo pelo governo sul-africano contra Estados vizinhos. No entanto, é necessário reconhecer também que o fim da Guerra Fria encontrou, ao nível da região, um ambiente político favorável ao processo de mudanças, o que permitiu que o clima de tensões e conflitos fosse substituído pela paz e cooperação entre protagonistas que outrora se consideravam inimigos.

Ao longo deste capítulo foi visto que a África do Sul, Portugal e Rodésia partilhavam o controlo da África Austral, e os três países estavam unidos por uma aliança político-militar denominada *Exercício ALCORA*. O envolvimento dos países ocidentais com interesses na África Austral, deu-se através da NATO no contexto da Guerra Fria, onde o fornecimento de armas e de equipamentos militares aos três regimes constituiu fundamento desse envolvimento.

Também foi dito que os Estados da Linha da Frente constituíram uma verdadeira alavanca, um ponto de partida, primeiro, contra o poder colonial, e segundo, como um mecanismo necessário para a irradicação do racismo. A formação da SADCC em 1980, aparece como uma estratégia que tinha em vista consolidar este processo de mudanças, sobretudo quando os países da região se aperceberam que o combate ao sistema do *apartheid* tinha que ser feito não apenas no âmbito político, mas também no económico, pois a África do Sul sempre usou o seu poder económico como arma para subjugar os países vizinhos.



No contexto da teoria dos CRS, constata-se, por um lado, uma acção combinada dos ELF para fazer face ao poderio económico e militar da África do Sul. Por outro lado, nota-se uma forte interdependência dos ELF na coordenação das acções de apoio aos movimentos de libertação da região e aos Estados membros que eram vítimas das agressões militares externas.

## 5 ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA NACIONAL E DE POLÍTICA EXTERNA DE MOÇAMBIQUE

Se Moçambique tivesse prosseguido com a linha política de defesa do interesse nacional, tal como seguida durante a luta de libertação, isto é, aumentar sempre o número de amigos e reduzir os inimigos, princípio que levou ao completo isolamento do colonialismo português, [...] talvez não tivesse merecido a hostilidade do mundo ocidental e dos regimes racistas da África Austral (VELOSO, 2011).

Na análise teórica dos capítulos anteriores, foi possível compreender o enquadramento teórico das dinâmicas regionais e internacionais de conflito e cooperação na África Austral. Neste capítulo, interessa abordar os pressupostos teóricos que permitem entender os factores conjunturais internos, regionais e internacionais que foram determinantes para o fim do conflito em Moçambique e na África Austral. No contexto dessa análise, Buzan e Weaver (2003, p. 129-138), defendem que os CRS compreendem quatro níveis de análise:

- a) o *doméstico*, que configura a situação interna dos países, em especial o nível de estabilidade política;
- b) as *relações Estado-Estado*, que diz respeito às relações entre Estados integrantes de uma determinada região;
- c) a *relação com outras regiões*, onde o conteúdo de interacção mostra-se menos importante para este nível, tendo em atenção que o próprio conceito do Complexo Regional de Segurança prioriza as relações dos actores regionais;
- d) o *papel que os poderes globais desempenham* na região em questão.

Aqui merece destaque o papel desempenhado pelas superpotências em várias regiões do globo, em especial na África Austral, onde evidenciaram as suas clivagens ideológicas, ao demonstrarem o seu alinhamento aos protagonistas de conflitualidade regional, segundo preceitos das respectivas ideologias.

As considerações de Buzan e Weaver inseridas no parágrafo acima, descrevem o terceiro período característico da história de Moçambique e da África Austral. Este período vigorou entre 1989 e 1994 e constituem marcos importantes as transformações políticas no sistema internacional que exerceram uma influência decisiva para o fim da Guerra Fria, e que serviram de elemento catalisador para uma maior aproximação entre os protagonistas de conflitualidade regional, que outrora se encontravam separados por barreiras ideológicas. O desmantelamento do sistema do *apartheid* na África do Sul, a resolução pacífica dos conflitos regionais e a introdução de sistemas políticos democráticos em muitos países da região,

especialmente em Angola, Moçambique e África do Sul. Estas transformações concorreram, segundo descreve Silva (2017), para o surgimento uma nova ordem regional e de um novo padrão de relacionamento assente na cooperação entre os países da África Austral, onde a África do Sul pós-*apartheid* surge como um parceiro estratégico que procura sarar as mágoas do passado, mediante sua participação activa no desenvolvimento económico e nos processos de pacificação regional.

### 5.1 ANÁLISE DO AMBIENTE GEOESTRATÉGICO REGIONAL, 1962-1975

Ao longo do período em epígrafe, constata-se que a situação prevalecente no sistema internacional era caracterizada por um ambiente bipolar, onde as duas superpotências controlavam as suas esferas de influência ideológica em várias partes do mundo, em especial na África Austral. O surgimento dos movimentos nacionalistas nos territórios de Moçambique (FRELIMO), África do Sul (ANC e PAC) e Rodésia (ZANU e ZAPU), serviu de elemento catalisador para o envolvimento de potências externas na região, particularmente das duas superpotências aqui referidas. Embora os dois poderes mundiais se mostrassem favoráveis ao fim do império colonial, cada um se esforçava por garantir a ampliação das suas zonas de influência à medida que o domínio colonial se desmoronava.

O envolvimento de potências externas referido no parágrafo anterior, esteve inserido naquilo que Buzan considera como alianças entre as potências regionais e as potências externas. No contexto destas alianças, os Estados Unidos potenciaram o seu apoio aos regimes racistas da região, especialmente a África do Sul com vista a inviabilizar os processos de mudanças que se estavam operando com as independências dos Estados da região. O envolvimento da União Soviética visava essencialmente consolidar, segundo postula Silva (2017), a imposição de uma ordem regional que estava emergindo desde 1975 com as independências de Angola e Moçambique.

O surgimento do nacionalismo em Moçambique teve lugar num contexto em que a situação política e económica da África Austral esteve dominada pela hegemonia do regime minoritário da África do Sul, decorrente da institucionalização da teoria de desenvolvimento por separado assente no *apartheid*. A Declaração Unilateral da Independência (DUI) da Rodésia em Novembro de 1965, conferiu à região um novo figurino da aliança estratégica dos dois regimes com o colonialismo português. Esta aliança traduziu-se numa oposição ao estabelecimento de governos de maioria negra nestes territórios, e numa hostilidade aos restantes países da região que se opunham à segregação racial e ao colonialismo.

É dentro desta conjuntura política regional e internacional que a FRELIMO procura definir a sua política de interacção com outros actores, sobretudo aqueles que se identificavam com os princípios e valores pelos quais lutava. De acordo com Eduardo Mondlane, as resoluções sobre Política Externa saídas do 1º Congresso realizado em Setembro de 1962 na Tanzânia, estabelecem que a FRELIMO iria promover a cooperação com as organizações nacionalistas das outras colónias portuguesas, com os países africanos, com os países progressistas do Terceiro Mundo e com as Organizações Internacionais. Estabelecem também o desenvolvimento de acções políticas junto dessas entidades para a obtenção da ajuda diplomática, moral e material necessária para o desencadeamento da luta armada de libertação nacional (MONDLANE 1995, p. 102).

Os dois cenários políticos acima referidos (regional e internacional) foram determinantes para o posicionamento de Moçambique face aos principais desenvolvimentos políticos regionais, pois a liderança começou a perceber que a segurança e desenvolvimento económico de Moçambique só seriam possíveis com a erradicação dos regimes de segregação racial na África Austral, o que daria espaço para uma maior cooperação regional. Para fundamentar essa percepção, cita-se Hans Abrahamsson quando afirma que

a direcção da FRELIMO foi marcada desde muito cedo por uma maneira de pensar em termos regionais e por esforços de cooperação dos Estados da região. Para que a África Austral se desenvolvesse no sentido de regimes de maioria negra, que facilitassem a cooperação regional, era necessário combater tanto o capitalismo como o racismo na região. A libertação dos países vizinhos era considerada também como uma condição prévia para o desenvolvimento económico futuro de Moçambique (ABRAHAMSSON, 1998, p. 101).

Foi com base nessa percepção que a FRELIMO, ao assumir o poder em 1975, comprometeu-se a incrementar o apoio da luta dos movimentos de libertação do Zimbabwe, permitindo que a ZANU se instalasse no território moçambicano e a partir daí desencadear a guerra de libertação. Paralelamente a isso, o governo de Moçambique decidiu pelo encerramento das fronteiras com a Rodésia, dando cumprimento às recomendações da ONU que decretara sanções económicas contra o regime de minoritário rodesiano. O mesmo posicionamento foi assumido em relação ao ANC da África do Sul, onde o governo moçambicano permitiu que este movimento usasse o território nacional como ponta de lança para o desencadeamento de acções armadas contra o regime segregacionista sul-africano.

A existência de uma longa fronteira comum entre Moçambique e Rodésia, conjugada com o surgimento dos movimentos de libertação identificados como inimigos comuns, fortaleceu a cooperação entre Portugal e a Rodésia, que se centrou nas operações militares e

nos serviços de inteligência para o combate aos movimentos de guerrilha (ZANU e ZAPU na Rodésia e FRELIMO em Moçambique), que operavam ao longo da fronteira comum.

O envolvimento dos países ocidentais com interesses na África Austral, deu-se através da NATO no contexto da Guerra Fria, onde o fornecimento de armas e de equipamentos militares aos três regimes constituiu fundamento desse envolvimento. No caso particular dos Estados Unidos, os anos 70 foram marcados por tentativas de estabelecer uma política construtiva para a região. Na essência, essa política traduziu-se no apoio aos países identificados como aliados, com referência especial a Portugal e África do Sul, ambos envolvidos em conflitos armados protagonizados pelos movimentos de guerrilha. Entretanto, foi apenas a partir de meados dos anos 70, com as independências das colónias portuguesas de Angola e de Moçambique que o envolvimento norte-americano vai-se tornar mais notório, sobretudo quando os dois países escolheram o socialismo como ideologia política para a construção dos novos Estados.

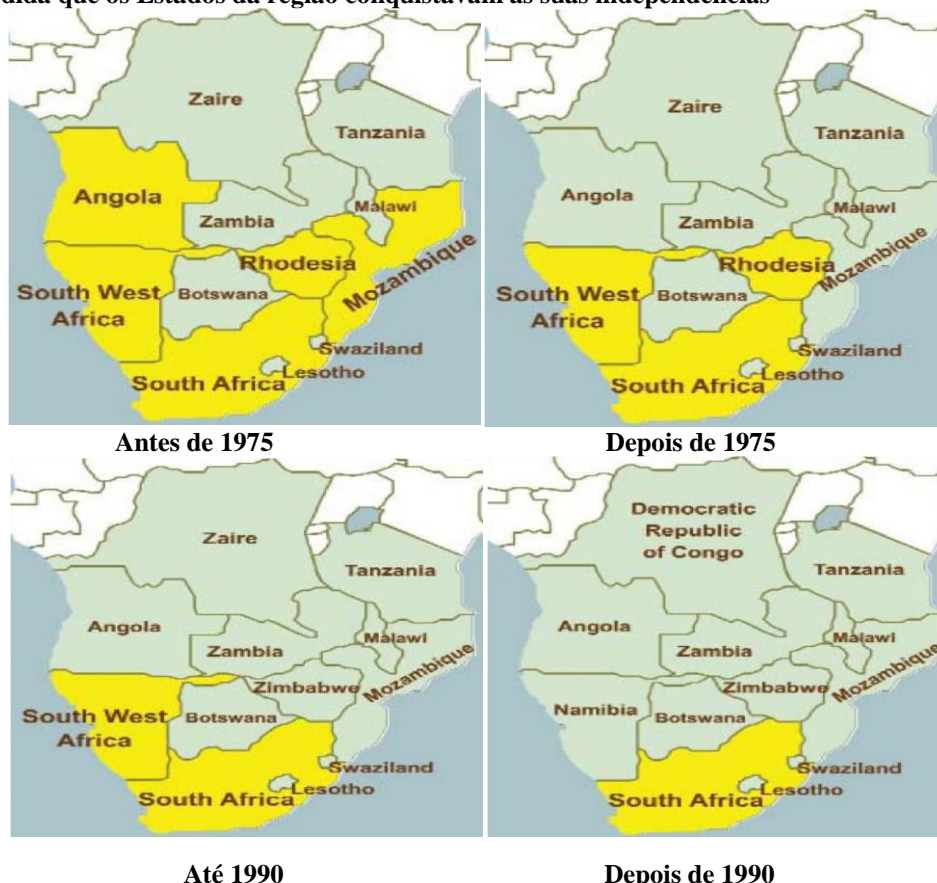
No contexto da abordagem sistémica regional feita por Silva (2017), a África do Sul mantinha a centralidade sistémica regional, devido ao seu poder militar e económico sobre todos os países da África Austral. O facto de estar rodeado de territórios controlados por regimes de minoria branca ou de países com governos moderados, conferia à África do Sul a sensação de maior segurança, ao que a liderança político-militar chamava de *cordão de segurança*. No entanto, o colapso do império colonial português em 1975 constituiu um sério desafio ao *status quo* e à ordem sistémica regional prescritos por Silva (2003). Como corolário dessa situação, Ngoma (2005) argumenta que as independências de Angola, de Moçambique e do Zimbábue, tornaram evidente a vulnerabilidade do Estado sul-africano, isto porque à medida que estes países conquistavam as suas independências, se acentuava cada vez mais o processo do desmoronamento do cordão de segurança que sempre protegeu o Estado sul-africano.

O Complexo de Segurança prevalecente na África Austral ao longo deste período, retrata uma situação em que a África do Sul exercia o seu poder hegemónico, mormente do seu poderio económico e militar sobre os países da região. Portugal, Rodésia e África do Sul encontravam-se unidos por uma aliança político-militar que tinha em vista manter a supremacia do poder branco nestes territórios.

No mapa que se segue, Naison Ngoma descreve de forma substantiva a vulnerabilidade do regime sul-africano, pois o cordão de segurança que até 1975 tinha conseguido manter bem longe as fontes de sustentação dos movimentos de libertação, estava sendo desafiado desde

1975. Os territórios em redor que tinham garantido a invulnerabilidade do Estado sul-africano, já se tinham tornado Estados independentes e com uma postura hostil ao sistema do *apartheid*.

**Mapa 7 - África Austral em processo do desmoronamento progressivo do Cordão de Segurança da África do Sul, à medida que os Estados da região conquistavam as suas independências**



Fonte: Adaptado de Ngoma (2005, p. 78-81),

A cor amarela representa os territórios que formavam o cordão de segurança da África do Sul e o seu desmoronamento progressivo, desde 1975 até princípios de 1990.

Fazendo uma retrospectiva histórica do cordão de segurança da África do Sul, Massangaie (2017), descreve que [...] desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a África do Sul tinha-se conseguido rodear de alguns ‘Estados tampão’ que eram favoráveis ao governo. A ocidente estava a Namíbia, ocupada pela África do Sul, que por sua vez fazia fronteira com a colónia portuguesa de Angola. A norte fazia fronteira com a colónia britânica da Rodésia e a oriente, com a colónia portuguesa de Moçambique. Todas as economias destes países tampão estavam ligadas à África do Sul e dela dependiam.

Aqui constata-se que com vários estados em seu redor, favoráveis às suas políticas segregacionistas, o estado sul-africano alimentava a crença de maior segurança por estar mais

apartado das fontes de sustentação dos movimentos de libertação, face a onda de descolonização que se verificava, não apenas na região Austral de África, mas em todo o continente africano. A relevância das acções sul-africanas na região, assumiu um papel de destaque no âmbito das relações regionais ao ponto de se tornar vital para a viabilidade do próprio regime do *apartheid*, conforma vaticina Jamine (2009).

De acordo com Massangaie (2017), os Estados politicamente independentes mais próximos na África Austral, o Botswana, o Lesotho e Swazilândia, eram dirigidos por regimes conservadores negros. Eles estavam completamente dependentes da África do Sul e na prática funcionavam como enclaves económicos sul-africanos. Esta estratégia, juntamente com uma política activa de desanuviamiento regional, teve grande sucesso para manter o domínio regional.

No que concerne à colónia de Moçambique, Jamine (2009), observa que a economia era basicamente caracterizada pela prestação de serviços à África do Sul. As receitas resultantes do trabalho dos mineiros moçambicanos na África do Sul e do tráfego de mercadorias sul-africanas pelo território, eram essencialmente determinantes para equilibrar a balança comercial da colónia.

O golpe militar levado a cabo em abril de 1974, foi determinante para a saída de Portugal do cenário político-militar de África em 1975, e este facto modificou o equilíbrio do poder na África Austral, representando igualmente o abandono da aliança *Exercício ALCORA*<sup>1</sup> já referida no nº 3.2. Em pouco tempo, as regiões ocidental e oriental do cordão de segurança da África do Sul desmoronaram, pois Angola e Moçambique já surgiam no sistema internacional como novos Estados, o que para África do Sul constituía uma ameaça à sua segurança. Portanto, as mudanças geopolíticas que a partir de então estavam começando, tornavam o Estado sul-africano vulnerável, posto que Moçambique e Angola, começaram a direccionar o seu apoio e acolhimento aos movimentos de guerrilha contra os regimes segregacionistas na Rodésia, África do Sul e Namíbia.

Na óptica de alguns analistas, o apoio político-militar concedido pela União Soviética e por Cuba aos países da região (Angola e Moçambique) significava, do mesmo modo, uma séria ameaça ao Estado sul-africano. Assim, a Rodésia como Estado tampão e a Namíbia como protectorado sul-africano, eram os únicos territórios que ainda permaneciam do cordão de segurança.

---

<sup>1</sup> Importa realçar que a segurança do Estado sul-africano foi garantida, em parte, por uma aliança com a Rodésia e com Portugal através das colónias de Angola e Moçambique. Esta aliança formou, até 1974, a base do *cordão de segurança* da África do Sul, o *Exercício ALCORA*.

## 5.2 A FRELIMO E A FORMAÇÃO DO EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO, 1962-1975

Os factores que influenciaram Moçambique a optar pelo sistema socialista, forçaram a liderança a priorizar a sua interacção com os países socialistas, que eram os que garantiam o fornecimento do apoio político, diplomático e material durante a guerra de Libertação. Isto veio, por conseguinte, exercer uma influência decisiva na formulação da estratégia de desenvolvimento de Moçambique pós-1975.

Na análise sobre a formação do Exército de Libertação Nacional, importa primeiro citar o Jornal Notícias segundo o qual “as Forças Armadas de Moçambique são a consequência lógica do crescimento das Forças Populares de Libertação de Moçambique, e o seu berço foi o exército de guerrilha nascido da vontade do povo moçambicano de ser livre da dominação colonial”<sup>2</sup>.

O embrião da instituição militar em Moçambique ao longo do período da guerra de libertação nacional, pode ser entendido tomando como ponto de partida a criação da FRELIMO em 1962, até à proclamação da independência em 1975, um marco temporal que caracteriza o primeiro período de evolução das Forças Armadas. Segundo o relatório do governo citado pelo Jornal Notícias de 29 de Julho de 1986, o surgimento das Forças Armadas de Moçambique radica, em seis períodos importantes. Porém, e por razões óbvias, será dedicada especial atenção ao primeiro período que se estende de 1963 a 1974<sup>3</sup>, o qual anuncia o surgimento do Exército de Libertação Nacional corporizado nas FPLM, braço armado da FRELIMO (JORNAL NOTÍCIAS, 1986, p. 3). Os outros cinco períodos serão analisados no subtítulo 4.2.1 que se refere ao processo de construção das FAM, desde a fase inicial de construção do novo Estado até a formação das FADM (Forças Armadas de Defesa de Moçambique) em 1994, que resultaram da fusão das FAM e das forças de guerrilha da RENAMO, nos termos estabelecidos pelo AGP.

Autores como Gaspar (2014) e Macie (2019), defendem que o Exército de Libertação Nacional nasce com natureza de força de guerrilha<sup>4</sup> contra o exército colonial, cujo

---

<sup>2</sup> Jornal Notícias de 29 de Julho de 1986, p. 3, em documento intitulado: *Relatório do Governo sobre as Forças Armadas*.

<sup>3</sup> O ano de 1963 marca o nascimento das FPLM, e 1974, o fim da guerra com a assinatura do Acordo de Lusaka em Setembro de 1974, entre a FRELIMO e o Estado português, através do qual Moçambique ascendeu à independência a 25 jun. 1975.

<sup>4</sup> Segundo constata Macie (2019), no processo da Luta de Libertação Nacional, o Exército de Libertação tinha a designação de Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), designação que prevaleceu até 1980, altura em que foram criadas as Forças Armadas de Moçambique FAM-FPLM. Em 1990 foi aprovada uma nova Constituição que introduz o pluralismo político. No contexto desta Constituição, ficou aberto espaço para



surgimento e carácter fundam-se na decisão de fazer a guerra para a conquista da independência de Moçambique.

No que concerne aos factores que forçaram a FRELIMO a optar pela via da luta armada para a conquista da independência, Macie (2019), justifica que embora decididos a fazer tudo o que estivesse ao nosso alcance para tentar obter a independência por meios pacíficos, estávamos já convencidos nesta altura de que a guerra seria necessária.

A percepção dos autores citados nos parágrafos acima sobre a natureza do colonialismo português, constituiu uma razão de fundo que forçou a FRELIMO a enveredar pela luta armada como a única via para o alcance da independência de Moçambique. Este facto, fez nascer o projecto das FPLM em 1963, braço armado da FRELIMO e embrião das FAM.

Na formação do Exército de Libertação Nacional, a FRELIMO desenvolveu diversas acções que tinham em vista preparar o início da guerra pela independência nacional. O desencadeamento da luta armada foi antecedido por uma intensa actividade diplomática levada a cabo por Eduardo Mondlane junto de alguns Estados africanos para a obtenção do apoio político e militar necessários para o início da guerra. Assim, como consequência desses *demarches* diplomáticos, a liderança da FRELIMO encetou os primeiros contactos com a Argélia, país africano recém-independente da colonização francesa. Os contactos culminaram com o início do programa de treino militar dos primeiros guerrilheiros da FRELIMO e, segundo afirma Macie (2019, p. 95), “em Janeiro de 1963, a FRELIMO enviou cerca de 50 jovens moçambicanos para Argélia com vista à formação dos primeiros militares das Forças Armadas de Moçambique”. No ano seguinte, ou seja, em Setembro de 1964, depois de goradas as tentativas de obter a independência por via pacífica, o Presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane, proclamou a insurreição geral armada contra o poder colonial, que marcou o início da guerra pela independência de Moçambique.

Diversos autores que desenvolveram estudos sobre história da guerra colonial, dentre os quais Gaspar (2014), Gujamo (2016) e Massangaie (2017), comungam a tese de que no decurso da guerra de libertação, a FRELIMO adoptou a estratégia de Guerra Popular Prolongada de carácter revolucionário, assente numa guerra de guerrilha contra o sistema colonial. Para sustentar a guerra e garantir a sobrevivência das populações, a direcção da FRELIMO implantou estruturas políticas, económicas e sociais nas zonas libertadas, facto que permitiu que se estabelecesse o que foi considerado *governo*. Em face disso, foi constituído

---

a reestruturação das FAM-FPLM que, no contexto do AGP assinado entre o governo de Moçambique e a RENAMO em Outubro de 1992, estas passaram a ser designadas por Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM). A partir de então, a sigla FPLM foi definitivamente eliminada da nomenclatura das Forças Armadas.

um Comité Executivo que visava garantir o funcionamento do tal governo, tendo-se procedido à construção de escolas, hospitais e instituições de administração do território. Com a criação do Comité Executivo aqui referido, a FRELIMO pretendia preencher o vazio do poder criado pela ausência das autoridades políticas e administrativas coloniais nas zonas afectadas pela guerra.

Para sustentar os argumentos dos autores acima citados, importa fazer uma leitura analítica sobre a relação entre a liderança militar e o poder político nacional apresentada por Hans Morgenthau<sup>5</sup>. Segundo este autor,

Uma Nação pode possuir um bom comando das inovações tecnológicas na arte da guerra; seus líderes militares podem ser excelentes nas estratégias e nas táticas mais apropriadas às novas modalidades de guerra e, apesar disso, essa mesma Nação pode achar-se débil do ponto de vista militar e, como consequência, também político, se ela não possuir uma capacidade militar estruturada [...] (MORGENTHAU, 2003, p. 241-242).

A visão de Morgenthau patente nesta citação, permite aferir que o poder militar da FRELIMO no decurso da guerra, esteve assente na qualidade de liderança militar de Eduardo Mondlane e Samora Machel, pois as estratégias e táticas por eles introduzidas no desenrolar da guerra, foram determinantes para a vitória sobre o poder colonial. O fraco poder militar e tecnológico da FRELIMO, foi contrabalançado pela tática operacional aplicada, consubstanciada numa guerra de guerrilha. Esta mostrou-se eficaz dado que foi por meio desta que a FRELIMO conseguiu enfrentar e derrotar o bem equipado exército português numa guerra assimétrica (sobretudo em termos de efectivos e da tecnologia militar).

No mesmo diapasão, Gaspar (2014) considera que no decurso da guerra de libertação, as operações militares foram combinadas com uma campanha diplomática levada a cabo pelo Presidente Eduardo Mondlane, entre 1962 e 1969, e continuada pelo Presidente Samora Machel, de 1969 a 1974.

Importa lembrar que no âmbito da aprovação da Declaração 1514 pelas Nações Unidas em 1960, relativa à concessão das independências aos Países e Povos colonizados, Portugal aboliu o estatuto de províncias ultramarinas às suas colónias, criando no seu lugar o que designou de *Estados*. Porém, após o 25 de Abril de 1974 em Portugal, foi aprovada pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), através da Junta de Salvação Nacional (JSN), a Lei nº 7/74 de 27 de Julho<sup>6</sup>, que marcou uma viragem da política portuguesa relativa à necessidade do cumprimento da Declaração da ONU sobre o reconhecimento do Direito dos

---

Povos à Auto-determinação e Independência, segundo estabelece o art. 1º da lei em alusão. Através desta, Portugal reconhece que a guerra colonial era inoportuna para o Estado português e o rumo da guerra nas colónias lhe era desfavorável, facto que o forçou a reconhecer a Declaração da ONU, a qual incluía a aceitação da independência dos territórios ultramarinos, com todas as suas consequências, conforme estabelece o art. 2º da referida lei. A aprovação desta lei, abriu caminho, no caso de Moçambique, para o início das negociações que culminaram com a conclusão dos Acordos de Lusaka, assinados a 7 de Setembro de 1974, entre o governo português e a FRELIMO.

No contexto dos Acordos de Lusaka, deve-se sublinhar o papel desempenhado pelas FPLM durante a fase de execução dos termos estabelecidos a serem cumpridos pelo Governo de Transição, que vigorou de 7 de Setembro de 1974, a 25 de Junho de 1975.

Com a independência e a consequente aprovação da Constituição de 1975, inicia o segundo período de evolução e consolidação das Forças Armadas de Moçambique. Segundo Brito (2019, p. 96), o novo papel das FPLM no período de edificação da democracia popular, foi definido na 4ª Reunião do Departamento de Defesa da FRELIMO, que teve lugar um mês após a proclamação da independência. Logo após a independência, foi instituído o Serviço Militar Obrigatório para todos os cidadãos, nos termos consagrados pela lei nº 4/78, de 23 de Março<sup>7</sup>. Por outro lado, o exército devia continuar a ser um exército popular, participando na mobilização e na organização das massas, ajudando na formação dos Grupos Dinamizadores e apoiando o processo de construção das aldeias comunais.

### 5.3 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO, 1962-1975

Brito (2019, p. 58), afirma que a estrutura inicial do exército, muito simples, articulada ao nível central em torno do Secretário do Departamento de Defesa (SDD) e do seu Adjunto, e ao nível local em quatro Comandos Regionais, tornou-se então uma estrutura complexa, dando origem às FPLM; com um Conselho de Comando Nacional (Secretário do Departamento de Defesa, Comissário Político e Chefes das doze Secções); Comandos Provinciais (Comandante Provincial, seu adjunto, Comissário Político e Chefe de Operações); ficando as forças de combate organizadas em batalhões; destacamentos; companhias e unidades. Em termos práticos, independentemente dos aspectos puramente militares, com a

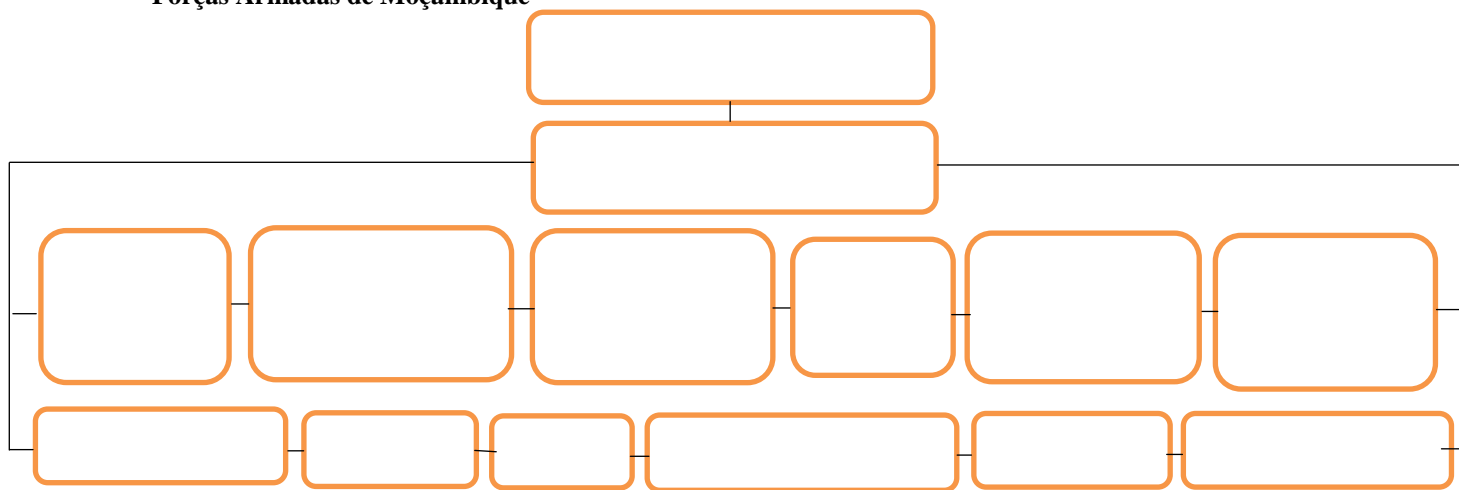
---

<sup>7</sup> O Serviço Militar Obrigatório foi instituído pela Lei Nº 4/78, de 23 de Março. Foi aprovada pela Assembleia Popular e publicada no Boletim da República nº 35, 1ª Série. Disponível em <https://www.lexlink. eu /conteudo/mocambique/ia-serie/108957/lei-no-4-lei-servico-militar-obrigatorio-1978/20525/por-tipo-de-documentolegal>. Acesso em: 19 jun. 2020. 7:40 horas.

criação, pelo Comité Central em Outubro de 1966, de um Comité Político-Militar sob a liderança do Presidente da FRELIMO e com a sua reorganização em 1967, foi formada uma cadeia de comando do exército que ficou sob controlo da liderança política do movimento. O exército reorganizado tornou-se a principal força da FRELIMO nas vésperas do 2º Congresso realizado em 1968.

A partir do parágrafo acima, constata-se que a natureza da estrutura e organização do exército de libertação concebida pela FRELIMO denota, por um lado, que esta anuncia a implantação de alicerces que marcam o nascimento das Forças Armadas de Moçambique, facto que é consubstanciado pela forma como se apresenta a articulação entre o topo e a base. Por outro lado, é uma estrutura que denota um elevado grau de mobilidade operacional, tendo em atenção o tipo de guerra que a FRELIMO iria desenvolver e o tipo do inimigo a combater, ou seja, um movimento de guerrilha que se preparava para enfrentar um exército colonial poderoso e bem equipado, numa guerra convencional e assimétrica. Na figura que se segue, apresenta-se o resumo esquemático da estrutura e organização do exército de libertação, decorrente da reestruturação do Departamento de Defesa.

**Figura 5 - Estrutura organizacional do exército de libertação relativa ao primeiro período de evolução das Forças Armadas de Moçambique**



**Fonte: Autor da pesquisa.**

Durante a guerra de libertação, a FRELIMO tinha construído a sua hegemonia na base de uma concepção político-militar de luta e da consequente aliança com os militares, que nessa época formavam a força principal da FRELIMO. Com a independência, o papel do exército teve que ser redefinido. Contrariamente ao que tinha acontecido nas ‘zonas libertadas’, no Moçambique independente, o exército deixava de ter como uma das suas

tarefas o cumprimento de funções administrativas, para se dedicar com mais acuidade às tarefas de Defesa Nacional.

Terminada a luta armada de libertação nacional nos termos dos Acordos de Lusaka em 1974, e [...] após a Proclamação da Independência, no ano de 1980 as FPLM foram transformadas, de forças de guerrilha, para Forças Armadas regulares, ao mesmo tempo que mudaram de designação para Forças Armadas de Moçambique, abreviadamente FAM, tendo-se a esta juntado a designação histórica FPLM, formando uma abreviatura composta FAM/FPLM (LAPUCHEQUE, 2019, p. 107).

#### 5.4 TRANSFORMAÇÃO DAS FORÇAS DE GUERRILHA EM EXÉRCITO REGULAR

Segundo constata Saranga (2011, p. 7), Moçambique, até 1976, não tinha ainda formado as suas Forças Armadas. A defesa militar contra qualquer agressão ou ameaça externa do país estava sob a responsabilidade das forças guerrilheiras, FPLM. Estando o país cercado por países hostis à independência nacional, necessitou urgentemente de formar Forças Armadas fortes, capazes de defender o país contra a ameaça externa. Concebeu um Exército, que devia ser profissional, apesar do período de paz ter sido demasiado curto para permitir o seu desenvolvimento.

Consubstanciando este facto, Lapucheque (2019) observa que quando os ataques militares contra Moçambique começaram em 1976, as FPLM encontravam-se ainda numa fase de transição, da força de guerrilha para Forças Armadas Regulares, tendo por conta disso enfrentado dificuldades para combater o exército regular rodesiano que era bem organizado, equipado e bem treinado.

Para fazer face aos desafios subjacentes, Moçambique teve que apostar na criação das novas Forças Armadas com um corpo de oficiais e ética militar de cariz convencional, tendo passado por um processo de formação formal e permanente [...] com vista a conferir capacidades e conhecimentos apropriados para o correcto desempenho das funções militares (SARANGA, 2011, p. 10).

De acordo com Timana (2018, p. 106), escassos dias após a independência do país, foi feita uma primeira tentativa para definir a filosofia da nova força de Defesa Nacional, na IV Conferência de quadros do Departamento de Defesa, realizada entre 25 de Julho e 4 de Agosto de 1975. “A conferência decidiu que o novo exército seria formado a partir da força de guerrilha de 10.000 homens que tinha feito a luta de libertação, para que a confiança política estivesse garantida”.

A realização dessa Conferência, permitiu perceber a premente preocupação do novo Estado de transformar as forças de guerrilha em Forças Armadas Regulares, com capacidade para enfrentar eficazmente os constrangimentos impostos pela conjuntura regional, marcada pela agressividade dos regimes de minoria branca da África Austral.

Contudo, e segundo observam alguns analistas, a fraca quantidade de guerrilheiros disponíveis, assim como a sua baixa formação, cedo revelaram os limites da estratégia do Departamento de Defesa de constituir um exército regular na base de grupo de combatentes existentes. “Foram feitas tentativas de envolver países amigos no desenvolvimento, treino e equipamento da nova força, entre eles a Tanzânia, a Zâmbia, a Nigéria, o Congo e, particularmente, a China”. Entretanto, as necessidades de defesa de Moçambique aumentaram a partir de Março de 1976, quando o país começou a implementar as sanções mandatárias das Nações Unidas contra a Rodésia. “Esta atitude fez subir o nível de antagonismo entre os dois países até à confrontação directa, e criou exigências militares que estavam muito para além do que aqueles países amigos podiam satisfazer” (COELHO; MACARINGUE, 2002, p. 49).

A transformação da força de guerrilha num exército regular capaz de desempenhar o seu papel, rapidamente e com eficiência, mostrou-se difícil por duas razões. Primeiro, devido à pressão regional [...] representada pela possibilidade de uma invasão sul-africana e pelas incursões rodesianas [...]. Em segundo lugar, por ‘leituras erróneas’ levadas a cabo pelo novo regime, particularmente pela atitude hostil contra milhares de moçambicanos que haviam servido as forças coloniais, bem como pelo facto de ter sobrestimado o envolvimento dos países socialistas ao lado das forças de libertação, na arena regional (COELHO; MACARINGUE, 2002, p. 49).

Relativamente à hostilidade contra moçambicanos que haviam servido o exército colonial, os dois autores acima citados consideram que esta teve duas implicações. A primeira é inerente ao facto desta ter produzido um elevado número de militares treinados e com dificuldades de regressar a uma vida civil normal no novo contexto político. Na óptica destes autores, muitos destes moçambicanos, receando ser capturados ou movidos por sentimentos de frustração e vingança, atravessaram a fronteira para oferecer os seus serviços à Rodésia, passando a agir contra o Estado Moçambicano. A segunda implicação refere-se ao facto de que tal marginalização retirou ao país muitos cidadãos preparados que poderiam ter assumido um papel de relevo na formação de um novo exército regular.

Importa sublinhar que a falta de integração destes moçambicanos ao novo contexto político nacional, trouxe consequências acrescidas para o novo governo pois, tendo estes atravessado a fronteira para a Rodésia, foram aproveitados pelo regime rodesiano para a desestabilização militar de Moçambique.

A Educação, embora tenha sido declarada primeira prioridade para o desenvolvimento do país, cedeu lugar ao apelo à defesa da “mãe pátria”. Cerca de seis centenas de estudantes do ensino superior, em 1977, tiveram os seus cursos interrompidos para atenderem a formação militar especial, tanto fora como dentro do país. Em 1978 os estudantes formados no estrangeiro juntaram-se aos formados internamente. “Em 1980 as autoridades consideraram as FAM/FPLM constituídas e aptas a desenvolverem a sua missão de defesa da Nação moçambicana” (SARANGA, 2011, p. 11-12).

Coelho e Macaringue afiançam a este respeito que “em 1980 o exército moçambicano estava transformado numa força completamente convencional em resultado da íntima colaboração da União Soviética. Nesse mesmo ano, a África do Sul relançou a RENAMO no interior de Moçambique, naquilo que já não era apenas uma agressão convencional mas, antes, uma guerra de guerrilha” (COELHO; MACARINGUE, 2002, p. 52).

Os autores acima citados convergem ao considerar que, como resultado das acções desencadeadas pelo governo moçambicano atinentes à modernização das suas FA, até a década de 1980 Moçambique já dispunha de um exército convencional para fazer face ao ambiente de guerra levada a cabo pela RENAMO e pelas tropas rodesianas e sul-africanas.

É importante lembrar que no período anterior e imediatamente posterior à independência, Moçambique registou um êxodo maciço de quadros do aparelho do Estado colonial, incluindo militares moçambicanos que haviam combatido no exército português. Este facto resultou na acentuada falta de quadros qualificados para o novo Estado que estava-se edificando, o que impeliu o governo a tomar medidas com vista a minimizar os efeitos do problema. Assim, a primeira decisão do governo foi a interrupção de cursos dos estudantes do ensino superior para atender a formação militar especializada, dentro e fora do país.

A outra decisão não menos importante foi a institucionalização do Serviço Militar Obrigatório (SMO), em 1978. Esta decisão permitiu, segundo alguns autores, abrir uma nova fase na qual o velho sistema revolucionário de mobilização para a luta de libertação, foi definitivamente substituído pela obrigação de defender a nação. “No mesmo ano, a força aérea, treinada com apoio soviético, estava já dotada de aviões de carga NA-26 e helicópteros MI-8, e entre 1980 e 1982, de aparelhos de Mig-17, e mais tarde, Mig 21, assim como de uma pequena força naval” (COELHO; MACARINGUE, 2002, p. 52).

Este conjunto de acções desencadeadas pelas autoridades moçambicanas na modernização das FA com o apoio dos países socialistas, pode ser enquadrado, por um lado, nos esforços do novo governo de estreitar as relações político-militares com esses países,

tendo em atenção o rumo político que Moçambique seguia. Por outro lado, esta postura encontra justificativa na atitude hostil dos países ocidentais devido ao alinhamento ideológico de Moçambique para o leste, sendo que a modernização das suas Forças Armadas só podia contar com o apoio dos Estados socialistas e de outros países progressistas.

Na prossecução desta estratégia, a União Soviética foi solicitada a prestar apoio ao Governo moçambicano, em 1976, na criação do Estado-Maior das Forças Armadas, no auxílio à formação de oficiais nas escolas superiores na União Soviética e no país com vista a liderarem e comandarem as tropas terrestres, a força aérea e a defesa antiaérea, as forças navais e de guarda-fronteiras (MILHAZES, 2007). “Outros moçambicanos foram enviados, entre 1977 e 1980, para a Bulgária, Cuba, Hungria, e República Democrática Alemã, a fim de receberem formação militar compatível” (COELHO *et al.*, 2005 p. 183).

Entre 1977 e 1980, quadros do novo exército frequentaram cursos não só na URSS, mas também em Cuba, Bulgária, Hungria, e República Democrática Alemã, e ainda em Boane e Nampula, no país. Era necessária uma nova fonte de recursos humanos, para além dos guerrilheiros, que alimentasse a estrutura. O governo decidiu, na altura, o estabelecimento de um exército composto por cinco brigadas de infantaria, uma das quais de tanques, e algumas unidades de artilharia pesada (COELHO; MACARINGUE, 2002 p. 52).

Ao nível interno foram também criadas condições para a formação de oficiais e especialistas técnicos num curto espaço de tempo das quais se realçam, a abertura da Escola Militar de Nampula, o Centro de Treino de Nacala, o Centro de Instrução de Tropas de Guarda-Fronteiras na Beira e a Escola de Condução de Maputo. Os primeiros cadetes da Escola Militar de Nampula receberam a sua graduação no início de 1982 (MILHAZES, 2007).

Os pilotos moçambicanos que receberam instrução na União Soviética, aperfeiçoaram a perícia militar sob a direcção de instructores soviéticos experientes na base aérea de Nacala, tendo em 1985 formado uma esquadrilha de Mig-21 e um Batalhão de desembarque aéreo, sob orientação de oficiais pára-quedistas soviéticos. Na fase difícil da independência de Moçambique, os soviéticos, ajudaram a criar uma base de ensino e material. Para além de terem ministrado aulas e assistência técnica, conduziram exercícios de desembarque aéreo e tiro.

Em 1982, o governo concluiu que a reorganização militar de 1980 não se adequava à nova situação militar. Consequentemente, teve lugar uma nova reorganização das Forças Armadas, que levou à criação de dez comandos militares provinciais semi-autónomos. Os respectivos comandantes vinham em segundo lugar na ordem hierárquica da estrutura política e administrativa provincial, como parte das medidas destinadas a tornar o esforço de guerra coeso nas províncias. Além disso, considerava-se que a introdução de comandos provinciais libertaria as tropas regulares da tarefa de protecção dos objectos económicos e da população, reservando-as para a luta contra os guerrilheiros, além de resolverem parte do



problema ao atenuarem a pressão sobre o esquema central de logística e planeamento (MILHAZES, 2007, p. 55).

Saranga (2011, p. 11), afiança que durante o período que antecedeu o AGP, a formação externa foi dominada pela influência soviética, por ter sido este país a preparar os oficiais das Forças Armadas. Mesmo a Escola Militar em Nampula, incluía docentes soviéticos. Portanto, é de reconhecer que a formação de oficiais para as FAM/FPLM nos países amigos como foi caso da União soviética, Cuba, China etc., teve uma contribuição valiosa para a modernização das FAM/FPLM. Saranga entende ainda que “a Escola Militar de Nampula, Marechal Samora Machel, foi fundada em outubro de 1978, como produto das exigências da conjuntura daquele período com a finalidade de formar quadros para as Forças Armadas de Moçambique” (SARANGA, 2011, p. 12).

A qualidade das FADM foi afectada, desde início da sua constituição, pelo facto de não se ter prestado muita atenção à questão de formação dada aos oficiais seniores e gerais, sujeitos à integração. Os critérios tais como qualificação académica, técnica militar ou de anos de experiência foram simplesmente negligenciados com o receio de reacender o conflito (HONWANA, et, al. 1999, p. 161).

Portanto, daqui pode-se concluir que, tendo em atenção os processos de modernização das FA analisados neste subcapítulo, é lícito considerar que a organização do Exército moçambicano seguiu o modelo soviético, pois foi este país que demonstrou maior envolvimento através de acções de apoio na criação dos estabelecimentos de ensino militar; formação de oficiais nas esferas de comando e liderança; criação dos diferentes ramos do exército, de Brigadas e dos Comandos Provinciais; fornecimento de equipamentos militares para o apetrechamento dos diferentes ramos das FA, entre outros.

## 5.5 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE POLÍTICO REGIONAL, 1975-1983

No período característico da Guerra Fria, sobretudo ao longo do período aqui indicado, a região da África Austral foi caracterizada pela prevalência de um ambiente de conflitualidade, posto que existia uma confrontação aberta e directa entre os regimes de segregação racial e os Estados da Linha da Frente, posteriormente, SADCC. Esse confronto era caracterizado, por um lado, por acções de desestabilização militar desses regimes contra Estados vizinhos, por outro, por operações militares dos movimentos de guerrilha apoiados por governos dos ELF hostis a esses regimes. Segundo Silva (2017), isto significa que, se por um lado os Estados da Linha da Frente apoiavam os movimentos de libertação que lutavam

pela mudança do *status quo* e da ordem regional vigente, por outro, os regimes racistas da Rodésia e da África do Sul apoiavam grupos de dissidentes políticos através dos quais procuravam preservar essa mesma ordem e esse mesmo *status quo* regional.

Durante muitos anos, a análise da situação de Segurança na África Austral tem sido feita em termos da superioridade militar da África do Sul e das suas agressões contra os países vizinhos. Ao mesmo tempo, essa imagem oculta o facto de que sob a assimetria militar, existe uma ameaça mais complexa, em que os ELF têm representado uma ameaça muito maior contra a Segurança da África do Sul. Do lado sul-africano, esta ameaça foi percebida como muito mais séria do que a interpretação feita pelos dirigentes da Linha da Frente sobre a ameaça dirigida aos seus países (ABRAHAMSSON, 1998, p.312-314).

As constatações de Abrahamsson levam à conclusão de que no Complexo de Segurança da África Austral, encontravam-se duas ameaças, sendo cada uma delas baseada nos seus fundamentos ideológicos. Por um lado, existia o receio dos países da região de ficarem subordinados a uma África do Sul dominada por uma política do *apartheid*. Por outro, a população (branca) sul-africana via os países vizinhos a transformarem-se em regimes de maioria negra. Esta situação propiciou a criação de duas estratégias diametralmente opostas: por um lado a CONSAS, formada pela África do Sul, e por outro, a SADCC, concebida pelos ELF. Portanto, e de acordo com Jamine (2009), a tensão entre o regime do *apartheid* e os países recém-independentes da África Austral, criou um Complexo Regional de Segurança de carácter conflituoso. A ordem sistémica regional centrada na África do Sul começou a ser desafiada com a emergência de novos Estados, segundo observa Silva (2017).

A presença de potências externas na região, particularmente dos Estados Unidos, em aliança estratégica com o regime do *apartheid* (através da política conhecida como *Engajamento Construtivo*), constituiu um factor de instabilidade entre este regime e os restantes Estados da África Austral. A criação dos ELF e da SADCC nos anos 80, foi uma estratégia encontrada pelos Estados da região para, respectivamente, coordenar as políticas de luta anti-*apartheid* e de aliviar a sua dependência económica em relação a África do Sul e ao resto do mundo.

### **5.5.1 Construção das Forças Armadas, 1975 - 1992**

No período entre 1975 e 1992, são identificados cinco períodos que caracterizam os momentos de evolução das FAM. Esta periodização descreve a dinâmica de formação e consolidação das Forças Armadas do novo Estado, mas sem estas abdicarem de continuar

honrando as suas tradicionais tarefas de defesa militar da soberania e integridade territorial do Estado moçambicano, no decurso da guerra contra a RENAMO e contra as agressões militares externas desencadeadas pela Rodésia e pela África do Sul. Nos parágrafos que se seguem, são apresentados os aspectos considerados importantes de cada período.

O primeiro período tem início em 1975 com o surgimento de Moçambique como um novo Estado, e termina em 1977 com a criação dos vários ramos das Forças Armadas designadamente: Exército, Tropas de Guarda-Fronteira, Força Aérea e Defesa Anti-Aérea, Marinha de Guerra<sup>8</sup>. A FRELIMO proclama-se constitucionalmente como força dirigente do Estado e da sociedade, e define a via socialista como um modelo de desenvolvimento a ser seguido por Moçambique. Nos termos definidos pela constituição, as FPLM passam a pertencer ao Partido FRELIMO onde também exercem actividades políticas.

O segundo período inicia no ano de 1977 e termina em 1981. Constitui principal marco deste período a formação das FAM-FPLM, em Setembro de 1980, como resultado do crescimento organizativo e qualitativo da instituição militar (JORNAL NOTÍCIAS, 1986, p. 3). Foi neste período que foram introduzidas as patentes militares<sup>9</sup>. De acordo com o relatório em apreço, foi também neste período que se procedeu à criação de oito Brigadas de Infantaria Motorizada (BRIM), as quais foram distribuídas pelos principais pontos estratégicos do país. Segundo observa Macie (2019), foi também desencadeada uma campanha de formação de oficiais e sargentos das FPLM dentro e fora de Moçambique, com destaque para os países da Europa oriental, e na Escola Militar Marechal Samora Moisés Machel, na Província de Nampula, criada em 1978 com assessoria técnica da União Soviética (LAPUCHEQUE, 2016, p. 68).

O terceiro período, que se estende entre 1981 e 1986, corresponde a fase de criação dos Comandos Provinciais e constituição das Forças Locais que passaram a assumir múltiplas funções em coordenação com as unidades regulares das Forças Armadas. Entre as funções aqui referidas, merecem destaque: o combate directo contra a RENAMO; a protecção das vias de circulação de pessoas e bens; a defesa de agregados populacionais, infra-estruturas económicas e sociais. Ainda de acordo com o Jornal Notícias, foi instituída, a partir de 1982, a

---

<sup>8</sup> Jornal Notícias de 29 de Julho de 1986, p. 3, em documento intitulado: *Relatório do Governo sobre as Forças Armadas*.

<sup>9</sup> De acordo com o Jornal em citação, o Comité Político Permanente do Partido FRELIMO, atribuiu a patente de Marechal da República ao Presidente Samora Machel, Presidente da República Popular de Moçambique, Presidente do Partido FRELIMO e Comandante-Chefe das Forças Armadas de Moçambique (FPLM). Segundo o Jornal, a atribuição desta patente marcava de forma inequívoca a qualidade de Chefe supremo das FAM-FPLM e reflectia os sentimentos mais profundos de respeito, dedicação e total fidelidade de todos os combatentes.

economia de guerra, a qual requereu uma articulação cada vez mais estreita entre a esfera económica e a esfera militar, procurando reorientar a utilização dos escassos meios financeiros disponíveis. Segundo vaticina Lapucheque (2016, p. 69-71), foi também ao longo deste período que se procedeu ao reequipamento e modernização dos cinco ramos das FAMFPLM, com o armamento adquirido em Portugal, Alemanha Oriental e União Soviética:

- a) Exército;
- b) Força Aérea;
- c) Marinha de Guerra;
- d) Tropas da Defesa Anti-Aérea (TDAA);
- e) Tropas de Guarda-Fronteiras.

O quarto período, que se prolonga entre 1986 e 1992, estão em evidência dois acontecimentos importantes, segundo descreve Macie (2019, p. 114-118):

- a) a aprovação de uma nova Constituição em Novembro de 1990, que abre espaço para a reestruturação das FAM; e
- b) a assinatura do AGP, entre o governo moçambicano e a RENAMO.

A reestruturação aqui referida regista-se do ponto de vista constitucional, pois nos termos da nova constituição, são estabelecidas novas estruturas como a Política Nacional de Defesa e Segurança, o Conselho Nacional de Defesa e Segurança, os órgãos responsáveis pela Política Nacional de Defesa e Segurança, entre outras.

A quinta e última fase corresponde ao período imediato do pós-AGP, até à formação do novo exército, em 1994 (MACIE, 2019, p. 125-128). No âmbito da delimitação temporal desta pesquisa, explica-se que a inclusão do ano de 1994, justifica-se pela necessidade de analisar a futura organização, estrutura e composição das novas FADM (Forças Armadas de Defesa de Moçambique). Importa também esclarecer que a inclusão do ano de 1994, surge pelo facto de corresponder ao novo figurino político moçambicano, que emerge do carácter despartidário das novas Forças Armadas, à luz do AGP.

Os cinco períodos aqui analisados, permitem aferir que as Forças Armadas de Moçambique conheceram um desenvolvimento significativo derivado da necessidade de responder aos desafios impostos pela própria conjuntura interna, regional e internacional. A criação de escolas de formação, conjugada com a criação dos diferentes ramos do exército e a aquisição dos respectivos armamentos, conferiram ao exército moçambicano uma capacidade combativa, o que o permitiu fazer face ao clima de guerra. Sobre a construção das Forças

Armadas aqui analisada, Leonardo Simão<sup>10</sup> afirma de maneira categórica que “a estruturação do exército nunca foi concluída devido a guerra e a crise económica. Para fazer face a guerra, foi adquirido armamento nos países socialistas a custos muito elevados, mas sem capacidade para a sua manutenção e renovação devido sobretudo a crise económica”.

### **5.5.2 Enquadramento constitucional das Forças Armadas, 1975-1994**

Com o surgimento de Moçambique como um novo Estado, surge a necessidade de enquadramento das Forças Armadas de Moçambique ao novo contexto político nacional, advindo com a aprovação da primeira Constituição em 1975. Na análise do conceito sobre Defesa Nacional e Missão das FPLM, a Constituição em alusão, define como objectivos prioritários do novo Estado a defesa da independência e da unidade nacional.

É adoptado, nesta fase, o conceito de defesa nacional mas de uma maneira mais genérica, cuja finalidade não se resume apenas na defesa do país contra as agressões externas, mas também na manutenção da segurança e ordem interna. Assim sendo, a defesa nacional tem como fundamento a preservação do Estado moçambicano, assente na garantia da sua integridade territorial, da independência e da soberania nacional contra ameaças, sejam elas internas ou externas.

Na análise do conceito de defesa nacional, e de acordo com o postulado por Macie (2019), as FPLM são dirigidas pela FRELIMO com a missão de defesa e consolidação da independência e da unidade nacional. Nos termos definidos pela constituição (nº 1 do art. 5º), as FPLM, para além das missões acima referidas, garantem o normal funcionamento das instituições do Estado e do Partido FRELIMO. Macie afirma ainda que a Constituição estabelece no nº 1º do art. 5º que as FPLM são um dos elementos essenciais do poder do Estado. Na óptica deste autor, a acção e desenvolvimento das FPLM alicerçava-se na direcção política do Partido. O Presidente da FRELIMO, que é por inerência das funções o Presidente da República, exercia as funções de Comandante-Chefe das FPLM, conforme estabelecem os nºs 3º e 4º do art. 5º.

Uma análise substantiva sobre o papel militar da FRELIMO no processo da guerra de libertação de Moçambique, permite aferir que esta é, nos termos dos nºs 1º, 2º e 3º do art. 5º, um movimento político-militar que dirigiu a luta armada contra o poder colonial e entidade que proclamou a independência nacional. No contexto desse papel, constata-se que a

---

<sup>10</sup> Em entrevista realizada no dia 16 de Outubro de 2020, em Maputo. Leonardo Simão é actualmente Director da Fundação Joaquim, foi Ministro da Saúde e Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação no governo do Presidente Joaquim Chissano.

FRELIMO orienta a política externa, dirige todos os processos políticos internos e controla a acção dos órgãos do Estado a todos os níveis, nos termos consagrados pelo art. 3º da constituição.

Conforme foi anteriormente referido, o Presidente da FRELIMO é o Comandante-chefe das FPLM, nos termos do nº 4º do art. 5º e é, por inerência de funções, o Presidente da República, nos termos do art. 47º da Constituição. Assim, e de acordo com o nº 5º do art. 5º, compete ao Presidente da República, na qualidade de Comandante-Chefe das FPLM, nomear e demitir os responsáveis militares no escalão superior. Portanto, denota-se aqui o carácter partidário das FPLM, pois elas estão, do ponto de vista político e ideológico, sujeitas à direcção e orientação do Partido, que se define como a força dirigente do Estado e da Sociedade, dirigindo todos os processos da vida socio-política e económica do país.

Sobre a organização da defesa nacional e das Forças Armadas, Macie (2019), sustenta que as FPLM são responsáveis pela Segurança Interna e Externa no contexto do Estado monolítico e de orientação socialista, tal organização encontrava-se centralizada na figura do Presidente da República, do Partido FRELIMO e Comandante-Chefe das FPLM. Isso equivale dizer, segundo afirma o autor, que os órgãos responsáveis pela Defesa Nacional e Forças Armadas são, em primeira instância, o Presidente da República, que é também o Chefe do Governo e Presidente da Assembleia Popular.

Relativamente à estrutura das Forças Armadas, apesar da Constituição ser omissa nesta matéria existem, segundo observa Albano Macie, órgãos políticos de Defesa Nacional e de direcção das FPLM, que são:

- a) o Presidente da República;
- b) o Comité Central da FRELIMO e;
- c) o governo. Em termos eminentemente militares, merece destaque:
  - a criação do Ministério da Defesa Nacional que garante gestão administrativa dos equipamentos e do pessoal militar;
  - o Estado-Maior-General;
  - os Comandos do Exército, nomeadamente: Comando da Força Aérea, Comando da Marinha e Comando das Forças Terrestres.

Importa referir que, segundo estabelece o órgão oficial do Estado moçambicano (BOLETIM DA REPÚBLICA Nº 15, I Série, de 29 de julho de 1975)<sup>11</sup>, o Ministério da Defesa Nacional foi criado ao abrigo do Decreto nº 1/75, de 27 de Julho, com atribuições

---

específicas de desenvolver, estruturar e organizar as FPLM, devendo estas estar em prontidão combativa permanente para garantir a defesa da independência e da integridade territorial do Estado moçambicano (MACIE, 2019).

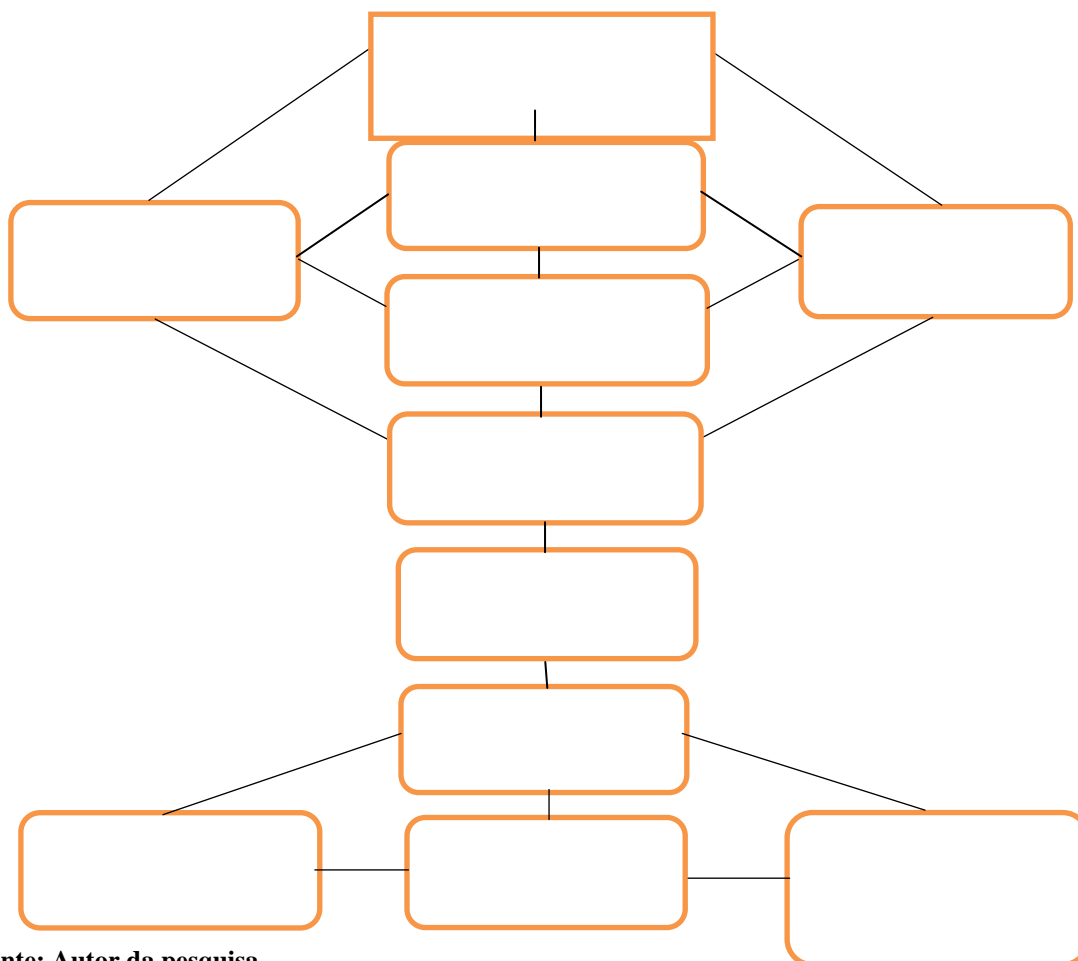
É importante notar que a estrutura e organização das Forças Armadas referida no parágrafo anterior, regista uma evolução significativa, pois emigra de uma estrutura do exército de um movimento de libertação para a de um Estado, isto é, corresponde a uma fase do surgimento de Moçambique como um novo Estado. A criação do Ministério da Defesa Nacional como a entidade responsável pela organização das Forças Armadas, resultou, por conseguinte, na criação dos diferentes ramos do exército por forma a corresponder aos novos desafios impostos, não apenas pelo contexto político regional em que Moçambique surge, mas também pelo papel que as novas Forças Armadas teriam que desempenhar na defesa da Nação contra as ameaças decorrentes do conflito interno movido pela RENAMO e das agressões externas desencadeadas pela Rodésia e pela África do Sul.

Portanto, até aqui foi possível perceber que a Constituição de 1975 reflecte, não apenas a dinâmica da luta de libertação nacional e a inspiração socialista do regime político saído dessa luta, mas também a natureza monopartidária consubstanciada no Partido FRELIMO. Em termos de doutrina militar, a Constituição estabelece que Moçambique é:

- a) pelo desarmamento geral e universal de todos os Estados;
- b) pela transformação do Oceano Índico em zona desnuclearizada e de paz;
- c) pela observância de uma política de paz, só recorrendo à força em caso de legítima defesa art. 24º da Constituição.

Na figura que se segue, é apresentada a estrutura organizacional das Forças Armadas, consubstanciando a descrição feita nos parágrafos precedentes.

**Figura 6 - Representação dos órgãos políticos e militares da Defesa Nacional relativa ao segundo período de evolução das Forças Armadas**



**Fonte: Autor da pesquisa**

No contexto da continuação da guerra de desestabilização militar e da crise económica, o governo moçambicano viu-se na contingência de introduzir, a partir de 1983, reformas políticas e jurídicas que culminaram com a aprovação de uma nova Constituição em Novembro de 1990 e adesão de Moçambique às Instituições Financeiras Internacionais em 1984 (FMI e Banco Mundial) e subsequente introdução do Programa de Reabilitação Económica em 1987.

Na componente das Forças Armadas Macie (2019), afirma que as matérias atinentes à defesa da independência e da unidade nacional que, em 1975 figuravam no n.º 4.º do art. 4.º, na Constituição de 1990 passaram, a constar em apenas duas alíneas: a) e b) do art. 6.º. A Defesa Nacional, que estava omissa na Constituição de 1975, passou a figurar, na Constituição de 1990, em três arts.: 59.º, 60.º e 61.º, onde o primeiro define que a Política de Defesa e Segurança do Estado visa defender a independência, preservar a soberania e integridade do país e garantir o funcionamento normal das instituições e a segurança dos cidadãos. Já o art.



60º estipula que as Forças de Defesa e Segurança (FDS) subordinam-se à Política Nacional de Defesa e Segurança e devem fidelidade à Constituição e à Nação. O art. 61º afirma que os cidadãos são encorajados a participar em organismos de defesa civil para a protecção de infra-estruturas económicas, sociais e da produção.

Daqui deduz-se que a Constituição de 1990 traduz um outro contexto político e ideológico como resultado da conjuntura interna e externa em interacção, que surge, não apenas no âmbito do acordo de 1984 sobre a adesão de Moçambique às Instituições Financeiras Internacionais (FMI e Banco Mundial), em face do abandono da visão marxista do Estado e do desenvolvimento económico, mas também do processo que levaria à assinatura do AGP com a RENAMO em Outubro de 1992. Portanto, esta Constituição constitui um autêntico corte com o passado e abraça o pluralismo político e a economia de mercado como novos valores a partir dos quais a liderança política procura construir os alicerces de um novo Estado diferente daquele que tinha idealizado quando libertou o país.

### **5.5.3 Capacidade militar das Forças Armadas, 1978-1990**

No período da Guerra Fria a definição do inimigo externo era feita segundo critérios ideológicos onde, segundo observa Lapucheque (2019), os países socialistas definiam como seu principal inimigo os países capitalistas, encabeçados pelos Estados Unidos. No sentido inverso, os países capitalistas definiam como seu principal inimigo os países socialistas, à frente dos quais estava a União Soviética. Moçambique, dada a sua orientação ideológica socialista, encontrava-se acoplado no campo socialista e definia como seus principais inimigos o sistema capitalista visto como promotor das desigualdades sociais, o *apartheid* e o racismo. A guerra a que o país esteve sujeito entre 1976 e 1992, esteve inserida nesta lógica global de luta ideológica entre os sistemas capitalista e socialista.

O desencadeamento das agressões militares rodesianas contra Moçambique, a partir de 1976, ocorre numa altura em que as FPLM ainda careciam, para o seu eficaz enfrentamento, de uma preparação militar adequada e de equipamentos de combate apropriados. Apesar desta contrariedade, as FPLM encontravam-se altamente motivadas e puderam enfrentar com determinação as agressões militares rodesianas. No entanto, as persistentes incursões armadas contra a soberania nacional, obrigou o governo moçambicano a reequipar as FPLM com armamento moderno, adquirido essencialmente na União Soviética, país cuja orientação político-ideológica Moçambique seguia.

Autores como Gujamo (2016), Lapucheque (2016) e Macie (2019) explicam que entre 1978 e 1981, as FPLM foram apetrechadas com meios de combate modernos, onde o treinamento militar e organização eram levados a cabo num ambiente de guerra. Por conta deste facto, os exércitos rodesiano, de 1976 a 1980 e sul-africano a partir de 1980, encontraram uma forte resistência das FPLM, que tudo fizeram para defender a integridade territorial do Estado moçambicano. Segundo considera Lapucheque (2016, p. 303), “O governo sul-africano cedo concluiu constituir sério risco a continuidade da guerra envolvendo directamente as suas Forças Armadas, tendo passado essa missão para a RENAMO”.

No que concerne à capacidade militar das Forças Armadas, os autores acima citados, afirmam que no período entre 1978 e 1990, as FAM/FPLM encontravam-se suficientemente equipadas, pois os três ramos, nomeadamente, o *Exército*, a *Força Aérea* e a *Marinha de Guerra* mereceram uma atenção por parte do governo moçambicano, pois apesar de escassos recursos financeiros, tudo fez para garantir aquisições de armamento junto dos países socialistas, em especial a URSS, conforme pode-se observar no quadro que se segue. Estes meios permitiam às Forças Armadas controlar as fronteiras estatais terrestres, os espaços aéreos e marítimo nacionais, detectando as violações à soberania nacional e tomando medidas pertinentes no momento oportuno.

Em paralelo às aquisições do material bélico acima referidas, o governo moçambicano dedicou especial atenção a formação técnica dos militares (praças e oficiais em todos os escalões), a correcta organização das condições logísticas que garantissem o suprimento eficiente a todos os ramos das FAM/FPLM. Dando realce aos estabelecimentos de ensino militar, merece destaque o papel desempenhado pelos Comissários Políticos na transmissão de valores patrióticos e moralização dos militares, inculcando-os uma disciplina militar consciente e rigorosa de modo a cumprirem com dedicação as missões que lhes eram consignadas.

No quadro que a seguir se apresenta, estão descritas as principais aquisições de meios militares de combate feitas pelo governo moçambicano, no período entre 1975 e 1986.

**Quadro 6 - Aquisições de armamentos pelo governo de Moçambique no período entre 1975 e 1986, segundo dados fornecidos pelo SIPRI**

País Fornecedor	País Receptor	Descrição – Tipo de Armamento	Quantidade	Ano Aquisição	Período de Entrega	Observações		
Alemanha Oriental	Moçambique	Tanque T-34-85	160	1977	1977-1980	Em 2ª Mão. Fornecedor: URSS ou outros países do Pacto de Varsóvia.		
		Avião de treino MIG15 UTI	1	1980	1980-1981			
		Avião de combate MIG17 F	12	1980	1980-1981			
Portugal	Moçambique	Aeronave Auster AOP	2	1975		Em 2ª Mão; Entregues na altura da independência		
		Barco de desembarque Alfange	2					
		Embarcação Bangor	1			Em 2ª Mão; Usada como barco de salvamento		
		Aeronave Cessna - 180	4					
		Avião transporte DC-3C 47	5					
		Aeronave DO-27	2					
		Avião de transporte Noratlas	2	Em 2ª Mão; Entregues na altura da independência				
		Avião de transporte Noratlas	4		1975	1975-1976	Em 2ª Mão; modernizados. Entregues na altura da independência	
		Aeronave Cherokee PA-28	4		1975			
		Helicóptero SA316B Alouette	7					
Helicóptero de treino T-6 Texan	12							
União Soviética	Moçambique	Carro de Artilharia BM-21	30	1976	1976-1978	---		
		Blindado de combate e reconhecimento AV BRDM-1	20	1976	1976-1977	Em 2ª Mão		
		Avião de combate MIG-21	8	1976	1976-1977	Provavelmente em 2ª Mão		
		Míssil anti-aéreo Strela-2/SA7	300	1976	1976-1977	---		
		Tanque T-34-85	40	1976	1976-1977	Em 2ª Mão		
		Avião de treino Z-226	7	1976				
		Míssil Anti-Tanque 9M14M/AT-3	300	1977		---		
		Avião de transporte AN-26	2	1977	1977-1978	Inclui funções combativas		
		Carro blindado BTR-152 APC	6	1977		Em 2ª Mão		
		Carro blindado BTR-60 APC	30			Provavelmente em 2ª Mão		
		Peça de Artilharia M30: 122mm	20			Em 2ª Mão		
		Avião de combate MIG-21bis	35			1977	1977-1978	Provavelmente em 2ª Mão
		Helicóptero de transporte MI-T8	15	1978	1978-1982	---		
		Sistema de lançamento de Míssil S-125MSA-3B	3	1978	1978-1979			
		Míssil V-601/SA-3B	100	1978	1978-1979			
		Carro blindado de combate e reconhecimento AV BRDM-1	31	1979	1979-1980	Em 2ª Mão		
		Carro blindado de combate e reconhecimento AV BRDM-2	56	1979	1979-1981			
		Arma anti-tanque BS-3	20	1979				
		Carro blindado BTR-60 APC	60	1979	1981-1986			
		Canhão múltiplo D-30	20	1979			Provavelmente em 2ª Mão	
		Canhão de calibre 52 M-46	24	Em 2ª Mão				
		Avião de transporte AN-26	9				1980	1981-1985
		Carro blindado BTR-152APC	100				1980	1980-1983
		Avião de treino MIG-15 UTI	1				1980	
		Avião de combate MIG-17 F	11				1980	
		Canhão D-30: 122mm	20				1981	
		Tanque T-54	60				1981	1981-1982
		Tanque T-55	50				1982	1982-1983
		Tanque T-55	60				1982	1983-1985
		Artilharia Anti-aérea ZSU-57-2	20				1982	1983-1984
Míssil Anti-aéreo 9K31/SA-9	2	1983	1984					
Helicóptero de combate	12	1983	1984-1985					

País Fornecedor	País Receptor	Descrição – Tipo de Armamento	Quanti	Ano Aquisiç	Período de Entrega	Observações
		MI-24D/Mi-25				---
		Míssil Anti-aérea Strela-1/SA-9	30	1983	1983-1984	
		Barco de patrulha SO-1	2	1984	1984-1985	Em 2ª Mão
		Sistema de Radar P-35/Bar Lock	1	1985	1985-1986	---

Fonte: Adaptado de SIPRI (*Stockholm International Peace Research Institute*).

Como se pode notar, os fornecimentos de Portugal foram feitos em 1975 na altura da independência e estes estavam inseridos no âmbito dos Acordos de Lusaka que estipulavam que o novo governo herdaria, entre outros bens, o arsenal bélico usado na colónia. Dos outros países fornecedores de meios de combate, maior destaque vai para a URSS que aparece como o principal fornecedor ao longo do período aqui assinalado. Por último, surge a Alemanha Oriental (República Democrática Alemã) com fornecimentos modestos que não foram para além de 1981.

O material bélico apresentado no quadro e descrito nos parágrafos anteriores, permite aferir que até 1992, as FAM/FPLM possuíam meios de combate que as permitiam cumprir na íntegra as missões consagradas na constituição, atinentes à defesa da soberania e da unidade territorial do Estado moçambicano. Aliado a isso, constata-se que os militares de todos os escalões dos cinco ramos das Forças Armadas, encontravam-se devidamente treinados e estavam em condições de fazer face aos desafios impostos pela guerra. Importa sublinhar que a prontidão combativa dos cinco ramos do exército, permitiu às FAM/FPLM combater as agressões militares rodesianas e sul-africanas, e contra a REANAMO, numa guerra extremamente violenta que durou até outubro de 1992 com o AGP.

Por outro lado, refira-se que a modernização do exército, não apenas garantiu um mínimo de segurança, sobretudo nas zonas rurais, como também permitiu reforçar a segurança dos centros urbanos, cujas proximidades encontravam-se afectadas pela guerra. É importante enfatizar que o órgão responsável pela segurança interna, sobretudo dos centros urbanos, era a Polícia Popular de Moçambique (PPM). Porém, dada a existência de um ambiente de guerra, as Forças Armadas passaram a apoiar as forças policiais na manutenção da ordem e tranquilidade pública, para evitar que as forças da RENAMO penetrassem nas cidades.

Em paralelo à aquisição dos meios de combate modernos, alguns autores fazem uma apreciação positiva no que concerne às condições logísticas das FAM/FPLM, conforme pode-se testar a partir da citação que se segue:

[...] as FAM/FPLM tinham todas as condições logísticas adequadas e necessárias para os militares cumprirem as suas missões durante a guerra. A alimentação nas condições de campanha, fardamento, tendas, assistência médica e medicamentosa, munições, transporte tanto para as tropas como para a evacuação de mortos e feridos em combate, existiam dentro dos padrões universalmente aceites. Os salários, bem assim os correios militares transportando correspondência dos militares para os seus familiares e destes para aqueles no teatro das operações, chegavam pontualmente aos seus destinatários. Por consequência, os militares combatiam moralizados, [...] (LAPUCHEQUE, 2016, p. 240).

A análise da citação acima permite considerar que, apesar das adversidades conjunturais atinentes à reconstrução de Moçambique e sua inserção nos planos regional e internacional como um novo Estado, o governo conseguiu garantir que o processo de modernização das Forças Armadas fosse acompanhado por uma das componentes importantes para os militares em situação de guerra - a logística. Portanto, a existência do material bélico moderno e das condições logísticas apropriadas, proporcionaram às Forças Armadas uma boa capacidade combativa, facto que as permitiram fazer face ao conflito interno e às agressões militares externas.

No entanto, e de acordo com Macie (2019), regista-se a partir de 1983, o alastramento da guerra para o sul do país, obrigando o governo a dispersar os poucos recursos existentes, tendo a economia ficado seriamente afectada devido a queda dos índices de produção e de produtividade, o que afectou, por conseguinte, as condições logísticas e o desempenho das FAM/FPLM. Por outro lado, os meios de combate dos três ramos das Forças Armadas, directamente envolvidos na guerra, à medida que iam avariando, não tiveram uma reparação adequada e se foram degradando até perderem as suas capacidades combativas, por falta de recursos financeiros, quer para a sua reparação, quer para a compra das respectivas peças sobressalentes no país fabricante. Os poucos meios operacionais que ainda restavam, aquando da implementação do AGP, foram desactivados pela ONUMOZ, entidade que monitorou o AGP, deixando as novas Forças Armadas sem meios para a defesa do país.

#### **5.5.4 Estratégias do governo para lidar com as ameaças da RENAMO e dos regimes de segregação racial da África Austral, 1976-1992**

Após a independência, a estratégia de pôr a actividade diplomática ao serviço da vitória militar, foi reafirmada em 1983 no decurso dos trabalhos do 4º Congresso da FRELIMO, facto que permitiu a assinatura do Acordo de Nkomati com a África do Sul em Março de 1984. Foi no contexto desta estratégia que o governo moçambicano continuou a defender o Acordo de Nkomati mesmo perante evidências da sua violação e fracasso, pois como se sabe,

não concorreu para o fim da guerra, mas permitiu reduzir ataques militares directos da África do Sul contra o território moçambicano.

No âmbito da estratégia diplomática em análise, o Presidente Samora Machel efectuou uma visita ao Malawi em de Outubro de 1984. A visita tinha como objectivo instar o governo deste país a parar de prestar o seu apoio à RENAMO. No contexto dessa visita, Gujamo (2016, p. 113), cita o estadista moçambicano a afirmar que “Moçambique está pronto a considerar os inimigos do Malawi como seus inimigos e agora depende do Malawi considerar ou não os inimigos de Moçambique como seus inimigos”.

Em meados de 1985, o Presidente Samora Machel visitou os Estados Unidos onde teve encontro com o Presidente Ronald Reagan. O estadista moçambicano apresentou ao seu homólogo norte-americano, as provas documentais apreendidas em Gorongosa que confirmavam a continuidade do apoio sul-africano a RENAMO depois da assinatura do Acordo de Nkomati (JORNAL NOTÍCIAS, 1985, dias 23, 24, 27, 28 e 30 de set.)<sup>12</sup>. Ainda de acordo o mesmo Jornal, o governo norte-americano mostrou-se apreensivo pelos factos, tendo prometido fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para encorajar as duas partes a primarem pela via pacífica para a solução de quaisquer que fossem os diferendos. Reagan sublinhou ainda que os Estados Unidos continuariam a desempenhar um papel activo e construtivo para promover a paz e a democracia na África Austral.

A visita do Presidente Machel deu um novo impulso à cooperação entre Moçambique e os Estados Unidos, tanto mais que este país encorajou o governo moçambicano a prosseguir com as reformas económicas em curso desde o ano de 1983. Segundo afirma Gujamo (2016), durante a sua visita aos Estados Unidos, Samora Machel reuniu-se com o Secretário de Estado, George Shultz. No encontro, o Presidente moçambicano sublinhou que os esforços internos com vista a eliminação da RENAMO, deveriam ser complementados a partir de fora uma vez que o movimento rebelde tinha apoios no estrangeiro. George Shultz reconheceu que haviam pessoas nos Estados Unidos que apoiavam a RENAMO, porém, tal não era a posição do governo americano (JORNAL NOTÍCIAS, 1985, dia 23 de Set, p. 1)<sup>13</sup>. Da declaração do Presidente Samora Machel na sua viagem aos Estados Unidos, é possível perceber um aspecto importante: a convicção do governo moçambicano de que a solução para o conflito armado seria somente com a derrota militar da RENAMO.

---

<sup>12</sup> O Jornal faz destaque das visitas que o Estadista moçambicano efectuou aos Estados Unidos, Reino Unido, Itália e Quénia. O périplo por estes países tinha por objectivo pedir o envolvimento dos governos destes países no processo de pacificação de Moçambique mediante cessação do apoio à RENAMO.

<sup>13</sup> O Jornal destaca o encontro entre o Presidente Samora Machel e o Secretário de Estado norte-americano George Schultz.

Depois dos Estados Unidos, o Presidente Samora Machel seguiu viagem para o Reino Unido, onde manteve encontro com a Primeira-ministra britânica Margaret Thatcher (JORNAL NOTÍCIAS, 1985, 27 de Set. p. 1)<sup>14</sup>. Os dois dirigentes não somente abordaram os aspectos de cooperação entre os dois países, mas também a falta do cumprimento do acordo de Nkomati pela contraparte sul-africana. Segundo vaticina Gujamo (2016), a Primeira-ministra britânica mostrou-se apreensiva face a atitude do governo sul-africano em relação ao Acordo de Nkomati. Para além de assumir uma postura contra a RENAMO, o Reino Unido disponibilizou ajuda militar ao governo moçambicano para fazer face ao ambiente de guerra (REVISTA TEMPO Nº 782, 6 de Out de 1985, p. 11.)<sup>15</sup>.

Depois do Reino Unido, o estadista moçambicano seguiu viagem para o Estado de Vaticano onde pretendeu, por um lado, melhorar as tensas relações com a Igreja Católica, por outro, eliminar os possíveis apoios de alguns círculos da Igreja à RENAMO. Gujamo (2016) destaca que da Itália, o estadista moçambicano seguiu viagem para o Quênia onde se encontrou com o Presidente Daniel Arap Moi. Resulta importante explicar que a deslocação para este país estava no contexto da estratégia de cortar as eventuais fontes de apoios à RENAMO a partir deste país. Importa clarificar que o Quênia acolheu muitos dissidentes e exilados políticos moçambicanos na sequência dos conflitos registados no seio da FRELIMO no decurso da guerra de libertação, e na fase que antecedeu a proclamação da independência, em 1974. Segundo adianta Gulamo, com a existência de muitos moçambicanos exilados por questões políticas, o Quênia não somente se tornava uma fonte de recrutamento e de apoio a RENAMO, mas também como um actor influente cuja colaboração poderia contribuir para a pacificação de Moçambique, como viria a se confirmar mais tarde.

Importa salientar que, de acordo com Cristiane da Silva, o relacionamento entre a Igreja Católica em Moçambique e o Estado moçambicano passou por momentos turbulentos ao longo do período que se seguiu à independência nacional. Isso deveu-se:

- a) pelo facto de a Igreja Católica ser acusada de ter estado ao serviço dos interesses do Estado colonial em Moçambique;
- b) a postura crítica assumida pela igreja em relação as decisões políticas do governo no período que se seguiu a independência.

---

<sup>14</sup> O Jornal realça que “o Presidente Samora Machel parte de Washington para Londres, para depois seguir para Roma”.

<sup>15</sup> Em artigo intitulado “Presidente Samora Machel nos Estados Unidos: breve retrospectiva das escalas em Londres, Roma e Nairobi”, o semanário continua fazendo realce aos esforços da diplomacia moçambicana com vista ao fim do conflito armado e ao relançamento económico.

Estes dois factores fizeram com que a Igreja Católica em Moçambique fosse por diversas vezes acusada de assumir um posicionamento político que não agradava a elite política do governo moçambicano (SILVA, 2017, p. 99-101)<sup>16</sup>.

Alguns analistas sustentam que, através da campanha diplomática, o governo moçambicano pretendia o isolamento da RENAMO nos planos regional e internacional, facto que poderia concorrer para a sua derrota militar. Esta visão partia, por um lado, da percepção do governo assente na premissa de que sendo a RENAMO uma força de origem externa a mando de interesses externos, não tinha, ao nível interno, um enraizamento político e social, isto por um lado. Por outro lado, com os *demarches* diplomáticos, o governo pretendia atrair o apoio dos governos ocidentais e de outras instituições que apoiavam ou que poderiam eventualmente vir a apoiar a RENAMO, mormente do sistema político-ideológico escolhido pela liderança do novo Estado no período que se seguiu à independência.

No entanto, até 1986 continuava a tensão entre Moçambique e África do Sul, bem como a intensificação da guerra em território moçambicano. Paralelamente a este facto, a RENAMO intensificou as suas acções armadas em todo o país e a província da Zambézia no centro do país ficou seriamente afectada pela guerra. Neste período, “o governo moçambicano constatou que a RENAMO continuava a usar o território malawiano para a realização das suas incursões armadas em Moçambique, apesar da tentativa de aproximação entre os governos dos dois países iniciada em Outubro de 1984” (GUJAMO, 2016, p. 117).

Face ao comportamento do Malawi em relação ao conflito em Moçambique, no dia 11 de Setembro de 1986, os ELF decidiram confrontar o governo malawiano com um ultimato: “Ou deixa de servir de instrumento da África do Sul na desestabilização de Moçambique, ou corre o risco de ficar totalmente isolado do mundo” Gujamo (2016, p. 117), Revista Tempo N° 780 (1986, 22 de set. p. 24)<sup>17</sup>. Os Países da Linha da Frente afirmaram que a guerra generalizada ameaçava a África Austral e apelaram ao mundo para travar a escalada sul-africana (REVISTA TEMPO N° 784, 1986, p. 2-5)<sup>18</sup>. O Jornal Notícias do dia 12 de

---

<sup>16</sup> É importante recordar que, consubstanciado com a laicidade do Estado prevista nos artigos 19º e 9º das Constituições de 1975 e de 1990, respectivamente, as fricções entre o Estado moçambicano e as confissões religiosas, em especial a Igreja Católica, datam do período da guerra de libertação nacional, tendo-se prolongado até a fase do pós-independência. Nas palavras de Silva (2017, p. 100), o governo moçambicano afirmava que “os missionários nacionais e estrangeiros eram agentes do imperialismo, que intencionavam manobrar os crentes para servir aos interesses dos exploradores”.

<sup>17</sup> A Revista também dá destaque a este facto em artigo intitulado “ultimato a Malawi”.

<sup>18</sup> Em artigo intitulado “guerra generalizada ameaça África Austral: Linha da Frente apela ao mundo para travar a escalada sul-africana”.



Setembro de 1986, p. 1, cita os Chefes de Estado da Linha da Frente a mostrarem o seu desapontamento face ao persistente apoio do Malawi à RENAMO<sup>19</sup>.

Foi na sequência destes desenvolvimentos que em Dezembro de 1986 foram realizadas conversações entre os governos moçambicano e malawiano, onde o Presidente Samora Machel afirmou que o Malawi devia cessar a sua hostilidade contra Moçambique. Através desta aproximação o governo moçambicano pretendia eliminar o apoio malawiano à RENAMO e firmar um acordo de segurança com o Malawi (JORNAL NOTÍCIAS, 1986, dias 12, 13, 15 e 27 de set.)<sup>20</sup>. Nos dias subsequentes os dois países assinaram o acordo de segurança (REVISTA TEMPO Nº 791, 8 de dez. de 1986, p. 2-3)<sup>21</sup>. As autoridades moçambicanas tinham a esperança de que a RENAMO seria eliminada no campo militar, conforme as declarações do Presidente Joaquim Chissano durante a visita efectuada ao Zimbabwe, nos princípios de 1987: “não negociaremos com os bandidos. Temos que combater os bandidos até a vitória” (REVISTA TEMPO Nº 856, 1987, dia 8 de Mar. p. 2)<sup>22</sup>. Este posicionamento foi defendido pelo governo moçambicano até finais de 1988, momento em que os dois protagonistas do conflito já estavam percebendo que a solução do conflito por via militar constituía um objectivo não concretizável.

Em Maio de 1987, o Presidente Chissano efectuou uma visita a Itália onde manteve encontros com as autoridades deste país. De acordo com Gujamo (2016, p. 118), durante a visita, o governo italiano comprometeu-se a prosseguir com o seu apoio ao Programa de Reabilitação Económica em Moçambique. Na audiência que o dirigente moçambicano teve com o Papa João Paulo II, foi analisado o estágio do relacionamento entre a Igreja Católica e o Estado moçambicano, tendo em vista o estabelecimento de relações diplomáticas. Neste

<sup>19</sup> O Jornal em alusão noticia que os Países da Linha da Frente exigem uma nova posição ao Malawi face aos problemas da África Austral e instam este país que abandone o seu engajamento com a política de desestabilização do regime racista e colonialista da África do Sul.

<sup>20</sup> Sobre a tensão político-militar entre Moçambique e Malawi, o Jornal faz uma cronologia dos acontecimentos atinentes à pressão dos ELF sobre o Malawi. No Jornal do dia 13, Zimbabwe e Zâmbia prometem tomar medidas caso o Malawi continue a apoiar a RENAMO. No Jornal do dia 15, o Presidente malawiano reconhece que há bases da RENAMO no Malawi. No Jornal de 27, o Presidente do Malawi aceita a proposta moçambicana de criação de uma comissão mista de alto nível Moçambique/Malawi para tratar de assuntos relacionados com a segurança.

<sup>21</sup> Em artigo intitulado “Malawi deve cessar posição hostil”, apelo feito pelo Presidente Joaquim Chissano nas conversações com a delegação malawiana.

<sup>22</sup> Em artigo intitulado “Não negociaremos com os bandidos armados”, afirmou o Presidente Joaquim Chissano durante a sua visita ao Zimbabwe. O Jornal Notícias de 19 de Agosto de 1987, p. 3, cita o Presidente Joaquim Chissano, a dizer, no fim da sua visita ao Botswana, que “está completamente posta de parte qualquer hipótese de diálogo entre o nosso governo e a RENAMO que actua no nosso país a soldo do regime do *apartheid*”. O Jornal Notícia de 21 de Dezembro de 1988, p. 1, cita também o Presidente Joaquim Chissano, na abertura da 5ª Sessão da Assembleia Popular, a reiterar mais uma vez a posição do governo em não dialogar com a RENAMO. “Perguntamos ao povo se podíamos ou não conversar com os BA’s (Bandidos Armados) e a resposta foi sempre um forte *Não*. Um *não* dito com o ódio ao banditismo armado estampado no rosto dos que respondiam. Portanto, o povo não está disposto e nem nos permite conversar com os assassinos”.

encontro, Chissano renovou o convite ao líder da Igreja Católica para visitar Moçambique. Gujamo acrescenta ainda que em Maio de 1987, o Presidente Chissano visitou o Reino Unido, onde foi recebido pela Primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher, que anunciou apoio suplementar a Moçambique no valor de 15. 000 000 de Libras. A dirigente britânica comprometeu-se a tudo fazer para pressionar o governo sul-africano de modo a deixar de prestar o seu apoio a RENAMO. O Presidente Chissano solicitou ao governo britânico para que incrementasse a sua assistência logística na guerra contra a RENAMO, num momento em que uma equipa técnica de militares britânicos estava treinando oficiais moçambicanos no Zimbabwe e outros numa academia militar britânica. Após a visita de Chissano ao Reino Unido, a Secretária britânica dos Negócios Estrangeiros, deslocou-se a Moçambique onde reiterou o apoio militar britânico ao país (REVISTA TEMPO Nº 867, 1987, de 24 de Mai. p. 4-5)<sup>23</sup>.

Descrevendo as estratégias implementadas pelo governo para combater a RENAMO, deve-se dizer em primeiro lugar que, no âmbito do incumprimento do Acordo de Nkomati pelo governo sul-africano, o governo moçambicano decidiu criar um canal permanente de diálogo com as autoridades sul-africanas. Esta iniciativa justifica-se a partir da convicção que a liderança tinha assente na premissa de que uma vitória militar sobre o movimento rebelde seria conseguida através da eliminação das fontes externas da sua sustentação por meio da actividade diplomática.

Assim, segundo assinala o Jornal Notícias de 12 de Outubro de 1985, pouco tempo depois do Presidente Machel visitar os Estados Unidos, as delegações moçambicana e sul-africana mantiveram um encontro em Komatiport (África do Sul), antecedido de um outro havido no dia 11 entre as duas partes, em Maputo. Portanto, a violação do Acordo de Nkomati e a pertinência do seu cumprimento constituíram principais pontos da agenda nas discussões entre as duas partes.

Porém, enquanto o governo moçambicano desenvolvia esforços no sentido de eliminar militarmente a RENAMO, esta iniciou em 1986, uma grande ofensiva militar na Província da Zambézia a partir do Malawi, a qual consistiu em ocupações temporárias de uma série de sedes distritais ao longo do rio Zambézia e em direcção a costa (NILSSON, 2011, p. 89-90).

A ofensiva militar da RENAMO na Zambézia veio, segundo Nilsson, a ter repercussões diplomáticas, quando o Presidente Samora Machel “ameaçou publicamente invadir o Malawi

---

<sup>23</sup> Em artigo intitulado “Encontro com Margaret Thatcher”. O Jornal noticia que o Presidente Joaquim Chissano efectuou de 5 a 13 de Maio, um périplo que o levou sucessivamente à Itália, Vaticano, Reino Unido e Cabo Verde.

para cessar de servir de base logística da RENAMO” (NILSSON, 2011, p. 89). Importa fundamentar que a ofensiva militar da RENAMO provocou uma enorme preocupação no seio da elite governativa do país, pois esta receava que o movimento rebelde ocupasse a cidade capital provincial (Quelimane) e dividisse o país, facto que o governo moçambicano procurava evitar a todo o custo. Face a deterioração da situação de segurança em todo o país, o Presidente Joaquim Chissano manteve contactos com os países da região com vista à obtenção da ajuda militar (JORNAL NOTÍCIAS, 1988, 2 de Fev. p. 1)<sup>24</sup>.

No contexto desses contactos, e de acordo com Gujamo (2016, p. 122), em Janeiro de 1987, Chissano visitou o Zimbabwe onde reuniu-se com Robert Mugabe. Os dois líderes reafirmaram a necessidade de continuarem a combater conjuntamente os rebeldes da RENAMO. Em Março do mesmo ano, o Presidente moçambicano anunciou que os soldados tanzanianos tinham começado a chegar a Moçambique para participarem no combate contra as forças da RENAMO. A Revista Tempo N° 857 (1987, p. 9), cita o estadista moçambicano a a anunciar na imprensa internacional que “soldados tanzanianos já começaram a chegar a Moçambique para participar no combate aos bandidos armados que instabilizam o nosso país”. O líder moçambicano afirmou que a participação tanzaniana iria acelerar o fim do movimento rebelde em Moçambique. Igualmente, o estadista moçambicano sublinhou que outros países, nomeadamente, a Zâmbia e o Botswana, Estados da Linha da Frente, já tinham manifestado o seu desejo de apoiar Moçambique na luta contra a RENAMO.

É importante recordar que a disponibilidade dos Estados da Linha da Frente em apoiar Moçambique na guerra contra a RENAMO estava, por um lado, inserida no princípio de defesa colectiva, que estabelecia que um ataque militar contra um Estado membro, significava um ataque a todos. Por outro lado, e no contexto deste princípio, os ELF alimentavam o entendimento de que, pelo efeito *spillover*, a insegurança de Moçambique acabaria produzindo reflexos negativos na segurança dos outros Estados da região. Deste modo, o apoio militar a Moçambique era crucial para o alcance da paz e estabilidade, não apenas para Moçambique, mas para toda a região da África Austral.

Deve-se acrescentar também que na sequência dos contactos estabelecidos pelo Presidente Joaquim Chissano com os líderes dos ELF, “o Zimbabwe e a Tanzânia prestaram o

---

<sup>24</sup> Em artigo intitulado “a agressão sul-africana concentra-se no sul”, o Presidente Joaquim Chissano afirma que um ano após o fracasso da RENAMO no vale do Zambeze, regista-se a transferência do epicentro da agressão sul-africana a Moçambique através da RENAMO para o sul do país. O Jornal acrescenta que as acções terroristas da RENAMO nas Províncias de Inhambane, de Maputo e Gaza, com maior incidência para esta última, atingiram grandes proporções nos últimos meses.

seu apoio ao governo moçambicano na recuperação dos distritos e vilas sob controlo da RENAMO na Província da Zambézia” (GUJAMO, 2016, p. 122).

Como se pode depreender, constata-se que no âmbito das operações conjuntas acima referidas, registaram-se em 1987 vitórias significativas do exército governamental e derrotas expressivas das tropas da RENAMO. No entanto, a guerra não chegou ao fim, pois as acções da RENAMO continuaram muito activas em todo o território nacional, facto que colocava à prova a possibilidade de uma solução militar para o conflito.

“A campanha diplomática levada a cabo por Samora Machel e mantida por Joaquim Chissano, permitiu conquistar simpatias do ocidente relativamente ao governo de Moçambique e a redução bastante significativa da acção da RENAMO no contexto político regional e internacional” (GUJAMO, 2016, p. 122).

É importante reconhecer que a campanha diplomática levada a cabo pelo governo de Moçambique junto dos governos ocidentais, revelou-se bastante frutífera na medida em que permitiu convencer esses governos no sentido de prestarem a sua ajuda ao processo de pacificação de Moçambique. De forma particular e através da Política de Engajamento Construtivo, os Estados Unidos evidenciaram o seu maior empenho no processo, seja influenciando os outros países ocidentais a cortarem o seu apoio a RENAMO, seja instando os protagonistas do conflito a priorizarem o diálogo para o alcance da paz (REVISTA TEMPO Nº 933, 1988, 28 de ag. de 1988, p. 2)<sup>25</sup>.

Até princípios de 1987, a RENAMO continuava a ter sucessos no campo militar e alguns analistas associam esse ganho a vários factores, dos quais se destacam:

- a) a posse de um sistema de rádio muito potente disponibilizado pela África do Sul;
- b) os guerrilheiros da RENAMO estavam mais motivados do que o exército governamental que enfrentava dificuldades de várias ordens, com destaque para os problemas logísticos;
- c) o recrutamento desordenado de jovens para o serviço militar e sua permanência no exército fora do tempo oficialmente estabelecido.

É importante salientar que, apesar das adversidades apontadas no parágrafo anterior, aliadas à intensificação da agressão militar sul-africana e das acções armadas da RENAMO, o governo moçambicano continuou determinado a suportar todo o tipo de dificuldades e

---

<sup>25</sup> Em artigo intitulado “Congresso americano preocupado com o apoio sul-africano aos Bandidos Armados”, o semanário cita o Senador Democrata Paul Simon a admitir que poderá recomendar ao seu Governo a assistência militar a Moçambique, concretamente para as áreas de blindagem para camiões de transporte de mercadorias com vista à sua protecção. O Jornal Notícias de 23 de Agosto de 1988, p. 1, cita o mesmo senador a dizer que o apoio sul-africano à RENAMO preocupava o Congresso norte-americano.

sacrifícios para continuar com a guerra. Essa determinação fez com que a partir de meados de 1987, o exército governamental conseguisse recuperar a iniciativa militar, justificada pela reocupação de algumas posições militares em vários pontos do país, devido sobretudo ao apoio dos exércitos zimbabweano e tanzaniano. Estes desenvolvimentos levam a considerar que, se a RENAMO apostava na solução militar para o alcance dos seus objectivos políticos e militares, o sucesso militar do exército moçambicano a partir de finais de 1987 começou a desfazer essa crença, pois como será substancialmente analisado mais adiante, as duas partes começaram a encarar o diálogo como a única solução para o conflito. Como resultado da ampla campanha diplomática desencadeada pelo governo de Moçambique, a RENAMO ficou isolada ao nível internacional, perdeu importantes alianças a favor do governo moçambicano. Segundo afirma Gujamo (2016, p. 124), com a celebração do acordo de segurança entre Moçambique e Malawi em Dezembro de 1986, a RENAMO deixou de receber o apoio a partir do território malawiano, facto que concorreu para o seu isolamento ao nível regional.

Aliado às constatações acima, Rufino Gujamo salienta ainda que as transformações no cenário político internacional que se registavam no final da década de 1980, com destaque para:

- a) as mudanças políticas na União Soviética em finais dos anos 80,
- b) a redução do apoio da África do Sul à RENAMO;
- c) o encontro entre as lideranças dos governos de Moçambique e da África do Sul, realizado em Setembro de 1988, em Songo, na Província moçambicana de Tete, seguido de um acordo entre Moçambique, Portugal e África do Sul para a reconstrução da linha de transporte de energia de alta tensão da Barragem de Cahora Bassa para o território sul-africano, contribuíram para o maior isolamento da RENAMO ao nível regional Gujamo (2016, p. 124). O Jornal Notícias (1988, 12 de set. p. 1), fala desse encontro e cita fontes oficiais moçambicanas a afirmarem que tal encontro se inseria no espírito do acordo de Nkomati assinado entre os dois países em Março de 1984.

Deve-se assinalar que as transformações internacionais referidas no parágrafo anterior, produziram reflexos significativos na região da África Austral que se traduziram na prossecução dos esforços de pacificação de Angola e Moçambique. Na sequência dessas mudanças, (GUJAMO 2016, P. 124), considera que “os acordos de Nova Iorque assinados em 1988, tendo em vista a independência da Namíbia, sinalizavam a possibilidade do governo sul-africano abandonar o apoio à UNITA e à RENAMO.”

É importante salientar que apesar da actividade diplomática empreendida pelo governo moçambicano ter resultado no isolamento da RENAMO nos contextos regional e internacional, as ofensivas militares desencadeadas em simultâneo não concorreram, como era de esperar, para a eliminação desta organização, e muito menos reduzir as suas operações militares. No mesmo contexto, a lei da amnistia (Lei nº 14/87 de 19 de Dezembro), aprovada pelo parlamento em Dezembro de 1987, destinada a encorajar a abandono de moçambicanos das fileiras da RENAMO, redundaram num fracasso, pois a guerra continuou e com muita intensidade um pouco por todo o país. Importa também realçar que foi no contexto de continuação da guerra que foi criada a Lei nº 17/87 de 21 de Dezembro (Lei dos Crimes Militares), que concedia amnistia aos cidadãos que tinham cometido crimes contra a Segurança do Estado.

A continuação da guerra e as dificuldades do exército governamental em proporcionar um ambiente de segurança, comprometia a credibilidade e a legitimidade do governo. Assim, para a liderança do Estado moçambicano, tornava imperioso encontrar uma solução para o fim do conflito, posto que a opção militar tornava-se improcedente (ROCCA, 2016, p. 126). No mesmo contexto e, derivado do isolamento regional e internacional, a liderança da RENAMO também apostou na necessidade de encontrar uma solução para o conflito por via do diálogo.

Neste subcapítulo foi possível perceber que a campanha diplomática desencadeada pelo governo moçambicano, concorreu para o isolamento da RENAMO nos planos regional e internacional. O Jornal Notícias (1987, 27 de jul. p. 1), em artigo intitulado *luta diplomática vai ser intensificada*, cita o Presidente Joaquim Chissano a dizer que o sistema do *apartheid*, a colonização da Namíbia e a desestabilização de Pretória contra países vizinhos são três questões que nunca poderão ser tratadas em separado. “Constituem uma e a mesma questão e não se relega nenhum problema para um segundo plano”. Inclusive os apoios sul-africanos à RENAMO reduziram, principalmente após o Acordo de Nkomati. Por outro lado, a campanha diplomática levada a cabo pelo governo de Moçambique, permitiu contrapor as acções militares deste movimento, reduzindo o leque de inimigos e alargando o dos parceiros de cooperação.

Deve-se reconhecer também que a campanha diplomática levada a cabo pelo governo de Moçambique junto dos governos ocidentais, revelou-se bastante frutífera na medida em que permitiu convencer esses governos no sentido de prestarem a sua ajuda ao processo de pacificação de Moçambique. De forma particular e através da Política de Engajamento

Construtivo, os Estados Unidos evidenciaram o seu maior empenho no processo, seja influenciando os outros países ocidentais a cortarem o seu apoio a RENAMO, seja instando os protagonistas do conflito a priorizarem o diálogo para o alcance da paz.

O outro elemento importante que mereceu destaque está ligado à percepção de que o governo moçambicano sempre encarou a actividade diplomática como a única via para se alcançar a paz, tanto para Moçambique quanto para a África Austral como um todo. A ligação entre segurança em Moçambique e estabilidade da região, derivava do pensamento de que o país nunca estaria plenamente seguro enquanto prevalecerem factores de conflitualidade regional. Assim, o desmantelamento do sistema do *apartheid* e a independência da Namíbia constituíam passos decisivos para a paz e estabilidade, não apenas em Moçambique, mas em toda a região da África Austral.

### **5.5.5 Estratégia militar das Forças Armadas, 1976-1992**

No subcapítulo 1.2.1 foi referido que os conceitos de Política de Defesa Nacional, Política de Defesa, Planeamento de Defesa ou Estratégia de Defesa, são usados de forma a significarem quase a mesma coisa. Foi também sublinhado que é na esfera de Defesa Nacional que são articulados tanto os Interesses Nacionais, os Objectivos Nacionais, bem como os meios (militares, políticos, económicos e sociais) que devem ser usados para a sua prossecução e protecção.

Até aqui o estudo permitiu perceber que o governo moçambicano conseguiu fazer face ao ambiente de guerra imposto pela RENAMO e pelos regimes de segregação racial da África Austral, graças à determinação da liderança que tudo fez para defender a unidade territorial do Estado moçambicano e a soberania. Sobre este facto, Jacinto Veloso argumenta que

Nós, como governo conseguimos resistir ao conflito porque, para além da nossa determinação de tudo fazermos para vencer a guerra, estávamos a defender o Interesse Nacional ligado à nossa sobrevivência como Estado. [...] o acordo de Nkomati foi uma estratégia que visava evitar a ocupação do nosso país pelo exército sul-africano. [...], porque estávamos cientes que não tínhamos capacidade para enfrentar o poder militar da África do Sul<sup>26</sup>.

Quanto as ameaças à Segurança Nacional, alguns dos entrevistados convergem na ideia de que o conflito interno e as agressões militares externas constituíram grandes perigos à

---

<sup>26</sup> Entrevista realizada no dia 23 de Outubro de 2020, em Maputo. Como se disse nas páginas precedentes, Jacinto Veloso é um General na reserva, foi combatente da luta de libertação nacional e desempenhou o cargo de Ministro da Segurança do Estado no governo do Presidente Samora Machel, entre 1975 e 1985. Em 1984 foi designado pelo governo para negociar o acordo de Nkomati com o governo sul-africano.

nação moçambicana. Um dos entrevistados que solicitou anonimato<sup>27</sup>, assegurou que “face a esta situação de insegurança, nós identificamos o Interesse Nacional Estratégico que se circunscrevia na manutenção da unidade territorial de Moçambique, sobretudo quando nos apercebemos das pretensões da RENAMO de dividir o país a partir da Província da Zambézia”<sup>28</sup>. O entrevistado acrescenta que “foram identificados os Objectivos Militares Nacionais que determinavam as missões militares, nomeadamente, a defesa do território nacional, tendo esta missão sido executada com sucesso pelas Forças Armadas”.

Ainda sobre os perigos à Segurança Nacional, Raimundo Pachinuapa, afirma que

Depois da independência, a Estratégia Militar Nacional identificava como maiores perigos que ameaçavam os Interesses Nacionais as agressões militares externas e o conflito interno desencadeado pela RENAMO. Portanto, a guerra representava uma ameaça maior, porque colocava em causa a Segurança Nacional e consequentemente, a nossa sobrevivência como nação<sup>29</sup>.

Um outro entrevistado que também pediu anonimato, centrou a sua análise naquilo que considerou de *lacuna jurídica*, entre 1975 e 1994, justificada, segundo argumentou, pela ausência de uma lei específica que definisse claramente as responsabilidades e as missões das Forças Armadas, tanto em tempo de guerra quanto em tempo de paz. Apesar desta lacuna, o entrevistado assegurou que as Forças Armadas cumpriram na plenitude os objectivos nacionais atinentes à defesa da independência, da soberania e da integridade territorial do Estado moçambicano. Na óptica deste entrevistado,

A inexistência de uma lei militar específica<sup>30</sup> reguladora da Política Nacional de Defesa e Segurança, impôs uma lacuna, primeiro em termos da vinculação das Forças Armadas a um ciclo permanente de Planeamento Estratégico e da definição de um Conceito Estratégico de Defesa Nacional; segundo, da definição de um conceito Estratégico Militar; e terceiro, da definição da Missão das Forças Armadas<sup>31</sup>.

<sup>27</sup> Entrevista realizada no dia 02 de Outubro de 2020, em Maputo. Este é um General na reserva, foi combatente da luta armada de libertação nacional e desempenhou cargos de destaque ao nível do governo central, entre 1977 e 1988.

<sup>28</sup> Importa recordar que a ofensiva militar da RENAMO na Província da Zambézia foi feita com o colaboracionismo do Malawi, pois este país facilitou a instalação de bases militares da RENAMO no seu território, que incluía apoio militar e logístico ao movimento rebelde. Esta atitude mereceu condenação dos ELF que ameaçaram cortar as ligações externas do Malawi caso persistisse em hostilizar Moçambique.

<sup>29</sup> Entrevista concedida no dia 27 de Outubro de 2020, em Maputo. Raimundo Pachinuapa foi combatente da luta armada de libertação nacional, é General na reserva e foi Governador da Província de Cabo Delgado, de 1975 a 1980.

<sup>30</sup> Deve-se sublinhar que a legislação reguladora da Política Nacional de Defesa e Segurança só foi aprovada pelo governo moçambicano em 1997 através da Lei N° 18/97, de 01 de Outubro, conhecida como Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas.

<sup>31</sup> Entrevista realizada no dia 06 de Outubro de 2020, em Maputo, com um oficial superior das Forças Armadas na reserva, que solicitou o anonimato. Este oficial foi combatente da luta armada de libertação nacional e da guerra dos dezasseis anos. Desempenhou funções importantes nas Forças Armadas, entre 1980 e 1990.



Em termos de Estratégia Militar observada durante a guerra, Jacinto Veloso<sup>32</sup> fala da existência de um Comando Militar Conjunto (CMC) que congregava as três Forças de Defesa e Segurança (FDS) - Forças Armadas, Polícia Popular de Moçambique (PPM)<sup>33</sup> e o Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP). Estas cumpriram de forma combinada as missões operacionais, sob o comando do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, nos termos do poder conferido pelo Presidente da República, na qualidade de Comandante-Chefe das FDS.

Jacinto Veloso acrescenta que nos termos do Comando Militar Conjunto, havia a participação da PPM e do SNASP na guerra, lutando juntamente com as Forças Armadas sob o Comando Operacional do Chefe do Estado-Maior General das FAMFPLM. “O enquadramento da PPM e dos membros do SNASP no teatro das operações, visava enfrentar eficazmente as forças da RENAMO”.

O entrevistado termina acrescentando que o ambiente de conflitualidade imposto pela acção desestabilizadora interna e externa, demandou que fossem determinadas as missões militares que deveriam ser executadas pelo CMC do Estado-Maior General das Forças Armadas, a fim de assegurar o alcance dos Objectivos Nacionais de Defesa.

Manjate (2013, p. 36-40), fala de três estratégias militares definidas pela liderança militar para fazer face a guerra contra as forças da RENAMO e as agressões militares externas:

A primeira estratégia baseou-se em manter uma doutrina de guerrilha para a guerra contra a Rodésia e treinar o ANC. Esta estratégia foi dividida em duas sub-doutrinas: a primeira preconizava que o inimigo deveria ser combatido na floresta, pois nesta, pequenos grupos podem operar e se retirarem sem baixas e também podem contar com o apoio das massas. A segunda doutrina preconizava que o inimigo deveria ser enfrentado nas zonas urbanas, pois nas zonas urbanas é difícil operar, devido ao maior controlo das forças de segurança;

Um olhar sobre as duas subdoutrinas relativas a primeira estratégia, infere para a percepção de que, tendo em atenção o tipo de incursões militares desencadeadas pelo exército rodeiano (bombardeamentos a vilas e povoados das zonas rurais e a infraestruturas económicas em áreas próximas da fronteira com a Rodésia), é caso para realçar a sua praticabilidade operacional e eficácia. O resultado disso prende-se com o facto de que as

---

<sup>32</sup> Em entrevista realizada no dia 23 de Outubro de 2020, em Maputo.

<sup>33</sup> Nos termos do AGP assinado em Roma em Outubro de 1992, a PPM (Polícia Popular de Moçambique) passou a ter a designação de PRM (Polícia da República de Moçambique).

forças militares rodesianas sempre se depararam com uma forte resistência do exército moçambicano.

A segunda estratégia consistiu na construção de um exército moderno para conduzir uma guerra convencional (Forças Terrestres, Força Aérea e Marinha de Guerra). A guerra contra as forças sul-africanas motivou a vinda de especialistas da URSS, Cuba e RDA para Moçambique, para treinarem as forças governamentais, e foi nesta sequência que em 1980 entrou em funcionamento a Escola Militar de Nampula, onde a formação tinha a duração de dois anos. A liderança sénior das Forças Armadas foi enviada a URSS para cursos de formação aos níveis de Chefes de Estado-Maior General, Directores de Especialidade e Comandantes de Brigadas. Também foram enviados estudantes para vários países do leste para frequentarem cursos de dois a cinco anos, que se tornaram viveiros da futura liderança das Forças Armadas de Moçambique (MANJATE, 2013);

A terceira estratégia tinha a ver com o desenvolvimento dos serviços de inteligência militar activa que tivesse capacidade de agir, principalmente em coordenação com as organizações de massas, onde estivesse envolvida. Para a protecção das fronteiras nacionais, foram criadas as Tropas de Guarda Fronteira (TGF) e as Forças Especiais de Segurança do Estado (FESE) em todas as Províncias do país. As Forças Armadas tinham a Contra-Inteligência Militar e as Forças de Reconhecimento divididas em companhias e batalhões, com o objectivo de procurar informações ou descobrir actividades hostis à independência nacional. O desenvolvimento das actividades de inteligência aqui referido, teve o seu centro de acção a colecta de informações sobre a RENAMO (MANJATE, 2013).

A estratégia de desenvolver actividades de inteligência em coordenação com as organizações de massas, estava inserida no princípio segundo o qual devia-se mobilizar a vontade nacional para a guerra, pois o apoio do povo no esforço da guerra era crucial para o sucesso. Por esta razão, as Forças Armadas, mesmo durante o período da luta de libertação nacional, desenvolveram uma maior interacção com as massas populares.

Importa explicar que as organizações de inteligência militar eram complementadas pela inteligência da polícia, e juntas constituíam uma teia e um sistema de informações funcional. Como exemplo da eficácia da doutrina de informações, muitas operações secretas, partindo da Rodésia e da África do Sul foram descobertas e o momento mais alto foi a descoberta de 36 agentes da CIA e sua expulsão em 1981. Também outras operações de conspiração contra a soberania do Estado moçambicano foram inviabilizadas.

É importante salientar que, na avaliação de Manjate, a aplicação das três estratégias trouxe os resultados esperados: maior capacidade operativa e de resistência das Forças Armadas. Reconhecendo que o maior poderio militar dos rodesianos estava no uso da Força Aérea e das Forças Especiais, Moçambique contrariou esta estratégia introduzindo meios modernos de defesa antiaérea, o que reduziu a capacidade aérea de combate assim como de transporte das forças militares rodesianas.

Para além das três estratégias apresentadas acima, Joaquim Manjate<sup>34</sup> fala de outras que foram implementadas durante a guerra, como sejam:

- a) a mobilização da vontade nacional para a guerra, pois segundo argumenta “ter a população fiel ao governo e tendo o governo o apoio da população, constitui um factor estratégico de suma importância para enfrentar o inimigo;
- b) a criação de uma unidade de defesa dos objectivos económicos, que tinha em vista manter a economia em funcionamento.

Conforme destaca Gujamo (2016), depois do descalabro do Acordo de Nkomati e do encontro negocial tido lugar em Pretória entre o governo de Moçambique e a RENAMO em Outubro de 1984<sup>35</sup>, registou-se uma escalada militar do conflito em Moçambique. Por conta disso, o Presidente Machel anunciou que a população receberia armas para lutar contra a RENAMO. Gujamo afirma ainda que a escalada militar agudizou-se a partir de 1985 devido, por um lado, à intensificação das acções armadas da RENAMO com o apoio da África do Sul e do Malawi, e por outro, devido às campanhas militares do exército governamental que contava com o apoio das Forças Armadas zimbabweanas e tanzanianas.

Em Março de 1985, o governo moçambicano emitiu, através do Conselho de Ministros, um comunicado reiterando a sua determinação na opção pela via militar como o melhor caminho para a derrota militar da RENAMO e para o conseqüente estabelecimento da paz em Moçambique.

No contexto das decisões do governo Gujamo (2016, p. 121), afirma que o Presidente Samora Machel convidou, no dia 11 de Maio de 1985, os jovens de todo o país a se incorporarem nas fileiras das Forças Armadas de Moçambique para a defesa do país. Segundo

---

<sup>34</sup> Entrevista concedida no dia 29 de Outubro de 2020, em Maputo. O entrevistado é um militar de carreira, docente universitário e consultor. Trabalhou em várias instituições militares e ocupou vários cargos de relevo nas Forças Armadas.

<sup>35</sup> Argumentando sobre o fracasso do Acordo de Nkomati, Abrahamsson (2001, p. 188) considera que o Acordo de Nkomati não foi nem a prova dos méritos do Engajamento Construtivo, nem da vitória do socialismo em Moçambique. Foi um acordo assinado pelas partes erradas no momento errado, e assim nunca foi implementado. Apesar de estritamente respeitado por Moçambique, ele foi violado pelas Forças de Defesa e Segurança da África do Sul, pelo governo e pelas organizações privadas dos Estados Unidos e pela componente portuguesa.

Machel, “se é necessário para acabar a guerra rapidamente, que se fechem os locais de trabalho, escolas e universidades, vamos fazê-lo. [...] em situação de guerra não existe serviço militar obrigatório, existe apenas o chamamento da Pátria” (REVISTA TEMPO N° 761, 1985, p. 8). Em cumprimento dessa decisão, “foi iniciado o processo de distribuição de armas à população através dos Grupos Dinamizadores (GD) dos bairros e vilas com vista a impedir a infiltração dos militares da RENAMO nos centros urbanos” (GUJAMO, 2016, p. 121).

É importante referir que a partir do discurso do Presidente Machel, verifica-se uma massiva incorporação de jovens para as fileiras das Forças Armadas. Deve-se salientar que este processo ocorre numa altura em que Joaquim Chissano assumia o cargo de Presidente da República, tendo dado continuidade ao processo de mobilização popular iniciado pelo Presidente Samora Machel. Também deve-se aferir que na sequência dessa mobilização, as ofensivas militares desencadeadas pelas forças governamentais, com o auxílio dos exércitos do Zimbabwe e da Tanzânia, tiveram como resultado a ocupação da maior base da RENAMO em Gorongosa, em 1985.

Relativamente ao conflito entre Moçambique e África do Sul, Joaquim Manjate considera que este país não estava em condições de desencadear uma guerra total contra Moçambique, devido a outras duas frentes, tais como Namíbia e Angola, por isso a alternativa encontrada foi baseada em duas estratégias:

- a) fortalecer o apoio à RENAMO;
- b) realizar operações secretas ou realizar alguns ataques contra alvos do ANC no território moçambicano.

Aliado a isso, Moçambique colocou duas Brigadas de Guarda Fronteira ao longo da fronteira com a África do Sul, uma de tanques e outra de infantaria motorizada, a uma distância de menos de 100 km de fronteira com este país.

Olhando para o comportamento dos dois Estados, constata-se que no contexto de confrontação regional, existia um sentimento de ameaça mútua na região, a começar por Moçambique, que estava a adquirir meios de combate para se defender da Rodésia, passando pela África do Sul, que já era fabricante de material bélico. Aliado a isso, a África do Sul sentia-se ameaçada com a aquisição de meios militares por Moçambique. É por isso que no contexto da modernização das Forças Armadas moçambicanas, a África do Sul decidiu desenvolver a sua própria indústria militar através da *Arms Corporation of South Africa* (ARMSCOR). Na óptica dos estrategas militares sul-africanos, a África do Sul estava sob

uma séria ameaça vinda de Moçambique, pelo que era necessário que o país desenvolvesse a sua própria indústria militar para fazer face às ameaças vindas do país vizinho.

No âmbito da teoria dos Complexos Regionais de Segurança, Buzan (1991, p. 188-190) afirma que a interdependência pode advir das disputas ideológicas, do medo, da rivalidade e da percepção mútua de ameaça entre os Estados dessa região. No caso em concreto do conflito entre Moçambique e África do Sul, estão patentes duas situações:

- a) as rivalidades entre os dois países tinham uma dimensão ideológica e estavam inseridas nos padrões de conflitualidade global leste-oeste e;
- b) a percepção mútua de ameaça induziu os dois países a fortificarem as suas defesas militares para fazer face às ameaças.

Conforme foi anteriormente afirmado, o comportamento assumido por cada um dos dois países estava assente nos seus preceitos ideológicos, onde Moçambique pretendia se defender das agressões militares do regime do apartheid, e a África do Sul dizia estar a combater o regime comunista de Maputo. Portanto, daqui depreende-se que no contexto de equilíbrio do poder, existia uma corrida armamentista na região protagonizada pelos dois países, embebidos nas suas convicções políticas e estratégias de sobrevivência dos seus regimes.

## 5.6 RELACIONAMENTO COM OS ESTADOS UNIDOS E ÁFRICA DO SUL E SUA INFLUÊNCIA SOBRE SEGURANÇA EM MOÇAMBIQUE

As relações entre Moçambique e África do Sul conheceram ao longo do tempo, diferentes graus de intensidade, dadas as transformações na configuração geoestratégica regional e nas dinâmicas do sistema internacional ligadas aos preceitos da Guerra Fria. Antes da independência de Moçambique, as relações entre os dois países eram consideradas *fortes*, pois Moçambique era ainda uma colónia sob domínio português. As relações entre os dois poderes brancos na região da África Austral (África do Sul e Portugal), atravessavam bons momentos dado que ambos encontravam-se unidos pelos mesmos interesses políticos e económicos, pelos mesmos princípios ideológicos e pelos mesmos projectos geoestratégicos regionais ligados à manutenção daquilo que Silva (2017) chama de *status quo* e ordem regional.

A queda do regime colonial português e a consequente independência de Moçambique em 1975, alterou radicalmente o xadrez político regional, dada a postura hostil demonstrada pela África do Sul ao novo governo liderado pela FRELIMO. O relacionamento entre os dois países passou a assumir um carácter *conflituoso*, pois as diferenças ideológicas marcaram um

peso enorme nos desenvolvimentos políticos regionais. Entretanto, com o advento do acordo de Nkomati em 1984, o relacionamento entre os dois vizinhos voltou a conhecer momentos de *normalidade e de distensão*. Apesar das acusações mútuas de violação do acordo, os dois países apostaram no melhoramento das suas relações, encorajados pelas transformações que estavam ocorrendo no sistema internacional. No entanto, as relações voltaram a ser *fortes* depois de 1994, ou seja, após o dismantelamento do sistema do *apartheid* e o consequente surgimento de uma nova ordem regional, defendida por Silva (2017), onde a África do Sul aparece como um parceiro estratégico nos processos de paz e desenvolvimento regional, mormente do seu poderio económico e militar.

Conforme foi dito alhures nesta tese, com a independência do Zimbabwe em Abril de 1980, a base de sustentação da RENAMO passou a ser a África do Sul onde foi transferida, organizada, treinada e equipada para desenvolver acções de desestabilização militar e económica contra o governo de Moçambique. Inserido no mesmo contexto de desestabilização militar, a África do Sul levou a cabo operações militares no interior de Moçambique, tendo criado um clima de insegurança sob pretexto de retaliação ao apoio que Moçambique concedia ao ANC.

Com a África do Sul a evoluir gradualmente para a cooperação nos anos 80, regista-se a partir de então a formação de um clima de distensão na África Austral, cujo ponto decisivo opera-se quando o Ministro das Relações Exteriores sul-africano, efectua uma inédita visita oficial a Maputo, na chefia de uma delegação de alto nível para selar um pacto de não-agressão e de cooperação económica - o Acordo de Nkomati.

Inserido no espírito de Nkomati, os dois países procuraram estreitar a sua aproximação a partir de duas áreas de interesse mútuo: segurança e cooperação económica. Na sequência disso, os Presidentes de Moçambique e da África do Sul, Joaquim Chissano e Pieter Botha respectivamente, estiveram reunidos no dia 18 de Setembro de 1988 na Província de Tete em Moçambique, nas instalações da barragem hidroeléctrica de Cahora Bassa, para discutir assuntos relacionados com o fornecimento de energia eléctrica à África do Sul (REVISTA TEMPO Nº 936, 1988, 18 de set. p. 4-5).

Sobre o relacionamento de Moçambique com a vizinha África do Sul, Jacinto Veloso afirma que, pouco tempo depois da independência, houve uma reunião de quadros com o Presidente Samora Machel, durante a qual um dos participantes se pronunciou acerca da situação dos minérios moçambicanos a trabalhar nesse país, que nessa altura ultrapassavam os cem mil. Uma vez que Moçambique fazia parte da OUA, como explicar ao mundo a presença

de tão numeroso grupo de trabalhadores na terra do *apartheid*, face às sanções decretadas pela Comunidade Internacional contra a África do Sul?

Nas palavras de Veloso, o Presidente Samora mostrou uma certa despreocupação, pois acreditava que existia uma interdependência entre os dois países. Ele sabia que existiam muitos moçambicanos trabalhando nas minas, não só os nascidos em Moçambique como também os seus descendentes. Por este facto, o Presidente defendia que, uma vez que eles estavam a trabalhar, eram úteis para as economias sul-africana e moçambicana. Segundo Veloso (2011, P. 114), “calculava-se que existiam na época mais de quinhentos mil moçambicanos na África do Sul nos diversos sectores da actividade económica”.

O autor adianta dizendo que o Presidente Samora gostava de sublinhar que a posição de Moçambique em relação a África do Sul era completamente diferente da que fora adoptada no respeitante a Rodésia. Na Rodésia estava instalado um regime ilegal desde Novembro de 1965 através da DUI, sujeito a sanções decretadas pela Comunidade Internacional. A África do Sul, por seu turno, era um Estado soberano, membro da ONU. “Condenávamos o *apartheid* e mantínhamos boas relações de solidariedade e apoio ao ANC, mas as mudanças a operar no interior desse país eram, em princípio, um assunto da política interna dos sul-africanos” (VELOSO, 2011. P. 115).

Bem vistas as coisas, aqui percebe-se que foi na base desta visão política do Presidente Samora que Moçambique decidiu incrementar o apoio aos movimentos de libertação da região, uma postura enquadrada, segundo argumenta Pachinuapa (2016, p. 22), “no âmbito de solidariedade com os povos da região da África Austral e do continente, ainda sob dominação colonial, como eram o Zimbabwe, a África do Sul e a Namíbia”.

Comentando sobre a hostilidade político-militar regional contra Moçambique, Jacinto Veloso considera que

Nessa época, com ou sem as sanções de Moçambique, já havia no Malawi, na Rodésia e na África do Sul uma oposição a FRELIMO, que se preparava para levar a cabo uma desestabilização armada, cujos planos datavam de 1972-1973, quando a guerrilha começou a conquistar mais espaço político-militar na região centro e sul do território moçambicano (VELOSO, 2011, p. 115).

Diante desta situação, é lícito afirmar que o posicionamento hostil destes países, abriu espaço para que o ocidente, em particular os Estados Unidos, adoptasse estratégias coordenadas para lutar, nesta região, contra o comunismo em Angola e Moçambique. Para tal, apoiaram quer na África do Sul, quer na Rodésia, grupos de dissidentes que viram uma excelente oportunidade para promover a instabilidade de Angola e de Moçambique, através do fornecimento de armas a UNITA e a RENAMO, respectivamente.

No caso específico de Moçambique verifica-se, a partir de 1977, uma grande progressão do MNR<sup>36</sup> a partir da zona centro, quer para o norte, quer para o sul. Em termos concretos, “a RENAMO no seu avanço, recebia no sul do país apoio logístico directo da África do Sul, através de mercenários, aviões, submarinos, helicópteros, etc. Na zona centro, logicamente, todo o apoio vinha da Rodésia” (VELOSO, 2011, p. 116-117),

O autor em citação acrescenta que tal acontecia porque infelizmente as forças governamentais moçambicanas não tinham capacidade para vigiar todo o espaço aéreo, nem as fronteiras terrestres, pelo que não era fácil evitar essas entradas, muito menos os actos de sabotagem que foram cometidos pelas Forças de Defesa e Segurança da África do Sul. Portanto, este foi o período em que Moçambique começou a estar sujeito a uma guerra de desestabilização, quer ao nível económico, quer militar.

Sobre a capacidade do governo moçambicano de enfrentar a guerra de desestabilização militar e económica, Jacinto Veloso afirma de maneira categórica que o governo moçambicano não tinha capacidade para enfrentar o poderio militar da África do Sul. “Os sul-africanos pensavam ocupar Maputo e instalar a RENAMO no poder” (VELOSO 2011, p. 164).

A tese defendida por Veloso, da pretensão sul-africana de ocupar Maputo e instalar a RENAMO no poder, é totalmente divergente com a de Rocca, pois este último afirma que nunca esteve no projecto do governo sul-africano remover do poder os governantes dos Estados por si desestabilizados, especialmente os de Angola e Moçambique. Na verdade, a ideia subjacente é a de que, no caso particular de Moçambique, se o plano fosse efectivamente de ocupar Maputo e colocar a RENAMO no poder, tal plano teria sido facilmente concretizado, se for levado em consideração o reconhecimento de que o exército moçambicano não tinha capacidade para enfrentar o exército sul-africano.

Jacinto Veloso prossegue na sua análise dizendo que neutralizar a ameaça sul-africana era o objectivo prioritário e essencial das negociações de Moçambique com a África do Sul e que resultaram no acordo de Nkomati. Apesar do acordo não ter sido cumprido na íntegra pelos sul-africanos, Moçambique conseguiu, na óptica deste autor, alcançar plenamente este objectivo, pois com a assinatura do acordo:

- a) reduziram as ameaças e os ataques militares directos contra Maputo;
- b) a concentração militar junto da fronteira com Moçambique foi retirada.

---

<sup>36</sup> Veloso (2011, p. 166), afirma que só foi a partir de 1983 que o MNR passou a adoptar a sigla RENAMO.



Porém, importa salientar que, apesar deste sucesso referido por Veloso, o apoio a RENAMO nunca cessou, pelo que para compensar o fim da agressão militar directa, os sul-africanos intensificaram o apoio multiforme à RENAMO<sup>37</sup>. Formalmente, com o acordo de Nkomati, os dois países passariam a assumir, por conta deste, “uma política de não-agressão e de boa vizinhança, o que significou para muitos moçambicanos, um sinal de capitulação no qual Moçambique se curvava perante uma África do Sul ainda dominada pelo sistema do *apartheid*” (JAIROCE, 2012, p. 5)<sup>38</sup>.

Segundo William Minter, “o acordo de Nkomati foi fortemente criticado na África Austral, encarado como uma capitulação de Moçambique face a África do Sul, embora alguns críticos considerassem que as pressões a que Moçambique estava submetido justificavam a decisão” (MINTER 1998, p. 57).

Como se pode perceber, as reacções ao acordo, tanto internas como externas, denotavam uma certa incredulidade face à postura tomada pelo governo moçambicano, de assinar um pacto desta natureza com o regime do *apartheid*, vigorosamente contestado e condenado pela comunidade internacional. Importa recordar que esta decisão circunscrevia-se nas actividades diplomáticas levadas a cabo pelo governo moçambicano, não somente na região da África Austral, mas também junto dos países ocidentais, com vista a obter apoios para o fim do conflito.

Ainda sobre o relacionamento entre Moçambique e África do Sul, MANJATE (2013, p. 43), enquadra-o naquilo que considera de interdependência entre os dois países, pois segundo afirma, a ligação de ambos estava acima da ideologia e raça. No entendimento deste autor,

A África do Sul e Moçambique têm muitos aspectos em comum: partilham os mesmos 600 km de fronteira e o Oceano Índico. Usam os mesmos portos, pessoas partilham a mesma cultura tsonga. A África do Sul depende da mão-de obra moçambicana, principalmente nas minas. Os dois países partilham os rios Maputo, Incomati e Limpopo.

O ponto de vista de Manjate retrata, apesar das diferenças ideológicas que separam os dois países, fortes vínculos socio-culturais e profundos laços económicos, facto que demanda uma aproximação entre os dois governos. A ideia de interdependência entre os dois países, pode ser reforçada por dois factos:

---

<sup>37</sup> William Minter afirma que nos preparativos para o acordo de Nkomati, o pessoal do Quartel General da RENAMO foi dividido em sul, centro e norte, e enviado para Moçambique. Os Quartéis Gerais sul e norte eram móveis, enquanto que o Quartel General centro da Gorongosa também servia de Quartel General Nacional. Seis oficiais de comunicações da RENAMO permaneciam na África do Sul para operar as comunicações entre a Gorongosa e as forças especiais de Phalaborwa (MINTER, 1998, p. 259).

- a) o acordo de recrutamento da mão-de obra para as minas sul-africanas sempre prevaleceu;
- b) mesmo com o clima de conflitualidade, o uso do Porto de Maputo pela África do Sul sempre continuou.

Joaquim Manjate considera ainda que apesar do conflito, as raízes da interdependência levaram os dois países a assinar o Acordo de Nkomati, que assentava no pacto de não-agressão e boa vizinhança. Depois de Nkomati, o conflito atingiu outra dimensão porque os dois países tinham que seguir o acordado. “Parte desse acordo preconizava que ambos os países não apoiariam nenhum grupo partindo do seu território. Contudo, cada um continuou a apoiar o seu aliado, Moçambique o ANC e a África do Sul, a RENAMO” (MANJATE, 2013, p. 45).

Um aspecto importante que merece realce, prende-se com o facto de que tanto Moçambique quanto a África do Sul reconheciam que o grau de interdependência existente entre ambos, era tal que, apesar das diferenças ideológicas, encontravam-se ligados em vários aspectos. O acordo de Nkomati simbolizava a convicção das partes de que a segurança e estabilidade interna, passava necessariamente pela eliminação das fontes de apoio e sustentação das forças hostis aos seus respectivos governos.

No que concerne às relações de Moçambique com os Estados Unidos, importa antes dizer que inicialmente, a FRELIMO manteve certa hostilidade aos países ocidentais que compunham a OTAN, devido ao apoio militar que esta concedeu ao regime fascista português durante a guerra de libertação nacional. Com a proclamação da independência em Junho de 1975, os Estados Unidos declaram o seu reconhecimento oficial ao novo Estado - a República Popular de Moçambique - quando o Presidente Gerald R. Ford enviou uma carta ao Presidente Samora Moisés Machel, manifestando o desejo de estabelecer relações de cooperação nos mais variados domínios. Na sequência desse reconhecimento, os Estados Unidos e Moçambique estabeleceram relações diplomáticas no dia 23 de Setembro do mesmo ano, quando o Secretário de Estado Henry Kissinger e o Ministro dos Negócios Estrangeiros Joaquim Chissano rubricaram um comunicado conjunto.

Apesar das diferenças ideológicas inseridas na Guerra Fria, as relações entre os dois países seguiram o seu ritmo normal e sem referências de destaque. No entanto, e como corolário dessas clivagens ideológicas, os serviços de inteligência moçambicanos (SNASP) desactivaram em 1981, uma rede de espionagem da CIA que envolvia agentes diplomáticos da Embaixada dos Estados Unidos acreditada em Maputo. Este incidente resultou na expulsão

dos agentes diplomáticos envolvidos e no conseqüente corte das relações diplomáticas entre os dois países. Porém, o reconhecimento da importância estratégica de cada uma das partes, ditou a necessidade de reaproximação e foi na seqüência desse desejo que “em Outubro de 1982, o Ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros manteve um encontro com o Secretário de Estado norte-americano, na seqüência do qual os Estados Unidos criticaram abertamente o apoio sul-africano a RENAMO” (MINTER, 1998, p. 45).

Ainda no concernente aos contactos entre os governos de Moçambique e dos Estados Unidos, deve-se enfatizar que foram de extrema importância, dado que concorreram para o melhoramento das relações entre os dois países. É importante lembrar que na seqüência desses contactos, os Estados Unidos instaram Moçambique e África do Sul a priorizarem o diálogo para resolver os seus diferendos. Assim, e de acordo com Gujamo (2016), os negociadores moçambicanos e sul-africanos encontraram-se de Dezembro de 1982 a Maio de 1983 para procurar um entendimento, porém, sem sucesso devido ao fraco cometimento das autoridades sul-africanas.

Em Novembro de 1983 o Subsecretário Adjunto norte-americano, para os assuntos africanos Frank Wisner, declarou na sua visita a Moçambique que conseguir a paz na África Austral e alargar as relações bilaterais, constituíram objectivos das conversações que tiveram lugar em Mpauto entre as delegações de Moçambique e dos Estados Unidos. Segundo destaca Gujamo (2016), os resultados das conversações foram classificados de positivos por ambas as partes. A Revista Tempo N° 683 (1983, 13 de nov. p. 2), em artigo intitulado “Frank Wisner em Maputo. Estados Unidos procuram paz para África Austral”, também faz desse encontro.

Importa destacar que, de acordo com Gujamo (2016), a acção diplomática norte-americana na África Austral, resultava da nova Política Externa dos Estados Unidos para a região denominada *Constructive Engagement* adoptada pela administração americana liderada pelo Presidente Ronald Reagan. Como resultado desta política, o Jornal Notícias de 24 de Julho de 1986, destaca o Presidente Reagan a manifestar-se contra o *apartheid* e também contra as sanções. Segundo o jornal, o Presidente norte-americano pediu ao governo sul-africano que estabeleça um calendário para a eliminação do *apartheid* e a libertação de todos os presos políticos. Ao mesmo tempo, Reagan incitou o Congresso dos Estados Unidos e os governos dos países ocidentais a ‘resistir’ a este clamor emocional em prol de sanções punitivas contra a África do Sul. Porém, o discurso do Chefe de Estado norte-americano mereceu severas críticas do Conselho de Ministros da OUA.

Segundo vaticina o Jornal Notícias (1987, 12 de Jan. p. 5), no âmbito do *Constructive Engagement*, o Secretário de Estado norte-americano, George Shultz, propôs ao governo sul-africano três medidas específicas que, no seu entender, poderiam contribuir para o desmantelamento do *apartheid*:

- a) legalização dos Partidos Políticos banidos;
- b) libertação do líder nacionalista Nelson Mandela e;
- c) início das negociações abertas sobre o novo sistema político, no qual participam todos os sul-africanos.

A Revista Tempo N° 747 (1985, 3 de fev. p. 4-5), faz destaque da visita a Moçambique do Subsecretário Adjunto do Departamento do Estado dos Estados Unidos para os Assuntos Africanos, Frank Wisner, tendo o governante norte-americano anunciado o apoio alimentar ao país. No mesmo contexto (GUJAMO, 2016), afirma que o governo dos Estados Unidos anunciara ainda, em Janeiro do mesmo ano, uma ajuda militar a Moçambique no valor de 1.150.000 USD. A fonte acrescenta que no mesmo ano, Chester Crocker visitou a África do Sul, tendo mantido um encontro com os governantes sul-africanos, onde o governo de Pretória reconheceu a existência de algumas violações ao Acordo de Nkomati. A fonte em citação assinala ainda que, tanto o apoio militar a Moçambique bem como as visitas acima referidas, realçavam o engajamento dos Estados Unidos ao instar o governo sul-africano a cumprir de boa fé os entendimentos de Nkomati, por forma a evitar que o conflito se alastre e atinja proporções fora do controlo na região.

É importante sublinhar que a nova estratégia da liderança norte-americana relativamente a Moçambique, constituía um sinal de melhoramento das relações entre os dois países, depois de algum tempo de tensão, derivado da expulsão de diplomatas dos Estados Unidos em 1981, acusados de espionagem contra o governo moçambicano. O reatamento das relações diplomáticas entre os dois países em 1983, constituía a expressão mais alta de reaproximação entre Moçambique e os Estados Unidos (REVISTA TEMPO N° 1043, de 7 set. 1990, p. 11). A partir de então, constata-se um intenso movimento diplomático nos dois sentidos, cuja tónica dominante é a paz e transformações políticas em Moçambique e África Austral.

Em Outubro de 1987, o Presidente Chissano efectuou uma visita aos Estados Unidos e na sequência dessa visita, o Jornal Notícias do dia 6, cita o estadista moçambicano a considerar de positivas as conversações mantidas com o seu homólogo norte-americano, versando as relações bilaterais e a situação em Moçambique e na África Austral. Em

entrevista à Voz da América, o Presidente Chissano disse que, quer no encontro que teve com o Secretário do Estado George Shultz, como com Ronaldo Reagan havia sido positiva a reacção do governo relativamente aos programas de cooperação apresentados por Moçambique. Na sequência da visita, a imprensa norte-americana instava o ocidente a prestar atenção a Moçambique porque, segundo justificou, as evidências demonstravam que o país estava realmente operando mudanças (JORNAL NOTÍCIAS, 1987, 10 de out. de 1987, p. 1).

Em 1988, o senador norte-americano Simon Paul qualificou a assistência sul-africana a RENAMO como uma preocupação para o Congresso dos Estados Unidos. Estas declarações foram proferidas na sequência da visita que o governante americano efectuou a Moçambique, em Agosto desse ano (JORNAL NOTÍCIAS de 23 de Agosto de 1988, p. 1). No ano seguinte, a Revista Tempo N° 979 (1989, 16 de jun. p. 2), noticiava no mesmo contexto que o Subsecretário de Estado norte-americano para os assuntos africanos, Herman Cohen, visitou Moçambique entre os dias 11 e 13 de Junho de 1989 e manteve uma audiência com o Presidente da República para tratar assuntos sobre paz na África Austral.

O Presidente Joaquim Chissano efectuou uma visita aos Estados Unidos no dia 12 de Março de 1990, onde expressou o seu reconhecimento aos Estados Unidos pela posição que tem assumido em relação a guerra em Moçambique e pelo papel positivo que tem no processo de pacificação do país (REVISTA TEMPO N° 1014 (1990, 18 de mar. p. 2). O Jornal Notícias desse ano faz referência dessa visita e adianta que o governo norte-americano apresentou propostas ao governo moçambicano como sua contribuição visando o início do diálogo entre o governo de Moçambique e a liderança da RENAMO, tendo como objectivo final a restauração da paz em Moçambique. O Jornal Notícias (1990, 15 de mar. p. 1), cita o Presidente Chissano a dizer que a administração norte-americana agora entendia melhor os problemas da África Austral, em parte devido ao trabalho que estava sendo realizado nos Estados Unidos pelo Corpo Diplomático africano, a pedido do chefe de Estado moçambicano.

O Jornal em alusão destaca o encontro do Presidente Chissano com o Secretário de Estado norte-americano, Herman Cohen, para analisar o processo de paz em Moçambique. O encontro, solicitado pelo governo norte-americano e o segundo que o chefe de Estado moçambicano teve com Cohen em menos de uma semana, surge na sequência dos desenvolvimentos das negociações que estavam decorrendo em Roma, depois do encontro havido no Botswana entre o líder da RENAMO, o Presidente do Zimbábue e o Presidente do Botswana. O Jornal de 9 de Julho de 1992, destaca a visita do Presidente Chissano aos Estados Unidos, onde a paz, democratização e reconstrução nacional dominaram as

discussões que o Presidente moçambicano manteve com personalidades políticas e financeiras norte-americanas. Chissano considerou que a avaliar pelos encontros havidos, tinha sido grande a receptividade mostrada pelos americanos, quer em relação ao processo de paz, como no que diz respeito às possibilidades de apoiar Moçambique no Programa de Emergência e investir em projectos que visam o desenvolvimento do país, nos mais variados domínios. (JORNAL NOTÍCIAS, 1992, de 9 de jul.).

Como se pode perceber, a combinação das conjunturas regional e internacional, desempenhou um papel determinante sobre a situação política e de segurança em Moçambique. O relacionamento entre Moçambique e África do Sul, retrata uma situação de reconhecimento mútuo acerca do papel decisivo que cada um poderia desempenhar na solução dos problemas de segurança interna do outro. O acordo de Nkomati é bem ilustrativo desta constatação. As relações entre Moçambique e os Estados Unidos revelam uma outra dimensão da situação, pois como foi visto, a política de Engajamento Construtivo desempenhou um papel decisivo nos esforços de pacificação de Moçambique. O melhoramento das relações entre os dois países imprimiu uma nova dinâmica na situação interna dado que os Estados Unidos, apercebendo-se da irreversibilidade das reformas políticas no país, passou a tomar papel activo na pacificação.

#### 5.7 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE GEOESTRATÉGICO REGIONAL, 1983-1994

Foi afirmado no 3º Capítulo que a aliança político-militar entre Portugal, Rodésia e África do Sul no início da década de 1970, teve um impacto crucial sobre segurança em Moçambique no período que se seguiu à independência. Esta análise tem a sua razão de ser se for tomado em consideração o facto de que a formação e actuação da RENAMO entre 1976 e 1992, foi produto da convergência dos interesses geoestratégicos destes três regimes. O colapso do poder colonial em Moçambique em 1975, serviu de elemento catalisador para o envolvimento directo da Rodésia e da África do Sul na formação da RENAMO para o desencadeamento do conflito interno, e para a desestabilização militar destes dois regimes contra Moçambique.

No período entre 1983 e 1992, a região da África Austral vivia momentos de muita turbulência derivados da intensificação da guerra em Moçambique desencadeada pela RENAMO, com o apoio maciço dos governos sul-africano e malawiano, facto que motivou o envolvimento das tropas zimbabweanas e tanzanianas em auxílio ao governo de Moçambique.

Assim, e com esta acção, a liderança do Estado moçambicano percebeu que podia contar com outros Estados da região para fazer face ao clima de insegurança.

Paralelamente ao clima de insegurança militar, Moçambique é assolado, entre 1983 e 1994, por catástrofes naturais (seca prolongada, ciclones, inundações e pragas), facto que levou o país, a partir de 1987, a depender enormemente da ajuda externa para a assistência humanitária, no financiamento ao Orçamento Geral do Estado e na cobertura ao *déficit* na balança de pagamentos, relegando a Segurança e Defesa Nacional para o plano secundário, pois o governo passou a concentrar maiores esforços e prioridades na recuperação económica e no desenvolvimento.

As mudanças económicas e políticas iniciadas em 1983 pelo governo moçambicano, conduziram para a ruptura formal com a ideologia socialista, que se consolida em 1990 com a aprovação da nova constituição que introduz o pluralismo político. O novo texto constitucional acelerou o processo de pacificação do país, pois coincidiu com o início de negociações directas com a RENAMO, formalizadas pela assinatura do Acordo Geral da Paz pelos dois protagonistas do conflito, em Outubro de 1992. Destaca-se ainda que estas transformações foram acompanhadas pelas acções de reorientação da Política Externa que, juntamente com a adopção do novo modelo de desenvolvimento baseado na economia de mercado, constituíram determinantes que contribuíram para o fracasso da ideologia socialista em Moçambique. Por outro lado, deve-se acrescentar que estes acontecimentos estiveram, conforme vaticina Abrahamsson (1998), ligados à dinâmica do sistema internacional que enquadrava a guerra em Moçambique no padrão do conflito global leste-oeste, no contexto da Guerra Fria.

O fim do *apartheid* na África do Sul, inicia com as transformações políticas registadas no sistema internacional em finais dos anos 80 que culminaram o fim da Guerra Fria. Estas mudanças exerceram uma influência decisiva na Política Externa da África do Sul, pois o país começou a dar passos significativos com vista ao desmantelamento do sistema do *apartheid*. A libertação do líder histórico Nelson Mandela em fevereiro de 1990 e a subsequente realização das primeiras eleições democráticas na história do país em 1994, significaram o fim formal do *apartheid*. Este facto conferiu um novo padrão de relacionamento da África do Sul com a região e com o mundo, pois já tinha desaparecido o elemento que havia colocado o país em confronto nos planos interno, regional e internacional.

O processo de mudanças aqui referido denotava, no contexto do marco teórico desta tese, a necessidade de transformação do figurino de confrontação político-militar que

caracterizou o Complexo de Segurança da África Austral, para um ambiente de aproximação entre os protagonistas de conflitualidade regional. Conforme será visto mais adiante, estas transformações concorreram para o surgimento, segundo constata Silva (2017), de uma nova ordem regional, caracterizada por uma estreita cooperação entre os Estados que outrora se encontravam separados por barreiras ideológicas.

### 5.7.1 Política Externa e estrutura de tomada de decisões

De acordo com Allison e Zelikow (1999)<sup>39</sup>, o processo decisório comporta três modelos:

- a) o Modelo da Escolha Racional;
- b) o Modelo do Processo Organizacional; e
- c) o Modelo de Política Burocrática.

No Modelo de Política Burocrática são visualizados três tipos de unidades decisórias:

- a) o *Líder Predominante*, quando um único indivíduo tem o poder de fazer escolhas em nome do Estado, sufocando se possível, a oposição às suas escolhas;
- b) o *Grupo Único*, quando dentro do sistema político não é apenas um único indivíduo com capacidades para determinar o comportamento externo do Estado;
- c) os *Grupos Autónomos*, quando existem dois ou mais grupos sem habilidades de comprometer os recursos do Estado individualmente, ou seja, grupos que precisam de apoio mútuo para se posicionarem como última unidade decisória.

Os dois autores explicam que a unidade decisória aqui referida deve ser entendida na perspectiva de indivíduos que dirigem o processo de tomada de decisão, isto é, entidades das quais emanam as decisões do Estado.

Dougherty e Pfaltzgraff (2003, p. 705) realçam o papel do Estado na tomada de decisões políticas, pois segundo afirmam, [...] “a acção do Estado é aquela que é empreendida por aqueles que agem em seu nome”.

Uma leitura incisiva sobre as unidades decisórias acima referidas, permite considerar que, no contexto da presente pesquisa, foi conferida especial atenção sobre o Líder Predominante e o Grupo Único, pois proporcionam uma melhor abordagem sobre o comportamento dos actores políticos moçambicanos em matérias de Política Externa, ao longo do período em análise. A opção por estas duas unidades encontra argumento no facto de que durante o período em apreço, Moçambique era um Estado monolítico à frente do qual

---



estava o Partido FRELIMO, considerado como a força que dirigia todos os processos socio-políticos do país, ao longo do período em análise. O carácter monolítico do Estado resvalou-se na concentração do poder decisório sob total controlo do Partido e do Presidente da República.

No entanto, com vista a conferir uma melhor compreensão sobre a natureza e organização da estrutura política do poder decisório, resulta importante tecer breves considerações sobre o Partido FRELIMO, sobretudo no que concerne a estrutura do Bureau Político, sua composição, o processo de recrutamento dos seus membros e sua participação no processo decisório.

O art. 63º dos Estatutos estabelece que os órgãos centrais do Partido FRELIMO são constituídos pelo Congresso que é o órgão supremo do Partido; pelo Comité Central que é o órgão máximo do Partido entre os congressos; pela Comissão Política<sup>40</sup> (Bureau Político), órgão que orienta e dirige o Partido no intervalo das sessões do Comité Central; pelo Secretariado do Comité Central que é o órgão executivo nacional do Partido; por fim, pelo Comité de Verificação do Comité Central, que é o órgão central que tem por função verificar o funcionamento dos órgãos do Partido. Destes órgãos, merece especial atenção o Bureau Político, devido ao seu papel no processo decisório em matérias de Política Externa e de Segurança Nacional.

Segundo estabelece o art. 73º, os membros do Bureau Político são eleitos pelo Comité Central. O art. 74º postula que o Bureau Político é composto por um número ímpar, entre quinze e vinte e um membros eleitos pelo Comité Central, sendo estes:

- a) o Presidente da República;
- b) o Presidente da Assembleia Popular;
- c) o Primeiro-Ministro;
- d) o Secretário-Geral do Partido;
- e) os membros eleitos pelo Comité Central;
- f) o Secretário do Comité de Verificação do Comité Central;
- g) o Chefe da Bancada da FRELIMO.

As competências deste órgão são várias, dentre as quais se destaca: “realizar análises sobre questões da vida nacional, internacional e do Partido, tomar decisões e propor linhas de actuação ao Comité Central” (art. 76º dos Estatutos do Partido).

---

<sup>40</sup> Com a mudança do sistema de orientação socialista para o liberal, o Bureau Político passou a ter a designação de *Comissão Política do Partido*.

Quanto ao processo decisório, estudos mostram que depois da independência nacional, a estrutura de tomada de decisão em Política Externa foi coabitada por duas unidades decisórias: o Líder Predominante, representado pelo Presidente da República e o Grupo Único pelo Bureau Político do Partido FRELIMO. Isto significa que as decisões projectadas tanto para o âmbito interno quanto para o externo, emanavam exclusivamente destes dois órgãos. Isto equivale dizer que o papel das organizações sociais, também designadas por *Organizações Democráticas de Massas*, era irrelevante na medida em que, para além de serem uma criação do Partido FRELIMO, careciam de influência sobre os processos decisórios em matérias de Segurança Nacional e de Política Externa.

No que se refere ao ambiente externo, Alves Manjate vaticina que “o Ministério dos Negócios Estrangeiros, ao invés de aparecer como responsável pela formulação da Política Externa, se posicionava como mero implementador das decisões de Política Externa” (MANJATE 2011, p. 28).

Perfilando com o posicionamento de Manjate sobre o papel do Ministério dos Negócios Estrangeiros, deve-se acrescentar que esta entidade, para além de funcionar como um mero implementador das decisões de política Externa, funciona, na qualidade de Órgão Central do Estado, como conselheiro do governo em matérias atinentes às Relações Internacionais, Cooperação e Política Externa.

Um facto interessante a considerar ao se analisar a história e evolução da Política Externa Moçambicana, está ligado ao facto de que as relações de cooperação no período entre 1975 e 1990<sup>41</sup>, podem ser entendidas no âmbito da guerra de libertação nacional e da conjuntura global ligada aos impactos do conflito ideológico leste-oeste.

Na análise sobre os desenvolvimentos políticos atinentes ao surgimento de Moçambique como novo Estado, Luís de Brito faz um breve relance sobre o clima de conflitos que caracterizou Moçambique desde os anos 60 que abarcam o período da guerra de libertação, até os anos de 1990, altura em que se dá o desfecho do conflito interno com o AGP em Outubro de 1992, seguido das eleições gerais e pluripartidárias em Outubro de 1994.

---

<sup>41</sup> Importa aferir que este período compreende a fase de construção do Estado moçambicano sob padrões estritamente socialistas. No entanto, factores adversos ligados ao conflito armado e a crise económica, forçaram o governo moçambicano a empreender reformas políticas e económicas a partir de 1983, cujos marcos importantes foram (i) o acordo de Nkomati em 1984; (ii) a adesão de Moçambique às Instituições Financeiras Internacionais, em 1985; (iii) a implementação do PRE em 1987. O processo de mudanças iniciado em 1983, tinha em vista ajustar os desenvolvimentos políticos nacionais à nova conjuntura regional e internacional em interacção, cujo ponto culminante regista-se em 1990 com a aprovação de uma nova Constituição, que completa o processo de viragem de Moçambique para o ocidente.

É importante sublinhar que o surgimento de Moçambique como um novo Estado em 1975 e sua constituição em Estado de Democracia Popular, denotava claramente o seu alinhamento para o bloco socialista, tendo por este facto colocado o país no centro da disputa ideológica leste-oeste. A constituição de um governo dirigido pela FRELIMO como Partido único, aliada à adopção da economia centralmente planificada de natureza socialista, constituíram factores que influenciaram decisivamente no posicionamento de Moçambique em matérias de Política Externa.

No que concerne à Política Externa e cooperação internacional, resulta necessário dizer que depois de Moçambique ascender à independência em 1975, a principal aposta do governo foi de assegurar a sua inserção no Sistema Internacional. Neste contexto, a liderança do novo Estado encontrou como estratégia o estabelecimento de alianças com Estados socialistas que tinham providenciado o necessário apoio político-militar à guerra de libertação nacional.

No 3º Congresso da FRELIMO realizado em 1977, e segundo afirma INÁCIO (2007)<sup>42</sup>, Moçambique definiu como principais linhas de orientação da Política Externa a unidade dos povos e Estados africanos, a aliança natural com os países socialistas, o apoio solidário à luta dos povos pela libertação nacional, a luta contra o colonialismo, neocolonialismo e imperialismo, o combate pela paz e o desarmamento geral e universal (Arts. 21º, 22º, 23º e 24º da CRPM)<sup>43</sup>.

Contudo, entre os anos de 1977 e 1989 verificou-se o fracasso do projecto da FRELIMO de transformar Moçambique num Estado socialista, devido ao papel conjugado dos factores internos e externos que se interpuseram ao projecto nacional de construção do novo Estado. A combinação desses factores aliada, respectivamente, à crise económica e à guerra de desestabilização, relegou Moçambique a uma situação de extrema vulnerabilidade nos campos económico, militar e social, obrigando a liderança do governo a reconsiderar as estratégias de desenvolvimento e de governação concebidas em 1977.

Deste modo, a partir de 1983, Moçambique reorientou a sua Política Externa para o Ocidente com o objectivo de obter apoio dos países ocidentais para pressionar, segundo salienta Manjate (2011, p. 32), a África do Sul a cessar com a sua política de desestabilização, bem como para assegurar ajuda económica que tinha sido negada pelos países do bloco socialista. A partir de então,

O novo quadro socio-político e económico no qual Moçambique se inseria, para além de ser resultado de transformações internas, estava também relacionado com fenómenos sistémicos, pois estava-se num contexto político internacional em que

---

<sup>43</sup> Vide também o Relatório do Comité Central ao 3º Congresso da FRELIMO (1977, p. 86).

terminava o conflito que dividira o mundo em dois campos ideológicos (MANJATE, 2011, p. 32).

Do exposto nos parágrafos precedentes, fica a ideia de que no período anterior a 1990 e, nos termos definidos pela constituição, os órgãos responsáveis pela tomada de decisões restringiam-se apenas na pessoa do Presidente da República e no *Bureau* Político do Partido FRELIMO, o que vale dizer que os outros órgãos de soberania do Estado não tinham relevância no processo.

Diferentemente da Constituição de 1975, a de 1990 estabelece uma clara distinção entre o Partido FRELIMO e o Estado. Porém, deve-se explicar que apesar de ter retirado formalmente a importância antes conferida ao *Bureau* Político do Partido na tomada de decisões, este continuou a ter um papel determinante na tomada de decisões em matérias de Política Externa até Novembro de 1994, altura em que tomou posse o novo governo saído das primeiras eleições democráticas na história do país. Importa salientar que no quadro da Constituição de 1975, todas as decisões em Política Externa careciam de uma aprovação do *Bureau* Político do Partido antes da sua ratificação pela Assembleia Popular, nos termos definidos pela alínea d) do art. 40º.

Em termos concretos, na Constituição de 1990, a Política Externa da República de Moçambique é expressamente definida pelos arts. 62º a 65º. O nº 1º do art. 62º destaca o facto de Moçambique ser um país Não-Alinhado, que se guia pelos princípios de respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, igualdade e não interferência nos assuntos internos. O nº 2º define que Moçambique aceita, observa e aplica os princípios da Carta da ONU e da Carta da OUA.

Como se pode perceber, na nova Constituição o Partido FRELIMO perdeu a sua principal função de força que dirige todos os processos políticos e sociais do país, ficando este papel consignado exclusivamente ao Estado. No contexto do pluralismo político, o Partido FRELIMO passou, em igualdade de circunstâncias com os outros partidos, a usufruir nominalmente dos mesmos direitos e deveres consagrados na constituição e nas outras leis afins às actividades dos partidos políticos.

Partindo do princípio de que a maior parte da actividade política dos governos destina-se a satisfazer as demandas que lhes são dirigidas pela sociedade, ou pelos próprios órgãos do sistema político, conclui-se que até 1994, a estrutura do processo de tomada de decisão continuou sendo coabitada por duas unidades decisórias: o Líder Predominante e o Grupo Único. O argumento advém do facto de que em Moçambique, os órgãos competentes com

poder decisório dentro do governo estiveram sempre filiados ao Partido FRELIMO no poder desde 1975. Assim sendo, o Líder Predominante é representado pelo Presidente da República, e o Grupo Único, pelo *Bureau* Político do Partido FRELIMO, muito embora já tenha perdido oficialmente a sua função política de força dirigente do Estado no quadro do novo contexto político nacional.

O outro argumento está ligado ao facto de que entre 1975 e 1994, a área de Política Externa não concedeu maior espaço para à participação das forças da sociedade civil, facto que limitou as decisões políticas do Estado apenas à esfera governativa. Mesmo havendo alguma pressão ou oposição vinda de fora do órgão responsável pela tomada de decisão, esta era isolada e excluída do debate público, isto por um lado. Por outro lado, as organizações democráticas de massas<sup>44</sup> foram de criação do Partido FRELIMO, o que abafava a sua força e vontade de participar no processo decisório.

Relativamente ao processo de tomada de decisões em matérias de Segurança Nacional, Mariano Matsinhe afirma que no período entre 1975 e 1990, os responsáveis pela tomada das decisões giravam em torno da figura do Presidente da República na qualidade de Comandante-Chefe das FAMFPLM. Havendo decisões importantes, o Presidente reunia o *Buerau* Político e os responsáveis pelas diferentes áreas de Defesa e Segurança. “As deliberações terminavam com a decisão final do Comandante-Chefe das FAMFPLM. A implementação da decisão cabia aos órgãos que directa ou indirectamente lidavam com matérias de Defesa Nacional e Segurança”.

No período entre 1990 a 1994, Mariano Matsinhe fala do papel assumido pelo Conselho Nacional de Defesa e Segurança (CNDS), um órgão consultivo do Presidente da República e responsável pela formulação de decisões importantes sobre Defesa e Segurança Nacional. Segundo explica Mariano Matsinhe,

Havendo necessidade de tomar decisões importantes sobre Segurança Nacional, o Presidente da República, na qualidade de Comandante-Chefe das FDS e, usufruindo das prerrogativas que lhe são conferidas pela Constituição da República, reunia o CNDS para efeitos de auscultação, debate e aconselhamento. A decisão final cabia ao Comandante-Chefe das FDS podendo, em alguns casos, tal decisão ser divergente com o ponto de vista dos restantes membros do Conselho, muito embora o desejável fossem decisões consensuais<sup>45</sup>.

<sup>44</sup> Em alusão a OMM (Organização da Mulher Moçambicana), a OJM (Organização da Juventude Moçambicana), a OTM (Organização dos Trabalhadores de Moçambique), a ONP (Organização Nacional dos Professores), entre outras.

<sup>45</sup> Em entrevista realizada no dia 11 de Novembro de 2020, em Maputo. Mariano de Araújo Matsinhe é General na Reserva. Foi combatente da luta armada de libertação nacional. Após a independência, foi Ministro do Interior e governador Provincial no governo do Presidente Samora Machel.

O entrevistado continuou dizendo que o processo de implementação da decisão ficava a cargo dos diferentes órgãos que, directa ou indirectamente, encontravam-se envolvidos nas missões de Defesa e Segurança Nacional. Matsinhe termina afirmando que o papel do Partido FRELIMO sempre foi notório no processo decisório através do Comité Central e do *Bureau Político do Partido*<sup>46</sup>.

Até aqui foi possível perceber que a estrutura de tomada de decisão ao longo dos dois períodos aqui analisados, ou seja, de 1975 a 1990 e de 1990 a 1994, não conheceu nenhuma mudança estrutural substantiva, pois em ambos os períodos continuaram a coabitar as duas estruturas decisórias: o Presidente da República e o *Bureau Político do Partido*. O fundamento para esta situação está no facto de que até finais do segundo período aqui referido, a FRELIMO continuou sendo uma força política hegemónica e a dirigir todos os processos de reformas políticas por si iniciadas desde meados da década 80. A transição política formal que se regista em Novembro de 1994 com o novo governo, não alterou esta configuração dado que, conforme foi dito nas páginas precedentes, a FRELIMO continuou assumindo os destinos do país, mormente da sua vitória eleitoral e do seu candidato no escrutínio de 15 de Outubro de 1994.

### **5.7.2 Mudanças políticas internas face à conjuntura geopolítica regional e internacional, 1983-1994**

Conforme foi anteriormente referido, a RENAMO foi criada em finais dos anos 70 pelos serviços secretos rodesianos para servir de instrumento de desestabilização militar e económica de Moçambique ao serviço de interesses dos países ocidentais e dos regimes de segregação racial da África Austral. Ficou também evidenciado que a convergência dos interesses geoestratégicos regionais e internacionais, influenciaram de forma decisiva para a eclosão da guerra em Moçambique, pois a Guerra Fria tornou-se no principal elemento catalisador do conflito, isto porque os países socialistas apoiaram a FRELIMO desde os tempos da luta armada, e os países ocidentais, a RENAMO.

O fim da bipolaridade no sistema internacional em finais da década de 1980, aliado ao desmoronamento do regime do *apartheid* na África do Sul, facilitaram o processo de mudanças iniciado pelo Presidente Samora Machel em 1983 e que tiveram a sua continuidade

---

<sup>46</sup> Depois de 1990, este órgão passou a ter a denominação de *Comissão Política do Partido*, deixando a designação de *Bureau Político do Partido* por estar ligado, segundo argumentos, à anterior ideologia socialista.

com o Presidente Joaquim Chissano, a partir de 1986. Chissano continuou com os alinhamentos da Política Externa concebidos pelo Presidente Samora Machel.

Tornou evidente que a alteração da correlação de forças ao nível internacional a partir de finais da década de 1980 e, ao nível da África Austral a partir de inícios da década de 1990 contribuiu, segundo considera MASSANGAIE (2017, p . 150), para o “envolvimento de vários actores internos e externos na procura de uma solução pacífica para o conflito na África Austral, particularmente em Moçambique”. É na esteira destes desenvolvimentos que se registam durante o período da Presidência de Joaquim Chissano, esforços direccionados para a resolução do conflito com o envolvimento de actores externos na busca da paz não somente para Moçambique, mas para toda a região da África Austral.

Ao nível regional, constata-se que a anterior estratégia concebida no contexto da eliminação da dependência económica relativamente à África do Sul e ao resto do mundo, sofreu mudanças profundas a partir dos princípios da década de 1990 com a criação da SADC, uma comunidade virada para o desenvolvimento dos países da região da África Austral, onde se inclui a própria África do Sul. O protagonismo demonstrado pelo Presidente Samora Machel na formação dos ELF e da SADCC, passou a ser evidenciado pelo maior envolvimento do Presidente Joaquim Chissano na criação da SADC.

Ao nível interno, o Presidente Joaquim Chissano mostrou o seu maior empenho na busca da paz para o país, quando o governo e a RENAMO se aperceberam que era impossível alcançar os seus objectivos por via militar. Esta percepção permitiu que os dois líderes (Chissano e Dlakama) assinassem o AGP em Outubro de 1992, em Roma. Importa recordar que o AGP resultou de mudanças políticas, não apenas na África Austral, mas também no mundo, as quais criaram um ambiente favorável para a não continuação da guerra em Moçambique.

De acordo com alguns analistas, nos princípios dos anos de 1980, os países socialistas integrados no CAME, mostravam-se incapazes de tirar Moçambique da influência ocidental. Por conta disso, os países ocidentais estavam mostrando uma grande disposição de preencher o vazio que o bloco de leste estava deixando dadas as dificuldades económicas que estava enfrentando. Deve-se recordar que Moçambique estava passando por uma situação económica precária, derivada de muitos factores conjugados:

- a) guerra de desestabilização militar e económica;
- b) desastres naturais que de forma cíclica afectaram o país;

- c) políticas económicas de cariz socialista adoptadas pelo governo após a independência e que não tiveram o suporte adequado por parte dos países socialistas.

Os factores aqui arrolados tornaram Moçambique extremamente vulnerável, sobretudo em termos económicos.

Em termos concretos, observa-se que grandes esforços foram empreendidos pelo governo visando encontrar novos aliados no ocidente tendo, durante o ano de 1983, melhorado as relações com os Estados Unidos, conforme foi anteriormente afirmado. Nos anos subsequentes, Moçambique virou as suas atenções para o ocidente, uma estratégia que tinha em vista:

- a) conseguir apoio político-diplomático para enfrentar o regime do *apartheid* e a RENAMO;
- b) pedir ajuda alimentar e créditos para o relançamento económico.

No que se refere à presença dos Estados Unidos em Moçambique, Conceição (2015, p. 144), realça o facto de que depois de relações políticas turbulentas entre os dois Estados nos princípios dos anos 80, cinco anos depois, Moçambique figurou na lista dos países da África Subsaariana, que mais ajuda recebia dos Estados Unidos. Em pouco tempo, Moçambique saiu de uma situação de hostilidade política para um lugar de destaque nas relações com os Estados Unidos.

Importa referir que o melhoramento do relacionamento entre Moçambique e os Estados Unidos data do ano de 1983 quando o Subsecretário de Estado Adjunto para os Assuntos Africanos, Frank Wisner, visitou Moçambique em novembro desse mesmo ano. O enviado norte-americano disse na altura que “conseguir a paz na África Austral e alargar as relações bilaterais foi o objectivo das conversações entre as delegações de Moçambique e dos Estados Unidos” (REVISTA TEMPO N° 683, 19983, 13 de nov. p. 2).

Em 1983, Moçambique inicia contactos com a África do Sul, os quais resultaram no Acordo de Nkomati, em Março de 1984, rubricado pelos governos dos dois países. O acordo previa a normalização das relações económicas e de segurança entre os dois países. Os desenvolvimentos subsequentes demonstraram que o acordo nunca foi cumprido pela África do Sul. Ao mesmo tempo, Moçambique iniciava mudanças políticas e económicas que culminaram com a transição da economia centralmente planificada para a de mercado, e experimentava a sua viragem para o ocidente.



Em 1986, Moçambique, Zimbabwe e Zâmbia, ameaçaram cortar as ligações do Malawi com a África do Sul a menos que o governo malawiano mudasse de atitude. Seguiu-se uma invasão maciça das forças da RENAMO a partir do Malawi, procurando dividir Moçambique em dois Estados (JORNAL NOTÍCIAS, 19886, 12 de dez. p. 1)<sup>47</sup>. Nas palavras de William Minter, a ofensiva foi rechaçada com a ajuda das tropas zimbabweanas e tanzanianas. Nos anos que se seguiram, o Malawi reduziu o seu apoio a RENAMO e chegou mesmo a enviar tropas a Moçambique para ajudar a defender a linha férrea de Nacala. No entanto, “as rotas terrestres e aéreas de abastecimento de armas através do Malawi nunca chegaram a ser encerradas” (MINTER, 1998, p. 178).

Resulta importante salientar que a posição colectiva assumida pelos Países da Linha da Frente contra o governo do Malawi, encontra justificativa na acção conjunta destes países de apoiar um Estado membro que esteja numa situação de conflito. Este gesto constituía a concretização de um dos princípios que determinaram a criação dos ELF - a defesa colectiva. Em termos concretos, as acções de apoio ao governo de Moçambique na guerra contra a RENAMO, simbolizavam esse esforço colectivo e coordenado de pacificação, não apenas de Moçambique, mas de toda a região da África Austral.

Pouco tempo antes da morte do Presidente Samora Machel, Moçambique iniciava conversações com o FMI e Banco Mundial para o relançamento económico. No 5º Congresso realizado em Julho de 1989, a FRELIMO anuncia o abandono ao marxismo. “Já a partir da década de 1990, o país experimenta algumas transformações políticas fundamentais: fim do conflito armado, implantação do pluralismo político e reformas no campo socio-económico” (MACAGNO, 2009, p. 16).

Partindo da citação acima, é possível perceber que o persistente clima de instabilidade derivado da intensificação da guerra, despertou na consciência da liderança política do país, a necessidade de introduzir reformas políticas e económicas com vista a uma solução para o conflito e para a crise económica. Isto resultou do facto de que o governo moçambicano já tinha percebido que a ideologia política escolhida como via de desenvolvimento, constituía a razão de fundo para a contínua desestabilização militar e económica do país.

---

<sup>47</sup> O mesmo Jornal afirma que os Países da Linha da Frente exigiram uma nova posição do Malawi em relação aos problemas da África Austral, e instam o governo deste país abandonar o seu engajamento com a política de desestabilização do regime racista e colonialista da África do Sul. No Jornal do dia 13 do mesmo mês, Moçambique, Zâmbia e Zimbabwe ameaçam tomar medidas (encerramento de fronteiras com o Malawi), caso este país continue a apoiar os bandidos armados (RENAMO). No Jornal do dia 15, também de Dezembro, Malawi aceita a proposta moçambicana de criação de uma Comissão Mista de Alto Nível para tratar de assuntos relacionados com a Segurança.

Relativamente ao incumprimento do Acordo de Nkomati, William Minter afirma que o governo de Moçambique, encorajado pela mediação norte-americana, esperava que a África do Sul respeitasse o acordo de Nkomati. O Ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano acolheu conversações indirectas entre o governo de Moçambique e a RENAMO, em Outubro de 1984. Mas a RENAMO acabou por recuar, tendo-se revelado mais tarde que os serviços de informações militares sul-africanos trabalhavam para sabotar esses contactos. Além disso, “mesmo antes de Nkomati, a África do Sul intensificou os abastecimentos em armamento, e gerais importantes da SADF afirmaram manter apoio a RENAMO. Em meados do ano de 1984 começaram os fornecimentos de armamento” (MINTER, 1998, p. 59).

Minter revela ainda que o Presidente Samora Machel levou consigo, na sua visita aos Estados Unidos, as provas das violações sul-africanas ao acordo de Nkomati, obtidas na sequência do ataque a base central da RENAMO em Gorongosa.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano [...], embora embaraçado, admitiu apenas *violações técnicas* do acordo. Nos dois anos que se seguiram, o apoio militar sul-africano a RENAMO prosseguiu e aparentemente cresceu complementado pelo envolvimento cada vez maior de uma complicada teia de grupos de extrema-direita, empresários e agências de informações de outros países (MINTER, 1998, p. 60).

Abrahamsson (1998), considera no mesmo contexto que o acordo de Nkomati fracassou porque foi assinado pelas partes erradas no momento errado, isso em alusão ao facto de que as duas partes assinaram o acordo por pressão de agentes externos e não como vontade própria dos protagonistas do conflito. O autor acrescenta que a África do Sul assinou o acordo porque estava convicta que através da RENAMO, conseguiria constranger o governo de Moçambique a abdicar da sua postura hostil em relação ao regime do *apartheid*.

A outra razão pela qual o acordo de Nkomati não trouxe a paz, está ligada ao facto de que a FRELIMO sempre cometeu o erro de justificar todo o sucesso da RENAMO a partir de acções de actores externos, nomeadamente, a Rodésia, a África do Sul, e outros. “A FRELIMO não reconheceu que algumas das suas acções e políticas internas no período pós-independência poderiam ter criado um ambiente fértil para a existência de uma base de apoio e de recrutamento para a RENAMO” (GUJAMO, 2018, p. 112).

O posicionamento de Gujamo sobre o fracasso de Nkomati encontra justificativa quando se analisa a visão de Veloso (2011, P. 115), segundo a qual [...] “já havia no Malawi, na Rodésia e na África do Sul uma oposição a FRELIMO, que se preparava para levar a cabo uma desestabilização armada, cujos planos datavam de 1972-1973, [...]”.

Esta citação permite aferir que a oposição destes governos ou de indivíduos nestes países hostis a FRELIMO, denota que mais do que uma mera existência de apoios externos à RENAMO como principal factor do seu sucesso militar, é preciso entender os factores internos que estiveram na origem de conflitos que assolaram a FRELIMO logo após a sua criação em 1962. A FRELIMO sempre enquadrou esses conflitos no âmbito ideológico e da luta pelo poder, e não em problemas que poderiam resultar da falta de acomodação das diferentes sensibilidades políticas no seu seio.

No âmbito internacional constata-se, em 1989, o fim da Guerra Fria com a queda do Muro de Berlim, seguida do desalinamento do bloco socialista e mais tarde, o desmembramento da União Soviética. Ao nível regional, regista-se o desmantelamento do sistema do *apartheid* na África do Sul e do conseqüente desaparecimento do principal suporte militar à RENAMO, dando lugar à emergência do ANC, em 1992. Apesar destes acontecimentos, os sectores mais conservadores e da extrema-direita sul-africana, continuaram a apoiar a RENAMO.

Em Abril de 1980 o Zimbabwe, através da ZANU, tornou-se independente da Grã-Bretanha. Em 1992, a África do Sul, através do ANC, libertou-se do sistema do *apartheid*. As vitórias da ZANU e do ANC significaram que a África Austral já estava livre dos regimes segregacionistas, o que certamente contribuiu para o isolamento da RENAMO ao nível regional, facto que levou este movimento a aceitar o diálogo com o governo moçambicano para o fim do conflito. No mesmo contexto, o governo moçambicano, desprovido dos importantes apoios internacionais, em particular do bloco socialista e, saturado de uma guerra prolongada, também aceitou a via do diálogo (BRANCO, 2003). Branco justifica que o processo de transição da África do Sul que culminou com o desmantelamento do *apartheid* e o conseqüente fim do apoio à RENAMO, criaram condições para o início do diálogo entre este movimento e o governo moçambicano.

Importa salientar que os efeitos combinados das dificuldades económicas e da desestabilização militar promovida pela RENAMO e pelos regimes segregacionistas rodesiano e sul-africano, acabaram por levar o governo moçambicano a iniciar o processo de liberalização económica que incluiu a adopção do PRE em 1987 com o apoio das Instituições Financeiras Internacionais (FMI e Banco Mundial). Com estas transformações, o caminho

estava assim aberto para o abandono do marxismo, que viria a acontecer oficialmente no 5º Congresso da FRELIMO, em 1989<sup>48</sup>.

Sobre este processo de mudanças, deve-se realçar que o governo moçambicano, tendo constatado a ineficácia da estratégia política e económica adoptada após a independência, em 1975 e, conjugado com a implementação do PRE, tomou um conjunto de medidas políticas que produziram uma nova constituição em 1990, que preconizava, como se disse acima, o abandono da via de desenvolvimento socialista e a introdução de um sistema multipartidário e a economia de mercado.

Com a aprovação da constituição de 1990, o país passou a designar-se *República de Moçambique* em substituição da denominação *República Popular de Moçambique* adoptada aquando na proclamação da independência. Paralelamente a isso, foram introduzidos todos os elementos caracterizadores de um sistema político democrático e multipartidário no país, como sejam, a realização de eleições gerais para o cargo de Presidente da República, dos deputados da Assembleia da República, entre outras medidas. (MASSANGAIE, 2017, p, 147).

Importa salientar que com o advento do pluralismo político e da economia liberal decorrente das transformações políticas e económicas operadas a partir dos princípios dos anos 80, contribuiu para o afastamento total das alianças formadas nos preceitos da Guerra Fria, e a conseqüente abertura de Moçambique para o ocidente. A partir de então, a Política Externa de Moçambique passou a ser diversificada, mas com primazia na resolução dos problemas internos (securitários e económico-sociais) que assolavam o país como resultado da guerra. Os problemas aqui referidos constituíram justificativa para a adesão de Moçambique ao FMI e ao Banco Mundial em 1985, e a conseqüente implementação do PRE, em 1987.

Perante este ambiente de mudanças políticas nos planos regional e internacional, muitos autores são unânimes em considerar que a guerra em Moçambique teve uma ligação directa com a Guerra Fria. A Guerra Fria não somente repartiu o globo em dois polos antagónicos, mas também bipolarizou os conflitos em várias partes do mundo, onde se incluiu Moçambique. Convergem também na ideia de que os cenários políticos regional e internacional já não eram favoráveis à continuação da guerra sob ponto de vista ideológico.

Importa salientar que a guerra de desestabilização conjugada com a estratégia de construção do novo Estado, fizeram com que Moçambique estivesse à mercê dos desenvolvimentos políticos regionais e internacionais, pois as transformações políticas operadas nestes dois cenários, foram determinantes por terem influenciado o processo de

---

<sup>48</sup> De acordo com a Revista Tempo Nº 981, de 30 de Julho de 1989, p. 2-15, o 5º Congresso da FRELIMO realizou-se de 24 a 30 de Julho de 1989, em Maputo.

mudanças políticas e económicas ao nível interno. Estas transformações tinham em vista ajustar os interesses nacionais à nova dinâmica imposta pela conjuntura regional e internacional em interação. A economia de mercado e o pluralismo político adoptados oficialmente por Moçambique a partir de 1990, constituem novos valores assumidos pela liderança política do Estado moçambicano e estes foram o corolário das transformações políticas e económicas acima referidas e que alteraram o rumo do projecto nacional de tornar Moçambique um Estado socialista forte e desenvolvido. Portanto, este projecto ficou apenas no papel, pois como foi possível observar, a interacção das dinâmicas internas, regionais e internacionais, confluíram para a sua inviabilização.

### **5.7.3 A nova configuração geopolítica regional, 1992-1994**

Diversa literatura aponta que a queda do Muro de Berlim em 1989 e o subsequente fim da Guerra Fria, concretizado pelo desmembramento da URSS e pelo fim do *apartheid* na África do Sul, criaram condições, quer internas como externas, para o fim da guerra em Moçambique. De acordo com Jafar (2014, P. 11), “o antagonismo político-ideológico entre os Estados Unidos e a União Soviética, reflectiu-se directa e fortemente sobre as diferenças de âmbito político-ideológico nos níveis interno e regional”.

A dimensão dos acontecimentos nos dois cenários (regional e internacional), revela que os que anteriormente atiçavam o conflito em Moçambique, decidiram encorajar as partes a trilhar pela via negocial para o fim da guerra. Com o desaparecimento dos factores de conflitualidade ideológica no sistema internacional, os dois protagonistas da Guerra Fria não se sentiram motivados a continuar a sustentar os conflitos periféricos nas zonas por si disputadas. A região Austral de África em geral e Moçambique em particular, tirou maiores dividendos políticos dessas mudanças na medida em que regista-se o início de pacificação da região decorrente do desmoronamento do *apartheid* na África do Sul e da assinatura do Acordo Geral de Paz em Moçambique<sup>49</sup>.

Sobre a pertinência do diálogo para o fim da guerra, Jafar (2014, p. 11)<sup>50</sup>, refere que a FRELIMO estava em condições para instaurar a paz e os seus auxiliares ultramarinos exigiam que entrasse em negociações formais com a RENAMO. O autor continua afirmando

---

<sup>49</sup> É importante notar que apesar de Moçambique ter alcançado a paz e o sistema do *apartheid* ter sucumbido na África do Sul, a região ainda não estava totalmente em paz uma vez que Angola continuava a enfrentar uma situação de conflito entre o governo do MPLA e a UNITA. É necessário observar que os efeitos do *Engajamento Construtivo* ainda continuavam evidentes, visto que os Estados Unidos continuavam empenhados pelo fim da guerra neste país.

que “face a esse espectro de mudanças político-ideológicas na região e no mundo, as partes beligerantes não teriam melhor saída, se não assumissem o espírito de paz e pautassem pelo acordo de Paz”.

Resulta importante enfatizar que face aos desenvolvimentos políticos em curso nos cenários regional e internacional favoráveis à resolução dos conflitos periféricos, o governo moçambicano e a RENAMO decidiram, a partir de finais dos anos 80, abraçar o diálogo como única via para o alcance da paz. Os passos subsequentes para esta direcção revelaram-se sinuosos e demorados devido sobretudo a factores ligados à salvaguarda dos interesses de cada protagonista do conflito.

Autores como Gujamo (2016, p. 95-96), revelam que “o processo de procura de uma solução que pusesse fim à guerra civil em Moçambique que se arrastou do período imediatamente posterior à proclamação da independência até 1992, conheceu quatro momentos importantes”. Segundo este autor, o primeiro momento estendeu-se de 1979 a 1981. Este período tem como marco inicial a assinatura dos acordos de Lancaster House, em Dezembro de 1979, apoiada pelo governo moçambicano com a convicção de que a independência do Zimbabwe e o conseqüente entendimento entre Maputo e Harare, contribuiriam para o fim do apoio às acções da RENAMO a partir daquele país, levando à sua rápida eliminação em Moçambique. Entretanto, no final de 1981 o governo moçambicano percebeu que a acção militar do governo mostrava-se incapaz de pôr termo a acção militar da RENAMO devido ao apoio militar que esta recebia da África do Sul (GUJAMO, 2016, p. 96).

Sobre este facto, importa realçar que, se a independência do Zimbabwe acalentava esperança na liderança política moçambicana para o fim do conflito, os princípios da década de 1980 revelaram o contrário, pois constata-se a intensificação do conflito à escala nacional, que resultava da acção combinada entre as agressões militares sul-africanas contra Moçambique e as ofensivas militares da RENAMO levadas a efeito com o apoio deste país. Por consequência, entre 1981 e 1982, o governo moçambicano chegou à triste conclusão de que a independência do Zimbabwe, não significou necessariamente o fim da guerra no país, mas o seu alastramento para todo o território nacional.

O segundo momento estendeu-se de 1982 a 1984. Em 1982 tiveram lugar os primeiros contactos entre os governos de Moçambique e da África do Sul com vista a pôr termo ao conflito interno no território moçambicano e a tensão político-militar entre os dois países. Estes contactos culminaram com a assinatura do acordo de Nkomati, em Março de 1984. Embora o acordo tenha contribuído para o fim das agressões militares sul-africanas contra

Moçambique, constata-se o recrudescimento das acções militares da RENAMO um pouco por todo o território nacional, devido ao crescente apoio militar e logístico que a África do Sul continuava oferecendo a este movimento (GUJAMO, 2016, p. 96).

Ainda de acordo com o autor em citação, o terceiro momento alargou-se de 1985 a 1987. O acordo de Nkomati serviu como referência principal para a procura de soluções com o objectivo de pôr termo à guerra em Moçambique. Este período foi caracterizado pela prossecução, de forma combinada, de uma ampla campanha diplomática e de acções militares por parte do governo moçambicano, tendo em vista a eliminação militar da RENAMO (GUJAMO, 2016, p. 96).

No que concerne a este período, é importante referir que embora a acção combinada das estratégias diplomática e militar tenha contribuído para o isolamento regional e internacional da RENAMO, isso não concorreu para a sua derrota militar, isto por um lado. Por outro lado, a RENAMO, apesar de ter levado a cabo uma ofensiva militar na Província da Zambézia a partir do Malawi, não conseguiu derrotar as forças governamentais que contavam com o apoio dos exércitos zimbabweano e tanzaniano.

Gujamo encerra esta periodização afirmando que o quarto momento desenvolveu-se entre 1988 e 1992. Este período foi caracterizado, segundo suas palavras, não apenas pelo impasse militar entre as partes, mas sobretudo pelos elevados custos da guerra que já estavam atingindo níveis inoportáveis. Este facto sinalizava, segundo o autor em alusão, a maturação do conflito e, conseqüentemente, a abertura para a procura da paz através do diálogo político entre o governo e a RENAMO, culminando com a assinatura do Acordo Geral de Paz em Roma, Itália, em Outubro de 1992 (GUJAMO, 2016, p. 96).

Deve-se salientar que, se a independência do Zimbabwe acalentava esperança na liderança política moçambicana para o fim do conflito, os primeiros dois anos da década de 1980 revelaram o contrário, pois constata-se, segundo destaca (GUJAMO, 2016, p. 97). o recrudescimento da guerra e da insegurança um pouco por todo o país, em resultado da combinação entre as acções militares da RENAMO apoiada pela África do Sul e as agressões militares deste país contra o território moçambicano. Portanto, entre 1981 e 1982, o governo moçambicano percebeu que a independência do Zimbabwe estava longe de assegurar a paz e a segurança em Moçambique, para assim garantir a implementação dos projectos do desenvolvimento económico do país.

O governo de Moçambique, ciente do poderio militar do país vizinho e, receando uma escalada militar que pudesse resultar na ocupação do território nacional, sentiu a necessidade

de encontrar uma saída que evitasse um confronto militar directo com a África do Sul, pois caso isso acontecesse, havia o risco do envolvimento de potências externas no conflito, com destaque para os Estados Unidos e a União Soviética. “É neste contexto que a partir de 1982 o governo de Moçambique optou pela diplomacia como a via para fazer face às agressões sul-africanas, que não poderia sustentar por via militar” (HANLON, 1990, P. 255).

Inserido nesta estratégia diplomática, membros do governo moçambicano iniciaram contactos com os governos dos países ocidentais, com destaque para os Estados Unidos, Reino Unido, França, Itália e Portugal. A aproximação de Moçambique a estes e outros países ocidentais, tinha como principal objectivo conseguir o apoio político e diplomático para fazer face ao conflito contra a RENAMO.

Na sequência desses *demarches* diplomáticos, os primeiros contactos das autoridades moçambicanas com os países ocidentais foram direccionados para os Estados Unidos, tendo este país evidenciado o seu desapontamento face a continuação do apoio sul-africano à RENAMO. MINTER (1998, p. 45), assinala a este respeito, que [...]. “Em resultado destes contactos, os Estados Unidos encorajaram a África do Sul e Moçambique a dialogarem. Assim, negociadores moçambicanos e sul-africanos encontraram-se de Dezembro de 1982 a Maio de 1983 para a busca de um entendimento, [...]”.

Deve-se referir que, tanto a pressão dos Estados Unidos sobre a África do Sul, como o encorajamento às autoridades moçambicanas para o diálogo visando o fim do conflito, estavam assentes na nova visão da política norte-americana para África Austral conhecida por *Engajamento Construtivo*, segundo observa (GUJAMO, 2016).

Em 1983, o Presidente Samora Machel realizou um périplo pelo ocidente onde escalou sucessivamente, Portugal, Grã-Bretanha, Holanda, França e Bélgica, e segundo analistas, este trouxe resultados positivos, na medida em que o estadista moçambicano conseguiu sensibilizar os governos ocidentais no sentido de convencer a África do Sul a tomar uma atitude séria nas negociações com Moçambique. Na sequência disso, “o governo sul-africano foi pressionado pelos países ocidentais a negociar com Moçambique de forma séria. A pressão resultou na assinatura do acordo de Nkomati, no dia 16 de Março de 1984” (GUJAMO, 2016, p. 100).

Uma leitura substantiva sobre as reais motivações do melhoramento das relações com a África do Sul, permite aferir que com os entendimentos de Nkomati, o governo de Moçambique pretendia que o país vizinho cessasse, não somente o apoio à RENAMO, como também a desestabilização militar contra Moçambique. As autoridades moçambicanas



alimentavam, segundo observa GUJAMO (2016), a convicção de que através da África do Sul, podia-se controlar a RENAMO, pelo que o acordo de Nkomati era a única via mediante a qual o governo moçambicano pretendia eliminar o apoio logístico e militar sul-africano à RENAMO. Aliado a isso, com o acordo de Nkomati, o governo tencionava melhorar as relações económicas com este país, pois era do interesse de Moçambique que a África do Sul voltasse a realizar o seu comércio externo através do Porto de Maputo.

A avaliar pelas reacções dos vários países e organizações ao acordo de Nkomati, pode-se dizer que o impacto que este produziu reflectiu-se não apenas no âmbito interno mas também externo. A necessidade urgente de Moçambique alcançar a paz, surge como a principal motivação para a solidariedade manifestada por essas entidades, pois o processo de pacificação do país e da região não interessava apenas aos moçambicanos, mas também a países e organizações que nutriam fortes simpatias por Moçambique e África Austral.

No âmbito dessa solidariedade regional e internacional, os governos dos PALOP's, reunidos em São Tomé e Príncipe, de 14 a 15 de Fevereiro de 1985, evidenciaram o seu apoio ao processo de pacificação de Moçambique com base no acordo de Nkomati, e criticaram o governo sul-africano pelo seu incumprimento, tendo por conta disso, instado a Comunidade Internacional a apoiar todos os esforços tendentes à busca da paz e segurança, não só para Moçambique, mas para toda a região (REVISTA TEMPO N° 751, 1985, 3 de mar. p.7-9).

Em Março de 1985, os ELF num encontro que teve lugar em Lusaka, para analisar o acordo de Nkomati, afirmaram, conforme observa GUJAMO (2016), que a África do Sul estava a violar o entendimento com o governo de Moçambique, tendo apontado a África do Sul como a principal responsável pela instabilidade da África Austral. A Revista Tempo N° 753 (1985, de 17 de mar. p. 4-6), aborda também a mesma questão, num artigo intitulado “Linha da Frente: analisando o Acordo de Nkomati”.

O posicionamento destas organizações, denotava de forma evidente a enorme preocupação pelo melhoramento das relações entre os dois países. O acordo de Nkomati constituía um importante instrumento a partir do qual o governo de Moçambique visualizava o fim do conflito no país, pois na sua análise, com a cessação do apoio sul-africano à RENAMO, abria-se espaço para a sua derrota militar. No entanto, a sistemática violação do acordo pela contraparte sul-africana adiou essa possibilidade, visto que os apoios à RENAMO

a partir deste país nunca cessaram, segundo adianta o Jornal Notícias (1988, 23 de mar. p. 1)<sup>51</sup>.

Inserido no espírito de Nkomati como ponto de partida para o processo de paz, teve lugar em Pretória, no período imediato ao acordo (1984), a primeira ronda negocial entre o governo e a RENAMO. O reconhecimento do poder instituído em Moçambique, isto por um lado, e por outro, o reconhecimento da RENAMO como uma força política, figuravam como o principal objectivo dessas negociações. No entanto, o posicionamento ambíguo e parcial demonstrado pelos facilitadores do diálogo (África do Sul e Portugal) em relação aos protagonistas do conflito, acabou não favorecendo a continuação das negociações entre as partes.

Relativamente aos factores que constituíram justificativa para que as partes optassem pelo diálogo, GUJAMO (2016) apresenta o que pode-se considerar de *fragilidades* das concepções estratégicas de cada protagonista para a solução do conflito. Conforme foi visto nas páginas precedentes, o governo moçambicano realçava a convicção de que a campanha diplomática combinada com a intensificação das operações militares, constituía uma condição prévia para a derrota militar da RENAMO. No entanto, a situação no campo de batalha demonstrou o contrário, pois a guerra se intensificou à escala nacional, facto que forçou o governo a encarar o diálogo como solução para o conflito. No mesmo contexto, as campanhas diplomáticas desencadadas pelo governo de Moçambique, contribuíram para o isolamento regional e internacional da RENAMO, o que significou, para o movimento rebelde, a eliminação das fontes de apoio externo para sustentar a guerra. Assim, a liderança da RENAMO concluiu que o diálogo seria a única saída para o fim do conflito. Portanto, as estratégias concebidas pelos dois contendores, que visualizavam o alcance dos seus objectivos por via militar, tornaram-se inviáveis, daí a sua opção pelo diálogo para o alcance da paz.

A partir de então, as partes sentiram-se motivadas a iniciar o processo de diálogo com vista à pacificação do país. Este processo foi determinado pelo início, em 1989, de negociações directas entre os dois beligerantes sob mediação de alguns países - Itália, Zimbabwe e Quénia - e de algumas instituições religiosas - Conselho Cristão de Moçambique (CCM) e Conferência Episcopal de Moçambique (CEM), (DARCH, 2018).

Após o consenso alcançado pelas partes quanto à mediação, tiveram início as conversações directas entre o governo e a RENAMO. O processo negocial que se

---

<sup>51</sup> O Jornal fala do fornecimento de armas e munições para a RENAMO. Segundo este jornal, o descarregamento foi feito na costa entre a Beira e a foz do rio Zambeze, no centro de Moçambique, entre Dezembro de 1987 e Janeiro de 1988, segundo relato de um jovem que afirma ter tomado parte no carregamento do material.

desenrolou entre 1990 e 1992, revelou-se muito complexo e demorado devido, sobretudo à complexidade das matérias que constituíam a essência das diferenças entre as partes, com destaque para as questões militares. Porém, o cometimento das partes para o alcance da paz, permitiu a construção de consensos que levaram à assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992. Para o sucesso do processo negocial, destaca-se o papel de mediação desempenhado, numa primeira fase, pelo governo italiano, pelo Estado do Vaticano através da Comunidade de Santo Egídio; e numa segunda fase, pelas Nações Unidas. Importa referir que após a assinatura do AGP, as Nações Unidas ajudaram no processo de pacificação e na implementação do acordo através da ONUMOZ.

Sem pretender subestimar o papel desempenhado pelos mediadores, importa sublinhar que, com o AGP o conflito chegava ao fim, isto porque a Guerra Fria que tinha sido o principal mentor, havia passado para a história. Portanto, não havendo um factor catalisador do conflito, não era possível que o governo e a RENAMO voltassem para a guerra pelos seus próprios meios e riscos. Apesar do esforço empreendido pelos mediadores, ficou claro que o AGP foi produto da conjuntura global marcada pelo colapso dos factores de conflitualidade sistémica, da mesma forma que a guerra foi fruto da conjuntura da época caracterizada pela divisão do mundo em duas esferas de influência ideológica.

Relacionado ainda com as transformações sistémicas e regionais, deve-se realçar o papel desempenhado pelos Estados Unidos no processo de pacificação de Moçambique, inserido no contexto do *Engajamento Construtivo*. Em Junho de 1989, o Subsecretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, Herman Cohen, esteve em Moçambique entre os dias 11 e 13, onde manteve uma audiência com o Presidente da República para tratar assuntos sobre paz na África Austral (REVISTA TEMPO Nº 979, de 16 jun. 1989, p. 2).

Em Março de 1990, durante a visita que o Presidente Joaquim Chissano realizou aos Estados Unidos, o governo americano manifestou o seu desejo de contribuir visando o início do diálogo entre o governo de Moçambique e a liderança da RENAMO, tendo como objectivo final a restauração da paz em Moçambique. Na sequência disso, “o Presidente Chissano expressou o reconhecimento do governo moçambicano aos Estados Unidos pela posição que tem assumido em relação a guerra em Moçambique e pelo papel positivo que tem no processo de paz” (JORNAL NOTÍCIAS, 1990, 14 de mar. p. 1)<sup>52</sup>.

Na dinamização do processo de paz, tem lugar um encontro entre o Presidente Joaquim Chissano e o Subsecretário de Estado norte-americano Herman Cohen, para analisar o

---

<sup>52</sup> Em artigo intitulado “Chissano e Bush hoje na Casa Branca. Encontro decorrerá antes das conversações oficiais entre as delegações da República Popular de Moçambique e dos Estados Unidos”.

processo de paz em Moçambique. A imprensa moçambicana destaca que o encontro fora solicitado pelo governo americano e o segundo que o Chefe de Estado moçambicano tinha com Cohen em menos de uma semana. Segundo o Jornal Notícias (1992, 7 de jul. p. 1)<sup>53</sup>, o encontro surgia na sequência dos últimos desenvolvimentos das negociações que decorriam em Roma, entre o Governo de Moçambique e a RENAMO.

Em Junho de 1992 o Presidente da República Joaquim Chissano realiza uma visita aos Estados Unidos. A busca da paz, a democratização e a reconstrução nacional dominaram as discussões que o Presidente moçambicano manteve com personalidades políticas e financeiras norte-americanas. Segundo Chissano, a avaliar pelos encontros havidos, é grande a receptividade mostrada pelos americanos, quer em relação ao processo de paz, como no que diz respeito às possibilidades de apoiar Moçambique no Programa de Emergência e investir em projectos que visem o desenvolvimento do país, nos mais variados domínios. O Presidente Chissano defendeu durante a visita a necessidade de haver uma pressão internacional sobre a RENAMO, para que esta assine um acordo de cessar-fogo (JORNAL NOTÍCIAS, 1992, 9 de jul. de 1992, p. 1-2)<sup>54</sup>.

Portanto, foi possível constatar nas várias edições do Jornal Notícias e da Revista Tempo citadas nos parágrafos anteriores, que o governo norte-americano evidencia o seu maior envolvimento no processo de paz em Moçambique. Os vários encontros havidos entre o Presidente Chissano e o Presidente dos Estados Unidos e outras personalidades norte-americanas demonstram, por um lado, a maior preocupação do governo moçambicano em chegar a um acordo de paz com a RENAMO. Por outro lado, constata-se a determinação dos Estados Unidos em mudar a ideologia política que orientou o processo de construção do Estado moçambicano no período que se seguiu à independência em 1975.

O AGP é constituído essencialmente por sete Protocolos, sendo que cada um destes corresponde uma área definida. O primeiro Protocolo, assinado a 18 de Outubro de 1991, enumera alguns dos princípios de actuação, tendo ambas as partes assumido o compromisso de alcançar no mais curto espaço de tempo o Acordo Geral de Paz (CRAVINO, 2012)<sup>55</sup>. Neste contexto, o Governo empenhar-se-á a não obstaculizar as deslocações internacionais e

---

<sup>53</sup> Em artigo intitulado “Desenvolvimentos no processo de paz levam ao novo encontro Chissano-Cohen”.

<sup>54</sup> Em artigo intitulado “Visita Presidencial aos Estados Unidos: Paz, democratização e reconstrução são temas dominantes nas discussões”.

os contactos da RENAMO no exterior no quadro das negociações para a Paz<sup>56</sup>. Com o mesmo fim, também serão possíveis contactos no interior do País entre a RENAMO e os Mediadores, ou os membros da Comissão Mista de Verificação.

O segundo Protocolo, rubricado no dia 13 de Novembro de 1991, e segundo Cravino (2012), este é relativo à natureza, critérios e modalidades para a formação e reconhecimento dos Partidos Políticos e especifica os princípios, direitos, deveres, registo e seu funcionamento. As partes acordam que, imediatamente após a assinatura do Acordo Geral de Paz, a RENAMO iniciará a sua actividade na qualidade de Partido político e com as prerrogativas previstas na lei, ficando, porém, sujeita a submeter posteriormente, para o registo, a documentação requerida por lei.

O terceiro Protocolo foi firmado pelas partes em 12 de Março de 1992, compreende os princípios gerais que deverão orientar a redacção da Lei Eleitoral e estabelece que esta deverá ser elaborada pelo Governo, em consulta com a RENAMO assim como com todos os outros Partidos políticos. Aborda também outras matérias como a liberdade de imprensa, de associação, de expressão, de circulação, o regresso de refugiados e deslocados moçambicanos, procedimentos eleitorais etc. (AGP, 1993, vol. 1, N° 6, p. 7).

O quarto Protocolo, assinado no dia 14 de Outubro de 1992, é o mais extenso e o mais complexo. É constituído por seis capítulos, os quais compreendem:

- a) a constituição das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM);
- b) a retirada das tropas estrangeiras do território nacional;
- c) a extinção das actividades de grupos armados privados e irregulares;
- d) o funcionamento do Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP), que nos termos do AGP passou a ter a designação de Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE);
- e) a despartidarização e a reestruturação das Forças Policiais, que nos termos do AGP passou a ter a designação de PRM (Policia da República de Moçambique);
- f) a reintegração económica e social dos militares desmobilizados, tanto do governo quanto da RENAMO.

As partes acordam que as novas FADM serão apartidárias, de carreira, profissionalmente idóneas, competentes, exclusivamente formadas por cidadãos moçambicanos voluntários, provenientes das forças de ambas as partes, servindo com

---

<sup>56</sup> É importante lembrar que este documento *Acordo Geral de Paz de Moçambique*, Vol. 1, N° 6, Política Internacional, 1993, fala de sete protocolos que integram o AGP, sendo o IV sobre questões militares o principal e o mais complexo.

profissionalismo o País, respeitando a ordem democrática e o estado de direito, devendo a sua composição garantir a inexistência de qualquer forma de discriminação racial, étnica, de língua ou de confissão religiosa<sup>57</sup>. O Capítulo III estabelece que o Governo da República de Moçambique enviará um pedido formal às Nações Unidas solicitando, segundo afirma Gujamo (2016), a participação desta organização na fiscalização e garantia da implementação do AGP, em particular do cessar-fogo e do processo eleitoral, dando prioridade imediata à coordenação e à disponibilização de alimentos, assistência médica e todo o tipo de apoio indispensável aos locais de reunião e acomodação das forças (GUJAMO, 2016, p. 12-22).

O quinto Protocolo, firmado no dia 4 de Outubro de 1992, compreende as seguintes matérias:

- a) Calendário de Implementação do Processo Eleitoral;
- b) Comissão de Supervisão do Cessar-fogo;
- c) Garantias específicas para o período que vai do cessar-fogo à realização de eleições;
- d) Questões constitucionais.

As partes acordaram que as eleições para a Assembleia da República e para o Presidente da República serão realizadas em simultâneo e terão lugar um ano após a assinatura do AGP<sup>58</sup>. As Partes comprometem-se a garantir em todo o território nacional, o exercício dos direitos e liberdades democráticos por todos os cidadãos, bem como a realização do trabalho partidário por todos os partidos políticos (GUJAMO, 2016, p. 22-28).

O sexto Protocolo, assinado no dia 4 de Outubro de 1992, estabelece, de acordo com Gujamo (2016):

- a) o Termo do Conflito Armado (TCA), definido como um processo irreversível, curto, dinâmico e de duração predeterminada, que deve ser aplicado em todo o território nacional;
- b) Calendário Operacional de Cessar-Fogo;
- c) Libertação de prisioneiros à excepção dos detidos por delito comum.

Nos termos do AGP, ficou decidido que a execução do processo seria da responsabilidade do governo da República de Moçambique e da RENAMO, actuando no âmbito da Comissão de Cessar-Fogo (CCF), a qual se subordina funcionalmente à Comissão

---

<sup>58</sup> Importa explicar que, dada a complexidade do processo de implementação do AGP, as eleições gerais multipartidárias inicialmente previstas para se realizarem um ano após o acordo, só viriam a ter lugar dois anos depois, ou seja, em Outubro de 1994. Deve-se dizer que estas foram as primeiras eleições democráticas na história do país e as mesmas marcaram o fim formal da guerra em Moçambique.

de Supervisão e Controlo (CSC), órgão responsável pelo controlo político global do cessar-fogo (GUJAMO, 2016, p. 28-33).

O sétimo e último Protocolo foi também assinado no dia 4 de Outubro de 1992. As Partes decidem solicitar ao governo italiano a convocação de uma Conferência de países e organizações doadoras para o financiamento do processo eleitoral e de programas de emergência e reintegração das populações deslocadas e refugiadas e dos militares desmobilizados. As partes acordam em pedir que, dos fundos concedidos pelos países doadores, uma parte seja posta à disposição dos partidos políticos para o financiamento das suas actividades.

Como se pode depreender, o AGP resultou de um processo bastante complexo e sinuoso. A construção da confiança e dos consensos conducentes ao acordo, teve o mérito, não apenas da vontade política das partes, mas também do papel desempenhado pelos mediadores que tudo fizeram para trazer os contendores à mesa do diálogo. Mas acima de tudo, é necessário reconhecer que o acordo foi possível porque o contexto da conjuntura global já era favorável ao fim dos conflitos periféricos. Assim, tendo Moçambique consolidado o processo de mudanças do seu rumo político desenhado na altura da independência, o AGP significava o fim do conflito geoestratégico global na África Austral corporizado pelas clivagens ideológicas das duas superpotências.

#### **5.7.4 Formação das novas Forças Armadas**

O sexto e último período sobre a evolução das FAM, corresponde a fase posterior ao AGP entre os dois protagonistas do conflito, e sua incidência sobre o Protocolo IV relativo às questões militares. Esta fase constitui a essência do que foi a futura estrutura e organização da Defesa Nacional e das Forças Armadas no contexto de construção do Estado moçambicano, mas tomando como base, não apenas o preceituado na nova Constituição aprovada em 1990, mas também contemplando a transformação das instituições militares do pós-guerra de desestabilização militar e económica do país.

No dia 4 de Outubro de 1992, o governo e a RENAMO rubricaram o AGP<sup>59</sup>, através do qual as duas partes acordaram formar as Forças Armadas de Defesa de Moçambique

---

<sup>59</sup> Com vista a permitir a implementação do Acordo Geral de Paz assinado em Roma, entre o Governo da República de Moçambique e a RENAMO, foi aprovada pela Assembleia Popular a Lei nº 13/92, de 14 de Outubro, nos termos das competências conferidas a este órgão pelo artigo 135º da Constituição da República. O artigo 1º determina que é aprovado o Acordo Geral de Paz assinado a 4 de Outubro de 1992, entre o Governo da República de Moçambique e a RENAMO, que é publicado e que faz parte integrante da presente lei. O artigo 2º anuncia estarem criados todos os organismos legais no âmbito do Acordo Geral de Paz com as

(FADM), cujas bases de sustentação encontram-se claramente definidas no Protocolo IV sobre questões militares. Este Protocolo, segundo afirma MACIE (2019), estatui uma série de regras e princípios jurídicos aplicáveis às seguintes instituições de Defesa e Segurança:

- a) Missão das Forças Armadas e a Condição Militar;
- b) composição e estrutura das Forças Armadas;
- c) funcionamento dos Serviços de Informação e Segurança do Estado;
- d) Força Policial<sup>60</sup>.

As novas Forças Armadas terão, em conformidade com o definido pelo art. 59º da Constituição de 1990, a missão de defesa da soberania, da independência e da integridade territorial, desde o cessar-fogo até à tomada de posse do novo governo saído das eleições presidenciais e legislativas previstas para terem lugar dois anos após o AGP. “Essas forças poderão, sob Comando Superior das FADM, actuar em cooperação com o Comando da Polícia para proteger as populações civis. Nos termos do AGP, o processo de formação das FADM irá iniciar imediatamente após a entrada em vigor do cessar-fogo” (MACIE, 2019, p. 134).

Para Macie (2019, p. 134), o AGP define a Condição Militar como o conjunto de princípios e valores que deveriam ser aplicados à Defesa Nacional e Forças Armadas, apesar desses pressupostos estarem bem definidos na Constituição de 1990. O AGP estabelece, de um modo geral, que as FAM serão de carreira, profissionalmente idóneas, competentes, exclusivamente formadas por cidadãos moçambicanos voluntários, provenientes das forças de ambas as partes, servindo com profissionalismo o país, respeitando a ordem democrática e o Estado de Direito, devendo a sua composição garantir a inexistência de qualquer forma de discriminação racial, étnica ou religiosa.

Anders Nilsson fala da composição e estrutura das FADM que consiste, no âmbito do AGP, no que as partes acordaram como efectivos do novo Exército, até à tomada de posse do novo governo saído das eleições gerais e multipartidárias e nos termos previstos no Acordo geral de Paz. Cada parte deveria contribuir com 50% dos 30.000 homens - infantaria 24.000; força aérea 4.000; marinha 2.000 - previstos como sendo o efectivo das novas Forças Armadas, as FADM (NILSSON 2001, p. 192).

O Protocolo IV prevê também a despartidarização do SISE e da Polícia, estabelece um calendário para a desmobilização de todos os militares que irão fazer parte das novas Forças

---

funções e disposições neste estipuladas, sem prejuízo de regulamentação necessária. Disponível in Boletim da República, I Série nº 40, 1º Suplemento.



Armadas, devendo essa desmobilização ocorrer logo após o cessar-fogo e num período previsto de seis meses. Por fim, o Protocolo determina a criação de uma série de comissões internacionais de verificação e supervisão, para tratarem da sua implementação. Com vista à sua rápida operacionalização, o AGP impôs um conjunto de tarefas prioritárias que deveriam ser implementadas pelos signatários, nomeadamente:

- a) um cessar-fogo imediato;
- b) a desmilitarização das zonas de combate;
- c) a libertação dos prisioneiros de guerra;
- d) a formação de um exército único composto por 30 mil homens provenientes do governo e da RENAMO e;
- e) a marcação de eleições gerais e multipartidárias.

Em Julho de 1993 foi aprovada a Lei Eleitoral<sup>61</sup> e criada a Comissão Nacional de Eleições (CNE), tendo as eleições sido realizadas no dia 15 de Outubro de 1994.

Pouco tempo depois da assinatura do AGP, a Assembleia da República aprovou-o através da Lei Nº 13/92, de 14 de Outubro de 1992<sup>62</sup>. A aprovação da lei tinha em vista tornar executório o AGP, onde se estabelece no art. 1º que “é aprovado o Acordo Geral de Paz assinado a 4 de Outubro de 1992, entre o governo da República de Moçambique e a RENAMO”. O art. 2º afirma que “consideram-se criados para todos os efeitos legais, os organismos legais no âmbito do Acordo Geral de Paz, com as funções e disposições nele estipuladas, sem prejuízo da regulamentação necessária”. A lei foi aprovada pelo Parlamento e promulgada pelo Presidente da República a 14 de Outubro de 1992, tendo posteriormente sido publicada no Boletim da República.

Após o AGP e, nos termos da Resolução nº 797 do CSNU, foi formalmente instituída a *United Nations Operation in Mozambique* (ONUMOZ)<sup>63</sup>, para abranger fundamentalmente

---

<sup>61</sup> Lei nº 493, promulgada e publicada no dia 23 de Julho de 1992, no BR nº 29, 1ª Série, 1º Suplemento. Estabelece o quadro jurídico para a realização das primeiras eleições gerais multipartidárias no país.

<sup>62</sup> Publicada no BR nº 42, 1ª Série, 1º Suplemento. Imprensa Nacional de Moçambique, Maputo. Disponível em <https://lexlink.eu/conteudo/mocambique/ia-serie/115264/lei-no-13-acordo-geral-paz/20525/por-tipo-de-documentolegal>.

<sup>63</sup> Nos termos do Capítulo III do quinto Protocolo, a ONU foi convidada para integrar a parte final das negociações como observadora, o que lhe permitiu conhecer o terreno e as raízes de tensão entre os beligerantes. A OUA, Portugal, França, Reino Unido, Alemanha, Itália e os Estados Unidos, integravam a COMIVE (Comissão de Verificação do Cessar-Fogo). No final de 1992, o Conselho de Segurança das Nações Unidas emitiu a Resolução 797, de 16 de Dezembro, que estabelece o mandato da *United Nations Operation in Mozambique* – ONUMOZ (Operação das Nações Unidas em Moçambique). No âmbito da ONUMOZ, foi constituída uma Unidade das Forças de Manutenção da Paz, integrada em várias comissões criadas nos termos do AGP, nomeadamente: a Comissão de Supervisão e Controlo (CSC); a Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (CCFADM), a Comissão do Cessar-Fogo (CCF) e a Comissão de Reintegração (CORE).

o *peacekeeping*, garantir a segurança das populações e velar pelo cumprimento integral do AGP até um pouco depois das Primeiras Eleições.

Importa considerar que esta foi a solução mais equilibrada que as duas partes encontraram para a composição dos efectivos das Forças Armadas, expressa no chamado princípio de paridade entre o governo e a RENAMO na composição das FADM. Deve-se destacar que esta regra de distribuição paritária dos efectivos visava construir e consolidar no seio de ambas as partes, um ambiente de confiança mútua e de reconciliação nacional.

Portanto, até aqui foi possível perceber que o AGP marcou, em termos de evolução e desenvolvimento das instituições militares, um período de transição das FAM/FPLM para Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), partindo de uma natureza unitária e monopartidária, para forças de natureza bipartidária. Por conta dessa transição, a organização, estrutura e composição do novo Exército passou a ser bipartida, pois este ficou formado exclusivamente e de forma proporcional, por efectivos das duas partes signatárias do AGP - o governo de Moçambique e a RENAMO. A formação das FADM, em 1994, foi precedida pela realização das primeiras eleições presidenciais e pluripartidárias, onde a RENAMO transitou de movimento de guerrilha para Partido Político, tendo concorrido para essas eleições em pé de igualdade com a FRELIMO e outros partidos políticos.

Ao longo deste capítulo foi visto que no decurso da guerra de libertação, as operações militares foram combinadas com uma campanha diplomática levada a cabo pelo Presidente Eduardo Mondlane, entre 1962 e 1969, e continuada com o Presidente Samora Machel, de 1969 a 1974. Após a independência, esta estratégia foi continuada pelo governo de Moçambique, e esta permitiu, não apenas fazer face ao conflito interno através do isolamento regional e internacional do RENAMO, mas também para conquistar e consolidar o apoio do ocidente no sentido do seu maior envolvimento no processo de pacificação de Moçambique.

Foi também visto que, através da Política de Engajamento Construtivo, os Estados Unidos evidenciaram o seu maior empenho no processo de paz, seja influenciando os outros países ocidentais a cortarem o seu apoio a RENAMO, seja instando os protagonistas do conflito a priorizarem o diálogo para o alcance da paz. As negociações para um acordo de paz iniciaram em 1990 com as conversações de Roma que se prolongaram até 1992, quando os Presidentes de Moçambique e da RENAMO rubricaram finalmente, o Acordo Geral de Paz, a 4 de Outubro de 1992.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo foi desenvolvido com o principal objectivo de analisar as Estratégias de Segurança Nacional e de Política Externa implementadas pelo governo de Moçambique para fazer face ao ambiente de hostilidade imposto pela conjuntura regional e internacional, nos marcos da Guerra Fria. A pesquisa foi orientada na base da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança desenvolvida pela escola de Copenhaga por Buzan e Weaver. A operacionalização desta teoria permitiu enquadrar o clima de guerra em Moçambique como resultado da confluência das dinâmicas regionais e internacionais, cuja interacção determinou o rumo dos desenvolvimentos políticos e de segurança do país e da África Austral, no período entre 1975 e 1994. No contexto da teoria em apreço, foi possível concluir que o fim do clima de guerra em Moçambique e na África Austral, foi determinado pelo colapso dos factores regionais e internacionais de conflitualidade, ou seja, com o fim da Guerra Fria no sistema global e do *apartheid* na África do Sul. O desaparecimento destes factores deu lugar ao surgimento de um novo padrão de relacionamento regional, assente na cooperação entre os protagonistas que outrora se encontravam separados pelas suas convicções ideológicas.

O estudo procurou responder a seguinte questão de pesquisa: Que Estratégias de Segurança Nacional e de Política Externa foram implementadas pelo governo de Moçambique para fazer face ao ambiente de conflitualidade derivado do conflito interno e das agressões militares dos regimes de segregação racial da África Austral? Os resultados do estudo permitem concluir que a pergunta de pesquisa foi respondida, pois:

- a) partir de 1985 até 1987, o governo moçambicano adoptou uma Estratégia de Segurança Nacional e de Política Externa que consistiu na combinação entre a campanha diplomática e as operações militares para a eliminação da RENAMO<sup>1</sup>. Através da campanha diplomática, o governo moçambicano pretendia:
  - isolar a RENAMO nos planos regional e internacional, criando desta forma condições para a sua derrota militar;
  - conquistar e consolidar o apoio do ocidente e de outras entidades que apoiavam ou que poderiam vir apoiar a RENAMO devido ao rumo político-ideológico que Moçambique estava seguindo;

---

<sup>1</sup> Importa esclarecer que esta estratégia não foi produzida em nenhum documento oficial do governo, mas operacionalizada através de *démarches* diplomáticos desencadeados pelo governo junto de países e entidades que poderiam desempenhar um papel activo no processo de paz em Moçambique.

- convencer os governos ocidentais no sentido de prestarem a sua ajuda ao processo de pacificação de Moçambique;
- b) a campanha diplomática foi complementada pela Estratégia Militar, que compreendia:
- a construção de um exército moderno para conduzir uma guerra convencional (Forças Terrestres, Força Aérea e Marinha de Guerra). A guerra contra os sul-africanos motivou a vinda de especialistas da URSS, Cuba e RDA para Moçambique para treinarem as forças governamentais. A estruturação e modernização das Forças Armadas compreendeu também a aquisição dos meios modernos de combate e criação das condições logísticas adequadas;
  - a constituição de um Comando Militar Conjunto que congregava as três Forças de Defesa e Segurança, nomeadamente: as FAM, a PPM e o SNASP. Nos termos do Comando Militar Conjunto, havia a participação da PPM e do SNASP na guerra, lutando juntamente com as Forças Armadas sob o Comando Operacional do Chefe do Estado-Maior General das FAM-FPLM;
  - o desenvolvimento dos Serviços de Inteligência Militar. As Forças Armadas tinham a Contra-Inteligência Militar e as Forças de Reconhecimento divididas em companhias e batalhões com o objectivo de procurar informações ou descobrir actividades hostis ao Estado moçambicano;
  - a criação de uma unidade de defesa dos objectivos económicos que tinha em vista manter a economia em funcionamento.
  - a criação de escolas para a formação dos militares dos diversos ramos das Forças Armadas;
- c) também foi concebida uma estratégia de carácter não militar, que diz respeito à Mobilização da Vontade Nacional para a guerra. A liderança tinha a convicção de que ter a população fiel ao governo e tendo o governo o apoio da população, constituía uma estratégia de suma importância para o sucesso.
- d) a adopção de uma Estratégia de Política Externa baseada no princípio de fazer mais amigos e reduzir o leque de inimigos. Com base nesta estratégia, foi possível concluir que a guerra de desestabilização que assolou o país entre 1976 e 1992, foi produto da conjuntura geopolítica regional e internacional, que teria ‘forçado’ a FRELIMO a adoptar o sistema socialista como via de desenvolvimento de Moçambique.

As estratégias aqui indicadas, conferiram às Forças Armadas de Moçambique uma grande capacidade combativa, facto que permitiram ao governo de Moçambique combater o conflito interno desencadeado pela RENAMO e as agressões militares externas levadas a cabo pela Rodésia e posteriormente pela África do Sul.

No que concerne ao processo de tomada de decisões em matérias de Segurança Nacional, a pesquisa evidenciou que a estrutura de tomada de decisões ao longo dos dois períodos analisados, ou seja, de 1975 a 1990 e de 1990 a 1994, não conheceu mudanças estruturais substantivas, pois em ambos os períodos coabitaram duas estruturas decisórias: o Presidente da República na qualidade de Comandante-Chefe das FAM/FPLM, e o *Bureau* Político do Partido. Havendo decisões importantes por tomar, o Presidente reunia o *Bureau* Político do Partido FRELIMO e os responsáveis das diferentes áreas de defesa e segurança. As deliberações terminavam com a decisão final do Comandante-Chefe das FAM/FPLM, e a implementação da decisão cabia aos órgãos que directa ou indirectamente estavam ligados à Defesa e Segurança Nacional. A não alteração da estrutura decisória mesmo depois das mudanças políticas, está no facto de que até finais do segundo período, a FRELIMO continuou sendo uma força política hegemónica e a dirigir todos os processos de reformas políticas por si iniciadas, desde meados da década 80. A transição política formal que se regista em Novembro de 1994 com a tomada de posse do novo governo, não alterou esta configuração dado que a FRELIMO continuou assumindo os destinos do país, dada a sua vitória eleitoral e do seu candidato no escrutínio de 15 de Outubro de 1994.

## 6.1 CONFIRMAÇÃO DA HIPÓTESE GERAL

A pesquisa procurou confirmar a seguinte hipótese geral: A hostilidade político-militar dos regimes de segregação racial da Rodésia e da África do Sul contra Moçambique no contexto da Guerra Fria, pode ter forçado o governo moçambicano a definir Estratégias de Segurança Nacional e de Política Externa que tinham em vista fazer face ao conflito interno e às agressões militares externas, entre 1975 e 1994. Os resultados da pesquisa permitem aferir que a hipótese foi confirmada, pelo seguinte:

A coincidência dos interesses geo-estratégicos regionais e internacionais expressa pela luta contra a expansão comunista na África Austral, significou para Moçambique a prevalência de um ambiente de hostilidade traduzido pelo conflito interno e pelas agressões militares da Rodésia e da África do Sul. O surgimento da RENAMO como instrumento de

desestabilização, esteve inserido nesse jogo de interesses cuja dinâmica exacerbou o conflito ideológico leste-oeste.

Quando a Rodésia começou a desencadear ataques militares contra Moçambique em 1976, as FPLM ainda não se encontravam suficientemente equipadas por forma a enfrentar eficazmente os sistemáticos ataques rodesianos, isto por um lado. Por outro lado, estas encontravam-se ainda numa fase de transição, da força de guerrilha para forças armadas regulares, tendo por conta disso enfrentado dificuldades para combater o exército regular rodesiano que era bem organizado, equipado e bem treinado.

No entanto, as persistentes incursões armadas rodesianas contra a soberania nacional, obrigou o governo moçambicano a reequipar as FPLM com armamento moderno com vista a combater o conflito interno e as agressões militares externas. A modernização do exército foi acompanhada pela adopção das estratégias de segurança nacional e de política externa que, combinada com a estratégia militar, conferiu às Forças Armadas uma capacidade de enfrentamento do ambiente de guerra imposto pela RENAMO e pelas forças militares externas.

No contexto dos factores conjunturais regionais e internacionais que determinaram o fim da guerra em Moçambique e do *apartheid* na África do Sul, o estudo permitiu concluir que existiu um equilíbrio entre as concessões feitas pelos dois países, as quais mostraram-se cruciais para o fim do ambiente de conflitualidade na África Austral. A África do Sul, depois de ter percebido que o principal factor de conflitualidade, não só com Moçambique, mas com os restantes Estados da região estava no seu sistema político, decidiu enveredar por um processo de reformas políticas, a partir de 1990, que culminaram com o desmantelamento do sistema do *apartheid*. Moçambique, apercebendo-se que o principal factor de hostilidade da África do Sul para com o país estava relacionado com a via de desenvolvimento escolhida, levou a cabo, a partir de 1990, um processo de reformas políticas e económicas que conduziram ao fim do sistema socialista em Moçambique. Portanto, os dois países, aceitaram a mudança dos seus regimes porque estavam cientes de que os factores de conflitualidade entre ambos estavam nos seus sistemas políticos, pelo que decidiram estabelecer um equilíbrio mediante concessões que consistiram em remover o que os mantinham separados como inimigos.

## 6.2 EM JEITO DE CONCLUSÃO

No contexto de conflitualidade global, a Guerra Fria representou um autêntico desafio para os novos Estados que tinham o apoio do bloco socialista, pois tiveram que enfrentar as consequências das suas opções políticas. A maior parte dos conflitos a que estes estiveram sujeitos, esteve ligada a esse ambiente de conflitualidade onde Moçambique, inserido neste panorama geoestratégico global, foi submetido a um conflito muito violento e altamente destrutivo, que só terminou quando os ventos de mudança começaram a soprar em consonância com os factores que tinham determinado o seu surgimento.

A análise dos factores conjunturais da guerra ora terminada, infere para a conclusão de o conflito armado em Moçambique era de interesse do ocidente, visto que nenhum dos protagonistas (governo e RENAMO) venceu a guerra, mas sim as potências ocidentais, particularmente os Estados Unidos, pois foi este país que pressionou o governo moçambicano a agir de acordo com a sua agenda política. Portanto, os promotores da guerra (os Estados Unidos e o regime do *apartheid*) foram os grandes vencedores na medida em que cada um teve o que pretendia. A África do Sul investiu na guerra como forma de inviabilizar o crescimento económico que os Estados da Linha da Frente almejavam, desestabilizando Moçambique dada a sua posição geoestratégica privilegiada. Os Estados Unidos ganharam mais um aliado na sua luta contra o comunismo nos marcos da Guerra Fria.

Sobre a gênese do conflito, o estudo permitiu concluir que a aversão dos Estados Unidos e da África do Sul pelo comunismo, serviu de justificativa que explica a lógica da convergência das estratégias destes dois países na luta contra a expansão comunista na África Austral: o *Engajamento Construtivo* e a *Estratégia Total Nacional*, respectivamente. A acção combinada destas estratégias, forçou a liderança do Estado moçambicano a mudar o rumo do projecto nacional de construção do Estado. Inserido nesse panorama geoestratégico regional e internacional, constata-se que Moçambique abandonou o sistema socialista quando percebeu que o próprio bloco de leste também estava em crise, tendo por conseguinte, forçado a União Soviética a reduzir a sua assistência económica aos países que estavam em sua órbita, onde também se incluía Moçambique.

Portanto, no âmbito da teoria dos Complexos Regionais de Segurança, foi possível enquadrar a lógica das acções estratégicas desencadeadas pelo governo moçambicano nos planos interno, regional e internacional nos marcos da Guerra Fria, e estas conferiram uma capacidade de enfrentamento ao clima de hostilidade interna e externa. As acções estratégicas aqui referidas, permitiram ajustar os interesses nacionais de Moçambique aos

desenvolvimentos político-securitários regionais e internacionais em interacção, cuja influência determinou a mudança de rumo do projecto nacional de construção do Estado, desenhado na altura da independência.



## REFERÊNCIAS

- ABRAHAMSSON, Hans e ANDES, Nilsson. *Ordem mundial futura e governação nacional em Moçambique*. Maputo: CEEI - ISRI, Padraig-Department of peace and Development Research. Goteborg University, 2001.
- ABRAHAMSSON, Hans, *Moçambique em Transição. Um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. 2ª ed. Tradução: Dulce Elyria. Padraig, CEEI-ISRI, Maputo, 1998.
- AFONSO, Aniceto. *Exercício Alcora: Um projeto para a Africa Austral*. In: MENESES, Maria Paula e MARTINS, Bruno Sena (org.). *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais: Alianças Secretas, Mapas Imaginados*. Coimbra: Edições Almedina, 2013, pp. 109-122.
- ALBERTI, Verena - *História Oral; a experiência do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea e do Brasil)*.
- ARON, Raymond, Paz e Guerra entre as Nações. Coleção Clássicos, IPRI - 2002. Disponível em [http://funag.gov.br/loja/download/43-Paz\\_e\\_Guerra\\_entre\\_as\\_Nacoes.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/43-Paz_e_Guerra_entre_as_Nacoes.pdf).
- AYOOB, Mohammed - *Security in the third world: the worm about turn? International Affairs*, v. 60, n. 1, 1984.
- AYOOB, Mohammed (1995), *The Third World security predicament*. Boulder, Lynne Reiner Publishers. Colorado, USA.
- BARROSO, Luís Fernando Machado. Análise Conceptual do Conceito Estratégico de Defesa Nacional. *Revista Militar*, n. 2475, pp. 01-20, abr. 2008. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/274>.
- BERNARDINO, Luís Manuel Brás - *A Prevenção e Resolução de Conflitos. Contributos para uma Sistematização*. Revista Militar Portuguesa, 2004. Disponível em <https://www.revista militar.pt/artigo354>.
- BRANCO, Luís Bernardo Nunes Mexia Castelo - *A Política Externa Sul-africana: do apartheid a Mandela*. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Tese de doutoramento em Política e Relações Internacionais, 2003. Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/5421/Doutoramento%20luis%20CB.pdf>.
- BRANDÃO, Vicente Paiva. *A Política externa Portuguesa Durante a Guerra de África (1961-1971): as relações com a República da África do Sul*. 2014. Tese de doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais - Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2014. Disponível em: <https://www.idl.pt/agenda/Debates-do-IDL-A-polCantica-externa-portuguesa-e-a-guerra-de-Cfrica-entre-Jaime-Nogueira-Pinto-e/7130/>.
- BRITO, Luís de - *Moçambique: Uma avaliação do Potencial do Conflito*. Centro de Estudos da População da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2003.

BRITO, Luís de - *A FRELIMO, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional, 1962-1983*. Tese de doutoramento em Antropologia e Sociologia do Político, Universidade de Paris VIII, Edição IESE, Impressão CIEDIMO, Lda. Registo N° 9994RLINICC/2019, Maputo. Disponível em <http://www.iese.ac.mz/a-frelimo-o-marxismo-e-a-construcao-do-estado-nacional/>.

BUZAN, Barry - *Common security, non-provocative defense, and the future of Western Europe*. *Review of International Studies*, v. 13, n° 4, 1987.

BUZAN, Barry - *People, States and Fear: an Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era*. Boulder, Lynne Reiner Publishers. USA, Colorado, 1991.

BUZAN, Barry & Waever, Ole - *Regions and Power: The Structures of International Security*. Cambridge University Press, UK, 2003.

CABAÇO, José Luís de Oliveira - *Moçambique: Identidades, Colonialismo e Libertação*. Tese de Doutoramento em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-05122007-151059/publico/TESE\\_JOSE\\_LUIS\\_CABACO.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-05122007-151059/publico/TESE_JOSE_LUIS_CABACO.pdf).

CARDOSO, T., Alarcão, I. & Celorico, J. - *Revisão da literatura e sistematização do conhecimento*. Porto: Porto Editora, 2010.

CERVO, Amado L. & Bervian, Pedro A. - *Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários*. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill - Brasil, 1983.

CHICHAVA, José A. C. - *Participação Comunitária e Desenvolvimento. O Caso dos Grupos Dinamizadores em Moçambique*. INLD, Ndjira - Maputo, 1999.

CHINA, República Popular - *Seis Escritos Militares del Presidente Mao Tsé Tung. Problemas de la Guerra e de la Estrategia*. Obras Escogidas de Mao Tsé Tung, Ediciones en Lenguas Extranjeras, Transcrito para el Internet por Rafael Masada. Tomo I, pp. 193-274. 1ª ed. Pekin 1968, 1998. Disponível em: <https://pensaryhacer.files.wordpress.com/2010/06/seis-escritos-militares-del-presidente-mao-tsetung.pdf>.

CHRISTIE, Ian - *Samora, uma Biografia*. Ndjira editora, Maputo, 1996.

CLAUSEWITZ, Carl Von - *Da Guerra*. Howard, Michel - Universidade de Oxford & Paret, Piter - Universidade de Stanford (Editores). Tradução de Luiz Carlos de Nascimento e Silva do Valle, 1984. Disponível em: <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/DAGUERRA.pdf>.

COELHO, João Paulo Borges. *A Literatura Quantitativa e a Interpretação do Conflito Armado em Moçambique (1976-1992)*. Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.

Disponível em

[https://www.ces.uc.pt/estilhacos\\_do\\_imperio/comprometidos/media/Mo%C3%A7ambique%20e%20a%20LQ%20pdf%20\(2\).pdf](https://www.ces.uc.pt/estilhacos_do_imperio/comprometidos/media/Mo%C3%A7ambique%20e%20a%20LQ%20pdf%20(2).pdf).

COELHO, João P. B e MACARINGUE, Paulino - Estudos Moçambicanos. Centro de Estudos Africanos. Universidade Eduardo Mondlane, 2002. Disponível em <https://www.mozambiquehistory.net/periodicals/estudmoc/20/coelho-macaringueem20.pdf>.

CONCEIÇÃO, Francisco Carlos da - *Implicações Políticas da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento em Moçambique: Da Solidariedade Socialista à Trajectória Tradicional do Norte e à Experiência Emergente do Sul (1975-2013)*. Tese de Doutoramento em Estudos Sociais e Políticos. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos, 2015. Disponível em [http://www.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2017/06/Tese\\_Francisco-da-Concei%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://www.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2017/06/Tese_Francisco-da-Concei%C3%A7%C3%A3o.pdf).

CRAVINO, Janete S. - *Conflitos Internos. Resolução de Conflitos*. Revista militar, artigo 21, Portugal, 2005. Disponível em <https://www.revistamilitar.pt/artigo/21>.

CUNHA, Geraldo Afonso - Segurança Nacional e Defesa Nacional no Estado de Direito Democrático. Revista Militar Nº 2592 – Janeiro de 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53n1/a01v53n1.pdf>.

DANCHIN, Peter & Fisher, Horst - *United Nations Reform and the New Collective Security* Cambridge University Press, UK, 2010.

DARCH, Colin - *O Conflito Moçambicano e o Processo de Paz numa Perspectiva Histórica. Uma História de Sucesso que Correu Mal?* Publicado por Friedrich-Ebert-Stiftung. Avenida Tomás Nduda Nº 1313. Maputo, 2018.

DAVID, Charles Philippe - *A Guerra e Paz, Abordagens Contemporâneas da Segurança e da Estratégia*. Instituto Piaget, Coleção Economia e Política. Ciência Política da Universidade de Quebec, Montreal, 2001.

DAVIES, Robert *Política Regional Sul-Africana*. In: Zacarias, Agostinho (ed.). Repensando Estratégias sobre Moçambique na África Austral. Instituto Superior de Relações Internacionais, Maputo, 1990, pp. 157-197.

DEUTSCHER, I. - *Preventing Ethnic Conflict - Successful Cross - National Strategies*. Lanham: Lexington Books, 2005.

DIALLO, Mamadou Alpha - *A Dinâmica de Segurança Regional Na África Subsaariana: África Ocidental Proto-Complexo Ou Sub-Complexo Regional de Segurança?*- 2012.

DICIONÁRIO Michaelis, (S/d). Disponível em <https://guerrasportalprofessor.wordpress.com/>.

DOPCKE, Wolfgang - *Uma nova política exterior depois do apartheid? Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974 - 1998*. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 41 nº 1 Brasília Janeiro/Junho 1998. Disponível em [https://www.google.com/search?q=Nova+Pol%C3%ADtica+exterior+depois+do+apartheid+\(Wlfgang+Dopcke\)&oq=Nova+Pol%C3%ADtica+exterior+depois+do+apartheid\(Wlfgang+Dopcke\)&aqs=chrome](https://www.google.com/search?q=Nova+Pol%C3%ADtica+exterior+depois+do+apartheid+(Wlfgang+Dopcke)&oq=Nova+Pol%C3%ADtica+exterior+depois+do+apartheid(Wlfgang+Dopcke)&aqs=chrome).

DOUGHERTY, James E, & Pfaltzgraff, Jr. - *Relações Internacionais - As Teorias em Confronto. Um Estudo Detalhado*. Gradiva Publicações, 1ª edição, 2003.

ECEME - Escola de Comando e Estado Maior do Exército - *Introdução à Estratégia*. Publicação CP- Brasil. Disponível em: [www.eceme.eb.mil.br/images/epceme/publicações/Introd-Estrat11.pdf](http://www.eceme.eb.mil.br/images/epceme/publicações/Introd-Estrat11.pdf), 2011.

ÉVORA, Maurino - *Que Regionalismo Securitário para a África Ocidental?* Disponível em: [https://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc\\_trabalho/18-MaurinoEvora.pdf](https://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/18-MaurinoEvora.pdf), 2011.

FERNANDES, António Horta e DUARTE, António Paulo - *Da Hostilidade à Construção da Paz. Para uma Revisão Crítica de Alguns Conceitos Estratégicos*. Nação e Defesa N° 91- 2ª Série, pp. 95-127. Outono, 1999. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/22903/1/Ned138-Antonio%20Paulo%20Duarte.pdf>.

FERNANDES, Marisa - *O Conceito de Estratégia no Âmbito da Segurança e Defesa Nacional: Abordagem ao Caso Alemão*. Revista Militar Quadrimestral N° 139. Nação e Defesa, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 2014. Disponível em [https://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/resumo\\_abstract/NeD139\\_Resumo\\_MarisaFernandes.pdf](https://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/resumo_abstract/NeD139_Resumo_MarisaFernandes.pdf).

FERRAZ, Sampaio F. Tércio - *Introdução ao Estudo do Direito*. São Paulo: Atlas, S.A, 2003.

FERREIRA, Tiago F. dos Santos - *O Projecto Alcora e a Guerra de África (1961-1974)*. Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Cavalaria – Lisboa, 2011. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=Projecto+Alcora+e+a+guerra+de+%C3%81frica++Tiago+dos+Santos+Ferreira&oq=Projecto+Alcora+e+a+guerra+de+%C3%81frica++Tiago+dos+Santos+Ferreira&aqs=chrome..69i57.33030j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8>.

FIGUEIRA, Ariane Roder - *Introdução à Análise de Política Externa; Volume 1*. Colecção Relações Internacionais: Editora Saraiva, São Paulo, 2011.

FISAS, Vicenç - *Cultura de Paz y Gestion de Conflictos*. Barcelona: Ediciones UNESCO, 4 edição, 2004.

FONSECA, J. J. S. - *Metodologia da Pesquisa Científica*. Fortaleza: UEC. Apostila, 2004.

FORQUILHA, Salvador (2017), *Descentralização e Conflito em Moçambique. O Desafio de Construção do Estado, Desafios para Moçambique*, Maputo. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/05/part1-2sf.pdf>.

FRANCO, Manuela, Coordenadora da *IV Conferência Internacional FLAD-IPRI sobre Estratégia e Segurança na África Austral*, 12 e 13 de Outubro de 2006. Auditório da Fundação Luso-Americana, Lisboa. 2007

FREIRE, Maria Raquel (2011), *Política Externa. As Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra University Press. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/21521/1/Pol%C3%ADticas%20externas%20das%20grandes%20pot%C3%AAsncias.pdf>.  
 FRELIMO: *Relatório do Comité Central ao 3º Congresso*. Departamento Ideológico da FRELIMO, Maputo, 1977.

GABRIEL, Puyana - Teorias de la Guerra en Moltke y Liddell Hart. *Revista de Estudios Sociales*, Junho de 2003. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/cgi-bin/library.cgi?>

GARCIA, Francisco Proença, Major de Infantaria - Tipologias de Guerra. Universidade Católica Portuguesa. Artigo, Marco de 2003. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/324008215\\_Tipologias\\_de\\_Guerra](https://www.researchgate.net/publication/324008215_Tipologias_de_Guerra).

GARCIA, Francisco Proença, As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados. Subsídios para o seu Estudo. Lisboa, 2006. Disponível em: <https://infoeuropa.eurocid.pt/files/database/000036001-000037000/000036360.pdf>.

GASPAR, António da Costa - Frente *Diplomática*, Capítulo III, pp. 87-188. In TEMBE, Joel das Neves (Coordenador). *História da Luta de Libertação Nacional*, Vol. 1. Edição: Ministério dos Combatentes – Direcção Nacional de História. Imprensa Universitária, Maputo, 2014.

GELDENHUYS, Deon - *Some Foreign Implications of South Africa's 'Total National Strategy', with particular reference to the 12 point plan*. The South African Institute of International Affairs. March 1981. Disponível em <https://www.africaportal.org/publications/some-foreign-policy-implications-of-south-africas-total-national-strategy-with-particular-reference-to-the-12-point-plan/>.

GELDENHUYS, Deon - *The Diplomacy of Isolation: South Africa Foreign Policy Making*. St. Martin's Press, New York, 1984. Disponível em <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-modern-african-studies/article/diplomacy-of-isolation-south-african-foreign-policy-making-by-deon-geldenhuy-johannesburg-macmillan-south-africa-1984-pp-iii295-r1995/1DE0B91D5E0921DD7C35200BDE526A7D>.

GENTIL, Ana Maria - *O Leão e Caçador, Uma História da África Sub-sahariana dos séculos XIX e XX*. Arquivo Histórico de Moçambique, Estudos 14 Maputo, 1999.

GIL, António Carlos - *Como elaborar projectos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Gonçalves Santa Clara - *A Política Externa e a Diplomacia numa Estratégia Nacional*. "Nação e Defesa," Ano XV N° 56. Outubro, - Dezembro, 1990. Disponível em: [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2669/1/NeD56\\_GSantaClaraGomes.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2669/1/NeD56_GSantaClaraGomes.pdf).

GRAY, Colin S. - *Modern Strategy*. Oxford University Press, UK, 1999. Disponível em: <http://www.fb03.uni-frankfurt.de/45745416/Gray-1999---Modern-Strategy---Ch-5.pdf>.

GRESSLER, Lori Alice - *Pesquisa Educacional*. São Paulo. Ed. Loyola. Brasil, 1979. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/ecb/files/2009/09/Tipos-de-Pesquisa.pdf>.

- GRUNDY, Kenneth W. - *The Militarization of South African Politics*. Indiana University Press, Bloomington, 1986.
- GUJAMO, Rufino Carlos - *A Transição Democrática e a Manutenção da Paz em Moçambique entre 1992 e 2004*. Programa Interuniversitário. Tese de Doutoramento em História. Universidade de Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora, Lisboa, 2016. Disponível em [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/26319/1/ulsd730210\\_td\\_Rufino\\_Gujamo.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/26319/1/ulsd730210_td_Rufino_Gujamo.pdf).
- HANLON, Joseph - *Mozambique: The Revolution under Fire*. London: Zed Books, 1984.
- HANLON, Joseph - *Beggar Your Neighbours: Apartheid Power in Southern Africa*. James Currey, London, UK, 1986.
- HANLON, Joseph - *Paz sem Benefício. Como o FMI bloqueia a Reconstrução de Moçambique?* Imprensa Universitária. Universidade Eduardo Mondlane, Colecção Nosso Chão, Maputo, 1996.
- HANLON, Joseph – *Mozambique: Who Calls the Shots?* Londres: James Currey, 1991.
- HARDY, David Videla - *La Seguridad Cooperativa: um modelo de seguridad estratégica en evolución*. S/ed, 2003. Disponível em <https://revistamarina.C1/revistas/2003/6/hardy.pdf>.
- HART, Basil H. Liddel - *La Estrategia de la Aproximación Indirecta. Extractos para una adaptación a la política*. Edición original, 1941. Edición electrónica, 2014. Traducción y compilación: Denes Martos. Disponível em: [https://estrategiauruguay.files.wordpress.com/2014/04/liddel-hart-basil-h\\_la-estrategia-de-la-aproximacion3b3n-indirecta.pdf](https://estrategiauruguay.files.wordpress.com/2014/04/liddel-hart-basil-h_la-estrategia-de-la-aproximacion3b3n-indirecta.pdf).
- HERMELE, Kenneth - *Moçambique na Encruzilhada. Economia e Política na Era do Ajustamento Estrutural*. S/ed. Colecção Nosso Chão, 1990.
- HISTÓRIA de Moçambique Vol. 1 - *Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores (200/300-1888)*. Departamento de História da UEM. Tempo, Maputo, 1988.
- HISTÓRIA de Moçambique Vol. 3 - *Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930-1961*. UEM - Departamento de História, Faculdade de Letras, Maputo, 1993.
- JAIROCE, Jorge - *História de Moçambique: Fragmentos de uma Imaginação Nacional*, Maputo. 2012.
- JAMINE, Elísio Benedito - *A Integração Regional na África Austral: Obstáculos e Oportunidades (1980-2008)*, 2009. Mestrado em Relações Internacionais. Universidade Pontifícia Católica de São Paulo - Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” Unesp/Unicamp/Puc-Sp. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/17418/1/Elisio%20Benedito%20Jamine.pdf>.
- KEOHANE, Robert & Nye, Joseph - *Power and Interdependence*. Harvard University, 3 edition, USA, 2001.

JOSÉ, André Cristiano - *Neoliberalismo e Crise do Trabalho em Moçambique: O Caso do Cajú*. Assembleia Geral do CODESRIA, Maputo, 2005.

LAMEGO, José - *Hermenéutica e Jurisprudência*. Análise de uma “recepção”, Editorial Fragmentos, Lisboa, 1990.

LAPUCHEQUE, Rodrigues - *Consagração Constitucional das Forças Armadas Moçambicanas e sua Importância*, 2016. Disponível em [https://run.unl.pt/bitstream/10362/63045/1/Lapucheque\\_2016.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/63045/1/Lapucheque_2016.pdf).

LEAL, Marcelo Mesquita - *A Campanha Militar de Cuito Cuanavale (1987-1988): Uma Análise baseada na Teoria da Guerra de Clausewitz*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre, 2011. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36961/000819385.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

LEISTNER, Erich - *Whither South Africa? The African Perspective in Foreign Policy*. In: Africa Insight, Vol 18, No. 1, Institute of South Africa, Pretoria, 1988. Disponível em: [https://www.google.com/search?q=Whither+South+Africa.+The+African+Perspective+Policy+-+1988+\(+Erich+Leistner&oq=Whither+South+Africa.+The+African+Perspective+Policy+-+1988+\(+Erich+Leistner&aqs=chrome..69i57.90018j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8](https://www.google.com/search?q=Whither+South+Africa.+The+African+Perspective+Policy+-+1988+(+Erich+Leistner&oq=Whither+South+Africa.+The+African+Perspective+Policy+-+1988+(+Erich+Leistner&aqs=chrome..69i57.90018j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8).

LEVY, Jack S. - *Contending Theories of International Conflict. A Levels-of-Analysis Approach*. Crocker A. Chester & Hampson, Fen Osler with All Pamela (editors), *Managing Global Chaos. Sources of and Responses to International Conflict*. United States Institute of Peace Press, Washington DC, 1996.

LUDKE, M. / André, M.E.D.A. - *Pesquisa em Educação. Abordagens Qualitativas*. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

LUÍS, Augusto Jone - *Políticas do Banco Mundial para a Educação Básica Moçambicana - 1985-2000*. Universidade Federal de Santa Catarina. Mestrado em Educação. Centro de Ciências de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2005.

MACAGNO, Lorenzo - *Fragmentos de uma Imaginação Nacional*. RBCS Vol. 24 nº 70 Junho/2009. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v24n70/a02v2470.pdf>;

MACHEL, Samora Moisés - *A Nossa Luta*. Imprensa Nacional de Moçambique. 2ª ed. Maputo, 1975.

MACHEL, Samora Moisés - *Acordo de Incomáti: Vitória da Paz, Vitória do Socialismo*. Coleção “Palavras de Ordem.” Edição do Partido FRELIMO, Maputo, 1984.

MACIE, Albano - *Forças Armadas na Segurança Interna: o caso de Moçambique*. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Direito. Tese de Doutoramento em Direito e Segurança, 2019. Disponível em: [https://run.unl.pt/bitstream/10362/89770/1/Macie\\_2019.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/89770/1/Macie_2019.pdf).

MAGODE, José - *Moçambique: Etnicidades, Nacionalismo e Estado. Transição Inacabada*. CEEI-ISRI. Maputo, 1996.

MAGODE, José - *Polvorim te Roseau Social au Mozambique. Appartensnces, Interactivité du Social et du Politique (1933-1994)*. Éditions Connaissance et Savoir, Paris, 2005.

MAHOCHE, Simeão Vicente - *Instrumentalização das Identidades Étnicas e Religiosas como Factores de Conflitos e Insegurança em África: Caso dos Muçulmanos e Cristãos na Nigéria*. ISRI, Maputo, 2015.

MALOA, Joaquim Miranda - *O Lugar do Marxismo em Moçambique: 1975-1994*. Revista Espaço Académico nº 122 - Julho de 2011. Mensal - Ano XI - ISSN 1519-6186. Disponível em: <http://eduem.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/10413/7216>.

MANJATE, Alves Ernesto - *A Estrutura de Tomada de Decisão de Política Externa em Moçambique - O Papel da Opinião Pública*. Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI). Relações Internacionais e Diplomacia. Trabalho de Fim do Curso - Licenciatura em Relações Internacionais e Diplomacia, 2011. Disponível em [https://www.academia.edu/6262266/A\\_Estrutura\\_de\\_tomada\\_de\\_decis%C3%A3o\\_em\\_Mo%C3%A7ambique\\_-\\_O\\_papel\\_da\\_Opini%C3%A3o\\_P%C3%BAblica](https://www.academia.edu/6262266/A_Estrutura_de_tomada_de_decis%C3%A3o_em_Mo%C3%A7ambique_-_O_papel_da_Opini%C3%A3o_P%C3%BAblica).

MANJATE, Joaquim Marcos - *Análise Estratégica da Liderança na Guerra em Moçambique. Unidade de Reforço na Batalha da Zambézia, 1986-1992*. Impressão DINAME - Mocambique, 2013.

MASSANGAIE, Arnaldo Timóteo - *A Política Externa de Moçambique e sua Inserção no Processo de Integração Regional na África Austral*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Económicas - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. Tese de Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais. Porto Alegre, 2017. Disponível em <https://www.escavador.com/sobre/11338191/arnaldo-timoteo-massangaie>.

MARCH, J. G. & Olsen, J. P. - *Ambiguity and choice in organizations*. Bergen, Norway: Universities foraged, 1976.

MARCONI, Marina de A; Lakatos, Eva Maria (2002), *Técnicas de Pesquisa*, São Paulo: Atlas ed. 2002. Disponível em <http://www.ebah.com.br/content/ABAAABNXgAD/amostragem?part=3>.

MATEUS, Dalila Cabrita - *A Luta pela Independência. A Formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Editora Inquérito, Lisboa, 1999.

MATSINHE, Leví Salomão - *Moçambique: uma Longa Caminhada para um Futuro Incerto?* Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Porto Alegre, 2011. Disponível: <https://pt.scribd.com/document/220244656/A-Caminhada-Para-Um-Futuro-Incerto>.



MBEBE, Fernando Rodrigo - *Arquitetura de Segurança na África Austral (SADC): Surgimento e Desenvolvimento de uma Comunidade de Segurança*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Porto Alegre, 2010.

MENDONÇA, Hélio Magalhães de - *Política Externa da África do Sul (1945-1999)*. PP. 11-100. In: Guimarães, Samuel Pinheiro (org.). *África do Sul: Visões Brasileiras*. Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília 2000. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/61-Visoes\\_Brasileiras\\_-\\_africa\\_do\\_Sul](http://funag.gov.br/loja/download/61-Visoes_Brasileiras_-_africa_do_Sul) pdf.

MENESES, Maria Paula & Martins, Bruno Sena (Org.) - *As Guerras de libertação e os Sonhos Coloniais. Alianças Secretas, Mapas Imaginados*. Edições Almedina, Coimbra, 2013. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/315662108\\_As\\_Guerras\\_de\\_Libertacao\\_e\\_os\\_Sonhos\\_Coloniais\\_aliancas\\_secretas\\_mapas\\_imaginados/download](https://www.researchgate.net/publication/315662108_As_Guerras_de_Libertacao_e_os_Sonhos_Coloniais_aliancas_secretas_mapas_imaginados/download).

MEYER, J. - *Institutionalized organizations: Formal structure as myth and ceremony*. *American Journal of sociology*. S/Editor, 1983.

MIALL, Hugh - *Conflict Transformation: A Multidimensional Task*, *Berghof Handbook for Conflict Transformation*, Berlin: Berghof Institut. Disponível em [http://edoc.vifapol.de/opus/volltexte/2013/4682/pdf/miall\\_handbook.pdf](http://edoc.vifapol.de/opus/volltexte/2013/4682/pdf/miall_handbook.pdf), 2004.

MILHAZES, José - *Moçambique: Contributo para a História. Rússia (URSS) nas guerras da segunda metade do séc. XX*. M., Triada-farm 2002. Pág. 402-407. *Luta armada do povo de Moçambique pela liberdade e a independência (1965-1979)*, 2007. Disponível em [http://mozindico.blogspot.com/2020/06/mocambique-contributos-para-historia\\_28.html](http://mozindico.blogspot.com/2020/06/mocambique-contributos-para-historia_28.html).

MINTER, William - *Os Contrás do Apartheid. As Raízes da Guerra em Angola e Moçambique*. Arquivo Histórico de Moçambique, Estudos 13. Imprensa Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1998.

MINTER, William - *Guerras de Libertação, Conflitos Internos e Desestabilização*, 1997. Disponível em <http://psimg.jstor.org/fsi/img/pdf/t0/10.5555/al.sff.document.ae000097.pdf>.

MOÇAMBIQUE - *Acordo Geral de Paz de Moçambique*, Vol. 1, N° 6, *Política Internacional*, Maputo, 1993.

MOÇAMBIQUE - *Constituição da República Popular de Moçambique (1975), Lei da Nacionalidade e Constituição do Primeiro Governo*. Imprensa Nacional de Moçambique, 4ª ed. Maputo.

MOÇAMBIQUE - *Constituição da República de Moçambique (1990)*. Impresso nas Oficinas Gráficas da Minerva Central, Maputo.

MOÇAMBIQUE, *Decreto n° 1/75, de 27 de Julho de 1975*, que cria o Ministério da Defesa Nacional. Cidade de Maputo, 1975.

MOÇAMBIQUE, *Decreto-Lei n° 16/76, de 13 de Fevereiro de 1975*, que permite a intervenção e tutela do Estado sobre as unidades económicas sabotadas e abandonadas pelos antigos proprietários.

MOÇAMBIQUE, *Decreto-Lei 17/77, de 28 de Abril*, sobre organização, funcionamento e gestão de empresas intervencionadas pelo Estado.

MOÇAMBIQUE, *Decreto n° 6/84, de 19 de Setembro*, que autoriza a celebração do acordo entre Moçambique e as Instituições Financeiras da *Bretton Woods* (IFBW's) para o relançamento económico.

MOÇAMBIQUE, *Lei n° 16/76, de 13 de Fevereiro de 1975*, que permite a intervenção do Estado sobre as unidades económicas sabotadas e abandonadas pelos seus antigos proprietários.

MOÇAMBIQUE, *Lei n° 4/78, de 23 de Março*, que institui o Serviço Militar Obrigatório.

MOÇAMBIQUE, *Lei n° 2/79*, sobre os crimes contra a Segurança do Povo e do Estado Popular.

MOÇAMBIQUE, *Lei n° 9/79, de 10 de Junho*, define os princípios e normas de organização, funcionamento e gestão das cooperativas agrícolas.

MOÇAMBIQUE, *Lei n° 2/81, de 30 de Setembro*, que revoga a lei n° 16/76 de 13 de Fevereiro de 1975.

MOÇAMBIQUE, *Lei n° 1/83, de 15 de Março*, que introduz a pena de morte para actos de candonga (açambarcamento, tráfico ilegal de divisas e contrabando), violação e assaltos a mão armada.

MOÇAMBIQUE, *Lei n° 5/83 de 1 de Abril*, que introduz a lei de chicotada (castigo físico para crimes de pequena gravidade) e interdição de residência.

MOÇAMBIQUE, *Lei n° 14/87, de 19 de Dezembro*, concede perdão aos autores dos crimes contra a Segurança do Povo e do Estado Popular, que se apresentem voluntariamente até 31 de Dezembro de 1988.

MOÇAMBIQUE, *Lei n° 17/87, de 21 de Dezembro* (Lei dos Crimes Militares), concede amnistia aos cidadãos que tenham cometido crimes contra a Segurança do Estado.

MOÇAMBIQUE, *Lei n° 13/92, de 14 de Outubro de 1992*, que torna executório o Acordo Geral Paz.

MOÇAMBIQUE, *Lei n° 4/93, de 23 de Julho*, estabelece o quadro jurídico para a realização das primeiras eleições gerais multipartidárias no país.

MOÇAMBIQUE, *Resolução n° 15/87, de 22 de Setembro de 1987*, que aprova o Relatório do Governo sobre o Programa de Reabilitação Económica e Programa de Emergência.

MONDLANE, Eduardo Chivambo - *Lutar por Moçambique. Origem do Nacionalismo e da Unidade Moçambicanos*. 1ª ed. 1995 Moçambicana, Maputo.

MORAVCSIK, Andrew - *Preferences and Power in the European Community: A Liberal Intergovernmentalist Approach* *Journal of Common Market Studies*. V. 31, n°4. December, 1993. Harvard University, 1993. Disponível em: [www.eustudies.gr/wp-content/uploads/2012/03/Moracsik-JCMS-1993.pdf](http://www.eustudies.gr/wp-content/uploads/2012/03/Moracsik-JCMS-1993.pdf).

MORGENTHAU, Hans - *A Política entre as Nações. A Luta pelo Poder e pela Paz*. IPRI, Editora UnB, São Paulo, 2003.

MOYANA, J. Kombo (1976), *Economia Política do Sistema de Mão-de-obra Migratória*. Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1976.

MURAPA, Rukudzo (2002), *A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC): Rumo à Integração Política e Económica*. Impulso n° 31, Setembro, 2002.

MUNSLOW, Barry - *Africa: Problems and the Transition to Socialism*. Zed Books Ltd. London and New Jersey, 1986.

MZIZI, Joshua Bheki - *Swaziland. Security and Democracy in Southern Africa*. Johannesburg International Development Research Centre; Security and Development in Southern Africa, Johannesburg, 2001.

NEWITT, Malyn - *História de Moçambique*. Publicações Europa - América. Biblioteca de História, Maputo, 1995.

NGOMA, Naison - *Prospects for a Security Community in Southern Africa: An Analysis of Regional Security in the Southern Africa in Development Community*. Institute for Security Studies, Edited by John Ockerbloom, Pretoria, 2005.

NGUENHA, Severino Elias - *Por uma Dimensão Moçambicana da Consciência Histórica*. Edições Salesianas, Porto, 1992.

NILSSON, Anders - *Paz na Nossa Era. Para uma Compreensão Holística de Conflitos na Sociedade Mundial*. Padrigu - CEEI-ISRI. Maputo, 2001.

ONU, *Carta das Nações Unidas (1991)*. Texto em língua portuguesa. Disponível em <https://dre.pt/application/file/643860.pdf>. Acessado em 22 de Março de 2020. 8:30 horas.

ONU, *Resolução 418 de 4 de Novembro, que sob o Capítulo VII da Carta, impõe embargo compulsório de armas à África do Sul*. Conselho de Segurança das Nações Unidas, 1977. Disponível em <http://daccessdds.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/297/01/IMG/NR029701.pdf?OpenElement>.

ORNELAS, J. - *A Resolução de Conflitos em Contextos Comunitários: Estratégias de Negociação e Mediação*. Seminário Educação para a Paz: Valores e Metodologias de Intervenção Lisboa: Cruz Vermelha Portuguesa, 2000.

PACHINUAPA, Raimundo - *Moçambique: 40 anos de Independência e Soberania*. Lições, Desafios e Oportunidades. Nachingwea Editores, Maputo, 2015.

PEREIRA, Cabral Ricardo - *O Complexo Regional de Segurança Sul-americano: Uma Análise Comparada*. Instituto de História – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em História Comparada IFCS-UFRJ, Brasil, 2013.

PFISTER, Roger - *Apartheid South Africa and African States: From Pariah to Middle Power, 1961-1994*. Tauris Academic Studies, UK - London, 2005. Disponível em: <https://pure.qub.ac.uk/en/publications/roger-pfister-apartheid-south-africa-and-african-states-from-pariah>.

PINTO, Jaime Nogueira - *Jogos africanos. A Guerra dos Quinze Anos*. (s/e), 2008. Disponível em: [https://www.google.com/search?q=Jogos+africanos.+Guerra+dos+quinze+anos++Jaime+Nogueira+Pinto&sxsrf=ACYBGNS77PFWxvYSnhAm4SG8ShuT\\_PQmg:1571333019235&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=\\_qHYc9mdtcVLiM%253A%252CR](https://www.google.com/search?q=Jogos+africanos.+Guerra+dos+quinze+anos++Jaime+Nogueira+Pinto&sxsrf=ACYBGNS77PFWxvYSnhAm4SG8ShuT_PQmg:1571333019235&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=_qHYc9mdtcVLiM%253A%252CR).

PORTUGAL, *Lei nº 2048, de 11 de Junho de 1951*, que designa *Províncias Ultramarinas* às colónias portuguesas de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Macau, Estado da Índia e Timor.

PORTUGAL, *Lei nº 774, de 27 de Julho*, na qual Portugal reconhecia as normas e princípios relativos ao direito dos povos à auto-determinação e aceitação das resoluções da ONU referentes aos territórios não autónomos sob administração portuguesa.

ROCCA, Roberto Morozo Della - *Moçambique da Guerra à Paz: história de uma mediação insólita*. Livraria Universitária - UEM, Maputo, 1998.

ROCCA, Roberto Morozzo Della - *A Paz, como Moçambique saiu da Guerra?* CIEDIMO S.A.R.L. Maputo, 2012.

ROCHA, Milton Alberto Sousa - *A Guerra Fria no sul de África e respectivas consequências: Angola e África do Sul, 1975-1994*. Instituto Universitário de Lisboa. Dissertação, Departamento de História - Lisboa 2013.

RODRIGUES, Alexandre Reis - *Alianças e Comunidades de Segurança. Segurança Cooperativa. O caso da NATO*. Jornal de Defesa e Relações Internacionais, 2013. Disponível em [database.jornaldefesa.pt/organizaçõesinternacionais/nato/JDRI%20018%201000113%20alianças.pdf](http://database.jornaldefesa.pt/organizaçõesinternacionais/nato/JDRI%20018%201000113%20alianças.pdf).

RODRIGUEZ, Alberto Pena - *Nós queremos um Estado e a cultura do Poder. Propaganda nos territórios autoritários*. Imprensa Universitária de Coimbra, 2014.

ROSA, Celso Braga - *Memórias da Guerra Colonial: Alianças Secretas e Mapas Imaginados. Área Temática: Segurança, Defesa e Forças Armadas*. VIII Congresso Português de

Sociologia. Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade da Psicologia e Ciências da Educação, 2012.

RUDZIT, Gunther - *O debate teórico em Segurança Internacional. Mudanças frente ao terrorismo? Civitas* - Revista de Ciências Sociais, v. 5 nº 2. Julho-Dezembro, 2005.

RUDZIT, Gunther & Nogmi, Otto - *Segurança e Defesa Nacionais: conceitos básicos para uma análise*. Revista Brasileira de Política Internacional. 53 (1): 5-24 (2010). Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53n1/a01v53n1.pdf>.

SANTOS, Aurora Almada - *O Comité de Descolonização da Organização das Nações Unidas e a Legitimação da Luta de Libertação nas Colónias Portuguesas: 1965-1974*. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772005\\_697ce39d0788e28863844d0e4f3f5197.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772005_697ce39d0788e28863844d0e4f3f5197.pdf).

SANTOS, Edvalda Jandira Morgado dos - *Objectivos e actuação pragmática de Angola dentro da SADC*. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Lisboa, 2014. Dissertação. Disponível em [http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1413/1/mri\\_edvalda\\_santos\\_dissertacao.pdf](http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1413/1/mri_edvalda_santos_dissertacao.pdf).

SARANGA, Omar Nalá - *Contributo da Criação do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) Para a Consolidação da Profissionalização das Forças Armadas de Defesa Moçambique (FADM)*. Instituto Superior de Estudos Militares, Lisboa, 2011. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11542/1/TCOR%20NaI%C3%A1%20Saranga.pdf>

SCHUTZ, Nathaly Silva - *Integração na África Austral: A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e os Condicionantes Históricos e Políticos de Integração*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Porto Alegre, 2014. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/106413/000933078.pdf?sequence=1>.

SERRA, Carlos - *Novos Combates pela Mentalidade Sociológica*. Livraria Universitária. Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1997.

SERRA, Carlos - *Identidade, Moçambicanidade e Moçambicanização*. Livraria Universitária. Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1998.

SILVA, A. E. Duarte - *O Litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)*. *Análise Social*. Vol. XXX (130), 5-50. SAE, 1995. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223379275°6TbI0an1Az23CC9.pdf>.

SILVA, Cristiane Nascimento da - *Viver a Fé em Moçambique: as Relações entre a FRELIMO e as Confissões Religiosas (1962-1982)*. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Programa de Pós-Graduação em História. Tese de doutoramento em História. Niterói, 2017. Disponível em <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1916.pdf>.

SILVA, Igor Castellano da - *Política Externa na África Austral: Causas das Mudanças nos Padrões de Cooperação-Conflito (1975-2010)*. Tese de Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Económicas - Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/207434>.

SILVA, Igor Castellano da - *Política Externa na África Austral. Guerra, Construção do Estado e Ordem Regional*. 1ª edição, Porto Alegre, 2017.

SOUTO, Amélia Neves de, Relações entre Portugal. *África do Sul e Rodésia e o Exercício ALCORA: Elementos Fundamentais na Estratégia da condução da Guerra - 1960-1974*. In MENESES, Maria Paula e MARTINS, Bruno Sena (Org.), *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais. Alianças Secretas, Mapas Imaginados*. p. 143-169. Edições Almedina, Coimbra, 2013.

TIBOLA, Ana Paula Lima - *A Escola Superior de Guerra e a Doutrina de Segurança Nacional, 1949-1966*. Dissertação, Passo Fundo, Brasil, 2007. Disponível em: Disponível em: [https://secure.upf.br/tede/tde\\_arquivos/8/TDE-2009-08-05T155154Z-109/Publico/2007 Ana PaulaLimaTibola.pdf](https://secure.upf.br/tede/tde_arquivos/8/TDE-2009-08-05T155154Z-109/Publico/2007 Ana PaulaLimaTibola.pdf).

TIMANA, Sebastião Eduardo. *A Liderança na Formação de Oficiais e Sargentos das Forças Armadas de Defesa de Moçambique: os casos da Academia Militar e da Escola de Sargentos*. Doutoramento em Educação Área de especialização em Liderança Educacional Lisboa, 2018. Disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/7290/1/TDSebastiao Timana.pdf>.

TOMÉ, Luís - *Segurança e Complexo de Segurança: conceitos operacionais*. JANUS.NET, e-journal of International Relations. Vol. 1, nº 1, pp. 33-49, 2010. Universidade Autónoma de Lisboa. Disponível em: [http://www.ualmedia.pt/resources/docs/ciencias\\_comunicacao/docentes/luis\\_tome.pdf](http://www.ualmedia.pt/resources/docs/ciencias_comunicacao/docentes/luis_tome.pdf).

TUKING, G. I. - *Direito Internacional*. Edições Progresso, Moscovo. 1986.

URSINY, T. - *Como Lidar com os Conflitos - Soluções para Aqueles que Odeiam o Confronto*. Lisboa, Sinais de Fogo - Publicações (Original Publicado em 2003), 2010.

URY, W. Brete J. & Golberg, S. - *Resolução de Conflitos*. Lisboa. Actual Editora. (Original publicado em 1993), 2009.

VALENTE, João Paulo Cardoso - *Portugal e NATO e Conceitos Estratégicos. Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada*. Setembro de 2014, Lisboa. Disponível: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7484/1/EXE%20INF%20632%20Jo%C3%A3o%20Valente.pdf>.

VELOSO, Jacinto - *Memórias em voo Rasante*, Sográfica, Lda. 4ª ed. Revista e ampliada, Maputo, 2011.

VENÂNCIO, José Pedro Gonçalves - *Os Apoios Internacionais de Portugal durante a Guerra Colonial*. Academia Militar, Direcção de Ensino, Curso de Infantaria. Investigação Aplicada. Amadora, 2008. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/8491/1/Os%20apoios%20internacionais%20de%20Portugal%20durante%20a%20Guerra%20Colonial.pdf>

VIANA, Vítor Rodrigues - *Segurança colectiva: a ONU e as operações de apoio à paz*. Lisboa: Edições Cosmos e Instituto da Defesa Nacional, 2002.

VIEIRA, Rui Manuel da Costa Ribeiro - Revista Militar N° 2511 - Abril. *OTAN 2020 - Reforço da Defesa Colectiva e Afirmação da Segurança Cooperativa - o Modelo possível, necessário ou de transição*, 2011. Disponível em [www.operacional.pt/otan-2020/](http://www.operacional.pt/otan-2020/).

VIEIRA, Sérgio - *Participei, por isso Testemunho*. Editorial Njira, SA, Colecção Horizonte da Palavra, 3ª ed. Maputo, 2011.

VILALVA, Mário - *África do Sul: do Isolamento à Convivência. Reflexões sobre a relação com o Brasil*. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2016.

VINES, Alex - *RENAMO: From Terrorism to Democracy in Mozambique?* Centre for Southern Africa Studies. University of York, Eduardo Mondlane Foundation, 2 Rev. ed. USA, 1996.

VIOTTI, Paul & Kauppi, V. Mark - *International Relations Theory – Realism, Pluralism, Globalism and Beyond*. 3 ed. USA, 1998.

WALTZ, Kenneth N. - *Man, the State and War. A Theoretical Analysis*. New York, Columbia University Press, 2001. Disponível em: [https://is.muni.cz/el/1423/podzim2005/MVZ156/um/758391/waltz2001\\_16-41.pdf](https://is.muni.cz/el/1423/podzim2005/MVZ156/um/758391/waltz2001_16-41.pdf).

YARGER, Harry R. - *Strategic Theory for the 21st Century: The Little Book on Big Strategy*, Carlisle: Strategic Studies Institute, USAWC, 2006. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/20753/Strategic%20Theory%20for%20the%2021st%20Century.pdf>.

ZACARIAS, Agostinho - *Repensando Estratégias sobre Moçambique e África Austral*. Edições: Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI), Maputo, 1990.

## Imprensa

MOÇAMBIQUE - onde mora a verdade sobre a morte de Samora Machel? **Jornal o País**, p. 2, 19 de out. 2011.

MOÇAMBIQUE - introdução da pena de morte e da lei de chicotada. **Jornal Notícias** de 2 de abr. p. 1, 1983.

MOÇAMBIQUE - presidente Samora Machel reafirma a determinação do governo de levar avante a batalha pela liquidação dos bandidos armados, **Jornal Notícias**, de 30 de mai. p. 3, 1985.

MOÇAMBIQUE - intensificar o trabalho ideológico e organizativo - presidente Samora Machel perante membros do Comité Central do Partido FRELIMO. **Jornal Notícias**, de 12 de jun. p. 1, 1985.

MOÇAMBIQUE - presidente Samora Machel parte de Washington para Londres, para depois seguir para Roma. **Jornal Notícias**, de 27 de set. p. 1, 1985.

MOÇAMBIQUE - Samora Machel seguiu viagem de Londres para Roma. **Jornal Notícias** de 28 de set. p. 1, 1985.

MOÇAMBIQUE - delegações de Moçambique e da África do Sul em Komatipor (África do Sul), para discutir o incumprimento do acordo de Nkomati. **Jornal Notícias** de 12 de out. p. 1, 1985.

ÁFRICA Austral - o presidente norte-americano, Ronald Reagan, contra o *apartheid* e também contra as sanções. **Jornal Notícias** de 24 de jul. p. 1, 1986.

MOÇAMBIQUE, Relatório do Governo sobre as Forças, apresentado aos Deputados da Assembleia Popular. **Jornal Notícias** de 29 de jul. p. 3, 1986.

ÁFRICA Austral, Chefes de Estado da Linha da Frente desapontados com o persistente apoio do Malawi à RENAMO. **Jornal Notícias** de 12 de set. p. 1, 1986.

ÁFRICA Austral - Zimbabwe e Zâmbia prometem tomar medidas caso o Malawi continue a apoiar a RENAMO. **Jornal Notícias** de 13 de set. 1986.

ÁFRICA Austral - o presidente malawiano reconhece que há bases da RENAMO no Malawi. **Jornal Notícias** de 15 de set. 1986.

ÁFRICA Austral - o presidente do Malawi aceita proposta moçambicana de criação de uma comissão mista de alto nível Moçambique/Malawi para tratar de assuntos relacionados com a segurança. **Jornal Notícias** de 27 de set. 1986.

ÁFRICA Austral - os Países da Linha da Frente exigem uma nova posição do Malawi em relação aos problemas da África Austral. **Jornal Notícias** de 12 de dez. p. 1, 1986.

ÁFRICA Austral - Moçambique, Zâmbia e Zimbabwe ameaçam fechar as fronteiras com o Malawi, caso continue a apoiar a RENAMO. **Jornal Notícias** de 13 de dez. p. 1, 1986.

ÁFRICA Austral - os Estados Unidos propõem ao Governo sul-africano três medidas para eliminar o *apartheid*. **Jornal Notícias** de 12 de jan. p. 5, 1987.

MOÇAMBIQUE - aumentam as evidências sobre um VOR falso no despenhamento da aeronave presidencial, em Outubro de 1986. **Jornal Notícias** de 29 de jan. p. 1, 1987.

MOÇAMBIQUE - está completamente posta de parte qualquer hipótese de diálogo com a RENAMO - presidente Joaquim Chissano no fim da sua visita ao Botswana. **Jornal Notícias** de 19 de ag. p. 3, 1987.

MOÇAMBIQUE - a agressão sul-africana através da RENAMO concentra-se no sul do país. **Jornal Notícias** de 2 de fev. p. 1, 1988.



MOÇAMBIQUE - fornecimento de armas e munições para os bandidos armados através de descarregamentos feitos na costa entre Beira e foz do rio Zambeze. **Jornal Notícias** de 23 de mar. p. 1, 1988.

ÁFRICA Austral - Apoio sul-africano a RENAMO preocupa Congresso Norte-americano. **Jornal Notícias** de 23 de ag. P. 1, 1988.

MOÇAMBIQUE - encontro entre Joaquim Chissano e Pieter Botha, em Songo, na Província moçambicana de Tete. Fontes oficiais moçambicanas afirmam que tal encontro se inseria no âmbito do acordo de Nkomati. **Jornal Notícias** de 12 de set. p. 1, 1988.

MOÇAMBIQUE - governo moçambicano não vai dialogar com a RENAMO - presidente Joaquim Chissano na abertura da 5ª Sessão da Assembleia Popular. **Jornal Notícias** de 21 de dez. p. 1, 1988.

MOÇAMBIQUE - presidente Joaquim Chissano nos Estados Unidos. O encontro Chissano-Bush decorrerá antes das conversações oficiais entre as delegações da República Popular de Moçambique e dos Estados Unidos. **Jornal Notícias** de 14 de mar. p. 1, 1990.

MOÇAMBIQUE - desenvolvimentos no processo de paz levam ao novo encontro Chissano-Cohen. **Jornal Notícias** de 7 de jul. p. 1, 1992.

MOÇAMBIQUE - visita presidencial aos Estados Unidos: Paz, democratização e reconstrução são temas dominantes nas discussões. **Jornal Notícias** de 9 de jul. p. 1.2, 1992.

MOÇAMBIQUE - Subsecretário Adjunto norte-americano para os Assuntos Africanos, Frank Wisner, em Maputo. **Revista Tempo n. 683**, p. 2, 13 de nov. 1983.

MOÇAMBIQUE - relações moçambicano-norte-americanas: a dependência da estabilidade. **Revista Tempo, n. 747**, p. 4-5, 3 fev. 1985.

ÁFRICA Austral - PALOP's manifestam a sua solidariedade ao governo de Moçambique. Declaração de São Tomé, 15 de fev. **Revista Tempo n. 751**, p. 7-9, 3 mar. de 1985.

ÁFRICA Austral - Linha da Frente: analisando acordo de Nkomati. **Revista Tempo n. 753**, p. 4-6, 17 de mar. 1985.

MOÇAMBIQUE - relançar a Ofensiva Política e Organizacional para a resolução das nossas dificuldades actuais - Comunicado do Conselho de Ministros do Governo de Moçambique. **Revista Tempo n. 756**, p. 21-24, 7 de abr. 1985.

MOÇAMBIQUE - chamamento da Pátria para o Serviço Militar Obrigatório - Presidente Samora Machel no lançamento da campanha de mobilização de jovens para a guerra. **Revista Tempo n. 761**, p. 8, de 19 de mai. 1985.

MOÇAMBIQUE - dar a cada cidadão uma tarefa concreta na defesa da Pátria - Presidente Samora Machel, durante os trabalhos da 4ª Sessão do Comité Central da FRELIMO. **Revista Tempo n. 766**, p. 2-3, de 16 de jun. 1985.

ÁFRICA Austral - ultimato a Malawi. Linha da Frente analisa conflito em Moçambique. **Revista Tempo n. 780**, p. 24, de 22 de set. 1986.

MOÇAMBIQUE - presidente Samora Machel nos Estados Unidos - aproximação de Moçambique ao ocidente. **Revista Tempo n. 781**, p. 3, de 29 de set. 1986.

MOÇAMBIQUE - presidente Samora Machel nos Estados Unidos: breve retrospectiva das escalas em Londres, Roma e Nairobi. **Revista Tempo n. 782**, p. 1, de 6 de out. 1986.

ÁFRICA Austral - Países da Linha da Frente afirmaram que a guerra generalizada ameaçava a África Austral e apelaram ao mundo para travar a escalada sul-africana. **Revista Tempo n. 783**, p. 3, de 12 de out. 1986.

ÁFRICA Austral - guerra generalizada ameaça África Austral: Linha da Frente apela ao mundo para travar a escalada sul-africana. **Revista Tempo n. 784**, p. 2-5, de 19 de out. de 1986.

ÁFRICA Austral - Malawi deve cessar posição hostil - apelo do presidente Joaquim Chissano nas conversações com a delegação malawiana. **Revista Tempo n. 791**, p. 2-3, de 8 de dez. 1986.

MOÇAMBIQUE - não negociaremos com os bandidos armados - presidente Joaquim Chissano durante a visita ao Zimbabwe. **Revista Tempo n. 856**, p. 2, de 8 de mar. 1987.

MOÇAMBIQUE - presidente joaquim Chissano anuncia na imprensa internacional que soldados tanzanianos já começaram a chegar a Moçambique para participar no combate aos bandidos armados. **Revista Tempo n. 857**, p. 9, de 15 de mar. 1987.

MOÇAMBIQUE - encontro com Margaret Thatcher. Impulso das relações entre Moçambique e o Vaticano. **Revista Tempo n. 867**, p. 4-5, de 24 de mai. 1987.

ESTADOS Unidos - Congresso americano preocupado com o apoio sul-africano à RENAMO. **Revista Tempo n. 933**, p. 2, de 28 de ag. 1988.

MOÇAMBIQUE - Subsecretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, Herman Cohen, em Moçambique. **Revista Tempo n. 979**, p. 2, de 16 de jun. de 1989.

MOÇAMBIQUE - 5º Congresso da FRELIMO, realizado de 24 a 30 de Julho de 1989. **Revista Tempo n. 981**, p. 2-15, de 30 de jul. 1989.

MOÇAMBIQUE - restabelecimento das relações diplomáticas Moçambique-Estados Unidos em 1983. **Revista Tempo n. 994**, p. 11, de 7 de set. 1990.

ONU - Relatório da Comissão Económica para África das Nações Unidas relativo à política de desestabilização do regime do *apartheid* na África Austral. **Revista Tempo n. 1001**, p. 20-22, de 29 de out. 1990.